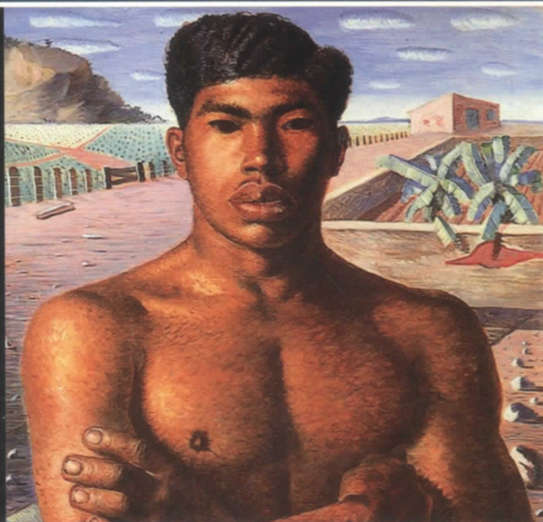
HISTÓRIA DO BRASIL NAÇÃO: 1808–2010

DIREÇÃO LILIA MORITZ SCHWARCZ

VOLUME 4

OLHANDO PARA DENTRO
1930-1964



COORDENAÇÃO

ANGELA DE CASTRO GOMES

FUNDACIÓN MAPFRE



OBJETIVA

















HISTÓRIA DO BRASIL NAÇÃO: 1808-2010
DIREÇÃO **LILIA MORITZ SCHWARCZ**

ANGELA DE CASTRO GOMES POPULAÇÃO E SOCIEDADE

BORIS FAUSTO A VIDA POLÍTICA

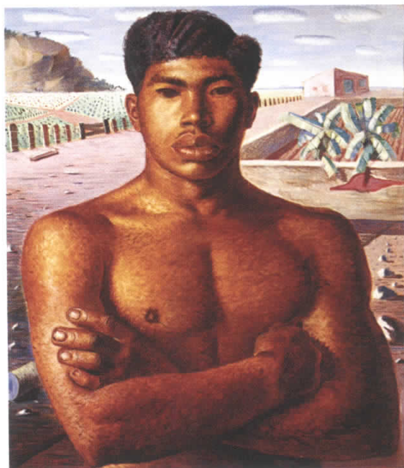
LETÍCIA PINHEIRO O BRASIL NO MUNDO

MARCELO DE PAIVA ABREU O PROCESSO ECONÔMICO

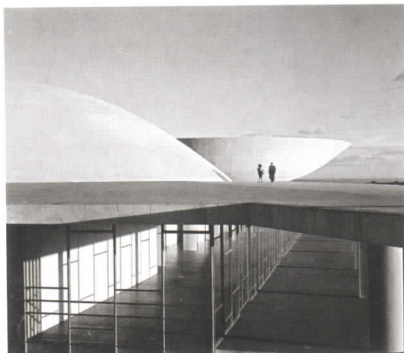
ELIANA DE FREITAS DUTRA CULTURA



CAPA E AO LADO
Cândido Portinari (Brodósqui, SP, 1903–
Rio de Janeiro, RJ, 1962)
Mestiço, 1934
Óleo sobre tela, 81 x 65,5 cm
Reprodução autorizada por João Candido
Portinari
Projeto Portinari/Acervo da Pinacoteca
do Estado de São Paulo, Brasil
Aquisição Governo do Estado de São Paulo
em 1935



CAPA, FOLHA DE ROSTO E AO LADO
Marcel Gautherot
Congresso Nacional
Brasília, c. 1964
Acervo Instituto Moreira Salles



CONTRACAPA
Anúncio do Fusca, s.d.
Acervo Iconographia

GUARDA
Cândido Portinari (Brodósqui, SP 1903–
Rio de Janeiro, RJ 1962)
Café, 1935
Óleo sobre tela, 130 x 195,4 cm
Reprodução autorizada por João Cândido
Portinari
Fotógrafa: Deborah Engel
Coleção Museu Nacional de Belas Artes/
IBRAM/MinC

ABERTURAS
Lasar Segall (1891, Vilna–1957, São Paulo)
Navio de imigrantes, 1939/1941
Pintura a óleo sobre tela, 230 x 275 cm
Acervo do Museu Lasar Segall-IBRAM/MinC

Avenida Beira-mar, Rio de Janeiro
Cartão-postal dos anos 1950
Acervo S. Balady

Fotógrafo não identificado
Obras da rodovia Belém-Brasília, 1964
Arquivo Cordeiro de Farias/CPDOC-FGV

AMÉRICA LATINA NA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

Pablo Jiménez Burillo

Manuel Chust Calero
Pablo Jiménez Burillo
Carlos Malamud Rikles
Carlos Martínez-Shaw
Pedro Pérez Herrero

Jordi Canal Morell
Carlos Contreras Carranza
Antonio Costa Pinto
Joaquín Fermandois Huerta
Jorge Gelman
Nuno Gonçalo Monteiro
Alicia Hernández Chávez
Eduardo Posada Carbó
Inés Quintero
Lilia Moritz Schwarcz

Javier J. Bravo García

HISTÓRIA DO BRASIL NAÇÃO: 1808-2010
VOLUME **4**
OLHANDO PARA DENTRO
1930-1964

Paseo de Recoletos, 23 | 28004 | Madrid
Tel.: 51 91 281 11 31 | Telefax: 51 91 581 17 95
www.fundacionmapfre.com

Rua Cosme Velho, 103 | 22241-090 | Rio de Janeiro, RJ
Tel.: 21 2199 7824 | Fax: 21 2199 7825
www.objetiva.com.br

Roberto Feith e Daniela Duarte

Sonia Balady

Victor Burton

Mainah Felipeto e Luisa Primo

Marcelo Xavier

Cláudia T. Ricci

Ronald Polito, Ana Kronemberger e Beatriz D'Oliveira

VOLUME 4

OLHANDO PARA DENTRO

1930-1964

COORDENAÇÃO

ANGELA DE CASTRO GOMES





FUNDACIÓN MAPFRE

CRONOLOGIA **13**

INTRODUÇÃO *Angela de Castro Gomes* **23**
AS MARCAS DO PERÍODO

PARTE 1 *Angela de Castro Gomes* **41**
POPULAÇÃO E SOCIEDADE

PARTE 2 *Boris Fausto* **91**
A VIDA POLÍTICA

PARTE 3 *Letícia Pinheiro* **143**
O BRASIL NO MUNDO

PARTE 4 *Marcelo de Paiva Abreu* **179**
O PROCESSO ECONÔMICO

PARTE 5 *Eliana de Freitas Dutra* **229**
CULTURA

CONCLUSÃO *Angela de Castro Gomes* **275**
O BRASIL É UMA TERRA DE AMORES...

ÍNDICE ONOMÁSTICO **281**
OS AUTORES **287**
A ÉPOCA EM IMAGENS **289**

CRONOLOGIA

1930

3 de outubro

Eclode o movimento político-militar que determina o fim da Primeira República. O presidente Washington Luís é deposto.

3 de novembro

Getúlio Vargas é empossado chefe do Governo Provisório. O Congresso Nacional é dissolvido e os estados da Federação sofrem intervenção.

1931

19 de março

O Decreto nº 19.770 estabelece as bases de uma nova Lei de Sindicalização, que consagra o princípio da unidade sindical e submete as associações operárias ao controle do recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

28 de agosto

É decretado o Código dos Interventores, que procura garantir a Vargas o controle sobre os interventores federais nos estados.

1932

É lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Promulgado Código Eleitoral que cria a Justiça Eleitoral e institui o voto secreto e o voto feminino.

9 de julho

Eclode a Revolução Constitucionalista em São Paulo, que é derrotada pelo Governo Provisório em outubro.

7 de outubro

É fundada a Ação Integralista Brasileira (AIB), de inspiração fascista.

1933

Março

Realizam-se eleições.

15 de novembro

No dia da Proclamação da República, instala-se a Assembleia Nacional Constituinte.

1934

Julho

A Assembleia Nacional Constituinte promulga uma nova Constituição e elege Getúlio Vargas para a presidência do Brasil.
O Ministério do Trabalho cria a carteira profissional do trabalhador.

Outubro

Realizam-se eleições para senadores e deputados federais e também para deputados estaduais constituintes nos estados.

1935

4 de abril

É decretada a primeira Lei de Segurança Nacional, definindo crimes contra a ordem política e social.

Novembro

Grupos de esquerda ligados à Aliança Nacional Libertadora (ANL) promovem levantes em quartéis de Natal, Recife e Rio de Janeiro, num episódio que ficou conhecido como Intentona Comunista.
É decretado estado de sítio no Brasil.

1936

O Congresso é reaberto e é instalado o Tribunal de Segurança Nacional, só extinto em 1945.
A Rádio Nacional — a maior audiência nos anos 1940 e 1950 — começa a funcionar.
Lúcio Costa apresenta ao ministro da Educação e Saúde o projeto do prédio que seria um marco da arquitetura moderna brasileira.

1937

Janeiro
É criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

11 de agosto
Na Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, é criada a União Nacional dos Estudantes (UNE). A entidade é institucionalizada pelo Decreto-lei nº 4.080, de 11 de fevereiro de 1942.

Novembro
Golpe civil, com apoio militar, liderado por Vargas, instaura a ditadura do Estado Novo e outorga uma nova Constituição. Com o novo regime, o Congresso é fechado e os partidos políticos são extintos.

1938

Fevereiro
São proibidas, em todo o território nacional, as transmissões radiofônicas e os jornais e revistas em língua estrangeira.

Abril
São lançados dois importantes decretos: um que proíbe atividade política a estrangeiros e outro que regula a expulsão de estrangeiros.

Maio
Tentativa de golpe integralista, com ataque ao palácio Guanabara. Derrotados e julgados, os condenados vão para a ilha de Fernando de Noronha, transformada em presídio político.

1939

Setembro

Getúlio Vargas anuncia a neutralidade do Brasil na Segunda Guerra Mundial, que então se iniciava na Europa, com a invasão da Polônia pela Alemanha.

Novembro

Organiza-se a Exposição Nacional do Estado Novo, para divulgar os feitos do governo.

Dezembro

É criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), diretamente subordinado à presidência da República e destinado a realizar a propaganda e a censura do novo regime.

1940

1º de maio

No Dia do Trabalho, em festa no estádio de futebol do clube Vasco da Gama, é lançada a lei do salário mínimo.

Dezembro

Decretado novo Código Penal.

1941

Janeiro

São criados o Ministério da Aeronáutica e a Força Aérea Brasileira.

1º de maio

Começa a atuar, em todo o país, a Justiça do Trabalho.

Outubro

Acordo Brasil-EUA estabelece que, em troca da permissão de instalação de bases americanas em Natal, Belém e Recife, os norte-americanos se comprometem a financiar a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda.

1942

Janeiro

Realizada no Rio de Janeiro a III Conferência de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, que recomenda o rompimento de relações diplomáticas com os países do Eixo.

Agosto

A União Nacional dos Estudantes (UNE) faz passeata contra o fascismo.
Submarinos alemães torpedeiam e afundam navios mercantes brasileiros na costa entre Maceió e Santos, matando 607 pessoas.
O ataque a embarcações brasileiras já vinha ocorrendo e continuou a ocorrer, mas esse episódio desencadeia reações mais fortes, havendo maior pressão da sociedade sobre o governo.
O Brasil declara guerra à Alemanha e a seus aliados.

10 de novembro

O mil-réis é substituído por uma nova moeda: o cruzeiro.

1943

Janeiro

Vargas se encontra com Roosevelt em Natal.

1º de maio

Anunciada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sintetizando a política trabalhista do governo Vargas.

Novembro

É criada a Força Expedicionária Brasileira (FEB).

1944

Julho

O primeiro contingente da FEB parte para a Itália.

21 de dezembro

Walt Disney lança o filme *Você já foi à Bahia?*, em que Carmen Miranda canta *Os quindins de Yayá*, do compositor Ary Barroso, tornando-se uma estrela internacional.

1945

Março
Instala-se comissão para redigir um Código Eleitoral.

Maio
A nova Lei Eleitoral é promulgada, estabelecendo o voto secreto e obrigatório, o registro dos partidos nacionais que obtenham mais de 10 mil assinaturas, eleições presidenciais e parlamentares marcadas para 2 de dezembro de 1945 e estaduais para 6 de maio de 1946.

Outubro
Getúlio Vargas é deposto pelo alto-comando do Exército.

Dezembro
Eurico Gaspar Dutra é eleito presidente da República e Vargas deputado federal, por sete estados, e senador pelo Rio Grande do Sul e São Paulo.

1946

31 de janeiro
Toma posse o presidente Eurico Gaspar Dutra.

18 de setembro
A Assembleia Nacional Constituinte promulga a nova Constituição. O contexto internacional é o da Guerra Fria.

1948

Janeiro
O governo envia ao Congresso um projeto, conhecido como Estatuto do Petróleo, no qual regulamenta a exploração do petróleo no país.

1949

Cria-se a Comissão Mista Brasil-EUA, chefiada por John Abbink e Otávio Gouveia de Bulhões, cujo objetivo é analisar a economia brasileira e traçar novas diretrizes para o país.

1950

Maio
É aprovado o Plano Salte, o primeiro plano governamental feito no Brasil.

Setembro
A primeira emissora de TV do Brasil, a Tupi, de São Paulo, começa suas transmissões.

3 de outubro
Getúlio Vargas é eleito presidente da República.

1952

20 de junho
É criado o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

14 de outubro
Forma-se a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB, por uma iniciativa de dom Hélder Câmara.

1953

5 de janeiro
A Lei de Segurança Nacional é aprovada pelo Congresso.

Abril
O cineasta Victor Lima Barreto é premiado no Festival de Cannes com o filme *O cangaceiro.*

3 de outubro
Criada a Petrobras, ficando estabelecido o monopólio estatal na produção de petróleo.

1954

Atentado contra o oposicionista Carlos Lacerda provoca grande reação política, com generais divulgando um manifesto exigindo a renúncia do presidente.

24 de agosto

Em meio à crise, Vargas se suicida no Palácio do Catete, durante a madrugada. As reações populares, numerosas e intensas, surpreendem e acuam a oposição.

1955

Outubro

Juscelino Kubitschek (PSD) é eleito presidente da República, tendo como vice João Goulart (PTB).

Novembro

Setores militares articulam um golpe para impedir a posse dos eleitos, mas o ministro da Guerra derrota o movimento e garante a legalidade.

1956

É aprovado o plano-piloto de construção de Brasília projetado por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer.
Os painéis *Guerra* e *Paz*, pintados por Portinari para o prédio da ONU, em Nova York, são expostos no Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

1958

John Foster Dulles, secretário de Estado americano, visita o Brasil e Juscelino Kubitschek propõe que os Estados Unidos patrocinem um programa de desenvolvimento para a América Latina.
Surge a bossa-nova, com João Gilberto introduzindo a nova batida no LP *Canção do amor demais*, com músicas de Antonio Carlos Jobim e Vinicius de Moraes.

1959

Junho

JK declara o rompimento do Brasil com o Fundo Monetário Internacional.

Dezembro

É aprovado o projeto de criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a Sudene.

1960

18 de fevereiro
Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai assinam o Tratado de Montevidéu, criando a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc).

21 de abril
No dia dedicado a Tiradentes, Juscelino Kubitschek inaugura Brasília, nova capital do país e meta síntese de seu programa de candidato em 1955.

1961

31 de janeiro
Tomam posse o presidente Jânio Quadros (UDN-PTN-PDC-PR-PL) e o vice-presidente João Goulart (PTB-PSD).

Agosto
Jânio renuncia e setores das forças armadas se opõem à posse de Goulart, que assume o cargo sob um regime parlamentarista, limitador de seus poderes.

1962

Agosto
No IV Encontro Sindical Nacional, ocorrido em São Paulo, fica decidida a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), uma organização de âmbito nacional cujo objetivo era coordenar o movimento sindical.

1963

Janeiro
Em plebiscito, 80% dos eleitores optam pelo retorno ao presidencialismo.

Março
O Congresso aprova o Estatuto do Trabalhador Rural, que estende os direitos trabalhistas ao campo.

Outubro

Goulart solicita do Congresso a aprovação do estado de sítio, mas desiste da medida em virtude da oposição generalizada.
João Goulart estreita aliança com o movimento sindical e setores nacional-reformistas, abraçando as chamadas reformas de base.

1964

13 de março

Ocorre um comício em frente ao prédio do Ministério do Exército, no Rio de Janeiro, com a presença de 300 mil pessoas.

1º de abril

O processo político está definitivamente radicalizado e um movimento civil-militar depõe o presidente, que se exila no Uruguai.

INTRODUÇÃO

ANGELA DE CASTRO GOMES
AS MARCAS DO PERÍODO

UM BRASIL BRASILEIRO

Brasil, meu Brasil brasileiro
Meu mulato inzoneiro
Vou cantar-te nos meus versos
O Brasil, samba que dá
Bamboleio que faz gingá
O Brasil do meu amor
Terra de Nosso Senhor
Brasil! Brasil!
Pra mim... pra mim...

Aquarela do Brasil, Ary Barroso, 1939

Os livros, como os filmes, deveriam ter trilha sonora. Eles, afinal de contas, são narrativas repletas de palavras que, com doses balanceadas de conhecimento e sensibilidade, buscam representar (no sentido mais conhecido de tornar presente o ausente) cenários, personagens, situações, projetos, valores, sentimentos etc. No caso deste livro, e como ele é um livro de história, as palavras falam de um tempo que passou, de uma realidade social que não é fictícia e está no passado. Mas, como se sabe, o passado não está "atrás" ou longe de nós; ele está junto, "dentro" e, paradoxalmente, próximo a nós, justamente por ter passado. Ele deixa marcas, imagens e sons, enfim, deixa uma herança que não pode e nem deve ser esquecida. A este volume coube, realizando a operação historiográfica clássica de recortar o tempo para melhor lhe imprimir sentido/significado, um período do passado

 histórico brasileiro que recobre três décadas de enorme musicalidade. Mais uma razão para a trilha sonora...

Um dos seus sons mais significativos, pela carga de dor que traz e pelos desdobramentos político-sociais que produziu, é o dos tiros das revoltas e guerras. O período começa, sem a menor dúvida, com um dos eventos mais decisivos da história do Brasil, não importando se sua designação consagrada — Revolução de 1930 — tenha suscitado muitos debates na área acadêmica sobre seu real ou autêntico caráter revolucionário, como movimento de transformação das estruturas socioeconômicas do país. Essa polêmica, já nos anais da história da história do Brasil, não alterou a centralidade do evento, nem o "nome" com o qual é identificado, ainda que esse "nome" não seja muito adequado à "coisa" que nomeia. O período também se conclui com a agitação dos quartéis e os deslocamentos de tropas, em uma mais questionável ainda Revolução de 1964, como foi proclamada pelos que a desencadearam. Lideranças políticas civis e militares estiveram envolvidas em ambos os episódios, que tiveram apoio de setores da sociedade civil e também sua oposição, sobretudo à medida que a violência autoritária se tornou mais visível. E, se o segundo movimento tornou-se muito mais conhecido como Golpe de 1964, foi porque para isso concorreu um trabalho de construção de memória social, no qual os historiadores estiveram também presentes, no início do processo de redemocratização, já nos anos 1970/1980.

Entre esses dramáticos sons de abertura e desfecho, ainda houve uma guerra civil (a Revolução Constitucionalista de 1932), a única ocorrida no país até hoje, essa sim com muitos mortos entre a população, que combateu nos dois lados, formando contingentes de soldados despreparados, mas sinceramente mobilizados por suas causas. Além disso, esse foi o momento em que eclodiu a Segunda Guerra Mundial, cujos impactos na vida política e econômica brasileira foram grandes, pois ela forneceu o clima e as condições para o término de uma das mais importantes negociações diplomáticas, tendo em vista uma mudança de patamar no processo de industrialização em curso no Brasil. O ganho de se construir a primeira indústria de bens de capital — a siderúrgica de Volta Redonda — veio atrelado a um *irrestrito alinhamento* com os Estados Unidos, em luta contra o nazifascismo, anunciando ser uma questão de tempo o fim de regimes autoritários, como o próprio Estado Novo de Vargas. Isso, sem se menosprezar a dimensão humana que essa Grande Guerra produziu no interior de numerosas famílias brasileiras, uma vez que, para que uma estratégia de aumento de poder do país tivesse indiscutíveis fundamentos, o Brasil declarou guerra ao Eixo e enviou tropas à Itália, organizando a Força Expedicionária Brasileira (FEB).

A leitura do livro ganharia se, em muitos momentos, pudéssemos ouvir os hinos militares e aqueles sons que fazem nossos corações tremerem ante a desumanidade e o sofrimento que caracterizam todas as guerras. Mas boa parte de suas páginas também poderia ser percorrida com outro tipo de trilha sonora — a que balança o corpo e dá o tom de uma das maiores chaves desse período: a do nacionalismo, que, aliado ao desenvolvimentismo, fazia o país acreditar que seria mais brasileiro, mais moderno e mais justo socialmente, até porque, como dizia o poeta, era a terra de Nosso Senhor. Pelo menos dois dos maiores símbolos de nossa nacionalidade musical — e que fizeram a cultura brasileira percorrer o mundo — consagraram-se nessas décadas.

O primeiro, o "velho" samba que abre este livro, em uma nova versão, a de samba exaltação, típica dos anos do Estado Novo, que, como *Aquarela do Brasil* evidencia, tornou-se um ícone do país em muitos tempos e lugares. O segundo, a bossa-nova, uma mistura brasileira de samba e jazz, com alguns outros temperos; uma canção da MPB, isto é, da música popular brasileira, que não só passou a existir em sigla como também na mente de uma população muito diversificada socialmente. Isso porque há sambas e sambas: samba de morro, samba de breque, samba-canção, samba triste, samba-enredo etc. E, é bom remarcar, há também muitas variações do que a memória e a história enquadraram como bossa-nova. Nela, o cenário de uma cidade, o Rio de Janeiro, combinaria em doses sincopadas sol, sal, céu, mar, bar, meninos e meninas, felizes ou sofrendo de amor, que *Garota de Ipanema*, composta em 1962 por Antonio Carlos Jobim e Vinicius de Moraes, imortalizaria. Provavelmente, seria o tema ouvido quando o leitor fechasse o livro, pois ela atravessou as décadas de 1960/1970, tristes décadas de perda de esperança na combinatória de desenvolvimento e democracia, que os anos 1950, em especial com o presidente bossa-nova, que também era modelo de automóvel (o JK), havia trazido. O Tom do Vinicius (que dupla!) seria um bom e belo tom para um olhar final sobre o volume.

Nesse caso, pode-se imaginar um leitor descontraído, em casa, vendo sua televisão, novíssimo equipamento que começava a ser objeto de desejo dos brasileiros — um bem de consumo durável da indústria nacional —, mas que só explodiria em vendagem nos anos 1970, com mais canais e programas, e também com mais crédito ao consumidor. Nos anos 1930, quando este livro começa a contar a história do Brasil, seria interessante levar o leitor ao auditório da Rádio Nacional, a mais popular das emissoras dos anos dourados do rádio, que são justamente as décadas de 1940/1950. Para ficar elegante, como se exigia, devia usar chapéu e, se fosse mulher, luvas e meias de *nylon*, integrando, quem sabe, o fã-clube de um dos astros

 do *casting* da emissora, que anunciava vários produtos com nomes em inglês, já que com a Segunda Guerra Mundial e a Política da Boa Vizinhança, Tio Sam tinha definitivamente chegado ao Brasil com sua Coca-Cola. Porém, o Brasil também lhe mandou algo bem nacional, ao menos para americano ver e ouvir: a cantora Carmen Miranda. Com bananas na cabeça, fantasias de baiana (muito discutíveis, aliás), mas com um requebrado para poucos colocarem defeito, ela se transformou, em Hollywood, no símbolo de um Brasil de sucesso, por meio do cinema para consumo internacional.

Um tipo de circulação político-cultural que aponta para a importância que o Brasil queria ter na América Latina e no mundo, ambicionando, inclusive, integrar o Conselho de Segurança da ONU, criada em 1945, com o lastro de ser um dos países a vencer o nazifascismo nos campos de batalha da Europa. Nessa conjuntura internacional, o ano de 1945 é igualmente uma inflexão na política interna do país, com a derrubada de Vargas e o fim do Estado Novo. O Brasil, após quinze anos marcados por altas doses de incerteza política, dos quais oito sob uma ditadura, voltava a se constituir como um Estado de direito, afinado com o concerto das nações liberal-democráticas do pós-guerra. Assim, em 1946, a Assembleia Nacional Constituinte promulgou uma nova Constituição e, em 1947, o país abrigou, no Rio de Janeiro, a Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente, na qual houve a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar).

Como se pode observar, as três décadas sobre as quais este volume se debruça têm o ano de 1945 como data simbólica, pelo que evidencia de mudança política. A partir da Revolução de 1930 começou a chamada Era Vargas, assim conhecida por ser o tempo de construção e consolidação da figura de sua liderança máxima, Getúlio Vargas. Depois de 1945, vieram os tempos da Terceira República, ou seja, de uma experiência de exercício de procedimentos liberal-democráticos que, pela primeira vez no país, estabeleceu partidos nacionais e de massa e, efetivamente, viu crescer muito o número de eleitores, mesmo considerando-se que os analfabetos continuavam impedidos de votar. O primeiro presidente eleito dessa nova República foi um chefe militar do Exército brasileiro: Eurico Gaspar Dutra. Ele apoiou Vargas durante a maior parte de seu longo governo, teve simpatias pelo Eixo, mas acabou sendo peça-chave para a queda do Estado Novo. Porém, só venceu o pleito de 1945 porque o ditador destituído o recomendou ao povo, com a frase que decidiu a campanha eleitoral: "Ele disse: vote em Dutra."

Uma observação que não é ingênua, pois quer chamar atenção para algumas possibilidades de se pensar o espaço de tempo analisado neste

volume. Uma delas é a de entendê-lo de forma bipartida, ou seja, entre um antes e um depois de 1945, que foi inequivocamente decisivo pelo que demarca em termos de política nacional e internacional. Contudo, se o Estado Novo caiu em 1945, com ele não foi derrubada a liderança e popularidade de Vargas, muito ao contrário. Estas, através do trabalhismo, materializado em um partido político — o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) —, e também em um sistema sindical de corte corporativista, seriam como um divisor de águas na vida política que se organizou no país a partir de então. Vargas seria uma presença fundamental que cresceria ainda mais com a ausência de seu corpo físico, ganhando conteúdos míticos após o suicídio, em 1954, quando na famosa Carta Testamento afirmou sair da vida para entrar na História. Tempos de getulismo e trabalhismo, na medida em que essa grande liderança e o que ela passou a representar quando encontrou canais institucionais de manifestação continuaram a balizar o cenário político do país.

Tal reconhecimento, entretanto, não pode nos levar a ter uma visão simplista ou mesmo teleológica do período, como se ele estivesse contido em um antes e um depois da Revolução de 1930, que deslizaria "naturalmente" para o Estado Novo devido a equívocos liberais vividos no pré-1937. Do mesmo modo, não se pode vê-lo dividido entre um antes e um depois do Estado Novo, sendo a Terceira República taxada como um experimento liberal-democrático falhado, cujo termo compreensível teria sido o movimento civil e militar de 1964. Dessa forma, uma das chaves de leitura que se propõe para os anos que vão de 1930 a 1964 é a de vê-lo através de linhas de continuidade e de descontinuidade, desnaturalizando os eventos revolucionários que foram proclamados — não por acaso por quem os promoveu — como consequências inevitáveis de um processo político anterior, assinalado por experiências equivocadas e fracassadas de exercício do liberalismo.

Dessa forma, é necessário destacar a diversidade de acontecimentos políticos e de políticas públicas, sobretudo econômicas e sociais, que se vivenciaram entre 1930 e 1945 e também entre 1945 e 1964, para não falar da grande transformação demográfica que o país sofreu ao longo dessas décadas. Só assim se pode perceber o alto grau de incerteza e de violência políticas existentes entre 1930 e 1937, o que a guerra civil de 1932 e as tentativas de revolta à esquerda (1935) e à direita (1938) demonstraram tão bem. Do mesmo modo, revela-se o grande investimento realizado por uma sofisticada máquina de propaganda na construção da liderança de Vargas e de sua proposta de Estado corporativo. No pós-45, com um olhar atento, é possível verificar como foi difícil manter em funcionamento

 essa liberal-democracia nascente, ameaçada por levantes militares e por manobras de políticos integrantes do próprio sistema partidário, cada vez mais seduzidos por planos golpistas com a aliança das Forças Armadas. Mas também fica claro como, a despeito dessas dificuldades, esses partidos políticos foram se consolidando e ganhando eleitores fiéis, que cresciam em número e se dispersavam pelo território nacional, alcançando o interior do país. Ao mesmo tempo, os sindicatos de trabalhadores se afirmavam e crescia a força dos movimentos sociais nas cidades e no campo.

Constitui, por conseguinte, um equívoco altamente contraproducente tentar homogeneizar todo o período sob qualquer tipo de epíteto, minimizando sua diversidade e seus variados experimentos políticos, econômicos e culturais, mesmo que se reconheça, como mais uma de suas chaves de leitura, que ele foi atravessado pela busca da modernidade política e do desenvolvimento econômico. Dessa forma, nacionalismo, desenvolvimentismo e nacional-desenvolvimentismo se tornaram palavras constantes no vocabulário da época.

Com tal perspectiva, o volume deseja destacar duas ideias: de um lado, a da busca pela modernidade que se traduz na luta contra o "atraso" que seria econômico e também político e cultural; de outro, a da combinatória entre tradição e mudança social, que caracteriza essas décadas e pode ser sentida na intensidade e riqueza dos debates intelectuais travados. Debates que abarcavam uma complexa agenda política e abriam "horizontes de possibilidades" àqueles que pensavam o Brasil, ao mesmo tempo que construíam suas novas instituições políticas, com graus de liberdade que impressionam os historiadores ainda hoje. Viviam-se tempos de nacionalismos expressos em experimentos de uma nova arquitetura política para as instituições estatais, visível, inclusive, nos prédios que deviam abrigá-las, espelhando o poder e a ousadia que deviam mover o país. Consequentemente, esses também foram tempos de muitos e muito atuantes *statemakers*, entre os quais o maior destaque vai para a figura de Getúlio Vargas. Além das razões óbvias, expressas pelo tempo em que controlou a chefia do Estado e influenciou os rumos da política brasileira, Vargas nos interessa em particular porque é em função de sua atuação e estilo de liderança que se estabeleceu e divulgou uma das interpretações mais compartilhadas da historiografia para esse período da história do Brasil: a de que teria sido esse o momento em que nasceu e cresceu o chamado populismo, embalado por Vargas nos anos 1930/1940, mas andando com muitos outros pés durante a Terceira República (1945-1964), conhecida e nomeada, principalmente pela literatura escolar, de República populista.

Dessa forma, é em torno de uma reflexão sobre os usos dessa designação, ao mesmo tempo ainda tão compartilhada e, a nosso ver, tão simplificadora, que nos deteremos um pouco mais neste texto de abertura. Como a produção e usos de tal categoria estão absolutamente ligados à construção da liderança de Vargas no pós-30, é importante entender um pouco melhor o contexto de fabricação de sua figura mítica, assim como as condições político-ideológicas de divulgação desse vocabulário político, ocorrida, fundamentalmente, após sua morte e já nos anos 1960. Só assim se poderá compreender a razão quer da amplitude e duração da vigência da categoria, quer de um progressivo afastamento de sua utilização. Sobretudo, como uma verdadeira "fórmula verbal" que identifica e, assim, esvazia e deprecia a experiência liberal--democrática da República brasileira de 1945-1964.

Getúlio Vargas é, com toda a certeza, senão o maior, um dos maiores nomes da história republicana do Brasil. Sua presença e força políticas perpassam as décadas de 1930, 1940, 1950 e 1960, instalando-se como referência ideológica e organizacional inquestionável, inclusive após seu suicídio, em 24 de agosto de 1954. Vargas, em sua longa e atribulada trajetória política, foi sendo moldado como portador tanto de surpreendentes qualidades de estadista — coragem, sabedoria, determinação —, quanto de características de "homem comum" — simpatia, malandrice, simplicidade —, facetas que o aproximavam, ao mesmo tempo, dos grandes líderes do país e de "seu" povo, como afirmava em muitos discursos. Ficou conhecido como o "pai dos pobres", o protetor dos trabalhadores, mas também como o presidente em cujo governo muitos brasileiros (e também estrangeiros) foram presos, torturados e mortos. Foi, por isso, uma figura complexa e ambígua, que promoveu os direitos sociais, especialmente os trabalhistas, mas eliminou os direitos políticos, fechando o Congresso e instalando a censura, quando do Estado Novo. Um perfil multifacetado, que ganhou contornos de mito político, como a revolta e a tristeza de multidões de brasileiros — em várias cidades do país — evidenciaram quando de sua morte, ritualmente um sacrifício realizado em nome da democracia, do povo e de seus direitos, então sob a ameaça de inimigos.

Mitos políticos são construções modernas, possíveis quando a política se torna uma atividade central para uma sociedade e quando as "massas" se tornam um ator incontornável, porém temido. Mitos políticos, especialmente quando assumem a forma de uma personalidade, cumprem o papel de guias para um povo, devendo ser facilmente reconhecidos e seguidos. Getúlio Vargas é, nesse sentido, um grande mito, construído no contexto das décadas de 1930/1940, quando o Brasil se tornava uma sociedade urbano-industrial,

entrava na era dos meios de comunicação de massa e não podia mais desconhecer os graves problemas socioeconômicos que inquietavam sua população, em especial a urbana. Mitos políticos, para serem bem-sucedidos, necessitam de sistemática e sofisticada propaganda, mas também exigem que o que está sendo propagado faça sentido para a população a que se dirigem, vinculando-se à sua experiência de vida, seja direta ou indiretamente. A construção de um mito não é jamais mera obra de mistificação política, guardando sempre uma forte "comunidade de sentidos", como diz Benedict Andersen, com o que uma sociedade pode acreditar e desejar.

Vargas é a primeira grande figura da República brasileira; mas não o é naturalmente ou por acaso. É a primeira por não ter antecedentes que rivalizem com seu prestígio e por se constituir, de fato, no primeiro modelo exemplar do que devia ser e fazer um presidente da República, isto é, a autoridade política maior de um país que era grande em tamanho e organizava-se como uma federação de estados. É preciso lembrar que, durante a Primeira República, não surgira uma mística presidencial no Brasil. Porém, não devido ao poço de incompetência a que foi lançada pelos teóricos autoritários do Estado Novo, no pós-30, no afã de desqualificar um passado que queriam tornar sinônimo de ultrapassado: de uma República "Velha". Isso ocorreu devido ao fato de a presidência ter sido exercida, abertamente, como uma delegação de poder das principais oligarquias do país — organizadas em partidos estaduais de notáveis —, e não como uma encarnação da soberania do povo, de uma nação representada/totalizada pela figura presidencial. No Brasil, a ideia do chefe de Estado como materialização do poder público apoiado pelo povo só seria experimentada no pós-1930, segundo um projeto autoritário de cunho corporativo, que era uma negação dos procedimentos clássicos do liberalismo, então em descrédito.

Esse é um ponto fundamental, na medida em que tal projeto deve ser analisado como um pacto político construído entre o Estado, materializado na figura de Vargas, e o povo, especialmente representado por setores da classe trabalhadora urbano-industrial, que ainda era pequena, mas se expandia quantitativamente, ganhando postos de trabalho formalizados por meio de um novo e importante documento de identidade: a Carteira de Trabalho. Tal pacto, portanto, tinha uma dimensão simbólica capital, expressa na mítica da liderança de Vargas e em sua comunicação direta com o povo; também tinha uma dimensão organizacional igualmente estratégica para seu sucesso e operacionalização. Desse ponto de vista, a proposta era a de que a identificação entre Estado e nação, bem como a concentração da autoridade do Estado na figura do presidente eliminavam

a necessidade dos chamados corpos intermediários, segundo o modelo de partidos e assembleias, que apenas traduziriam interesses particulares e desagregadores. As funções dos governos modernos eram, acima de tudo, funções de especialização técnica que dispensavam a morosidade, ineficiência e corrupção dos procedimentos eleitorais, exigindo rapidez e eficiência, presentes nas decisões executivas, cientificamente assessoradas por órgãos especializados, voltados para o interesse nacional.

Entretanto, esse novo modelo de Estado, que nos anos 1940 se identificaria como uma "democracia autoritária", não podia dispensar formas de representação, só que em bases adequadas às funções desses governos personalizados. Os novos mecanismos representativos seriam os conselhos técnicos, as autarquias e as corporações, nesse caso, com destaque para os sindicatos de "empregadores e empregados", que exprimiam as verdadeiras vivências dos vários grupos sociais, articulando-os e consultando-os a partir de sua experiência direta no mundo do trabalho, isto é, de seus interesses profissionais. Portanto, na lógica desse modelo de Estado existia uma proposta de ampliação da participação política do povo, agora organizado em associações profissionais que respondiam verdadeiramente ao problema da incorporação de novos atores à esfera pública, algo inviável na Primeira República, quando o país adotara os fictícios e dispendiosos procedimentos liberais.

A figura carismática de Vargas e a arquitetura corporativista construídas nas décadas de 1930/1940 são exemplos emblemáticos das transformações instauradas na política brasileira em sua busca pela modernidade, segundo os parâmetros antiliberais, que eram os referenciais internacionais que circulavam à época. Com seu poder muito ampliado, esse Estado forte e centralizado no Executivo federal podia elaborar políticas econômicas, visando à industrialização do Brasil e promovendo o ideal de justiça social, sobretudo por meio dos direitos do trabalho, que efetivamente incluíam setores da população, mesmo que de forma limitada, pois não alcançavam o grande contingente de trabalhadores rurais. Um discurso e uma prática que marcaram a cultura política brasileira, a partir de então, de maneira profunda. Muito provavelmente, essa é uma das mais fortes razões para a cunhagem da interpretação que vê o período que decorre da Revolução de 1930 ao movimento civil e militar de 1964 como o do "populismo no Brasil", englobando-o e caracterizando-o mais pelo que lhe teria faltado do que pelos ganhos e perdas que as experiências políticas, econômicas e culturais de tão diferenciado espaço de tempo trouxeram ao país, para o bem e para o mal.

No caso específico da construção de uma designação/versão interpretativa da República do pós-45 como "populista", é fundamental indagar quando, por quem e em que condições tal nomeação foi sendo articulada e divulgada, remontando à Era Vargas, onde se encontrariam suas bases e razões profundas. Por isso, vale lembrar que já existe uma bibliografia na área de história do Brasil, datada principalmente dos anos 1990, que demonstra que a palavra "populismo" e seus derivados não integravam o vocabulário da política brasileira até os anos 1950. Tais termos começaram a circular, tanto na imprensa, quanto em textos acadêmicos, mais ou menos por volta do ano de 1953 — ano em que João Goulart assumiu o Ministério do Trabalho no segundo governo Vargas —, ou com um sentido valorativo muito ambivalente ou com uma conotação positiva. Ser "populista" significava ser "popular"; estar se comunicando como o "povo", mais especificamente com o povo trabalhador, organizado ou não em associações, fossem sindicatos corporativos legalmente reconhecidos pelo Estado ou quaisquer outras formas, em especial se envolvessem trabalhadores rurais, ainda excluídos dos direitos trabalhistas.

Na imprensa, por exemplo, a terminologia apareceu principalmente referida às figuras de Vargas e de Goulart, indicando a dimensão ampla, heterogênea e popular de suas lideranças, o que, naquele momento, era algo relativamente novo na política do Brasil. Nesse contexto específico, ser "populista" era diagnosticado como uma característica que, se era positiva em termos de política eleitoral — pois dava acesso a um grande número de votos —, podia igualmente ser perigosa, sobretudo da ótica da oposição ao getulismo e ao trabalhismo, alçados ao poder pelo segundo governo Vargas. Nos textos acadêmicos, a palavra também surgiu mais ou menos na mesma época, mas com um sentido claramente negativo. Como são textos de natureza diversa dos da imprensa, pois não se voltam para o combate político direto, a designação ganhou maior sofisticação, vinculando-se a uma reflexão que também se desenvolvia em outros países da América Latina. O que tal categoria queria assinalar era a emergência, no Brasil, de um tipo de liderança política sem sólidas bases sociais e partidárias, porém capaz de articular um discurso voltado para as massas populares. Essas, por serem ignorantes (basicamente por virem do campo e serem incultas), acreditavam facilmente nas promessas, irrealizáveis e eleitoreiras, desses maus políticos. A explicação do que acontecia tinha razões macrossociais, já que o país vivia uma fase de transição, deixando de ser uma sociedade atrasada e rural para se tornar uma moderna sociedade urbano-industrial, embora fortemente marcada pelo fenômeno das migrações do campo

para a cidade. Os arranjos corporativistas estabelecidos no pós-1930, a política trabalhista e previdenciária do pós-45 e o sistema presidencialista personalizado estariam no cerne dessa combinatória. Era essa situação histórico-sociológica que criava as condições para a emergência de um estilo de governo e de liderança (fosse partidária, sindical ou as duas coisas ao mesmo tempo) nomeado pela palavra populista.

Construía-se, dessa forma, uma interpretação de cunho estrutural, que abarcava razões socioeconômicas de grande escala e que entendia o comportamento dos atores políticos, especialmente o comportamento eleitoral e sindical da população, como delas decorrente. Em outros termos, isso significava dizer que a massa de trabalhadores e de eleitores (que ainda não sabia votar) era facilmente conduzida por líderes carismáticos, com poder pessoal de mobilização, mas com poucos escrúpulos e poucos projetos político-ideológicos. Algo que acontecia no Brasil (e também na América Latina) porque os partidos políticos eram fracos, tanto organizacionalmente, como ideologicamente. Nesse mesmo movimento, passava-se a compartilhar a ideia de que também os governos tinham um estilo político populista, isto é, que exploravam a ignorância e a pobreza do eleitorado popular.

Entretanto, até fins da década de 1950, a República instalada em 1945 não era identificada como populista, ao menos de forma evidente, consolidando-se e disseminando-se tal nomenclatura apenas após o movimento civil e militar de 1964. A trajetória de tal designação pode ser mais bem compreendida se percebermos que a avaliação da experiência política dos anos que vão de 1945 a 1964 reuniu, na composição de seu diagnóstico desfavorável, amplos e diferenciados setores: sociais, políticos, civis e militares. Entre eles, além dos segmentos diretamente envolvidos com o evento de 1964, estão a Igreja católica, as classes médias urbanas organizadas ou não em movimentos sociais, grande parte da imprensa e também muitos intelectuais de "direita" e de "esquerda". Quer dizer, de uma forma geral, o discurso político que se construiu no pós-64 para avaliar a experiência republicana anterior se identificou, fundamentalmente, como antipopulista e anticomunista, o que era quase a mesma coisa naquele contexto. Assim, o período que antecedeu a Revolução de 1964 passou a ser proclamado como um fracasso político da liberal-democracia e como um perigo para o futuro da democracia no Brasil, exatamente pelas características que ela assumiu nesse malogrado passado recente.

Dessa ótica, o movimento civil e militar de 1964 teria rompido com algo realmente muito negativo, que ganharia uma explicação e um "nome". O populismo teria nascido nos anos 1940 pelas mãos de Vargas, mas assumiria

 novas e mais danosas formas de atuação na medida em que se associou abertamente ao sindicalismo corporativista e ao comunismo, em especial a partir dos anos 1950. Esse diagnóstico foi o mesmo que consagrou o valor de uma tecnoburocracia e autorizou, mais uma vez, a concentração de poderes em um Executivo presidencialista autoritário. Isso porque o Legislativo, na República de 1945-1964, teria sido, de um lado, fraco, não representando a sociedade; de outro, forte, pois abrigava interesses conservadores e egoístas, evidenciando com nitidez a imagem do mal nessa experiência republicana.

Em tal conjunto de características residiria o núcleo da questão da incorporação da população brasileira à vida econômica, social e política do país, especialmente durante os anos 1950, a década de lideranças como as de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, todos eles chamados, em algum momento, de populistas, para não mencionarmos líderes que ocuparam os executivos de vários estados do país. Uma interpretação que vai comportar, cada vez mais, desdobramentos e classificações. Nesse sentido, pode-se compreender a produção de uma tipologia de populismos no Brasil: haveria os de esquerda e de direita; o clássico, de Vargas e João Goulart, e até um neoliberal, de Fernando Henrique Cardoso, já nos anos 1990, além do de Lula, muito recente, nos anos 2000. Ou seja, os populismos atravessariam a política e a sociedade brasileiras desde 1930 (e mesmo antes) até o século XXI. Assim, a despeito do reconhecimento de diferenças entre os vários tipos, todas elas se tornariam secundárias, permanecendo como ponto fundamental o diagnóstico de uma relação social de dominação, na qual, de um lado, existe a contínua presença de elites políticas personalistas e voltadas para "seus" interesses; e, de outro, um povo fundamentalmente crédulo, apático e/ou inconsciente, sempre capaz de ser manipulado/enganado.

Não sem razão, por ganhar tal abrangência, essa interpretação acabou por perder sua precisão conceitual, transformando-se em um adjetivo — da política e dos políticos — sempre com conotação negativa, pejorativa, acusatória. A inconsistência teórica e histórica da utilização de uma categoria como essa reside na adoção de uma perspectiva simplista de construção de um modelo para se pensar relações sociais de dominação, em que um dos termos é praticamente anulado, deixando de ser um sujeito histórico atuante. Dessa forma, não se percebe que, no interior mesmo das relações entre os dominantes, bem como entre os dominados, existem hierarquias de poder. Alinhamentos automáticos entre dominados contra dominantes, e vice-versa, devem ser afastados, e uma dinâmica política de alianças e oposições muito mais complexa e sofisticada se coloca para a análise historiográfica. Tal análise, sem excluir o conflito aberto (sob várias formas), passa

a atentar para ações que têm marcas mais sutis, envolvendo negociações e produzindo alinhamentos aparentemente inusitados. Essa abordagem, contudo, não deve ser entendida (como às vezes o é) como uma tentativa de eliminar ou minimizar as tensões e oposições sempre existentes nas relações de dominação. Ao contrário, ela é uma tentativa de sofisticar o tratamento dessas relações, ampliando seu escopo, até para evidenciar que, em certas circunstâncias, pode haver convergência de interesses entre dominantes e dominados, pode haver pacto e negociação políticos. O poder, nessa perspectiva teórica, não é um monopólio do dominante, existindo também no espaço dos dominados, o que não elimina a situação de desigualdade, muitas vezes radical, entre eles.

Mas se a ideia de uma República populista no pós-45 se consolidou e passou a circular largamente durante o regime civil e militar do pós-64, pode-se dizer que a experiência de uma Terceira República começou a ganhar trânsito durante a década de 1980, sob os auspícios dos movimentos pela redemocratização do Brasil. Ou seja, com a retomada do fôlego dos partidos políticos e da dinâmica eleitoral, que voltaram a ser acreditados como formas legítimas e eficientes de resistência à ditadura e como possibilidades de luta pela democracia e por direitos de cidadania. Um momento, portanto, em que a palavra democracia ganhou espaço e valor na sociedade brasileira, e os estudos sobre a formação de partidos políticos, o funcionamento de assembleias constituintes e o exercício da prática eleitoral cresceram em importância não só para os acadêmicos como para amplos setores da população, especialmente os que se organizavam para realizar demandas, afirmando-se por meio de múltiplas formas de participação política.

A experiência republicana do período que vai de 1945 a 1964 passou a atrair as reflexões de cientistas sociais e historiadores, estes muito estimulados pela renovação trazida pela chamada nova história política e cultural. Uma das primeiras contribuições desse novo interesse pelo período foi a identificação da existência de um *bias* antipartidário e antiparlamentar, que marcava os estudos acadêmicos produzidos até então. As afirmações da fraqueza e inconsistência dos partidos políticos, com todos os seus desdobramentos para a atuação dos representantes na esfera parlamentar, teriam se transformado em uma autêntica crença, habitando o imaginário coletivo da sociedade brasileira, numa espécie de mútua e perversa retroalimentação. Em muitas pesquisas realizadas sobre a política brasileira, sustentava-se uma desconfiança não apenas em relação aos políticos, chamados "profissionais" em sentido acusatório, como também diante da própria política, uma atividade "feia, equivocada e indicadora de

 mau caráter" dos que nela se envolviam. Identificavam-se, com frequência, os procedimentos da liberal-democracia como escusos e ineficientes, por definição e tradição, no Brasil.

As novas análises então empreendidas constataram a existência de um claro deslizamento de uma avaliação moral sobre o caráter das pessoas/políticos para um julgamento sobre a validade/utilidade das instituições: o Parlamento, os partidos, as eleições, os representantes. Uma operação político-intelectual que em nada facilitava a atribuição de valor à democracia, tanto como ideal, quanto como prática política. A historiografia dos anos 1980/1990 trouxe, assim, um grande questionamento a respeito dos fundamentos dessa reiterada interpretação, que precisaria ser posta à prova. Os partidos brasileiros eram, de fato, tão artificiais? Tinham bases sociais pouco enraizadas? Tinham baixa ou nenhuma diferenciação ideológica e pouca capacidade de mobilização? As dinâmicas de representação política eram desvalorizadas pelos eleitores? Enfim, a história política do país estava realmente marcada por baixos índices de participação política?

O mesmo iria acontecer com as análises sobre os sindicatos e seus líderes, acusados de desvinculação com o chão da fábrica e de envolvimento com a "má" política partidária. Um sindicalismo que se esgotava no mais completo reino do chamado peleguismo, uma espécie de sucedâneo do populismo no espaço das relações de trabalho e igualmente uma categoria acusatória. Nesse caso, também seria necessário acompanhar melhor a dinâmica sindical vigente no período de 1945 a 1964, para além do que as fórmulas verbais apontavam e consagravam em análises da academia e em discursos vindos do "novo sindicalismo", esse com o evidente e compreensível objetivo de demarcar uma nova identidade política para as lideranças que emergiam nos anos 1980.

Mas, apesar de um amplo conjunto de pesquisas ter se acumulado sobre inúmeros temas do período 1945-1964, evidenciando sua complexidade e desautorizando ou, ao menos, polemizando sua nomeação como populista, tal designação é ainda corrente, embora também esteja sendo abandonada por muitos. Novas pesquisas convergem ao assinalar que esse foi o período de nossa primeira experiência de democracia representativa, e que ela se desenvolvia bastante bem quando foi interrompida em 1964, e depois em 1965, com a extinção do sistema partidário vigente. Trabalhos recentes evidenciam que, do ponto de vista eleitoral — da prática da cidadania política —, essa era uma experiência republicana que caminhava para a consolidação de partidos políticos nacionais, cada vez mais reconhecidos pelos cidadãos, que votavam sistematicamente e em número crescente. Uma conclusão que

praticamente não é mais contestada, ainda que se reconheça a existência de limites, como é o caso da ilegalidade do Partido Comunista e da exclusão do voto dos analfabetos, aceitos apenas com a Constituição de 1988.

Além disso, esse contexto foi de grandes e importantes movimentos sociais na história republicana do país: a campanha O Petróleo é Nosso, greves sindicais, formação de associações de trabalhadores rurais, entre outros. Esse foi um tempo em que se expandiu a representação e também a participação política da população das cidades e do campo, guardadas suas especificidades. Durante o período que vai de 1945 a 1964 houve quatro eleições presidenciais e seis para o Congresso Nacional, além das eleições estaduais e municipais. Todas evidenciaram um alto grau de correção e competitividade, o que em grande parte se atribui à existência e ao funcionamento da Justiça Eleitoral, além do aperfeiçoamento da legislação existente e do crescimento da participação política, em geral. Evidentemente, não se quer dizer com isso que não ocorressem fraudes, violências, clientelismo etc. Porém, tais eventos não chegaram a alterar significativamente quaisquer resultados eleitorais. Dessa forma, no Brasil de 1946-1964, estabeleceu-se um sistema multipartidário de âmbito nacional, atuando em condições de sufrágio universal e eleições competitivas, com efetiva alternância de poder, que propiciou um clima de liberdade para a criação cultural e para o exercício da opinião e organização dos cidadãos.

É com esse enquadramento mais geral sobre as bases da política brasileira no período que decorre entre 1930 e 1964 que se deseja que o leitor comece a percorrer as páginas desse volume. Nacionalismo, autoritarismo, democracia, desenvolvimentismo, industrialização, urbanização, transição demográfica, são algumas das palavras-chaves que assinalam os projetos e processos que o marcaram, deixando forte presença em uma cultura política republicana no país.

Este volume, como os demais da coleção, está dividido em cinco capítulos. O primeiro, dedicado ao tema população e sociedade, é de minha autoria. As décadas analisadas são o tempo de um grande movimento de interiorização e autêntica reconquista do território brasileiro, que se expressa no lema cunhado durante o Estado Novo: "Marcha para o oeste". Os sertões, como espaço geográfico e simbólico, colocam-se na mira das políticas governamentais. Modernizar o Brasil era, em síntese, efetivamente conquistar seu território e "organizar" seu povo. Cidades como Goiânia e Brasília e rodovias como a Belém-Brasília materializam bem o que se sonhava e vivia. Pode-se dizer também que, nos anos 1930–1960, o país realizou sua transição demográfica, ou seja, passou a crescer através

 da combinação da queda das taxas de mortalidade com a manutenção de índices estáveis de natalidade.

O segundo capítulo, de autoria de Boris Fausto, centra-se na política brasileira e, não por acaso, retoma a questão da modernidade. Trata-se de uma conjuntura ímpar, que se inaugura e se fecha com autoproclamadas revoluções: a de 1930 e a de 1964. Nesse ínterim, o Brasil vive uma dramática guerra civil, além de muitas revoltas, que mobilizam setores significativos da sociedade e alimentam o imaginário político nacional de forma duradoura. O movimento integralista e o fortalecimento e divulgação de discursos políticos em favor e contra o comunismo ganham destaque. Nesse sentido, é bom ressaltar como o país vai se tornando palco de uma política de massas, e não mais de grupos restritos de elite. Massas (palavra importante no vocabulário político da época) que se organizam e ocupam as ruas. Massas que não podem mais ser ignoradas e que passam a fazer parte do campo da política pelo voto e também por uma multiplicidade de associações que evidenciam a força da participação política do tão cantado povo brasileiro que, enfim, mostra sua cara.

O terceiro capítulo, de Letícia Pinheiro, volta-se para o estudo das relações internacionais. O desafio foi enorme, uma vez que em tempos de Segunda Guerra Mundial, a ótica privilegiada foi a da política que contempla, em especial, a América Latina. O principal e inovador objetivo do capítulo foi fugir de chaves interpretativas muito consolidadas da política externa brasileira, para construir uma análise mais conforme a importância que os países latino-americanos tiveram nas relações internacionais do período, sem superestimar ou subestimar a centralidade da presença norte-americana. E isso no clima que gerou a Segunda Grande Guerra e, a seguir, a chamada Guerra Fria, por sinal, então muito quente.

O quarto capítulo, dedicado à economia, é de autoria de Marcelo de Paiva Abreu. Ele abarca um longo período, marcado por políticas econômicas e sociais extremamente inovadoras. Porém, em comum, elas demarcam a presença do intervencionismo do Estado como um evento decisivo, que veio para ficar. Não apenas o Brasil, mas todo o mundo, impactado pela Grande Depressão de 1929, teve que rever suas crenças e projetos políticos e econômicos. Os anos entre 1930 e 1960 são, assim, aqueles em que o Brasil começou a se parecer com o que conhecemos hoje. Com acertos e desacertos, o Brasil mudou e se modernizou.

O último capítulo, escrito por Eliana Dutra, é dedicado à cultura, uma vez que esse campo cresceu e se transformou de forma impressionante nessas décadas. Aliás, pelo campo cultural, o Brasil foi recriado, reinventado.

No princípio era o livro: autores e editores de porte se fortaleceram. O romance social e a literatura infantil também. Mas essas são também as décadas de explosão da popularidade do rádio e do início da televisão. Nas ondas dessas novas mídias, destacaram-se grandes nomes, desde as Rainhas do Rádio até o rei do baião, Luiz Gonzaga, sem falar em Carmen Miranda, Francisco Alves etc. E uma nova batida, a da bossa-nova, revirou o Brasil e levou-o aos ouvidos do mundo no balanço do corpo da *Garota de Ipanema*. Mas ainda havia o teatro, os cassinos, as artes plásticas. Esse foi o tempo do reconhecimento das gravuras e dos gravuristas; arte reprodutível, mais acessível e não menos bela. E ainda houve muito mais...

Por tudo isso, o leitor está convidado para o espetáculo, olhando para dentro desse livro.

BIBLIOGRAFIA

FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história*: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, Angela de Castro. Política: história, ciência, cultura etc. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Cpdoc/FGV, v. 9, n. 17, p. 59-84, 1996.

______. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia M. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4, p. 489-558.

______. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

______. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *Culturas políticas*: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

______. Jango e a República de 1945-1964: da República populista à Terceira República. In: SOIHET, Rachel et al. (Org.). *Mitos, projetos e práticas políticas*: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 21-34.

LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas*: o processo partidário-eleitoral brasileiro (1945-1964). Rio de Janeiro: Iuperj, 1999.

PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

DETALHE DA IMAGEM DA PAGINA 76



PARTE **1**

ANGELA DE CASTRO GOMES
POPULAÇÃO E SOCIEDADE

EM MARCHA PARA O OESTE, O BRASIL E A UTOPIA DA CONQUISTA DOS SERTÕES

A construção de uma nação é um processo permanente e inconcluso, durante o qual seus integrantes, ou melhor, sua população vai aprendendo a se reconhecer com características próprias, que não só a distinguem de outras nações, como a identificam para si mesma. Tal processo é, sem dúvida, fruto de complexas operações socioculturais, que ocorrem em um tempo longo e mobilizam inúmeros e diferenciados atores históricos, sejam indivíduos ou grupos, em torno de diversos projetos políticos, que podem ser convergentes ou conflitantes em muitos de seus aspectos. Vale destacar também que projetos de nação podem, em determinados momentos, alcançar altas doses de criatividade política, o que depende, em grande parte, de um lado, do poder daqueles que o sustentam e, de outro, da conjuntura nacional e internacional em que estão atuando. Nesse sentido, há períodos estratégicos, em que os atores históricos, sobretudo as elites político-burocráticas que dirigem o Estado, compreendem que suas margens de ação foram ampliadas, que seus "horizontes de expectativas" se tornaram maiores para a elaboração e realização de projetos que poderiam, verdadeiramente, reinventar a nação imaginada.

É para este tipo de convicção e de sensibilidade políticas que se quer chamar a atenção do leitor, pois é exatamente essa percepção que preside o imaginário e a atuação de muitos dos intelectuais e políticos brasileiros no decurso das décadas de 1930 a 1960, havendo, evidentemente, variações quando o autoritarismo dos anos 1940 fica para trás e os ventos democráticos sopram nos anos 1950. Mas, mesmo essa mudança

 política fundamental não altera o sentido do que se quer remarcar: esse é um tempo de grandes transformações para o país, que altera de forma profunda e decisiva sua "vocação" e lhe dá uma nova face, desde muito almejada: uma face urbana, industrial, moderna e civilizada, não mais colonizada e atrasada, finalmente... Ao menos, era isso o que movia o pensamento e a ação de grande parte das elites políticas, econômicas e culturais do período que, mesmo estando em disputa — quanto ao como e em que ritmo e direção esse processo devia seguir —, estavam de acordo em relação à tarefa de "organizar" o Brasil, acreditando que, para tanto, o Estado tinha um papel incontornável a cumprir. E, nesse trabalho de organização (palavra-chave do vocabulário da época), praticamente a maioria das características que tornavam, até então, o Brasil, Brasil, deviam ser repensadas, podendo sofrer algum grau de intervenção de políticas públicas do Estado que, após 1930, havia centralizado seu poder, concentrando-o, principalmente após 1937, no Executivo federal, encarnado na figura de Getúlio Vargas.

Portanto, "organizar uma nova nação", nesse contexto, podia e devia incluir o enfrentamento de questões que estavam postas pelo processo histórico de "formação" do país; questões conformadas desde nossas "origens" coloniais/imemoriais, que se aprofundaram com o passar do tempo e que, mesmo já tendo sido em parte diagnosticadas, estavam longe de sofrer qualquer tipo de alteração significativa. Assim, o trabalho tinha de ser intenso, devido aos numerosos e graves problemas existentes, que envolviam, entre outros, as precárias condições de saúde e educação da população. Também teria que ser imenso, pois imenso era nosso território, ao longo do qual se encontrava essa população, escassa em número, mal distribuída no espaço geográfico e muito mal assistida pelo poder público.

A escala em que então se pensava o poder do intervencionismo do Estado é uma variável importante para que se possa avaliar a multiplicidade e as dimensões das políticas que se tentaram implementar e que, em certa medida, efetivamente se implementaram, mesmo se considerando o fracasso de muitas delas. De toda forma, esse é um bom ponto de partida para se acompanhar o desenvolvimento — outra palavra-chave do período — da sociedade brasileira entre os anos 1930 e 1960. No decorrer desse tempo, ocorreram mudanças no perfil sociodemográfico da população, a ponto de se poder considerar que, nele, se alteraram algumas das características dessa sociedade, secularmente conhecidas e reconhecidas pelo pensamento social das elites e pela memória social do "povo", mais uma palavra que passa a ter trânsito político quase obrigatório nesse momento.

Assim, pode-se dizer que, até os anos 1930, o Brasil era visto como uma sociedade tradicional e atrasada: um país rural, agrário-exportador, com poucas "gentes" e muitos "vazios territoriais" a desbravar e ocupar. Pouco desenvolvido econômica e culturalmente, o país vivia dependente dos fluxos da economia internacional, como a crise de 1929 acabara de comprovar, mais uma vez; também vivia dependente das "ideias" vindas do exterior, pois não tinha universidades que formassem suas elites, nem escolas primárias, menos ainda secundárias, que educassem seus futuros cidadãos. Grande parte de sua população economicamente ativa, de seus trabalhadores, concentrava-se no campo, sendo pobre ou miserável, além de analfabeta e doente. Seu território, de tamanho continental, bonito e rico por natureza, como a carta de Pero Vaz de Caminha já anunciara nos Seiscentos, era de fato um arquipélago, formado por ilhas que não se comunicavam entre si, por falta de praticamente todas as políticas públicas capazes de promover a "unidade nacional". Modernizar o Brasil significava apostar em transportes, terrestres e marítimos, em meios de comunicação modernos, e em melhor educação, saúde etc. Modernizar o Brasil era, em síntese, conquistar o seu território e organizar o seu povo, entendendo-se que tais "missões" implicavam um trabalho simultâneo, no espaço e no tempo, pois a integração do território significava fazer avançar o povo em séculos, retirando-o de um passado verdadeiramente colonial, para lançá-lo no futuro do mundo urbano-industrial, que se apresentava como o presente, isto é, como um projeto factível e viável. Território e povo são, assim, categorias fundamentais para o pensamento e a ação nessas décadas, tendo grande sentido e valor político-cultural, e permitindo, quer a conformação dos diagnósticos, quer dos prognósticos sobre o país.

É tendo em vista esse tipo de transformações e de crenças que a literatura especializada, dedicada ao estudo do perfil populacional da sociedade brasileira, designa o período que vai dos anos 1930 aos 1960 como aquele em que o país realizou sua transição demográfica. Isso significa, nesse campo de conhecimento, demarcar quando determinadas sociedades se tornaram industrializadas, passando a crescer através da combinação da queda das taxas de mortalidade com a manutenção de índices estáveis de natalidade. Ou seja, esse é um período nas histórias das nações de incremento de sua população e de mudanças importantes em suas condições de vida. As razões que explicam esse fenômeno internacional, que naturalmente tem uma datação fluida e variável nos percursos nacionais, são muitas, abarcando descobertas e melhorias nas áreas da saúde, habitação e transportes, que incidem sobre os níveis de expectativa de vida que, com a expansão e o acesso à educação e outros

 serviços, produzem o crescimento da população. Aliado a tudo isso, as sociedades que se tornaram mais fortemente urbano-industriais construíram respostas para lidar com essas grandes mudanças, o que significa um maior desejo de acesso a um estilo de vida considerado moderno; mudanças nos tamanhos e funções das famílias; novas relações de gênero, com a entrada das mulheres, inclusive de classe média, no mercado de trabalho, e com a ampliação de sua presença no sistema educacional; novas percepções sobre o tempo, em função da velocidade e da possibilidade de acesso a novas mídias, como o rádio e o cinema, além do impresso, com muitas novas roupagens.

Porém, esses mesmos estudos advertem sobre os riscos de se usar a noção de transição demográfica de forma instrumental, quase evolutiva ou tautológica, naturalizando-se essas mudanças, como se fossem previsíveis em suas causas e consequências, o que as esvazia quase completamente de seus conteúdos histórico-sociológicos. Justamente para rejeitar tal abordagem e preencher de sentidos essa grande transformação, tanto quantitativa quanto qualitativa, é que se busca, neste capítulo, articular o novo perfil demográfico que a população brasileira assumiu com os movimentos que realizou no território e com um amplo conjunto de políticas públicas, mais especificamente as chamadas políticas territoriais. Nesse sentido, deseja-se vincular a transição demográfica do Brasil a toda uma mudança no repertório de representações do Brasil, que orienta e dá sentido às políticas formuladas entre 1930 e 1960. Tais representações são, assim, variáveis decisivas para a compreensão da montagem e execução dessas políticas, dando-lhes também historicidade. É com essa perspectiva que o período recortado foi entendido: como o da realização de uma utopia — a da conquista dos sertões. E aí temos outra palavra-chave, uma categoria síntese para designar não apenas o que se devia desbravar no século XX — um espaço vazio, longínquo, abandonado, atrasado —, mas aquilo em que se deveria tornar: um lugar ocupado, não mais periférico, e sim integrado ao corpo da nação e contribuindo com riquezas para sua grandeza e modernidade.

"FAÇA O BRASIL A ESTATÍSTICA QUE DEVE TER, E A ESTATÍSTICA FARÁ O BRASIL COMO DEVE SER"

Governar com números. Essa é, sem dúvida, a melhor máxima desses novos tempos, que bem podem se inaugurar com a frase do secretário-geral de

uma nova instituição, criada entre as muitas do pós-1930, quando os contornos de um Estado moderno e de sua burocracia estavam sendo desenhados: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou, como ficou conhecido, o IBGE. O intelectual Mário Augusto Teixeira de Freitas pode ser considerado um autêntico *statemaker*, pois ocupou lugar estratégico como grande cabeça pensante de um poderoso lócus de poder governamental. O IBGE deveria ser a instituição capaz de garantir respostas seguras e regulares a uma série de questões há muito recorrentes na história do país. Como era o território brasileiro? Quantos e quem eram os brasileiros? Onde estavam? Como viviam? Como trabalhavam? Como se movimentavam?

É claro que o trabalho do IBGE se estruturou e se beneficiou dos inúmeros levantamentos estatísticos realizados nas décadas anteriores, dos quais o próprio Mário Augusto Teixeira de Freitas havia participado, bem como de um enorme conjunto de valiosos dados reunidos pelos viajantes que percorreram o país. Contudo, sua atuação diferenciou-se de tudo o que existira anteriormente, por se pautar em uma orientação técnica mais precisa e unificada para todo o Brasil. Seria impossível tratar dos problemas que acompanham a história do povo e da sociedade brasileira sem dar o devido destaque ao IBGE e a seus integrantes.

Organizar, como se disse, era uma palavra-chave nos anos 1930/1940, pois remetia a um sentido político preciso: conhecer os problemas do Brasil e enfrentá-los com diretrizes científicas. Tratava-se de um conhecimento de novo tipo, uma vez que não mais remetia a um "saber bacharelesco", de natureza jurídica e idealizada, mas a outros saberes, como o sociológico, o geográfico, o histórico e, sem dúvida, o estatístico. Os Estados nacionais, quase sempre e quase desde sempre, precisaram se informar sobre as características de seu território e de seu povo. Quantificar, mensurar, mapear são operações que sustentam o conhecimento da "realidade" e permitem traçar políticas, como a de tributar e garantir a segurança, isto é, de exercer as tarefas próprias dos Estados modernos. Para tanto, instituições específicas são necessárias. Foi por isso que, em 1936, quando Getúlio Vargas era presidente constitucional do país, criou-se o Instituto Nacional de Estatística, o INE, uma demanda que, de fato, não era nova. Porém, foi só em 1938, já sob o Estado Novo, que esse órgão ganhou novo formato e força, nascendo o IBGE, então diretamente subordinado à presidência da República. Seu presidente, o embaixador e político paulista José Carlos de Macedo Soares, permaneceu no cargo de 1936 até 1951. Foram quinze anos, durante os quais o IBGE se construiu como instituição, *definindo* e consolidando um padrão de atuação técnica e política que se alteraria com

 o passar do tempo, mas deixaria marcas profundas. Durante os anos 1950 e também 1960 passaria por crises, enfrentando debates e críticas, internas e externas, a seu modelo de trabalho e a sua conformação. Em 1967, após o golpe civil e militar, deixou de ser uma autarquia para tornar-se uma fundação, passando por grande reformulação, como que encerrando uma etapa de sua trajetória de vida. Dessa forma, da década de 1930 até a de 1960, o IBGE, como o Brasil, cresceu e realizou proezas, a começar pela feitura dos censos populacionais, prática que não mais seria interrompida e que, cada vez mais, embora não com o mesmo significado, corrobora a máxima de que não é possível governar sem números.

Vale então examinar melhor que números são esses, ao mesmo tempo que se lança um olhar para as conjunturas de sua produção, sobretudo a do primeiro "verdadeiro" censo do país, que foi o de 1940.

Havia muito a fazer quando a mobilização para a feitura desse censo começou. O Brasil era um desconhecido — como afirma o selo comemorativo do evento —, que precisava ser retratado com fidelidade. Cartazes foram elaborados para anunciá-lo e carros de som percorreram as ruas das cidades, onde as escolas sensibilizavam as crianças, que iriam conversar e, assim, informar seus pais e vizinhos da importância do acontecimento. Além disso, o ano de 1940 comemorava uma década da Revolução de 1930, que levara o chefe do Estado Novo ao poder. O censo se inseria, portanto, em uma série de eventos e festas, na qual se destacava por seu grande valor e pelas dificuldades técnicas e políticas que tinham de ser vencidas para sua bem-sucedida ocorrência. Apenas para se dimensionar o que ele traria como contribuição, o mapa mais atual então existente, abrangendo a totalidade do território brasileiro, foi elaborado por ocasião das comemorações do Centenário da Independência, em 1922. Em função dos acontecimentos revolucionários de 1930, não se puderam colher dados censitários que se referissem à década de 1920, dando prosseguimento aos trabalhos sistematizados pelos censos anteriores, todos eles possuindo problemas e já sendo muito questionados.

O censo de 1940, por tudo isso, era muito especial, e se faria também em contexto muito especial. O Estado Novo, como outros regimes autoritários seus contemporâneos, estabelecia como meta estratégica para a segurança nacional um efetivo controle sobre povo e território, cuidando-se das fronteiras do país, ameaçadas, quer por inimigos externos, quer por inimigos internos. A ameaça interna era identificada no separatismo, que fora alimentado, de um lado, pelo grande tamanho e pela diversidade dos estados brasileiros e, de outro, pelo "federalismo exacerbado" fomentado



Fotógrafo não identificado
Propaganda do Censo de 1940, no obelisco da avenida Rio Branco
GELATINA/PRATA, RIO DE JANEIRO, S.D.
ACERVO IBGE

pela Constituição de 1891, que estimulava desejos de autonomia política, contrários à unidade nacional. Depois dos enormes desgastes evidenciados pela eclosão da Revolução Constitucionalista de 1932, isso não deveria ser mais possível. Foi contra esse tipo de federalismo que o IBGE buscou alternativas para sua estruturação: ele era um constrangimento a ser contornado, pois era preciso vencer as resistências que os estados opunham às investidas da União no terreno da produção de estatísticas. Ou seja, mesmo com o Estado Novo, o poder das elites estaduais não desaparecera, apesar de ter

 sido duramente golpeado, bastando lembrar que os chefes dos governos estaduais eram os interventores, não mais eleitos, e sim nomeados pelo presidente Vargas. Ainda assim, tais interventores não agiam num "vazio" político, tendo que se articular com lideranças diferenciadas, muitas das quais com bases municipais antigas e sólidas. A solução encontrada ilumina a importância e a necessidade das negociações políticas realizadas, a despeito do autoritarismo. Foi o que se chamou de "consórcio interadministrativo de base municipalista". Quer dizer, um arranjo cuja cabeça era uma instituição nacional (e não federal), que agregava entidades federais numa Junta Executiva Central e entidades estaduais em Juntas Executivas Regionais. Porém, seus tentáculos, espraiados pela imensidão do espaço territorial, eram as Agências Municipais de Estatística, que deviam ser numerosas e eficientes. Uma autêntica "obra de relojoaria", na imagem construída para dar conta da delicadeza e precisão necessárias a seu funcionamento, bem como de seu destino: produzir um novo tempo, que acelerasse o ritmo de crescimento do Brasil, tirando-o do atraso e projetando-o para a modernidade, agora sustentada em bases mensuráveis quantitativamente.

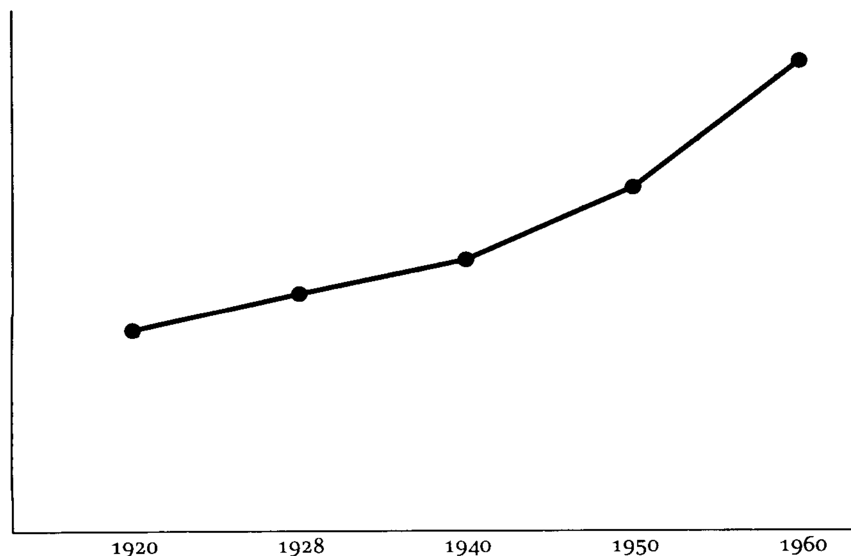
Agravando em muito essas dificuldades, outros inimigos internos se manifestavam, promovendo uma guerra de tipo ideológico, não menos danosa à integridade do Estado e da nação. Esses inimigos eram os comunistas, que haviam se levantado em armas, em 1935, e os espiões internacionais (alemães e japoneses, em especial), que se moviam em nosso território, em função do clima político criado pela Segunda Guerra Mundial. Esse conflito era uma ameaça sem precedentes, pois subvertia as condições de troca econômica internacional e punha em risco nossas fronteiras — terrestres e marítimas —, ameaçando transportes e comunicações, em boa parte dependentes da navegação de cabotagem. Um momento tão crítico que, em 1942, o Brasil rompeu relações diplomáticas e declarou guerra ao Eixo, alinhando-se aos Aliados. Foi, portanto, em um contexto político como esse que o IBGE começou a fazer seu primeiro censo. Seu principal objetivo era subsidiar um governo forte, centralizado e intervencionista, que vivia em clima de guerra e precisava implementar um variado conjunto de políticas, entre as quais se destacavam aquelas destinadas a proteger o espaço territorial e seu povo, integrando-o de uma maneira efetiva.

Os resultados alcançados foram avaliados como uma grande vitória, principalmente pelo estabelecimento de uma metodologia de trabalho e pela verificação de sua viabilidade, ainda que se reconhecesse que havia muito a ser melhorado, o que efetivamente ocorreu. Os dados desse censo, aliados aos de 1950 e 1960, permitiram, como muito se anunciou, traçar

um retrato do Brasil, bem como acompanhar a tendência de seu desenvolvimento demográfico, no período aqui analisado.

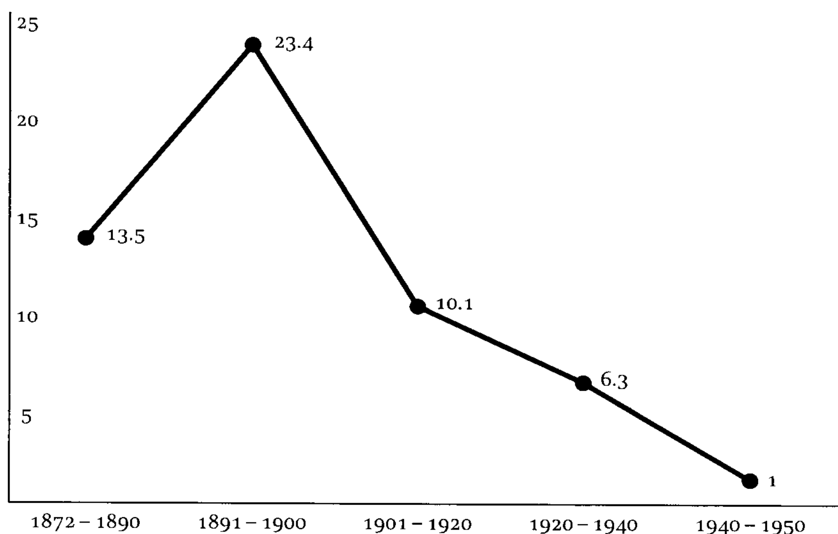
A primeira e grande observação foi a do aumento do ritmo de crescimento da população do país, expresso nas taxas registradas, que mostram ter sido esse o período de seu maior incremento. Como não se teve censo em 1930, a taxa anual de crescimento entre 1920 e 1940 é de 1,5% ao ano, subindo, em 1940, para 2,3%, para chegar, em 1950, à marca de 3% ao ano, para então, em 1960, cair um pouco, passando a 2,8% por ano (Berquó, 2001:170). Números que impressionam, ainda mais quando se sabe que, no período identificado como de transição demográfica nos países europeus, essas taxas eram de 1,5% ou 1% ao ano, o que já é considerado muito. Um crescimento, portanto, que quase duplicou o número de habitantes do país em trinta anos, e que se traduz, em termos absolutos, da forma que se segue: entre 1920 e 1940, a população era de 30.638.607 habitantes; entre 1940 e 1950, subiu para 40.165.289; e entre 1950 e 1960 alcançou 51.151.629 (Patarra, 1995:256).

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA DE 1920 A 1960 (EM MILHÕES)



Fonte: Censos IBGE, Laboratório de Estatística, com base nos dados de tabelas extraídas de *Anuário estatístico do Brasil 1960* (Rio de Janeiro: IBGE, v. 21, 1960).

50 AUMENTO DA POPULAÇÃO PELO EXCEDENTE DAS IMIGRAÇÕES SOBRE AS EMIGRAÇÕES, 1872-1950 (EM PERCENTAGEM REAL)

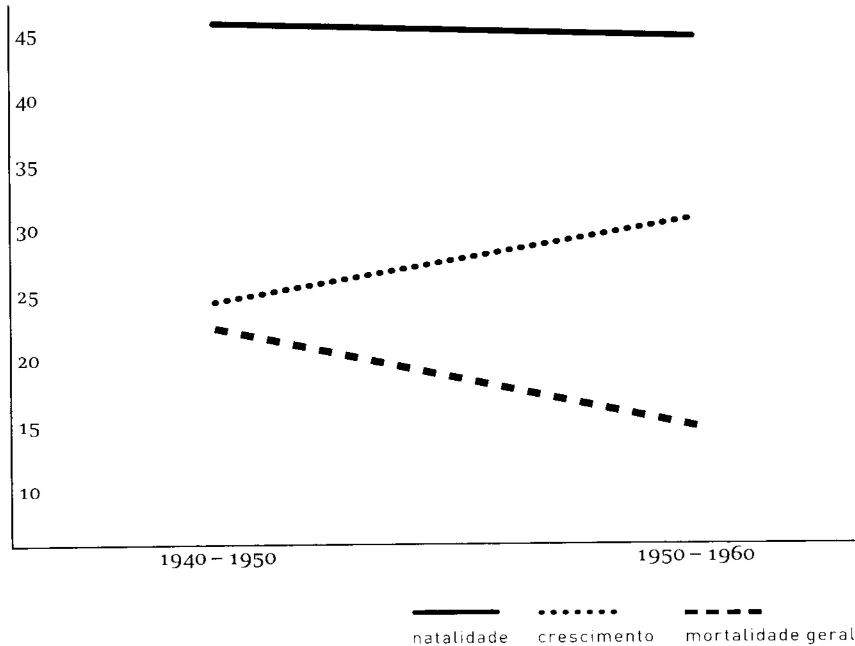


Fonte: Censos IBGE, Laboratório de Estatística, com base na de tabela extraída de *Anuário estatístico do Brasil 1960* (Rio de Janeiro: IBGE, v. 21, 1960).

A segunda observação registrou a combinatória, já referida, que explica as razões desse aumento populacional: uma estabilidade nas taxas de natalidade, a que se agrega uma cada vez mais significativa queda nas taxas de mortalidade. Nesse sentido, esse é o fator decisivo para se entender o aumento populacional do país, uma vez que as taxas de entrada de imigrantes, tão importantes até 1930 — do final do século XIX até esse ano, cerca de 4 milhões de estrangeiros entraram no Brasil —, não tinham mais a mesma expressividade em termos demográficos: de 1931 a 1963, eles somaram um total de apenas 1.106.404.

Uma série de motivos responde por esse declínio, desde questões ligadas à crise internacional de 1929 e ao clima da Segunda Guerra Mundial até aquelas ligadas ao fim dos incentivos que o país mantinha para sustentar uma imigração subsidiada. O encerramento desses incentivos se relaciona não só com essa nova conjuntura política internacional, como também com alterações nos projetos político-ideológicos do regime que se iniciou com a Revolução de 1930. A imigração subsidiada alimentava-se

TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA BRASILEIRA — CURVA DE NATALIDADE E MORTALIDADE ENTRE 1940 E 1960



Fonte: Adaptação do gráfico 1 de Berquó (2001:31).

de uma crença no "branqueamento" do povo brasileiro como indicador de avanço civilizatório, acelerando um processo de mestiçagem em curso há séculos. Segundo essa concepção, que a partir dos anos 1930 começaria a ser muito mais questionada, embora não desapareça, o imigrante branco colaborava para o "crescimento e melhoramento" do país de múltiplas formas, inclusive morais. Sustentava-se, sobretudo no início desse século, que o "branqueamento" do povo era uma questão de tempo; um tempo bem empregado, pois o imigrante trazia um *éthos* do trabalho e uma preocupação com o futuro que os nacionais não possuíam. Mas essa crença vinha sendo corroída, não só pela verificação de que a mestiçagem só crescia, mas principalmente porque se estava chegando à conclusão de que, em vez de ser um problema, ela era, na verdade, uma solução. O Brasil era e deveria ser, com vantagens, o território de um "povo mestiço", que convivia bem

 com a diversidade, inclusive a de cores, e era assim que se constituiria uma "raça brasileira".

Com essa nova perspectiva, não havia mais por que privilegiar trabalhadores estrangeiros com incentivos diversos, privando os nacionais, de quaisquer matizes, das atenções governamentais, fossem elas da União ou dos estados. Por isso, inclusive, o fim desses incentivos se aliou às transformações na política imigratória ocorridas após 1930, quando tiveram início medidas restritivas, que produziram uma queda nas entradas de estrangeiros, o que se acentuou em função da Segunda Guerra, como mencionado, permanecendo assim durante a década de 1950. Uma nova legislação, resultante de estudos realizados por uma comissão especialmente nomeada para tal fim, gerou inúmeros decretos-lei como: uma lei de nacionalidade; uma lei de extradição e uma de expulsão de estrangeiros; e uma lei para o controle da entrada de imigrantes por origens nacionais, segundo cotas estabelecidas pelo governo, todas do ano de 1938. Um ano decisivo, no que se refere às medidas de controle do território e de sua ocupação, pois assinala o início da chamada política de nacionalização do Estado Novo. Além das iniciativas citadas, o Departamento Nacional de Povoamento, criado em 1930, foi transformado em Departamento Nacional de Imigração; e o Serviço de Imigração, Reflorestamento e Colonização, em Divisão de Terras e Colonização. Por fim, pelo Decreto-lei nº 1.532, de 23 de março de 1938, a imigração passou a ter status de problema político afeto à segurança nacional do Estado, ficando, portanto, subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Os imigrantes deveriam ser, definitivamente, um fator de progresso e não de desagregação social e desordem política, como eram vistos por conta de seu envolvimento no movimento operário, em greves e boicotes e de sua imprensa, sendo por isso identificados como potenciais anarquistas, considerados sempre os maiores responsáveis pela importação das ideias exóticas e perigosas que agitaram o período da Primeira República. O Brasil realizava um grande esforço de valorização do homem e da terra, não interessando ao governo a formação de quistos étnicos de uma nacionalidade, como ocorria no sul do país, nem a fixação de estrangeiros nas cidades. A concessão de terras nas fronteiras agrícolas (decretos-lei de janeiro e setembro de 1940) e a organização de colônias agrícolas (decreto-lei de fevereiro de 1941) priorizavam o trabalhador brasileiro, devendo haver um rígido controle de entrada de imigrantes, em função do estabelecimento de quotas por nacionalidade, que levassem em consideração o volume daqueles estrangeiros existentes no país. Essa orientação era anterior ao Estado Novo, datando dos debates da

Assembleia Nacional Constituinte de 1934, quando o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio nomeou um grupo de estudiosos, chefiado por Oliveira Vianna, para elaborar um anteprojeto de lei sobre a entrada de estrangeiros no país. Assim, uma diretriz que privilegiava o migrante brasileiro e, no caso dos imigrantes, as nacionalidades consideradas de mais fácil assimilação, isto é, os portugueses e espanhóis, afirmou-se claramente. Nesse contexto, os alemães, os japoneses e até os italianos passaram a ser evitados e a sofrer crescentes perseguições, sobretudo depois da entrada do Brasil na Segunda Grande Guerra e com a propaganda contra os espiões nazifascistas: os traidores da quinta-coluna que atuavam no Brasil.

Por esse conjunto de razões, o contingente imigratório se tornou quantitativamente muito menor, e seu perfil bem mais diversificado em composição por nacionalidades, com predominância de japoneses (em especial na primeira metade da década de 1930), italianos e espanhóis (ambos os contingentes se adensando no pós-guerra e anos 1950). Além disso, os aqui chegados não mais se dirigiam maciçamente às atividades agrícolas, voltando-se para tarefas no setor industrial e no de serviços, localizando-se em cidades de vários portes e em diversos estados do Brasil (Patarra, 1995:253).

Examinando mais de perto o crescimento populacional que deslanchou nos anos 1930, é possível aprofundar algumas de suas dimensões, compreendendo-se melhor a vinculação desse fenômeno com os novos estilos de vida da sociedade brasileira, bem como assinalar sua diversidade em termos de gênero, cor e regiões do Brasil. Portanto, embora ele tenha atingido todo o território, não o fez com a mesma intensidade, razão pela qual manteve e até aprofundou algumas das desigualdades há muito conhecidas no país.

Como se assinalou, o fator decisivo para o aumento populacional nessas décadas foi a queda da mortalidade, que se apresenta em uma dupla face. A primeira aponta para uma diminuição da mortalidade infantil que, aliada à manutenção de taxas de fecundidade altas — que chegam a 5,5 filhos por mulher —, reforçou uma ideia muito presente no imaginário nacional: a de que o Brasil era uma nação jovem. Uma metáfora de base demográfica com valioso conteúdo político: o de uma nação voltada para o futuro, um futuro glorioso, aliás, que estava sendo construído pelo presente que se vivia. Portanto, a estrutura etária da população brasileira, entre 1930 e 1960, é a de uma pirâmide com base larga, como largos eram os horizontes que então se abriam a seu desenvolvimento. Contudo, outro fator é decisivo para tal incremento demográfico, pois não só as crianças morriam menos; toda a população estava sendo beneficiada, embora em graus extremamente diferenciados, pelas novas descobertas científicas, como a dos antibióticos,

e pelas novas medidas de saúde pública, que se dirigiam ao combate de doenças transmissíveis, com campanhas de vacinação e de dedetização, como ocorreu no combate à doença de Chagas, que tão bem simbolizava um dos maiores males do país. Políticas ligadas à assistência médica e de saneamento básico também tiveram seu papel, mesmo sendo um enorme desafio qualquer tipo de medição mais precisa dos impactos desses tipos de ações que, no caso do Brasil, têm início antes mesmo da Segunda Guerra, que estimulou o número e o alcance dos programas de saúde com o assistencialismo internacional, com destaque, o norte-americano. Essa ampla série de medidas aparecia nos censos que registravam as taxas de aumento de expectativa de vida, que chegavam, em geral, a uma média de mais de dez anos, mas que sofria variações regionais muito grandes. Alguns dos obstáculos percebidos são claramente apontados, relacionando-se, quer ao acesso aos "sertões profundos" (mais distantes e pobres), quer às periferias das cidades, que começavam a aumentar e a se degradar em termos de habitação, saneamento etc.

Alguns números dão bem a medida desse tipo de desigualdade, desenhando, demograficamente, quantos e quão diferentes eram os Brasis existentes no mesmo território, que se procurava tornar "uno e harmônico", como alardeava a propaganda governamental. Segundo os estudiosos, em 1940, enquanto no Nordeste a expectativa de vida era de apenas 38 anos, no Sul/Sudeste, área mais urbanizada e industrializada, já chegava a 50 anos, apontando para um diferencial de doze anos que não diminuiu nas décadas de 1950 e 1960, só começando a declinar nos anos 1970. Algo que se replicava nas taxas de mortalidade infantil, evidenciando a tragédia das famílias do Norte e Nordeste. Embora as mães dessas regiões tivessem de dois a três filhos a mais que as mães de outras partes do Brasil, durante todo esse período elas não conseguiam mantê-los vivos pela pobreza e falta de condições de saúde e educação em que viviam. De toda forma, foi muito alta a fecundidade das mulheres brasileiras no período, pois essa taxa só começou a declinar a partir dos anos 1960, para chegar, em 1980, a 4,3 filhos por mulher.

E quem eram essas mulheres, que igualmente cresciam em número e começavam a ter mais acesso à educação superior e ao mercado de trabalho formal, obtendo melhor remuneração? Elas também são muito diferentes entre si, sobretudo se agregarmos à variável gênero a de cor, que esteve presente no censo de 1940. De forma geral, enquanto os homens continuavam a se casar com uma média de 27 anos, elas começavam a se casar um pouco mais tarde (em 1940, com 21,7 anos; em 1950, com 23,3 anos; em



Selo de propaganda do Censo Geral de 1940

O IBGE realizou ampla campanha de propaganda sobre o Recenseamento de 1940, o primeiro realizado no Brasil, segundo moderna metodologia. Para tanto, utilizou cartazes, selos, carros de propaganda, tudo o que pudesse sensibilizar a população.

ACERVO IBGE

1960, com 23,8 anos), não mais tão jovens e, como hipótese, não mais tão sujeitas às imposições familiares. Como os censos do período utilizavam os critérios de cor então disponíveis, eram os brancos e pardos que cresciam em número, havendo declínio dos que eram pretos. Em correlação com tal achado, os números diziam que homens e mulheres negros se casavam mais tarde ou se tornavam celibatários em maior número que os brancos e pardos, sobretudo as mulheres negras. Assim, os homens negros se casavam mais e, em grande parte, na terminologia da época, com mulheres "claras". Além disso, as mulheres negras eram as que tinham menos filhos, comparativamente às brancas e pardas, ao que se somava o fato de a expectativa de vida entre a população negra ser, também, em média, 7,7 anos menor que a dos demais grupos (Berquó, 2001:27-28).

56 RESULTADOS DOS RECENSEAMENTOS DEMOGRÁFICOS ENTRE 1920 E 1950

SEGUNDO A COR (EM NÚMEROS ABSOLUTOS)

	1920	1940	1950
BRANCOS	—	26.171.778	32.027.661
PRETOS	—	6.035.869	5.692.657
AMARELOS	—	242.320	329.082
PARDOS	—	8.744.365	13.786.742
SEM DECLARAÇÃO DE COR	—	41.983	108.255

SEGUNDO A IDADE (EM NÚMEROS ABSOLUTOS)

	1920	1940	1950
MENOS DE 1 ANO	830.354	1.370.530	1.915.760
DE 1 A 9 ANOS	8.338.339	10.827.936	13.470.647
DE 10 A 19 ANOS	8.127.547	9.772.003	11.810.882
DE 20 A 39 ANOS	8.187.020	12.071.407	15.409.462
DE 40 A 59 ANOS	3.852.519	5.486.634	7.015.673
DE 60 A 79 ANOS	1.109.109	1.503.823	1.996.638
80 ANOS E MAIS	125.067	171.711	208.703
IDADE IGNORADA	65.650	32.271	116.632

SEGUNDO A INSTRUÇÃO (EM NÚMEROS ABSOLUTOS)

	1920	1940	1950
SABEM LER E ESCREVER	6.155.567	10.379.990	14.916.779
NÃO SABEM LER E ESCREVER	11.404.715	13.269.381	15.272.632
SEM DECLARAÇÃO DE INSTRUÇÃO	—	60.398	60.012

Fonte: Serviço Nacional de Recenseamento. Tabela extraída de *Anuário estatístico do Brasil 1960* (Rio de Janeiro: IBGE, v. 21, 1960).



Desenho feito pela aluna Zilce Oliveira Roseiro sobre o Censo de 1940

O IBGE também procurou chegar às famílias através das crianças, mobilizando as escolas. O desenho da aluna do Grupo Escolar Irmã Maria Horta é um entre os muitos presentes no acervo da instituição.

ACERVO IBGE

Dados de 1940 a 1960 evidenciam como as variáveis de gênero e cor, particularmente se associadas à divisão regional do país, explicitavam as enormes diferenças nos ganhos dessa chamada transição demográfica brasileira. Nela, a população negra, em especial a do sexo feminino, casava menos e tinha menos filhos, o que apontava para o aumento dos habitantes brancos e pardos, de todos os matizes, pois, como se dizia, o povo brasileiro era "mestiço" e, desde então, com orgulho e não com complexo de inferioridade, como antes.

Outra grande variação perceptível por esses dados, como se disse, ligava-se a uma invenção ocorrida nos anos 1930/1940: a divisão do Brasil em regiões geopolíticas, isto é, em espaços territoriais que, acompanhando em parte as divisões político-administrativas, buscavam ultrapassá-las,

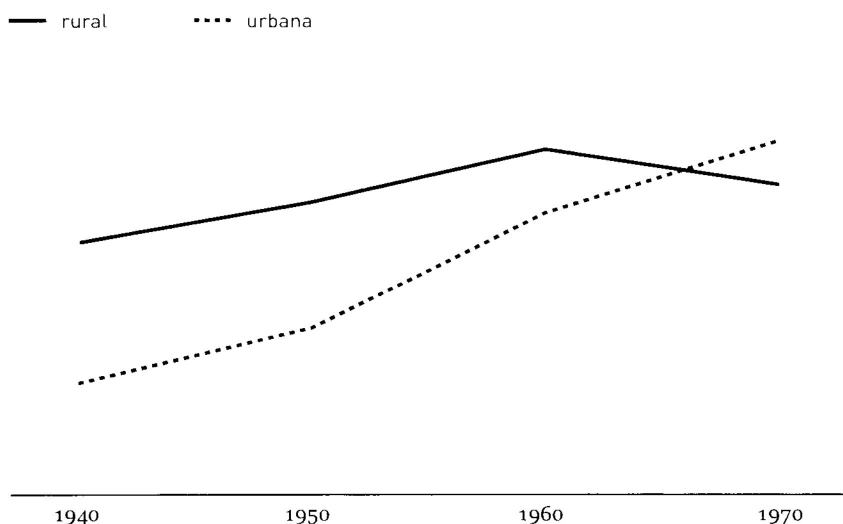
 em termos simbólicos. As "regiões" deviam se tornar uma nova maneira de se representar o Brasil: de vê-lo espacialmente e de pensá-lo política e culturalmente. Como tais regiões foram consagradas nesse momento, os dados censitários passaram, a partir daí, a ser apresentados segundo tal distribuição que, com o passar do tempo, acabou sendo naturalizada na memória histórica nacional. Tais regiões, desenhadas segundo critérios geopolíticos, dão um sentido muito particular a outro e importante fenômeno apontado pelos censos feitos entre 1940 e 1960; fenômeno, aliás, que estava transformando uma das características mais decantadas do Brasil: a de que ele era um país rural, não apenas por sua "vocação" agrícola, que datava da colônia, como igualmente porque os valores e costumes mais autênticos da nacionalidade, desde a culinária, passando pela música ou qualquer manifestação artística, nasciam da "alma dos sertões". Dessa forma, esse lugar mítico da nacionalidade, permanentemente imaginado através de séculos da história do Brasil, era tanto o berço das mais verdadeiras qualidades da "raça brasileira", quanto o obstáculo a ser vencido e civilizado, passando a receber, como o "litoral", as benesses da modernidade.

Assim, pode-se pensar que, entre 1930 e 1960, em termos demográficos, o Brasil passou por dois grandes movimentos que se interceptam e têm impactos geopolíticos, econômicos, sociais e culturais gigantescos. Um deles é o avanço do processo de urbanização, dessa feita combinado ao de industrialização, que deslocou cada vez mais a população do campo para as cidades do sul, especialmente para um novo polo de atração: São Paulo. Nesse sentido, os meados do século XX assinalaram um ponto de inflexão extremamente significativo em nosso perfil demográfico, na medida em que começou a se inverter a relação entre população rural e urbana, ficando essa última cada vez mais concentrada no que, genérica e simbolicamente, foi denominado de "sul", ou melhor, de "sul maravilha", numa alusão às possibilidades reais ou sonhadas que a região oferecia. Dessa forma, se até os anos 1920 o Brasil ainda tinha poucas cidades de maior porte e elas se situavam, maciçamente, no litoral, sendo centros político-administrativos, essa distribuição vai se alterando e, no início da década de 1960, a situação era bem diversa, multiplicando-se o número de centros urbanos que se espalhavam pelo interior do país e cresciam a taxas bastante altas.

O outro movimento dá conta dos deslocamentos internos da população através do Brasil, mas tendo como destino não mais o litoral, na medida em que seus alvos passam a ser a Amazônia e o Centro-Oeste.

Esses imensos deslocamentos populacionais, particularmente intensos nos anos 1940 e 1950, vão responder por um êxodo rural de 10 milhões de pessoas, numa população que chegou, nesta última década, a cerca de 50 milhões de habitantes. Quando, em meados dos anos 1960, já sob o regime civil e militar implantado em 1964, iniciou-se a mecanização do campo, era adiantado o processo de esvaziamento e empobrecimento das áreas rurais do país, o que se agravaria muito ao longo dos anos 1970. Dessa forma, inverte-se decisivamente a curva de concentração da população brasileira que, em 1930, ainda contava com 70% de seus habitantes em zonas rurais, enquanto em 1980 os mesmos 70% se encontravam em cidades. Voltando à questão das divisões regionais do Brasil, o Nordeste era o grande abastecedor de mão de obra, respondendo pelo maior número de saídas, enquanto o Sul e o Sudeste eram as regiões receptoras, por serem as áreas urbano-industriais mais desenvolvidas e atraentes para quem queria "fazer o Brasil".

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL BRASILEIRA NAS ÁREAS RURAIS E URBANAS ENTRE 1940 E 1970



Fonte: Serviço Nacional de Recenseamento. Gráfico elaborado com base na tabela extraída de *Anuário estatístico do Brasil 1962* (Rio de Janeiro: IBGE, v. 23, 1962).

O homem brasileiro, o trabalhador nacional, e não mais o imigrante estrangeiro, era o grande protagonista desse cenário de migrações internas que se descortinava a partir do fim dos anos 1930. É justamente esse ciclo de deslocamentos, associado ao crescimento vegetativo da população, que possibilitou o modelo de desenvolvimento assumido pelo país, definido como de substituição de importações e concentrado no Sul/Sudeste. Nesse volumoso e diferenciado contingente de homens, mulheres e crianças, os nordestinos se destacavam quase como o tipo ideal de migrante, buscando a Amazônia, São Paulo e, por fim, Brasília. Na pele do "arigó" que vai para a Amazônia ou do "candango" que constrói a nova capital no centro do país, ele era o herói trágico da história do povo e do território brasileiro nessa travessia demográfica, que será abordada, agora, dessa outra perspectiva.

"O VERDADEIRO SENTIDO DA BRASILIDADE ESTÁ NA MARCHA PARA OESTE" (CASSIANO RICARDO, *MARCHA PARA OESTE*, 1940)

O Brasil é um país grande. Sua imensidão territorial foi um atributo secularmente apontado pelos intelectuais que pensaram os destinos do país, quer como vantagem, pelas riquezas naturais que certamente guardaria e pela liderança "natural" que davam ao Brasil na América Latina; quer como desafio, pelos enormes esforços que exigia de seus habitantes, escassos diante da vastidão do espaço, e do Estado, desaparelhado em face das tarefas que precisava desempenhar para protegê-lo e explorá-lo. O próprio hino nacional canta o "gigante adormecido", ensinando aos cidadãos que um território tão belo e rico exige uma "brava gente brasileira". Não é casual, portanto, que uma das figuras magnas da memória e da história nacionais seja o bandeirante, isto é, o "homem" que conquistou a "terra", desbravando os sertões, plantando cidades no interior desconhecido; enfim, quem traçou as fronteiras do Brasil. O bandeirante e o movimento das bandeiras, identificados como obra da "raça de gigantes" que habitava o estado de São Paulo, no dizer do historiador Alfredo Ellis Júnior, são, assim, uma espécie de saga, uma autêntica epopeia, que sintetiza a trajetória e o destino da nação brasileira. Herói que tem muitos nomes e cores, o bandeirante não era um "invasor", mas um "conquistador" do que já seria seu por direito.

Figura exponencial do imaginário nacional, não é também casual que tenha sido mobilizada por muitos governos republicanos ao longo do tempo. Mas pode-se dizer que foi após 1930 e mais precisamente com o

C O L E Ç Ã O
DOCUMENTOS BRASILEIROS

DIRIGIDA POR OCTAVIO TARQUINIO DE SOUZA

25

CASSIANO RICARDO
DA ACADEMIA BRASILEIRA

MARCHA PARA OESTE

(A INFLUENCIA DA "BANDEIRA" NA FORMAÇAO SOCIAL E POLITICA DO BRASIL)



Livraria JOSÉ OLYMPIO *Editora*

Capa do livro *Marcha para Oeste*, de Cassiano Ricardo

RIO DE JANEIRO, JOSÉ OLYMPIO EDITORA, 1940

 Estado Novo que surgiram esforços mais incisivos de mobilização dessa grandiosa tradição que remetia à expansão territorial e se traduzia em uma fórmula de fácil apreensão para a população: a da Marcha para o Oeste. Sob essa designação, um amplo programa governamental precisou ser organizado, principalmente a partir de 1938, quando o Estado anunciou sua política de "nacionalização" do Brasil. Isto é, tratava-se de tornar o Brasil uma terra de brasileiros, por eles efetivamente ocupada. Seguindo uma imagem que o presidente Vargas gostava muito de usar em seus discursos, finalmente nossas fronteiras "externas" — desenhadas pelos tratados internacionais estabelecidos ao longo de nossa história — coincidiriam com nossas fronteiras "internas". Daí o traçado de um conjunto de ambiciosas políticas públicas, encetadas por um Estado forte e capaz de representar a "unidade nacional", traduzido pelo lema da Marcha para o Oeste. Nada nesse projeto podia ser pequeno, razão pela qual ele abarcava medidas que debatiam e buscavam intervir na organização do espaço territorial do país; no controle dos fluxos populacionais, fossem de imigrantes ou de migrantes nacionais; e na previsão de investimentos em áreas estratégicas, como a de transportes e comunicações, fundamentais para a segurança e o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, sobretudo quando o pano de fundo era a Segunda Guerra Mundial.

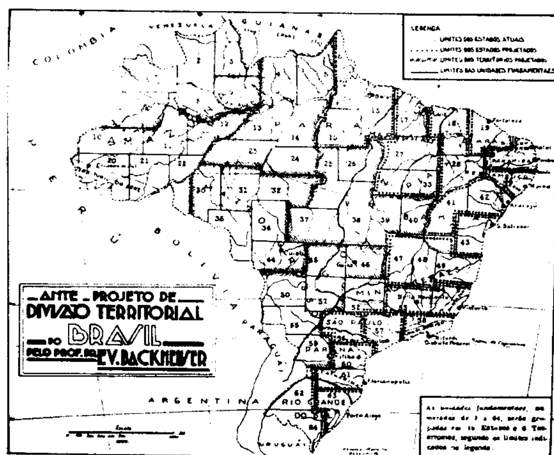
Essa orientação política não era nova, já que desde o Império se procurava direcionar as levas de imigrantes para os núcleos coloniais dos estados do Sul e para as fazendas de café do oeste paulista. A novidade dessa "bandeira", além da magnitude do que propagava, residia em dois pontos. O primeiro era que todos os esforços governamentais deveriam contemplar, prioritariamente, o trabalhador nacional, apoiando-o materialmente e simbolicamente. O segundo ponto era que os deslocamentos populacionais seriam não apenas direcionados pelo Estado, mas igualmente acompanhados e sustentados por novas políticas sociais e por iniciativas efetivas nas áreas dos transportes e comunicações. Se o objetivo era ocupar para integrar o território, as políticas precisavam estar igualmente integradas, voltando-se "para dentro": para a terra e o homem brasileiros. É fundamental, então, acompanhar, ainda que brevemente, as "políticas territoriais", reunidas, *grosso modo*, em dois conjuntos: as políticas de povoamento e as de transporte e comunicação. Porém, emoldurando todas elas existia uma reflexão, é certo que vinda de antes, envolvendo o próprio traçado do mapa do Brasil.

Um dos aspectos desse mapa que suscitava preocupação era o que se referia ao tamanho e, naturalmente, ao poder dos estados que compunham

a Federação. Por isso, no que diz respeito aos debates sobre uma redivisão político-administrativa do país, as décadas de 1930/1940 demarcam iniciativas importantes. Nesses anos, imaginou-se um novo desenho para as fronteiras dos estados; a possibilidade de criação de territórios; e a oficialização de uma divisão do Brasil em regiões geográficas. Toda essa engenharia política, embora com intensidades diferenciadas, colocava na ordem do dia a questão do federalismo, ou melhor, do que se considerava a ameaça das autonomias estaduais para o projeto estatal de "unidade nacional". Em tempos de guerra, o princípio da segurança nacional ganhava renovado prestígio, norteando políticas territoriais percebidas e tratadas, cada vez mais, sob a ótica geopolítica, e abarcando muitas outras dimensões, como a econômica, a social e a cultural.

É exatamente neste marco que o mapa do Brasil é recorrentemente rediscutido, estando surpreendentemente aberto à imaginação política dos intelectuais do período. Durante a década de 1930, por exemplo, vários projetos de redefinição da divisão político-administrativa do país foram apresentados à Sociedade Brasileira de Geografia, e é interessante observar que, não por acaso, após a guerra civil de 1932, pelo menos seis projetos foram encaminhados. Certamente, esse não era um debate novo, já que se desenvolvera durante toda a Primeira República. Desde a promulgação da Constituição de 1891, republicanos e federalistas históricos se puseram a pensar sobre a questão, estimulados, inclusive, pelos confrontos políticos então ocorridos entre grupos oligárquicos estaduais, alguns deles exigindo a intervenção da União. O dado novo e compreensível no pós-30 é a força que a questão ganhou, devido às condições políticas e intelectuais favoráveis encontradas. Para tanto, basta olhar para algumas das propostas reunidas no livro de Thiers Fleming — autor que se dedicava aos estudos de geografia e integrava a Marinha brasileira —, sugestivamente intitulado *Nova divisão territorial do Brasil*, publicado em 1939. Nele, vale ressaltar o plano da própria Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, e também o "Esboço de uma carta política do Brasil", do major Segadas Viana, com modificações de Teixeira de Freitas, publicado na *Revista Brasileira de Estatística*, em 1947, para se ter uma ideia da abundância e variedade de sugestões apresentadas, e da importância política e intelectual de seus proponentes.

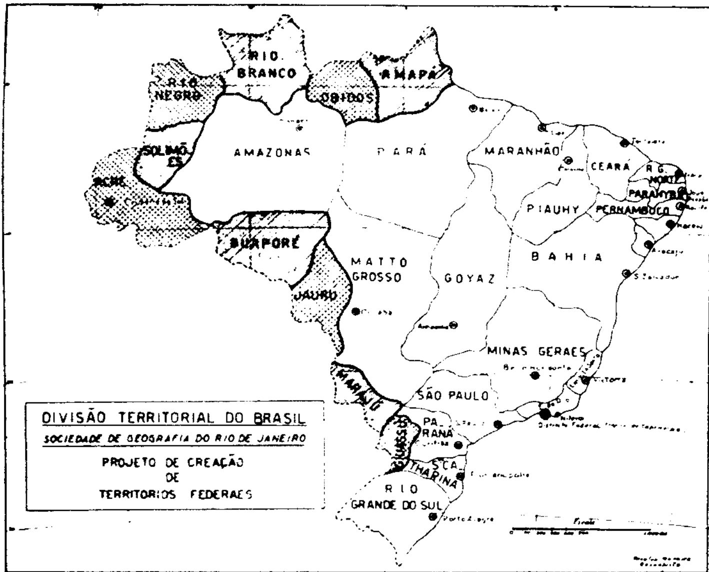
Nesse sentido, um olhar ainda que superficial para essas propostas indica que o modelo de divisão territorial a ser seguido era o vigente nos Estados Unidos, no qual o critério de maior equivalência no tamanho dos estados era prioritário, traçando-se suas fronteiras não pela escolha de



Mapas de Juarez Távora (s.d.) e Everardo Backheuser (janeiro de 1933)

Exemplos de mapas que realizavam propostas para uma redivisão político-administrativa do país, publicados no livro de Thiers Fleming, *Nova divisão territorial do Brasil*, de 1939.

ACERVO IBGE



Mapa da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, outubro de 1933

Publicado no livro de Thiers Fleming, *Nova divisão territorial do Brasil*, de 1939

ACERVO IBGE

acidentes geográficos naturais, mas segundo um plano geométrico que "equilibrava" a Federação. É interessante então destacar que, mesmo com a Constituição de 1937 do Estado Novo, o Brasil não abandonou o arranjo federativo, embora tenha limitado muito o poder político dos estados. Por essa razão, diversos ideólogos do regime autoritário, mesmo convergindo quanto à necessidade da centralização política no Executivo federal, divergiam quanto aos limites a serem dados à descentralização político-administrativa de estados e municípios. Alguns deles, como Azevedo Amaral e Almir de Andrade, defendiam nas páginas da revista oficial *Cultura Política* o que então se chamava de federalismo centralizado. Uma fórmula que desejava combinar, de um lado, a centralização política ou unidade nacional e, de outro lado, a descentralização administrativa ou autonomia local. Uma espécie de meio do caminho entre as tradições

 políticas do Segundo Reinado e da Primeira República, que queria tirar o melhor de ambas. Mas o problema não era nada simples, pois se o excessivo poder dos estados era visto como ameaça à unidade nacional, o poder dos municípios era entendido como essencial, já que eles eram as células onde se realizava o aprendizado político do organismo social. O municipalismo, por conseguinte, estava na base de uma concepção ou arquitetura política de Estado forte, que devia comportar descentralização administrativa e, até certo ponto, também política, ao menos nos municípios. Aliás, era assim que pensava Mário Augusto Teixeira de Freitas, secretário-geral do IBGE e grande articulador da proposta que o fazia funcionar com competência, chegando aos vários cantos do país através das agências municipais.

Enfrentar um debate sobre a criação de novas unidades político-administrativas era, na verdade, algo muito difícil, pois produzia uma espécie de consenso máximo contra a autoridade central, dado que todos os estados da Federação se viam ameaçados de várias e diferentes formas. Evidentemente não era isso o que Getúlio Vargas pretendia, como sua postura negociadora após a Revolução Constitucionalista de 1932 explicitou tão bem. Contudo, discutir um novo desenho para o mapa do Brasil, tendo em vista a criação de unidades com outro tipo de estatuto jurídico, segundo o modelo do já existente território do Acre, era algo mais palatável. Nesse caso, não se estava partindo do zero, e o modelo era igualmente o dos Estados Unidos. Nessa direção, o mapa apresentado pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, de outubro de 1933, é um exemplo excelente. Ele praticamente não altera os limites geográficos dos estados, mas cria nove novos territórios, além do Acre, cobrindo toda a fronteira terrestre do país.

De todo modo, esse processo também não se faria sem conflitos com as lideranças estaduais e municipais, particularmente aquelas que perderiam parte de seu espaço geográfico com a separação proposta. Não é difícil entender por que durante o Estado Novo essa questão foi mais facilmente contornada e justificada, sobretudo pela entrada do Brasil na guerra, após 1942. Mesmo assim, as resistências não deixaram de existir, e como não interessavam ao poder central novos confrontos, procurou-se, na medida do possível, estabelecer alianças negociadas. Assim, os territórios foram criados nas regiões onde a concordância da população local foi maior, seguindo-se a proposta da Secretaria-Geral do IBGE, de 1941, que postulava que as novas unidades deveriam ter tal aprovação.

Por conseguinte, em 1943 foram criados cinco territórios que se somariam ao do Acre. Três deles situavam-se em regiões da fronteira amazônica,

tendo sido recortados dos estados do Pará e Amazonas: Amapá, Rio Branco (atual Roraima) e Guaporé (atual Rondônia). Além deles, dois outros territórios, que deixariam mais tarde de existir, foram estabelecidos, também em área de fronteira externa. Ponta Porã, extraído do hoje Mato Grosso do Sul, e Iguaçu, retirado de parte do Paraná e parte de Santa Catarina. Os territórios eram unidades federativas que não possuíam capacidade econômica para se manter, embora pudessem e devessem ter administração local, para o que precisavam ser preparados. Essa era a função do governo federal: dar suporte a tais regiões, geralmente grandes e despovoadas, mas estratégicas para a segurança nacional.

Além dos territórios, o mapa do Brasil, desde os anos 1940, passou a ter um novo traçado, que se enraizou na memória de sua população e que igualmente dialogava com a questão do federalismo. No caso, a ideia era reagrupar estados e territórios nas chamadas regiões geográficas do país. A invenção dessas regiões geográficas também não foi uma descoberta do Estado Novo, de Vargas ou do IBGE. Houve ensaios durante a Primeira República, quando a prática de representar e estudar o Brasil por meio de mapas seguia de perto a orientação federativa reinante: cada estado cuidando de seu "mapa" e sendo raras as representações de todo o país.

A primeira Divisão Regional do Brasil, considerada oficial, data de 1942, tendo sido aprovada pela Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia. Embora possa, à primeira vista, parecer estranho e até contraditório um Estado nacional estimular a emergência de "regionalismos", é preciso examinar de que tipo eram eles para que se entenda o teor dessa bem-sucedida iniciativa. Na verdade, ela pode ser interpretada como uma estratégia do Estado Novo, que se apropriou de uma terminologia muito compartilhada sobre regiões e regionalismos, retirando-a da referência política estadual a que se ligava na Primeira República. Nos anos 1940, o significado do que seria "regional" foi lançado para além das fronteiras dos estados. Ou seja, a proposta era produzir um reagrupamento de estados e territórios, considerando-se fatores da geografia física e humana do país, mas respeitando-se os limites político-administrativos então existentes. Dessa forma, combatia-se um regionalismo negativo, focado na descentralização política e estimulador do separatismo, sancionando-se outro regionalismo, este positivo, nascido da própria centralização do regime autoritário.

Essa divisão regional do território brasileiro, portanto, devia considerar aspectos físicos, como relevo, hidrografia e clima, e também aspectos humanos, como produção econômica, hábitos alimentares, costumes, festas, arte, crenças etc. O novo regionalismo minimizava a identidade

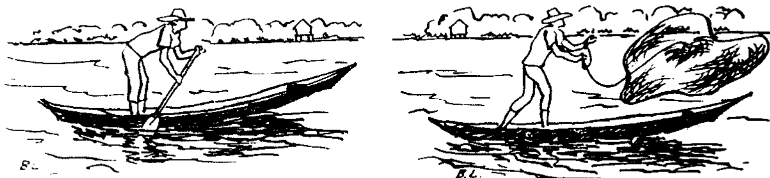


Fig. 2 — *Pesca de tarrafa no rio Arari. A "jacumã" é dirigida pelo pescador que ao mesmo tempo rema e lança a tarrafa.*

(Desenho de BARBOSA LEITE)

Ilustrações de Barbosa Leite para texto de Maria Magdalena Vieira Pinto, *Contribuição ao estudo da pesca na região do rio Arari (ilha de Marajó)*

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, N. 3, JUL.-SET. 1956.

ACERVO IBGE

---

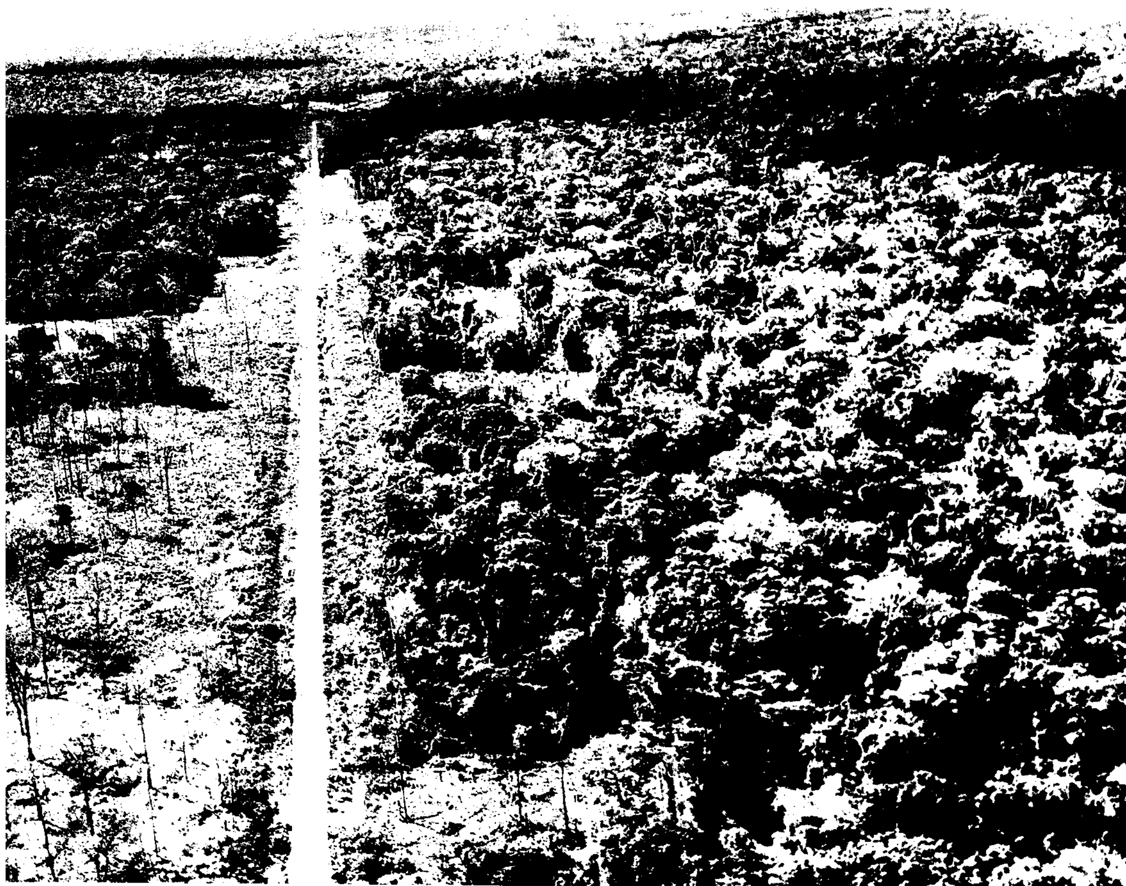
política das unidades federativas estaduais, integrando-as em um todo maior. Com isso, obviamente, não se eliminava a existência dos estados, mas golpeava-se o federalismo na sua tradição autonomista, vista como altamente desagregadora. Em lugar dos símbolos políticos considerados estimuladores do separatismo — como as bandeiras e hinos estaduais —, a União iria cultivar símbolos regionais, estimulando uma identidade conjunta entre os estados e, a partir dela, uma identidade para toda a nação. O regionalismo do Estado Novo, materializado no próprio mapa que traçava as regiões geográficas do país, era um dos fundamentos do novo nacionalismo, que compreendia o Brasil como formado por uma multiplicidade de elementos naturais, étnicos, econômicos e culturais, responsáveis por sua grandeza.

A identidade nacional, desenhada pela via do regional, não afastava a diversidade, muito pelo contrário. Ela valorizava as diferenças de vegetação, de clima, de alimentação, de religiosidade, de trabalho, que não impediam a construção de um forte elo político, garantido pelo Estado e sustentado pelo instrumento básico de comunicação entre os homens: a língua. Esta, como a pátria, precisava ser uma só. O regionalismo do Estado Novo consagrava uma espécie de federalismo cultural, que precisava ser divulgado entre a população, especialmente a escolar. O mapa do Brasil, dividido em cinco regiões — Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste —, devia ser enriquecido por imagens que a ele se ligassem de maneira muito clara, fazendo-o ganhar

vida e despertar orgulho. Para tanto, o IBGE contratou dois artistas, Percy Lau e Barbosa Leite, encarregando-os de ilustrar a seção sobre tipos e aspectos característicos do Brasil, presente em um dos periódicos que publicava: a *Revista Brasileira de Geografia*. Os belíssimos desenhos então criados, quer dos tipos regionais — como o seringueiro, a baiana, o vaqueiro do Nordeste e dos pampas, o jangadeiro etc. —, quer das atividades econômicas e da flora de cada região, vão povoar mapas e livros escolares por décadas, incorporando-se à memória visual de ampla parcela do povo brasileiro. Pensar o Brasil tornou-se, desde então, visualizar essas regiões que se sobrepunham aos estados e os preenchiam de significados físicos e humanos.

Para esse novo país que se redesenhava geográfica e politicamente a meta desejada era a unidade, o que exigia, obviamente, uma efetiva rede de transporte e comunicações. Para que o Brasil deixasse de ser um arquipélago, políticas públicas desse tipo eram indispensáveis. Governar com números era também repetir o velho lema que vinha da Primeira República: governar é construir estradas. Estradas que sempre estiveram associadas à modernização tecnológica; ao aumento da circulação de produtos e a seu barateamento; além, é claro, à circulação da própria população. Em um país no qual as atividades fabris começavam a ganhar impulso, mas que tinha planos ambiciosos de ocupação dos "sertões" como estratégia de expansão de suas fronteiras agrícolas, o trânsito de pessoas e riquezas não poderia mais continuar tão dependente da navegação de cabotagem, sendo necessário ampliar as vias ferroviárias, usar como hidrovias os muitos rios que cortavam o território, além de também incorporar o transporte rodoviário.

Uma face fundamental da Marcha para o Oeste foi, assim, a constituição de planos viários e de comunicações mais articulados, cuja preocupação era substituir o "caminho marítimo", que sempre ligara as regiões norte-sul do Brasil. Para isso, algumas grandes iniciativas foram concebidas, tendo em vista a redefinição de uma ampla rede de transportes, tanto ferroviária quanto rodoviária. Duas delas, o Plano Geral de Viação Nacional, de 1934, e o Plano Nacional de Viação, de 1951, tinham predominância ferroviária, e o primeiro buscava maior integração com as vias fluviais, enquanto o segundo preocupava-se com a nova rede de rodovias. Além deles, houve um Plano Rodoviário Nacional, em 1944, e um Plano Ferroviário Nacional, em 1956. Para as finalidades deste capítulo, importa destacar que todos eles trabalhavam com uma série de estudos desenvolvida por técnicos, que incorporavam reflexões fundadas em conhecimentos de geografia, história e também sociologia. Esses técnicos alocavam-se em novos órgãos da administração pública que então crescia vertiginosamente. Um único



Fotógrafo não identificado
Obras da rodovia Belém–Brasília
GELATINA/PRATA, BRASÍLIA, 1964
ARQUIVO CORDEIRO DE FARIAS/CPDOC-FGV

exemplo é o da criação, em 1937, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagens (DNER), sinalizando para a importância que as rodovias passariam a ter, sobretudo nos anos 1950, quando a indústria automobilística se instalaria no Brasil.

As grandes rodovias, em especial as que ligassem as regiões Norte e Centro-Oeste ao restante do país, foram objeto de investimentos de todos os tipos dos vários governos que se sucederam entre as décadas de 1930 a 1960. Algumas dessas rodovias são emblemáticas, como a Belém-Brasília, já no período de governo do presidente Juscelino Kubitschek. O Brasil, a partir dessa ótica, deveria possuir um verdadeiro "sistema" de transportes e comunicações, planificado de maneira a ocupar o território nacional. Começava uma época em que as comunicações, além de utilizar telégrafos e correios, passavam a contar de maneira mais efetiva com a telefonia e com os chamados meios de comunicação de massas, o rádio em especial, que têm seus anos dourados justamente entre as décadas de 1940 e 1950.

Porém, os avanços efetivos conseguidos neste amplo setor estiveram sempre muito aquém da grandeza dos planos elaborados e, se no final dos anos 1950 o Brasil certamente não era mais um arquipélago de ilhas incomunicáveis entre si, ainda estava bem longe de ser um continente atravessado por muitas e boas estradas, necessárias à circulação de produtos e, sobretudo, à garantia de melhores condições de vida à população do interior. Essa era, aliás, uma das razões principais que explicava o êxodo rural e a busca das cidades, imaginadas como um paraíso onde havia emprego, moradia com água e luz, além de escolas, cinemas etc.

"A AMAZÔNIA, SOB O IMPULSO FECUNDO DE NOSSA VONTADE E DE NOSSO TRABALHO, DEIXARÁ DE SER, AFINAL, UM SIMPLES CAPÍTULO DA HISTÓRIA DA TERRA E, EQUIPARADO AOS OUTROS GRANDES RIOS, TORNAR-SE-Á UM CAPÍTULO DA HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO." (GETÚLIO VARGAS, *DISCURSO DO RIO AMAZONAS*, 1940)

Entre as décadas de 1930 e 1960 há avaliações que apontam que mais de 20 milhões de pessoas deixaram o campo, em especial oriundas dos estados do Nordeste e de Minas Gerais, os maiores fornecedores dessa população de migrantes. De forma um pouco esquemática, pode-se traçar três grandes rotas migratórias de destino para essa movimentação, que mudou a feição do mapa humano do Brasil. A primeira delas, inserida no movimento de Marcha para o Oeste dos anos 1940, ocorreu no e devido ao contexto da

Segunda Guerra Mundial, envolvendo o deslocamento de trabalhadores nordestinos para a Amazônia, tendo em vista a necessidade de aumento de produção da borracha. A segunda é muito mais persistente no tempo, iniciando-se ainda nos anos 1930 e só perdendo força a partir da década de 1970. Sua direção são as cidades do Sul/Sudeste, em especial o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e, posteriormente, cada vez mais a cidade e o estado de São Paulo. Este foi o grande destino dos migrantes de meados do século XX que, por serem majoritariamente nordestinos, foram chamados, genérica e pejorativamente, de "baianos" (Fontes, 2008). A terceira rota se concentra no tempo, nos anos 1950/1960, pois se liga ao grande evento geopolítico que foi a transferência da capital do país para o Planalto Central e, em decorrência, às obras de construção de Brasília. O empreendimento monumental demandou, rapidamente, centenas de trabalhadores, que se deslocaram, como já vinham fazendo há décadas, para o sertão que, na imaginação do sertanejo, prometia virar mar, mais uma vez. Sem dúvida, um novo capítulo da Marcha para o Oeste, orquestrado pelo sucessor de Vargas, o presidente bossa-nova, como Juscelino Kubitschek (o JK) ficou carinhosamente conhecido. Nesse sentido, a construção de Brasília tem destaque especial na utopia de ocupação do território brasileiro, quer por sua dimensão simbólica, quer pelos desdobramentos inquestionáveis que produz nessa epopeia da história do Brasil.

Toda essa movimentação esteve articulada a iniciativas de teor organizacional, que se materializaram na criação de vários órgãos do aparelho governamental, e também de teor ideológico, pois foram anunciadas por cuidadosas campanhas de divulgação, para as quais foi contratado pessoal especializado que deveria utilizar os mais modernos meios de comunicação da época: cartazes, folhetos, rádio etc. O pano de fundo político desse bandeirantismo estatal do século XX, especialmente no caso da população que se dirigiria para a Amazônia e o Centro-Oeste, foi a ideia da retomada do fluxo "original" de deslocamentos da história brasileira: caminhava-se "para dentro", para o "interior" e para o "centro" físico e simbólico do país. Ou seja, devido a esse "destino" ancestral é que o trabalhador rural brasileiro precisava ser mantido no campo, como assalariado ou parceiro, embora estivesse claro que ele buscasse as cidades que, por sinal, precisavam dessa mão de obra e, por isso, em tensão com o discurso "oficial", estimulavam seu deslocamento.

De toda forma, sobretudo nos anos 1940, houve políticas que se voltaram para esse objetivo, por meio de decretos que criaram colônias agrícolas em áreas de fronteira e estudos para a implantação de um sistema nacional

de seguridade no campo, de forma a que o trabalhador rural pudesse ter acesso a direitos já concedidos aos trabalhadores urbanos. A possibilidade de elaboração de um Código Rural ou de concessão de terras a pequenos proprietários, ou mesmo de dar direitos trabalhistas ao homem do campo esteve entre os muitos fracassos dos projetos então encetados, em larga medida devido à fortíssima resistência que os grandes proprietários sempre montaram contra a intervenção do Estado em questões ligadas à propriedade da terra no Brasil. Muito provavelmente, essa foi a mais forte razão do insucesso de tais iniciativas, porém, havia outras, como os altos custos da extensão dos benefícios sociais ao campo, a ausência de uma rede de transportes que permitisse a comunicação dos novos pioneiros e a timidez e pouca efetividade da presença do Estado nas regiões para onde eles migravam, movidos por promessas e crenças de uma vida melhor.

Possivelmente, de todas as muitas instituições criadas no período — decisivo para a montagem de um aparelho de Estado moderno, intervencionista e com mecanismos de seleção impessoal de sua burocracia —, a que melhor materializou o movimento de Marcha para o Oeste foi a Fundação Brasil Central (FBC). Criada em outubro de 1943, após a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, ela nasceu da experiência da Expedição Roncador-Xingu, realizada em junho do mesmo ano, e cujo principal objetivo era efetuar a integração da Amazônia ao território nacional a partir das cabeceiras dessas grandes estradas, que eram os rios do interior do país. Com o litoral ameaçado pelos bombardeios dos submarinos alemães, era preciso saber como usar tais vias naturais e também mapear lugares para construção de campos de pouso de aviões, uma vez que havia localidades que só assim poderiam ser acessadas. Dessa forma, é bom lembrar que, em 1941, o Brasil ganhou o Ministério da Aeronáutica, e que ele foi, sintomaticamente, entregue por Vargas a um civil e não a um militar. A FBC deveria dar continuidade a esse plano, plantando cidades pelos sertões, como são exemplos os núcleos de Xavantina e Aragarças, esse último absolutamente estratégico por sua posição geográfica no encontro dos rios Araguaia e Garças. Tais cidades, aliás, compunham uma espécie de constelação, cuja estrela maior era Goiânia, a nova capital do estado de Goiás. Sua construção começara quase dez anos antes, em 1933, mas foi em 1942 que ocorreu sua inauguração, com uma grande festa, sugestivamente chamada de "batismo cultural". Goiânia, uma cidade planejada segundo os mais modernos preceitos urbanísticos da época, apontava para o futuro urbano e interiorizado que o Estado Novo projetava para todo o país. Por isso, sua inauguração foi

 propagada como um feito monumental de Vargas e como a base mais avançada da Marcha para o Oeste.

Do ponto de vista institucional, era a FBC a maior encarregada de sustentar tal esforço, dando-lhe continuidade no tempo, o que ocorrerá em parte, uma vez que ela atuou até 1967, quando foi incorporada à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, a Sudeco. Criada como entidade de direito privado, diretamente subordinada à presidência da República, a FBC tinha ampla área de ação, podendo, por exemplo, criar e administrar ferrovias, como a Estrada de Ferro Tocantins, e possuir empresas, como ocorreu com duas usinas que deveriam produzir açúcar e álcool, mas que não prosperaram em seus intentos. Além disso, a FBC também organizava colônias agrícolas, como a do Vale dos Sonhos, que, entre muitas outras espalhadas pelo interior, deveria atrair e fixar o homem ao campo. Não por acaso, o presidente da FBC, João Alberto Lins de Barros, um "revolucionário de 1930", foi também o presidente de dois outros importantes órgãos durante o Estado Novo: a Coordenação da Mobilização Econômica, que articulava todas as medidas de participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial; e o Conselho de Imigração e Colonização, que se encarregava de controlar a entrada de imigrantes e direcioná-los segundo as diretrizes de ocupação do território. Em 1945, o presidente Vargas chegou a visitar esses sertões, mas a FBC declinaria após o fim do Estado Novo, para se recuperar, brevemente, durante o segundo governo Vargas e no governo JK, quando construiu uma ponte sobre o rio Araguaia. De forma geral, porém, pode-se dizer que essa iniciativa de política territorial foi muito ousada e inovadora, tendo impactos de longo prazo, embora a maior parte de suas iniciativas tenha fracassado.

Nos anos 1940, por conseguinte, a preocupação com uma política de colonização que fixasse o trabalhador rural, de preferência nas novas fronteiras agrícolas, desestimulando seu deslocamento para as cidades do litoral, foi uma constante. Os estados do Centro-Oeste eram um dos destinos preferenciais; o outro, carregado de simbolismos seculares, era a Amazônia brasileira. Ela seria o alvo de uma das grandes migrações do período, cuidadosamente planejada e propagada, e igualmente articulada à Marcha para o Oeste. Mas, nesse caso, o contexto internacional foi absolutamente decisivo. Tal deslocamento populacional esteve claramente vinculado aos Acordos de Washington, firmados pelo Brasil com os Estados Unidos em 1942, e que tiveram como negociador o já citado João Alberto Lins e Barros. Na conjuntura de guerra, as necessidades dos Estados Unidos cresceram muito, não conseguindo ser atendidas nem com a oferta internacional de



Fotógrafo não identificado

Na expedição Roncador-Xingu, índios kuikuro recebem roupas dos irmãos Villas Boas

GELATINA/PRATA, DÉCADA DE 1950

ACERVO DO MUSEU DO ÍNDIO/FUNAI — BRASIL

 borracha existente, nem com a produção de borracha sintética. O recurso, ainda que provisório, à produção extrativista nos seringais amazônicos era uma demanda que se colocava na ordem do dia, e que fez o governo Vargas montar uma operação de mobilização que se tornou conhecida como a campanha dos "soldados da borracha". Chegando a alcançar, segundo estudos recentes, cerca de 50 mil trabalhadores, recrutados entre 1942 e 1944, como combatentes de outra frente da guerra, esse talvez seja o exemplo, ao mesmo tempo, mais bem-sucedido de propaganda governamental nessa área e mais trágico em termos de consequências humanas para os migrantes e suas famílias (Guillen, 1999; Secreto, 2007).

A montagem desse empreendimento, que deveria mudar a distribuição e as condições de vida da população do Norte e Nordeste do Brasil, como alardeavam seus divulgadores, articulou-se a muitas razões. Em primeiro lugar, é importante lembrar que os trabalhadores nordestinos há muito migravam para a Amazônia em busca de oportunidades, sobretudo em momentos de seca, havendo uma memória social sobre tal experiência na memória dos habitantes da região, que foi muito bem explorada pela propaganda governamental. Além disso, o ano de 1942 foi, de fato, o de uma grande seca, mas não se pode, nem se deve atribuir tais deslocamentos apenas à condição climática, desconsiderando os sentidos político-culturais a ela atribuídos pelo governo e pelos próprios migrantes. Em segundo lugar, é preciso entender que as circunstâncias em que esse volume de pessoas se deslocou foram bastante diferentes das anteriores. Isso se deveu, de um lado, ao momento da guerra, que permitia mobilizar a "força do homem sertanejo", esse bandeirante não paulista tão especial, como o de um autêntico soldado; e, de outro, às características operacionais que o governo Vargas montou e divulgou para atingir a população-alvo daquele projeto, acordado internacionalmente. Ou seja, não se tratava mais de iniciativas de indivíduos ou grupos, mas de um esforço coletivo, apoiado por várias políticas governamentais.

Para tanto, uma série de medidas foi tomada, a começar pela criação do Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), que deveria selecionar os trabalhadores, realizar exames médicos, providenciar alimentação, vestuário, alojamento e transporte até sua chegada aos seringais, onde se fixariam. Para esse último objetivo, foi fundada a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico que junto com a Rubber Development Corporation, deveria acompanhar os trabalhadores aos seringais, fornecendo-lhes assistência e víveres, para impedir o então já conhecido "sistema de barracão", processo absolutamente criminoso

de endividamento, que reduzia os trabalhadores à condição análoga de escravos. Aliás, um fato que acabava de ser reconhecido pelo novo Código Penal de 1940, em seu artigo 149. Nesse processo, um elemento chamava em especial a atenção desses migrantes: era a existência de um contrato de trabalho, pela primeira vez anunciado a trabalhadores rurais, que sabiam da existência de direitos garantidos aos trabalhadores urbanos e também os desejavam. Nesse contrato de "encaminhamento", como o chamavam, existia, inclusive, uma cláusula que permitia ao trabalhador optar pela entrega de um auxílio a sua família que, em princípio, seria posteriormente também transferida, já que se tratava de uma política de colonização, destinada às famílias e não somente a indivíduos.

Todas essas novas possibilidades foram anunciadas por uma maciça propaganda, para a qual foi encarregado o pintor suíço Jean-Pierre Chabloz, recém-chegado ao Brasil, fugindo do clima de perseguições da Europa conflagrada. Enviado pelo SEMTA ao Ceará, em 1942, ele criou folhetos, cartazes publicitários e diversas publicações de grande apelo e beleza, usando técnicas de desenho e de colagem de fotografias. Em todo esse material, o trabalhador rural — como o seringueiro — é a figura central, enquanto a floresta aparece como lugar de fartura. Uma imagem que se tornou recorrente mesmo muitas décadas mais tarde, já nos anos 1970/1980, contribuindo para atrair novos migrantes em busca do "ouro verde". Assim, o poder de atração dessa propaganda encontrava-se com o imaginário de uma população que o reconhecia como promessa possível, sobretudo porque apoiado em um tão desejado contrato de "encaminhamento", vislumbrado como um contrato de trabalho, que dava um sentimento de segurança legal a tais homens e mulheres.

Porém, se em 1942 e 1943, quando o maior número de trabalhadores foi deslocado, já se publicava na imprensa brasileira uma série de denúncias às péssimas condições de alojamento e transporte existentes; em 1944 a situação piorou ainda mais, pois o governo cortou a assistência que prestava às famílias desses homens, que foram inteiramente abandonados nos seringais. O problema ganhou trânsito internacional e, em 1945, jornais estrangeiros noticiavam a catástrofe, calculando-se que cerca de 20 a 25 mil pessoas tinham morrido ou desaparecido. Praticamente a metade do volume de migrantes foi dizimada numa batalha verdadeiramente desigual, cruel e fatal, na qual a malária e o descaso governamental tiveram papel de destaque. Essas notícias respaldavam-se também na ação das famílias desses homens, especialmente de suas mulheres, que escreviam cartas às autoridades governamentais, reclamando notícias e direitos que lhes foram

 prometidos. Com o fim do Estado Novo e a eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte, a questão não saiu de pauta, instalando-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar responsabilidades. As conclusões a que a CPI chegou foram claras, decidindo-se que cabia ao Estado dar assistência a essas famílias, cujos chefes haviam sido convocados para um esforço de guerra. Porém, de maneira muito parecida com o que ocorreu com os soldados da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que seguiram para os campos de batalha na Itália e que foram, quando retornaram, imediatamente desmobilizados e esquecidos pelo Estado brasileiro, os descendentes desses "soldados da borracha" nada receberam. Apenas com a Constituinte de 1988, quando uma política de reparações de cunho memorial sensibilizaria vários Estados do mundo, foi que se concedeu pensão a tais famílias. Muito tarde, porém.

O Nordeste, como já se afirmou, foi o local de partida da maioria dos migrantes que se deslocaram entre as décadas de 1930 e 1960. Vivendo um período de decadência econômica, tanto em sua agricultura quanto nas atividades fabris, em que a indústria têxtil teve papel de destaque, a região oferecia poucas oportunidades de trabalho e ainda sofria com as secas. A figura do retirante e a paisagem do sertão foram imortalizadas pela literatura dessa época, sobretudo pelo chamado romance social, de autores que são clássicos da literatura brasileira, como Jorge Amado, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz e Graciliano Ramos. O primeiro parágrafo do primeiro capítulo de *Vidas secas*, romance deste último literato, publicado exatamente no ano de 1938, é emblemático dessa imagem do sertão e do migrante que dele se desloca, fixando-se na memória dos brasileiros.

> *Na planície avermelhada os juazeiros alargavam duas manchas verdes. Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos. Ordinariamente andavam pouco, mas como haviam repousado bastante na areia do rio seco, a viagem progredira bem três léguas. Fazia horas que procuravam uma sombra. A folhagem dos juazeiros apareceu longe, através dos galhos pelados da catinga rala.*

O que essa bela literatura constrói no imaginário nacional, de forma mais compartilhada, é a figura do sertanejo que migra para a cidade e não para o interior, a despeito dos esforços políticos do Estado Novo. Assim, são as cidades que mais crescem nesse momento, atraindo e concentrando boa parte da população, e tornando a sociedade brasileira uma sociedade definitivamente urbano-industrial.

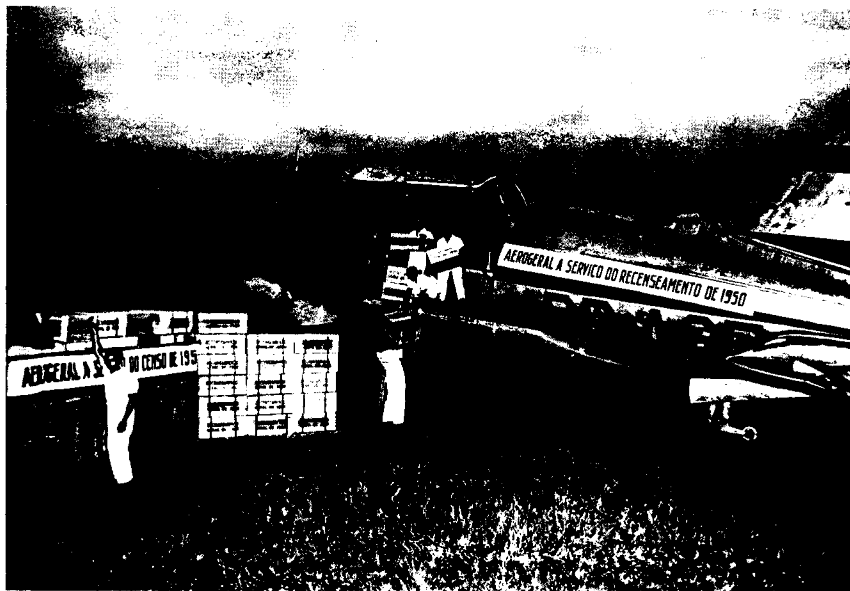


Fotógrafo não identificado
Jipe da prefeitura de Recife

Em 1950, repete-se o esforço de propaganda do censo de 1940, por todo o país.

ACERVO IBGE

Portanto, a rota mais persistente de deslocamento de todo o período levou os migrantes do Nordeste ou de Minas Gerais para o Rio de Janeiro e, posteriormente, cada vez mais para São Paulo. Esta cidade triplicou de tamanho ente 1930 e 1960, o que teve efeitos profundos no modo de vida dos que chegavam e dos que estavam “estabelecidos” e se sentiram invadidos, ameaçados. Porém, é preciso que se diga que essas entradas foram desejadas e estimuladas, na medida em que o surto industrial então vivido demandava grande quantidade de mão de obra. Assim, interventores como Armando de Salles Oliveira e Ademar de Barros, ainda nos anos 1930/1940, criaram empresas para recrutar trabalhadores fora de São Paulo, sendo o próprio governo estadual o responsável por sua transferência e permanência temporária na antiga Hospedaria dos Imigrantes, no bairro do Brás, em São Paulo.



Fotógrafo não identificado
Força Aérea transporta material do Censo
O recenseamento devia chegar a todas as regiões e ao interior do Brasil, por isso recorreu-se à Força Aérea, que ajudava no transporte do material do Censo.
ACERVO IBGE

Com base na experiência de atração e direcionamento dos imigrantes, adquirida desde fim do século XIX, o governo redirecionava seus subsídios ao trabalhador nacional, até porque a legislação trabalhista do pós-30, dimensionada pelo clima da guerra, não lhe deixava muitas alternativas. Dessa forma, para se ter uma ideia da magnitude desse movimento migratório e de seu impacto na cidade, dados apontam que, entre 1935 e 1939, portanto logo após o término da Revolução Constitucionalista e dos trabalhos da Assembleia Constituinte nacional e estadual, migraram para São Paulo 285.304 trabalhadores, e 96,3% deles eram brasileiros. Até o fim do Estado Novo, em 1945, mais 152.507 trabalhadores chegavam à cidade, sendo bom lembrar que é esse o momento da campanha dos

"soldados da borracha", quando os nordestinos foram prioritariamente direcionados para a Amazônia. A partir da segunda metade dos anos 1940 e durante toda a década de 1950, mais 1,5 milhão de trabalhadores teve esse destino, num fluxo constante que só perdeu força nos anos 1980 (Fontes, 2008:82). Aliás, durante os anos 1950, essa corrente migratória alcançou seu apogeu, uma vez que se combinaram momentos de dificuldades econômicas no Nordeste com grande aumento de oportunidades de emprego no Sudeste.

Como se mencionou, esse imenso contingente de pessoas era composto, majoritariamente, por nordestinos e mineiros, trabalhadores rurais (parceiros ou assalariados), analfabetos, pessoas do sexo masculino e de cor negra ou parda, segundo a classificação do censo de 1940. Eles chegavam à cidade em caminhões "pau de arara", como eram chamados, depois de circular pela nova estrada rodoviária Rio-Bahia, inaugurada em 1949. Vinham a chamado, digamos, do governo que os subsidiava ou de familiares e amigos, que cada vez mais se tornavam fundamentais para a circulação de notícias desse mundo urbano e para o estabelecimento de uma rede de solidariedade na nova cidade. Ao chegarem, portanto, sabiam para onde se dirigir e rapidamente encontrar emprego, e não apenas uma ocupação. Isso ocorreu porque, entre 1945 e 1960, as taxas de emprego industrial no país subiam 9,5% ao ano, e 50% dos postos abertos estavam em São Paulo. Nessa cidade, concentravam-se na indústria metalúrgica que começava a se desenvolver, mas também na construção civil, que vivia um grande *boom*, não só em São Paulo, como em outras cidades do Sudeste que também recebiam migrantes. O desemprego era então vivenciado como situação provisória ou de exceção, e o emprego almejado era o formalizado, isto é, com carteira de trabalho assinada pelo patrão e direitos trabalhistas e previdenciários garantidos pela lei.

É, portanto, nesse período, que os migrantes vão se tornando uma parcela importante da classe trabalhadora brasileira, em especial a paulista e, assim, vão chamando a atenção das lideranças sindicais e se tornando também lideranças sindicais. Eventos marcantes da história dos trabalhadores do período, como a greve dos 300 mil, em 1953, e a greve dos 400 mil, em 1957, ambas na cidade de São Paulo, irão tornar mais visível esse perfil de operário, revelando-se um indicador da força que os sindicatos conquistavam no cenário político, agora dominado por partidos de massa, entre os quais alguns voltados para essa fatia crescente de eleitores, como era o caso do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o do Partido Social Progressista (PSP).

Esses migrantes serão temidos e tratados com muito preconceito por variados grupos sociais já estabelecidos nas maiores cidades do país. A intensidade da migração e as representações que se constroem sobre a periculosidade dos recém-chegados, ao que se alia o crescimento da área urbana, com as deficiências dos serviços de água, esgoto, além das carências nas áreas de educação e saúde, fizeram com que crescessem as preocupações e reclamações a respeito dos migrantes. Por isso, a década de 1950 também foi marcada por propostas que visavam conter esse fluxo, considerado desmedido pelos riscos que acarretava de inchamento e degradação urbanos. Mais uma vez se falou em reter os trabalhadores no campo e em organizar colônias agrícolas, dessa feita nas margens de estradas, como a Rio-Bahia. Porém, em meados daquela década um fato muito especial iria criar outra rota para as migrações internas, sobretudo a de nordestinos. Em nova configuração, a Marcha para o Oeste foi retomada por um presidente mineiro, aliado de Vargas até as vésperas de seu suicídio: JK. A utopia de conquista dos sertões encontrava sua mais perfeita tradução na realização do sonho, datado da primeira Constituição republicana, que era a transferência da capital do Brasil para o Planalto Central. O sonho iria, enfim, se transformar em realidade com a construção de Brasília.

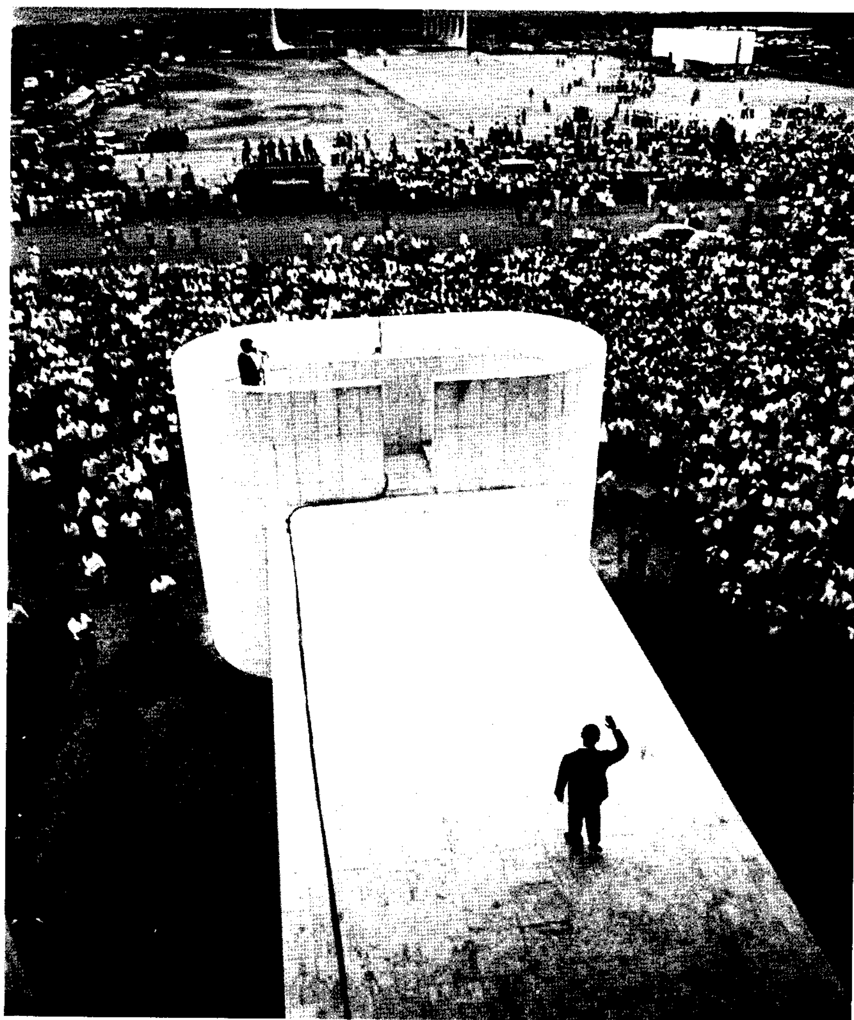
ELA DEVE SER CONCEBIDA NÃO COMO SIMPLES ORGANISMO CAPAZ DE PREENCHER SATISFATORIAMENTE E SEM ESFORÇO AS FUNÇÕES VITAIS PRÓPRIAS DE UMA CIDADE MODERNA QUALQUER, NÃO APENAS COMO URBS, MAS COMO CIVITAS, POSSUIDORA DOS ATRIBUTOS INERENTES A UMA CAPITAL." (LÚCIO COSTA, *PLANO-PILOTO DE BRASÍLIA*, 1957)

A construção de Brasília foi, na perspectiva expressa por seu arquiteto, uma epopeia civilizadora que, mais uma vez, deslocou parcelas da população brasileira para os sertões. Os novos desbravadores e pioneiros, como sempre, procuravam trabalho e melhores condições de vida no futuro Distrito Federal. Mas, com JK e com Brasília, hoje tombada como patrimônio histórico da humanidade, exatamente pela ousadia de sua modernidade, vieram as rodovias, os automóveis e todo um estilo de vida que se espraiou pelo litoral e também pelo "interior". Pessoas, produtos, carros, caminhões, aviões, notícias e ideias, tudo precisava trafegar através do Brasil para chegar a seu centro geográfico, e, desde 1960, também seu centro político-administrativo. Dessa forma, Juscelino foi, nos anos 1950, como Vargas fora nos anos 1930/1940: um político que se voltou

para a conquista do território e que investiu fortemente em políticas de transporte e comunicações.

Importa por isso ressaltar que, se durante a Era Vargas houve debates e propostas sobre uma redivisão político-administrativa do país, sobre a criação de territórios e de regiões geográficas, o que apontava para as amplas possibilidades de alterar o desenho do mapa do Brasil, não houve maior atenção para com o tema da mudança da capital. As razões para tal fato não são claras, pois o projeto de enfraquecer o federalismo "desagregador" bem poderia comportar uma discussão sobre o local de uma nova capital. A construção de Goiânia, uma cidade planejada e moderna, e as tarefas da Fundação Brasil Central indicavam algo nessa direção. Porém, não foi o que ocorreu. Talvez a conjuntura da Segunda Guerra Mundial possa ser uma pista, uma vez que, em tal situação, empreender um projeto com tão grandes custos econômicos e riscos políticos poderia ser faltar por demais com a prudência, o que não era próprio de Vargas. O projeto que, sem dúvida, não envolve uma questão geográfica, mas político-simbólica, só é reacionado na Constituinte de 1946. É a partir desse ano que, com muitas idas e vindas, a questão da mudança da capital é discutida, havendo mais confrontos no que se refere à sua nova localização e às possibilidades financeiras para sua construção do que propriamente sobre se deveria haver tal mudança.

Dessa forma, na Constituinte, alguns grupos se formaram. Um deles, integrado por importantes representantes do estado de Minas Gerais, defendia que a capital deveria se localizar na região do Triângulo Mineiro; outro argumentava que podia se localizar em Goiânia, cidade planejada e recentemente inaugurada; e ainda outro mantinha a proposta de se delimitar em Goiás, mas não em Goiânia, o local para a nova capital. Assim, as Disposições Transitórias da Constituição de 1946 estabeleceram que a mudança seria feita e, por isso, ainda no governo Eurico Gaspar Dutra, uma comissão foi formada para indicar com mais precisão o local onde a cidade seria erguida. Chefiada pelo diretor do Serviço de Geografia do Exército, a comissão realizou duas expedições ao sertão goiano, e também se dividiu quanto ao problema que deveria resolver. Mas encaminhou uma proposta ao presidente, que a enviou ao Congresso Nacional. A essa altura, com apoio do IBGE, por meio do Conselho Nacional de Estatística e da pessoa de Mário Augusto Teixeira de Freitas, parecia que o sítio da nova capital estava finalmente escolhido. Contudo, ele só seria, de fato, definido, no segundo governo Vargas, quando uma nova expedição seguiu para o Planalto Central com tal missão. Finalizada, ela apresentou sua proposta em 1955, portanto, após o suicídio de Vargas. De toda forma, o ponto a reter é que, entre 1946 e 1956, muito se debateu



René Burri

JK no Palácio do Planalto

GELATINA/PRATA, BRASÍLIA, 21 DE ABRIL DE 1960

MAGNUM PHOTOS

sobre o assunto, havendo disputas políticas cerradas para a tomada da decisão. Afinal, era evidente que a construção de uma nova capital produziria uma profunda alteração no equilíbrio existente entre os poderes políticos estaduais e regionais, a começar pela movimentação de recursos humanos e financeiros que a obra monumental envolveria (Lima, 2010).

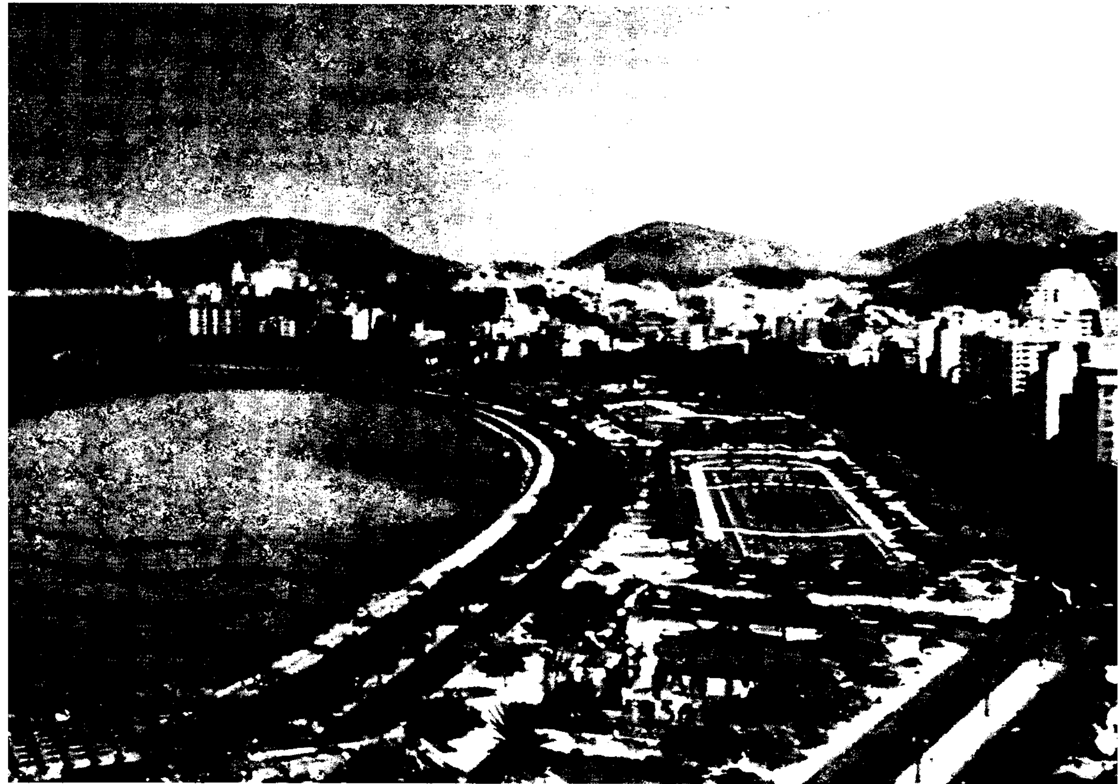
Assim, quando JK tomou posse como presidente da República, em 31 de janeiro de 1956, tendo prometido em campanha que construiria a capital, sua localização já estava definida. Como ele, em suas memórias e entrevistas, gostava de recordar, fora provocado por um homem do povo a cumprir uma promessa que datava do século XIX, e lançaria o Brasil no século XXI. Brasília seria a "meta síntese" de JK e um novo Shangri-lá para os brasileiros. Ainda em 1956, um edital abriu concurso para a escolha de seu plano piloto, e o vencedor foi o arquiteto Lúcio Costa, o mesmo que trabalhara no projeto modernista do prédio do Ministério da Educação e Saúde, no Rio de Janeiro, e nas obras da Pampulha, em Belo Horizonte, quando o então presidente era o prefeito da cidade. Linhas simples e ousadas desenharam não apenas uma cidade, mas o futuro moderno que enfim havia chegado para o Brasil.

E os brasileiros entenderam essa mensagem que tinha respaldo em vivências passadas, algumas bem e outras malsucedidas, de uma imensa população pobre e, majoritariamente, nordestina. Dessa feita, os migrantes que se deslocaram para o canteiro de obras de Brasília, compondo a grande massa de trabalhadores da construção civil, foram chamados de candangos, uma palavra de origem africana que designava uma pessoa desprezível, mas que acabou sendo conotada positivamente, vindo a dar nome aos nascidos no Distrito Federal. Vinham em busca de oportunidades, e eram homens que se viam e eram vistos como conhecedores dos sertões. Chegavam com muito pouco, também em paus de arara, por estradas que ampliavam as ligações entre o norte e sul do país, passando por seu centro geográfico, agora também centro político. No que se refere à construção de estradas, uma das mais simbólicas foi a rodovia Belém-Brasília. Desafiando a floresta amazônica, a abertura dessa estrada desencadeou graves conflitos, confrontando brancos e índios e, particularmente, fazendeiros e arrendatários. Isto é, a Belém-Brasília atualizou os choques que ocorriam com frequência entre grandes proprietários e trabalhadores rurais, dessa feita, os que eram contratados temporariamente e depois dispensados e impedidos de ficar nas terras onde haviam se estabelecido, em função das obras da estrada. Tais conflitos tinham um longo passado e não cessaram de crescer durante as décadas seguintes. Eles acabaram

por fazer parte da história da ocupação das áreas de nossas fronteiras agrícolas — no Pará, em Goiás, Mato Grosso e Rondônia —, tornando-as das mais violentas de todo o país, nas décadas que se seguiram à inauguração de Brasília, no fim do governo JK.

A década de 1950 foi, por tudo isso, das mais relevantes, assinalando um ponto de aceleração em um processo de modernização que, inaugurado nos anos 1930, seguiu até os anos 1970, quando entrou em crise, iniciando o que se tornou conhecido na literatura econômica como a "década perdida". De todo modo, nesses trinta anos, a população brasileira cresceu muito e a sociedade se transformou profundamente, adquirindo novos e modernos padrões de consumo. Com estradas de rodagens e fábricas de automóveis, os migrantes se movimentavam intensamente pelo território, dirigindo-se maciçamente às cidades, agora com prédios de concreto e vidro, alguns com as arrojadas linhas da arquitetura modernista, em busca de empregos formais e também de novas possibilidades de divertimento e conforto. O rádio foi o grande astro desse período, com seus programas de auditório, fãs-clubes e as revistas que alimentavam a popularidade de cantores, apresentadores e atores de radionovela. Nas bancas de jornal, um sem-número de revistas e jornais era oferecido aos leitores, que aumentaram em número, devido a uma expansão modesta, mas razoável, de escolas primárias e secundárias nos perímetros mais urbanizados.

Para as classes mais favorecidas havia os eletrodomésticos, os alimentos industrializados, os novos produtos de higiene pessoal e beleza, que começavam a ser encontrados em supermercados e shopping centers, além dos grandes magazines. A vida moderna também transformava a aparência da população, que se vestia de forma mais descontraída, abandonando luvas e chapéus e adotando camisetas, tênis e, para as mulheres, as fantásticas calças compridas. Depois delas, as calças americanas e, finalmente, o jeans, que, mais do que uma peça de roupa, era um sinal de juventude e ousadia. Enfim, a virada dos anos 1950 para a década de 1960 lembra a imagem de Brasília no cerrado, de São Paulo com seus arranha-céus, do Rio de Janeiro com suas praias, mas não mais capital, e dos brasileiros ouvindo, no rádio, e alguns na televisão, uma música bem emblemática do movimento bossa-nova, que explodiu nesse momento. Na voz de Elizete Cardoso e com letra e música de Vinicius de Moraes e Antonio Carlos Jobim, *Chega de saudade*.



Avenida Beira-mar, Rio de Janeiro

Nos anos 1950, a urbanização do Brasil se acelera e é um dos grandes símbolos da modernidade

CARTÃO-POSTAL, DÉCADA DE 1950

ACERVO S. BALADY

BIBLIOGRAFIA

BERQUÓ, Elza. Evolução demográfica. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). *Brasil*: um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 14-37.

FAUSTO, Boris. Imigração: cortes e continuidades. In: SCHWARCZ, Lilia M. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4, p. 13-64.

______ (Org.). *Fazer a América*: a imigração em massa para a América Latina. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

FONTES, Paulo. *Um nordeste chamado Brasil*: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966). Rio de Janeiro: FGV, 2008.

GOMES, Angela de Castro. Vargas e os trabalhadores do Brasil. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GOMES, Angela de Castro. Através do Brasil: o território e seu povo. In: ______; PANDOLFI, Dulce; ALBERTI, Verena (Org.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. p. 156-197.

______ (Org.). *O Brasil de JK*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

______. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

______. Estatísticas organizadas ou como se constrói uma instituição: o IBGE e o Brasil moderno. In: IBGE. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. v. 3: Estatísticas organizadas, 1936-1974.

GUILLEN, Isabel C. M. *Errantes da selva*: história da migração nordestina para a Amazônia. Tese (doutorado) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 1999.

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil*. Amazônia, Nordeste e Centro--Oeste. Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

LIMA, Nísia Trindade. Brasília: a capital no sertão. In: SENRA, Nelson de Castro (Org.). *Veredas de Brasília*: as expedições geográficas em busca de um sonho. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MAIA, João Marcelo. *A terra como invenção*: o espaço no pensamento social brasileiro. Rio de Janeiro: J.Z.E., 2008.

MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ, Lilia M. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4, p. 659-726.

PATARRA, Neide L. Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período do pós-30. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira.* São Paulo: Difel, 1995. t. III, v. 4.

SECRETO, Maria Verônica. A ocupação dos "espaços vazios" no governo Vargas: do "Discurso do rio Amazonas" à saga dos soldados da borracha. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Cpdoc/FGV, v. 2, n. 40, 2007.



DETALHE DA IMAGEM DA PÁGINA 134

PARTE **2**

BORIS FAUSTO
A VIDA POLÍTICA

O BRASIL EM BUSCA DA MODERNIDADE

Quando em novembro de 1930, logo após o triunfo revolucionário, instituiu-se o Governo Provisório, sob a chefia de Getúlio Vargas, poucos poderiam imaginar que Vargas permaneceria no poder por quase quinze anos. Tanto mais porque os primeiros tempos do novo governo seriam marcados por confrontações e incertezas, tendo como pano de fundo a Grande Depressão mundial.

O decreto que criou o Governo Provisório, assinado por Vargas e por seus ministros, iniciou um período de transição política. O Poder Executivo passou a concentrar também o Poder Legislativo e os governadores dos estados foram substituídos por interventores nomeados pelo Executivo, com a única exceção de Minas Gerais. O poder dos estados foi enfraquecido, pois eles ficaram proibidos de contrair empréstimos externos sem autorização federal e de dotar as polícias estaduais de artilharia e aviação ou armá-las em proporção superior ao Exército.

O primeiro ministério instituído por Vargas, que tentava abranger diferentes grupos, foi alterado em pouco tempo. Por exemplo, o banqueiro paulista José Maria Whitaker — próximo ao Partido Democrático (PD), ocupante do Ministério da Fazenda — foi substituído, em dezembro de 1931, pelo político gaúcho Oswaldo Aranha, um dos principais articuladores do movimento revolucionário que levara Vargas ao poder. Por algum tempo, o ex-tenente, general Juarez Távora, ocupou o Ministério da Viação e Obras Públicas. Duas grandes novidades foram a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a do Ministério da Educação e Saúde. O triunfo da Revolução de 1930 gerou expectativas muito diversas entre

 os vitoriosos. Os chefes oligárquicos de alguns estados, como Borges de Medeiros (Rio Grande do Sul) e Olegário Maciel (Minas Gerais), queriam apenas um rearranjo da Primeira República, sem maiores alterações no sistema político. Os setores liberais, cuja base social repousava nas classes médias urbanas, principalmente de São Paulo e do Rio de Janeiro, pretendiam alcançar, entre outros pontos, uma reforma política que estabelecesse uma verdadeira representação de cidadãos conscientes, pela via da educação; o saneamento das eleições, pela instituição do voto secreto; a ampla liberdade de expressão e a independência dos três poderes da República.

Vargas, apoiado por seu *entourage*, pretendia estender os poderes excepcionais conferidos pelo decreto que instituiu o Governo Provisório, visando quebrar a força das oligarquias estaduais, e liquidar o modelo federativo, que identificava com a Primeira República. Um aspecto que suscitou e suscita ainda muitas controvérsias diz respeito à industrialização. Inegavelmente, ela ganhou impulso a partir dos anos 1930, mas não se incluía nos propósitos explícitos da Revolução de 30. Nos primeiros anos após o episódio revolucionário, a industrialização ganhou força, pelas dificuldades de importação decorrentes da Grande Depressão, e só anos mais tarde, durante o Estado Novo, tornou-se um deliberado propósito do Estado.

Para atingir seus objetivos, o Governo Provisório contava com o apoio da maioria das Forças Armadas, que atravessavam um período de instabilidade e de riscos à quebra da hierarquia. Revoltas de setores da base do Exército surgiram em 1931, demandando melhores soldos e melhor tratamento, mas foram prontamente contidas. Mais séria era a questão do tenentismo, o movimento que vinha da década de 1920 e abrigava muitos dos quadros médios da instituição militar. Com a vitória da revolução, os "tenentes" passaram a fazer parte do governo e formularam um programa mais claro do que até então tinham expressado. Um dos alvos principais permanecia: a construção da unidade nacional, pela via de um poder centralizado, em contraste com os poderes que os grandes estados asseguravam para si na Primeira República. A partir desse princípio, propunham o atendimento uniforme às necessidades das várias regiões do país; a instalação de uma indústria básica (especialmente a siderúrgica) e um programa de nacionalizações que incluía as minas, os meios de transporte e de comunicação, assim como a navegação de cabotagem. Para o atendimento desses propósitos, o movimento tenentista — cujo principal núcleo era o Clube 3 de Outubro — defendia o prolongamento do Governo Provisório.

A ação do governo federal, nos primeiros anos após a Revolução de 1930, concentrou-se no fortalecimento do papel do Estado, sem representar



Fotógrafo não identificado

Getúlio Vargas assina os primeiros decretos após a posse como chefe do Governo Provisório. Lindolfo Collor, de óculos, observa

GELATINA/PRATA, RIO DE JANEIRO, 1930

ACERVO ICONOGRAPHIA

 diretamente os interesses desta ou daquela classe social. Essa postura era ditada por convicções ideológicas e também pela pressão dos fatos. No terreno econômico-financeiro, por exemplo, a questão cambial e a crise do café, entre outros tópicos, exigiam medidas centralizadoras e a criação de organismos com esse caráter, na órbita do poder central. Concretizou-se, pragmaticamente, uma aproximação entre o cético Vargas e a Igreja católica, cuja principal figura era o cardeal do Rio de Janeiro, Sebastião Leme. Vargas percebeu a importância da Igreja como garantia simbólica da ordem e como instituição capaz de atrair setores que não estavam sob sua influência; a Igreja, por sua vez, percebeu também que, apoiando o governo, poderia alcançar, ao menos em parte, seus objetivos, entre os quais se incluía o ensino religioso nas escolas públicas. A aproximação entre os dois lados expressou-se na grandiosa festividade de inauguração do monumento ao Cristo Redentor, no morro do Corcovado, no Rio de Janeiro, em outubro de 1931.

A já mencionada criação do Ministério do Trabalho evidenciou que o novo governo tinha especial interesse em regular as relações entre o Estado e a classe trabalhadora urbana. Várias razões explicam essa nova percepção, entre elas, o quadro de crise do capitalismo liberal em todo o mundo e seu correlato, o avanço do fantasma comunista. A legislação que começava a ser decretada revelava a preocupação em conceder direitos aos trabalhadores e enquadrar os sindicatos, desmantelando as organizações autônomas sob influência dos comunistas e o que restava do anarquismo. Entre março de 1931 e novembro de 1932 estendeu-se a concessão de férias a várias categorias profissionais, criou-se a carteira profissional, regulou-se o horário de trabalho das mulheres e dos menores. Curioso foi o significado que tomou a carteira profissional, existente até hoje, onde são registrados dados individuais do trabalhador, como entrada e saída de empresas, concessão de férias etc. Tomado pelos sindicatos autônomos como instrumento de controle da massa operária, o documento foi cada vez mais visto pelos trabalhadores como uma garantia contra a informalidade do trabalho.

O enquadramento dos sindicatos ocorreu em março de 1931, por um decreto que consagrava o princípio do sindicato único por categoria profissional e estabelecia formas de controle do governo sobre as organizações sindicais. Esse enquadramento, vigente até os dias de hoje, foi modificado pela Constituição de 1934. A pluralidade sindical nunca foi posta em prática e o regime do Estado Novo, a partir de 1937, reinstituiu o princípio da unicidade.

No terreno político, Vargas tratou de utilizar os quadros tenentistas como instrumento contra as oligarquias estaduais em duas regiões muito diferentes: o Nordeste e o estado de São Paulo. No primeiro caso, alcançou

êxito no propósito de subordinar as oligarquias locais, sem eliminá-las. Em São Paulo, a história foi bem outra. O governo desprezou as reivindicações da elite oposicionista liberal paulista, organizada no Partido Democrático (PD), que esperava obter o poder local, e nomeou como interventor o "tenente" João Alberto, sem nenhuma ligação com os meios sociais e políticos de São Paulo. Após sua demissão, em julho de 1931, vários interventores se sucederam, enquanto crescia, em amplos setores da população, a oposição ao governo federal. Em comícios e na imprensa, exigia-se a constitucionalização do país e, como medida transitória, a nomeação de um interventor civil e paulista. Um decreto federal de fevereiro de 1932, instituindo um Código Eleitoral para todo o país com voto secreto e sufrágio feminino e a nomeação de um interventor civil e paulista de pouca expressão, não diminuiu a contrariedade dos paulistas.

Os desentendimentos desembocaram numa guerra civil de grandes proporções entre São Paulo e o governo central, iniciada em 9 de julho de 1932. A mobilização daquele estado abrangeu amplos setores sociais, inclusive os populares. Apenas um setor organizado da classe operária, ativo, mas minoritário, ficou à margem do conflito. O arco de alianças sociais veio, aliás, ressaltar o fato de que a Revolução de 30 não fora promovida pela burguesia industrial, pois sua ação foi importante no esforço de guerra dos paulistas. A repulsa ao governo federal facilitou também a união dos dois partidos que haviam estado em confronto desde meados da década de 1920. O Partido Democrático (PD) e o Partido Republicano Paulista (PRP), situacionista durante a Primeira República, uniram-se para formar a Frente Única Paulista, em que o PD tinha papel mais importante. Os contingentes militares de São Paulo lutaram em condições desiguais, contando com a Força Pública (milícia estadual) e os voluntários civis, enquanto o governo federal mobilizou as forças do Exército. Mesmo assim, a luta durou quase três meses, até a rendição dos paulistas em 10 de outubro de 1932.

No curso de 1933, a cúpula das Forças Armadas conseguiu neutralizar o movimento tenentista que, embora inicialmente útil, ameaçava subverter a hierarquia militar. Os "tenentes" fracassaram na tentativa de transformar o Estado no seu partido e não conseguiram uma significativa base civil de apoio. Uma parte deles subordinou-se ao governo Vargas, enquanto outros engrossaram os partidos de direita e de esquerda. A dispersão dos "tenentes" ocorreu ao mesmo tempo que a derrota dos revolucionários de 1932 permitiu ao governo livrar-se de vários generais que vinham dos tempos da Primeira República e se colocaram ao lado ou simpatizaram com o movimento de 1932. Não foi essa a única nem a mais importante consequência



Fotógrafo não identificado

Comício na Praça da Sé — Revolução de 32

GELATINA/PRATA, SÃO PAULO, 25 DE JANEIRO DE 1932

ACERVO ICONOGRAPHIA

do desfecho da "guerra paulista". Embora vitorioso, o governo percebeu o grave equívoco de não dar espaço à elite de São Paulo. Os derrotados, por sua vez, compreenderam que teriam de estabelecer algum tipo de compromisso com o poder central. A nomeação de um interventor civil e paulista, Armando de Salles Oliveira, ligado ao PD, parecia indicar uma recomposição.

O Governo Provisório convocou eleições para uma Assembleia Nacional Constituinte, realizadas em maio de 1933, após intensa mobilização partidária. A grande novidade nas regras de representação foi a eleição dos deputados de classe, ao lado dos deputados eleitos pelo voto individual. Os chamados classistas, eleitos por representantes sindicais de empregados e empregadores, somavam quarenta, sendo quase todos favoráveis ao governo, que manipulou as indicações numa assembleia cujo total era de 214 membros. Os resultados das eleições, mesmo com a instituição do voto secreto, mostraram a força das elites regionais nos grandes estados. O caso mais significativo foi o de São Paulo, em que a Chapa Única formou a maior bancada desse estado na Assembleia Constituinte.

A Constituição promulgada em 16 de julho de 1934 em vários aspectos inspirou-se na da República de Weimar. Três títulos novos, inexistentes nas Constituições anteriores, tratavam da ordem econômica e social; da família, educação e cultura; e da segurança nacional. Os dispositivos sobre a organização sindical e os direitos sociais asseguravam a pluralidade e a autonomia dos sindicatos, o direito ao descanso semanal e férias remuneradas, a igualdade salarial entre homens e mulheres, bem como a fixação de um salário mínimo. A Constituição previu também a instituição da Justiça Eleitoral, como órgão especializado para decidir questões dizendo respeito ao registro dos partidos políticos, às candidaturas e à lisura das eleições; e a Justiça do Trabalho, encarregada de dirimir conflitos entre empregados e empregadores em dissídios individuais e coletivos.

Vargas foi eleito presidente da República, em julho de 1934, pelo voto indireto da Assembleia Nacional Constituinte, para um período de quatro anos. As eleições seguintes seriam diretas, pelo voto popular. Tudo parecia indicar, assim, que o Brasil tomaria o rumo de um processo de democratização, apesar das críticas de Vargas e de integrantes das Forças Armadas à nova Constituição do país.

Porém, em pouco mais de três anos, a expectativa de consolidação democrática converteu-se no oposto. Por que isso ocorreu? Em primeiro lugar, devemos considerar que as objeções de Getúlio e de setores militares à Constituição de 1934 não eram ocasionais. Desde os primeiros meses após a Revolução de 30, o presidente e a cúpula militar, na qual se destacavam

 os generais Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, vinham cogitando a instauração de um regime autoritário. Os tempos eram de desprestígio do sistema capitalista e da democracia liberal que pareciam ruir em face da Grande Depressão. No Brasil, após a formação de pequenos grupos de direita na década de 1920, surgiu a Ação Integralista Brasileira (AIB), em outubro de 1932, sob o comando de Plínio Salgado, jornalista e escritor, nascido no interior de São Paulo. Segundo cálculos aproximados, a AIB chegou a abranger em torno de 150 mil pessoas no auge de seu prestígio, em 1937. Seus membros incluíam sobretudo gente de classe média e das Forças Armadas, mas também muitos trabalhadores. Próxima ao fascismo, com tintas de integrismo católico, a organização se definia como nacionalista, com um conteúdo mais cultural do que econômico. Seu lema se concentrou em três palavras: Deus, Pátria e Família. O antiliberalismo e o antissemitismo eram outras características da AIB, embora o chefe nacional insistisse menos nessa posição racista do que figuras como Gustavo Barroso, um ideólogo defensor do nazismo.

No outro extremo do espectro político, o Partido Comunista do Brasil (PCB), na ilegalidade, ganhou reforços e mudou em parte sua composição social, com a entrada do "tenente" mais célebre em suas fileiras: Luiz Carlos Prestes, um dos comandantes da coluna Miguel Costa-Prestes, que se deslocara pelo interior do Brasil nos anos 1920. O "cavaleiro da esperança", como se tornou conhecido, em 1934, sob as bênçãos de Moscou, atraiu para o movimento comunista muitos companheiros do tenentismo, decepcionados com o governo Vargas. Ao mesmo tempo, o obreirismo que caracterizara o PCB nos anos do chamado "terceiro período" cedeu terreno para a perspectiva de alianças amplas, na linha das frentes populares, então assumida pela Internacional Comunista (IC).

Em março de 1935, sob inspiração do PCB, foi lançada no Rio de Janeiro a Aliança Nacional Libertadora (ANL), em cujo programa figuravam, entre outros pontos, a ascensão ao poder de um governo popular, a garantia de livre expressão do pensamento, a suspensão definitiva da dívida externa, a nacionalização das empresas em mãos dos imperialistas, a reforma agrária. A ANL atraiu muitos intelectuais, militares, setores da classe trabalhadora, embora em número inferior à AIB, entre outras razões, dada sua curta duração. De fato, o governo Vargas dissolveu a ANL, valendo-se da Lei de Segurança Nacional aprovada em abril daquele ano, que definia os crimes contra a ordem política e social. Essa atitude teve como desastrada resposta uma insurreição para derrubar o governo e instalar no poder um regime "popular, nacional e revolucionário".

Um dos aspectos mais significativos dessa aventura se encontra no fato de que ela recebeu o "visto bueno" da III Internacional, nos anos em que os partidos comunistas de todo o mundo estavam se engajando na formação das frentes populares. A excepcionalidade do caso brasileiro foi reconhecida numa reunião em Moscou (outubro de 1934), na qual se discutiram questões estratégicas do movimento comunista, com a presença de dirigentes soviéticos, europeus, asiáticos e latino-americanos, aí incluídos vários brasileiros. Finalmente, no VII e último congresso da IC (agosto de 1935), o relatório apresentado em nome do PCB concluía que havia condições para se desfechar uma revolução popular, com o objetivo de derrubar o governo Vargas e introduzir reformas radicais no país. Para orientar a preparação do movimento foram enviadas ao Brasil, clandestinamente, algumas figuras de peso, como Arthur Ernst Ewert, ex-membro do Parlamento alemão e um dos organizadores de uma insurreição na China, entre 1933 e 1934; Pavel Stuchevski, membro da NKVD e elemento de ligação com Moscou; Rodolpho Ghioldi, um dos principais líderes do PC argentino. Prestes chegou ao país também como clandestino, em companhia de Olga Benário, incumbida de velar por sua segurança e que se tornou sua companheira. Olga era uma jovem comunista alemã, de origem judaica, que, entre outras atividades, exercera funções no setor de inteligência militar do Exército Vermelho.

Através do serviço secreto britânico, Vargas teve notícia das articulações revolucionárias, mas deixou que elas prosseguissem. Em poucas palavras, a insurreição resultou em fracasso. O levante foi desfechado em Natal (capital do estado do Rio Grande do Norte), em 23 de novembro de 1935, e só dias depois no Recife (capital do estado de Pernambuco) e no Rio de Janeiro. Na capital da República, os revoltosos tomaram um quartel e conseguiram a adesão da maioria da tropa que aí se encontrava, mas as instalações foram bombardeadas por canhões da Marinha e pela aviação, e se incendiaram. No balanço geral, a insurreição resultou em torno de cem mortes, na maioria civis, que a ela aderiram. No mundo político e em grande parte da sociedade, o temor ao comunismo se tornou dominante. Afinal de contas, o episódio não revelara que os comunistas estavam dispostos a tomar o poder pela violência? Não ficara provado que o "ouro de Moscou" financiava movimentos revolucionários e infiltrava agentes estrangeiros no país?

Os políticos liberais demonstraram claramente que seu liberalismo não prevalecia diante dos riscos à "ordem pública e ao avanço do comunismo". Com poucas exceções, aceitaram as medidas excepcionais propostas pelo governo. O estado de sítio, posteriormente convertido em estado de guerra, foi decretado ainda no curso da rebelião e prorrogado pelo Congresso

 até julho de 1937. Foi criado o Tribunal de Segurança Nacional para julgar sumariamente os milhares de presos políticos e foram suspensas as imunidades parlamentares, o que permitiu a prisão de quatro deputados e um senador. Além disso, a tortura de presos políticos, sobretudo dos comunistas acusados de atos subversivos, tornou-se prática corrente. O grupo de agentes estrangeiros da IC foi o alvo especial da repressão. Ewert, por exemplo, preso em dezembro de 1935, foi torturado por muitas formas e enlouqueceu na prisão; quando solto, em 1947, não recuperou a saúde mental. Prestes e Olga foram detidos em março de 1936. A entrega de Olga, em adiantado estado de gravidez, à Gestapo foi um dos atos mais ignóbeis praticados por Vargas. Ela deu à luz a filha Anita numa prisão da Gestapo e morreu em 1942 na câmara de gás do campo de extermínio de Bernburg, na Alemanha.

O clima anticomunista ganhou maior vulto com a encenação do Plano Cohen — não por acaso um nome judaico —, em fins de setembro de 1937, contendo detalhes horripilantes de um golpe comunista em preparação. Forjado pelo capitão Olympio Mourão Filho, chefe do serviço secreto da AIB, o suposto plano foi veiculado pelos jornais e pelo programa de rádio oficial, *A Hora do Brasil*.

Em meio a esse clima repressivo, foram lançadas as candidaturas de José Américo de Almeida, ex-ministro de Viação e Obras Públicas, pelo governo; a de Armando de Salles Oliveira, pela oposição; e de Plínio Salgado, pelos integralistas. Mas as eleições presidenciais, previstas para 1938, não seriam realizadas. Diante das articulações de um golpe autoritário, em 10 de novembro de 1937, Plínio Salgado retirou sua candidatura, certo de que os integralistas, cujas homenagens a Vargas eram ostensivas, teriam postos ministeriais no governo ditatorial que se anunciava.

Vargas não necessitou de muitos esforços para desfechar o golpe de Estado, em 10 de novembro de 1937. Os vários setores da classe dominante ansiavam pela ordem e vinham sendo atendidos pelo governo; o aparelho militar e civil, depurado dos que poderiam fazer oposição, formava um bloco homogêneo; a grande maioria da elite política preferia a ditadura ou se conformava com ela; a frágil organização independente dos trabalhadores desaparecera, enquanto crescia nos meios populares o prestígio de Vargas; a esquerda, para a qual a ditadura começara em 1935, fora praticamente arrasada. Restavam apenas os liberais, cuja fraqueza mais uma vez se revelou: Armando de Salles Oliveira fez um dramático apelo às Forças Armadas para que impedissem um golpe, sem obter qualquer resultado. O caminho dos políticos liberais seria o do exílio.

Pela primeira vez, instalara-se no Brasil um regime ditatorial. Na noite de 10 de novembro, ele anunciou o advento do Estado Novo e a entrada

em vigor de uma Carta constitucional, elaborada pelo político mineiro Francisco Campos, que, por muitos anos, ocuparia o Ministério da Justiça. A oposição apelidou a Carta de 1937, de "polaca", não só porque tinha semelhanças com a Constituição da Polônia, decretada por Josef Pilsudski, como também porque "polaca" era então um termo depreciativo aplicado às prostitutas provenientes da Europa do leste.

ESTADO NOVO: AUTORITARISMO E NACIONALISMO

O novo regime, que se intitulou Estado Novo, foi implantado praticamente sem mobilizações. Os integralistas esperavam beneficiar-se da implantação da ditadura e ganhar, pelo menos, o Ministério da Educação e Saúde. Getúlio Vargas cortou-lhes as esperanças, negando-se a atender a suas reivindicações. A AIB foi fechada, como ocorreu com todos os partidos políticos. Diante desse quadro, em maio de 1938, um grupo desesperado assaltou o Palácio Guanabara — local de residência do presidente — na tentativa de depô-lo. Os assaltantes foram cercados e, no choque que se seguiu, vários deles fuzilados nos jardins do palácio. A liquidação política da extrema direita foi emblemática dos objetivos acalentados pela cúpula das Forças Armadas de instaurar no Brasil um regime autoritário, sem partidos ou mobilizações populares, a não ser as encenadas e controladas pelo governo.

Vargas centralizou os poderes da República, aconselhado por um ministério de que fizeram parte, entre outros, figuras como Eurico Gaspar Dutra (ministro da Guerra), Francisco Campos (ministro da Justiça), nomeado pouco antes do golpe, Oswaldo Aranha, cuja nomeação para o Ministério das Relações Exteriores, no início de 1938, agradou ao governo norte-americano. Caso significativo foi o do Ministério da Fazenda, ocupado por Arthur de Sousa Costa, entre 1934 e 1945. De origem humilde, sem formação universitária, Sousa Costa chegou ao ministério passando pelo Banco do Brasil. Visou sempre o equilíbrio das contas públicas, fato que não o impediu de conceder generosos créditos aos industriais. Ao mesmo tempo, vários órgãos técnicos foram criados como canal de aproximação entre o governo e os interesses privados. Um dos mais importantes foi o Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF), de 1937, que funcionava como órgão de assessoria do Ministério da Fazenda, visando principalmente à racionalização do sistema tributário, ao disciplinamento dos empréstimos públicos e à padronização dos orçamentos estaduais e municipais. No Conselho do CTEF figuraram vários integrantes da grande indústria.

 Os estados perderam a autonomia e passaram a ser governados por interventores nomeados pelo ditador-presidente. Os poderes dos interventores foram em parte restringidos pela dependência do Poder Central e pela atividade dos Departamentos Administrativos, criados em cada estado, em abril de 1939, como uma espécie de substituto das antigas assembleias estaduais, eleitas por voto direto. Em resumo, sob o aspecto socioeconômico, o Estado Novo foi sustentado pela aliança entre a burocracia civil e militar, pela burguesia industrial, que se aproximou cada vez mais do governo após a Revolução de 1932, e pela classe operária organizada nos sindicatos. Isso não quer dizer que os setores agrários, em sua maioria, não apoiassem Vargas, mesmo porque este nunca tocou em seus interesses e desdenhou da possibilidade de promover uma reforma agrária. A oposição, silenciada nos primeiros anos do Estado Novo, concentrou-se nos setores letrados da classe média urbana.

A partir de 1937, ganharam maiores proporções as iniciativas materiais do governo em favor das massas, seguidas da construção da figura de Vargas como grande protetor dos trabalhadores. A concessão de benefícios vinha acompanhada do enquadramento dos sindicatos como órgãos paraestatais. A Carta de 1937 reintroduziu a unidade sindical, ou seja, uma representação única por ramo de atividade. Legislação posterior, sob a forma de decretos-leis, estabeleceu as regras de supervisão e intervenção do Estado nos organismos sindicais. Em julho de 1940 foi criado o imposto sindical — que vigora até os dias de hoje — como instrumento básico do financiamento dos sindicatos e de maior subordinação ao Estado. No caso do trabalhador, tratava-se de uma contribuição anual obrigatória, correspondente a um dia de trabalho, paga tanto pelos sindicalizados quanto pelos não sindicalizados. Essa iniciativa acabou por favorecer a criação de sindicatos de "carimbo", subservientes ao governo e que não necessitavam de um grande número de afiliados para manter sua existência.

O conjunto de benefícios materiais concedidos pelo governo Vargas foi sistematizado e aprimorado pela Consolidação das Leis do Trabalho, em 1º de maio de 1943. A legislação trabalhista, que em muitos casos fora introduzida antes do golpe de 1937, abrange um conjunto de direitos e benefícios aos trabalhadores urbanos: direito a férias remuneradas, jornada de trabalho padrão de oito horas diárias, regime especial de trabalho para mulheres e menores, garantia de estabilidade no emprego após dez anos de serviço etc.

Uma importante medida foi a instituição definitiva do salário mínimo para os trabalhadores urbanos, por um decreto anunciado na data simbólica de 1º de maio de 1940. O direito ao salário mínimo abrangia todo o país, mas seus índices podiam variar em cada estado. A criação da

Justiça do Trabalho (1º de maio de 1939) e sua instalação (1º de maio de 1941) estruturaram e ampliaram órgãos semelhantes, implantados desde 1932. A Justiça do Trabalho tinha por objetivo principal conciliar e julgar disputas individuais entre patrões e empregados, e homologar acordos coletivos. A composição do órgão de primeira instância, formada por um representante dos empregados, um dos empregadores e um juiz de carreira, revelava o propósito de equilibrar e conciliar os interesses em jogo.

Acompanhando essas medidas, a construção da figura de Vargas, como o grande condutor da nação, ganhou forte impulso no decorrer do Estado Novo. Essa tendência vinha desde os primeiros tempos de sua presidência quando, em 1931, foi criado o Departamento Oficial de Publicidade. Na sistemática escalada do Estado para controlar a informação e promover, ao mesmo tempo, a figura do chefe da nação, um marco sempre lembrado é a instituição do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão diretamente ligado à presidência da República. O principal dirigente do DIP foi Lourival Fontes, entusiasta do fascismo e de Mussolini, no início dos anos 1930, e que se converteu em pessoa de estrita confiança de Vargas.

O DIP exerceu amplas funções, utilizando e controlando o cinema, o rádio, a imprensa, a literatura social e política. No esforço de sanear as mentes e calar os inimigos do regime, proibiu-se a entrada no Brasil de publicações "nocivas aos interesses brasileiros". Alguns dos valores mais caros ao Estado Novo — o nacionalismo, a valorização do trabalho — foram promovidos de inúmeras formas, por meio de jornais, revistas, noticiário cinematográfico ou músicas populares, encomendadas pelo regime. Um aspecto significativo da atuação do DIP consistiu na atração de intelectuais, convidados a ocupar cargos públicos ou a escrever em revistas publicadas pelo Estado. A principal delas foi denominada *Cultura Política — Ensaios mensais de estudos brasileiros*, dirigida pelo jornalista Almir de Andrade. Nessa publicação escreveram os principais ideólogos do regime, como Francisco Campos, o famoso sociólogo Oliveira Vianna, o jornalista Azevedo Amaral e o poeta modernista Cassiano Ricardo. Mas aí se encontram também textos de intelectuais de projeção, adversários do regime, como o escritor Graciliano Ramos; o historiador ligado ao Partido Comunista, Nelson Werneck Sodré; e o sociólogo Gilberto Freyre, já então célebre pela publicação do livro *Casa-grande & senzala*. Esses autores, entretanto, restringiram suas colaborações a temas de história, folclore e literatura.

Foi no curso do Estado Novo que se consolidou o chamado regime populista ou, para alguns, o estilo populista do governo Vargas. O populismo de Vargas e o governo implantado pelo general Perón na Argentina foram os exemplos mais representativos desse fenômeno sociopolítico na

 América do Sul, correspondendo a uma época de intensa industrialização e de atração populacional, do campo e de cidades menores, para os grandes centros urbanos. O estilo varguista assentou-se num tripé formado pelo Estado, pela burguesia nacional e pela classe operária organizada. Nesse tripé, o Estado era o polo mais relevante pelo seu papel de partícipe e impulsionador do processo de industrialização, assim como de conceder benefícios aos trabalhadores. Ressalvemos, porém, que o apoio ao regime contou ainda com outros setores sociais, em particular a nova classe média emergente, favorecida pelo desenvolvimento econômico.

Populismo, personalização e carisma estão ligados. No caso do Brasil, a figura do chefe da nação cristalizou-se como a do "pai dos pobres", "defensor dos humildes", "estadista à frente de um Brasil autenticamente brasileiro". Por suas características pessoais, Vargas não era um personagem bem talhado para ser a encarnação desse estilo de governo. Pequeno de altura, ostentava traços de elite (o chapéu *gelot*, os charutos, o gosto pelo golfe, o desinteresse pelo futebol), e seus discursos eram proferidos em tom solene e monótono. Mas a grande massa viu nele uma figura paternal, cuja estatura e certos traços, em particular o "sorriso bondoso", destacavam-se positivamente. A máquina de propaganda encarregou-se de acentuar esses e outros aspectos, a ponto de Vargas ser comumente chamado de "o nosso querido baixinho" e o "sorriso do velhinho" tornar-se tema de um samba, na disputa da presidência da República, já em 1950.

Para explicar a queda do Estado Novo, que não chegou a durar oito anos, é necessário introduzir na narrativa a cena internacional e a política externa do Brasil. Em poucas palavras, pois o tema da política externa é tratado em outro ensaio deste volume, o governo Vargas, principalmente desde a ascensão do nazismo em 1933, situou-se entre dois polos: a aproximação com a Alemanha ou com os Estados Unidos. Na primeira hipótese, as afinidades ideológicas pesavam menos do que os interesses comerciais — em particular, a venda de algodão para a Alemanha. Na segunda hipótese, o pragmático Vargas sempre teve em mente os laços tradicionais com os Estados Unidos e o fato geopolítico de que o Brasil se situava no continente americano.

Gradativamente, o governo pendeu para os Estados Unidos, sobretudo depois do ataque a Pearl Harbour, em dezembro de 1941, do qual resultou a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. Em 27 de janeiro de 1942, quase ao final da Conferência dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, realizada no Rio de Janeiro, Getúlio decidiu romper relações com os países do Eixo, apesar da oposição dos generais Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra. A medida abriu uma brecha para grandes manifestações pró-democracia, de

um setor da classe média composto principalmente por estudantes mobilizados pela União Nacional dos Estudantes (UNE). O torpedeamento de navios nas costas brasileiras pelos alemães, que resultou em centenas de mortos, acelerou a decretação do estado de guerra, em 31 de agosto de 1942.

Mais uma vez, manifestantes de classe média saíram às ruas para reivindicar a democratização do país, ao mesmo tempo que apoiaram a decisão de Vargas. Quanto aos trabalhadores, recaíram sobre eles muitos dos sacrifícios impostos pela guerra, entre eles a suspensão de vários direitos trabalhistas. Um grupo de dezoito sindicatos dirigiu a Vargas um cauteloso protesto, no qual solicitava o controle de preços para evitar a ação de açambarcadores que estavam se aproveitando da guerra para aumentar seus lucros. Mas, afora um ou outro incidente dessa natureza, a classe trabalhadora manteve-se fiel ao ditador-presidente ao longo dos anos de crise que levaram à queda do Estado Novo, em outubro de 1945.

A oposição à ditadura começou a organizar-se, explorando uma nítida contradição. Como era possível entrar na Segunda Guerra Mundial ao lado das potências democráticas, enviar a Força Expedicionária Brasileira (FEB), integrada por cerca de 25 mil homens, para lutar nos campos da Itália e, ao mesmo tempo, manter o Estado Novo? As dissensões não se limitavam a setores fora da órbita do governo. As tendências antifascistas encontraram um canal de expressão na Sociedade Amigos da América, presidida pela figura simbólica do general Manuel Rabelo, velho militar positivista. O personagem central da organização era seu vice-presidente Oswaldo Aranha, que encarnava, no interior do regime, a ala favorável à aliança com os Estados Unidos.

Em agosto de 1944, a polícia do Rio de Janeiro fechou a Sociedade Amigos da América, em plena solenidade da posse de Oswaldo Aranha, reeleito para a vice-presidência, num salão lotado de uma associação de elite — o Automóvel Clube. A medida repressiva se diferençava de muitas outras, por revelar fissuras nos círculos do poder, a tal ponto que Aranha demitiu-se do cargo de ministro das Relações Exteriores. Por sua vez, as duas principais figuras militares do Estado Novo — os generais Dutra e Góes Monteiro — tiveram atitudes opostas com relação à medida policial. Dutra, com sua antipatia pelos Estados Unidos, deu cobertura à ação repressiva. O general Góes Monteiro, que exercia uma função de representação em Montevidéu, ao receber uma carta de Aranha em que este afirmava ser "vítima de um Pearl Harbour policial", demitiu-se do cargo, embora sua demissão não tenha sido aceita. Entretanto, o desencontro entre Dutra e Góes Monteiro, no fim daquele ano de 1944, converteu-se rapidamente em entendimento. Ambos se convenceram da necessidade de pôr fim ao "regime de governo

 pessoal" e realizar eleições. Vargas, àquela altura, perdera o apoio da cúpula militar e tentava adiar o processo de democratização, aludindo às condições excepcionais do país, decorrentes da Segunda Guerra Mundial.

Indicador expressivo da derrubada de muitas ditaduras, a imprensa começou a escapar ao controle do DIP e a publicar o que não devia ser publicado. Foi o caso da entrevista de José Américo de Almeida, em 22 de janeiro de 1945, concedida ao jornal *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, na qual o político e candidato às frustradas eleições presidenciais de 1938 enfatizou a urgência da democratização do país. Poucos dias após essa entrevista, Vargas antecipou-se a novas manifestações, ao promulgar o Ato Adicional em que, por meio de emendas à Carta constitucional de 1937, anunciou eleições para a presidência da República e o governo dos estados, bem como a eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte, com o objetivo de elaborar e promulgar uma nova Constituição. Apesar dessa iniciativa e da posterior fixação das eleições para dezembro de 1945, crescia na oposição o sentimento de que, de um modo ou de outro, Vargas pretendia permanecer no poder.

O presidente tratou de forjar instituições que sustentassem o getulismo adaptado aos novos tempos. Com esse objetivo, deu espaço a ministros como Agamenon Magalhães (Justiça) e Alexandre Marcondes Filho (Trabalho), assim como a vários interventores, para promoverem a criação de dois partidos políticos que iriam expressar as duas vertentes do getulismo. Em julho de 1945, foi criado o Partido Social Democrático (PSD), que nada tinha de social-democrata, pois abrigava membros da máquina governamental, desvinculados da área trabalhista, bem como caciques políticos de alguns estados. Por sua vez, em setembro do mesmo ano, a outra vertente criou o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), promovido por Marcondes Filho e integrado principalmente por dirigentes sindicais e por membros do aparelho assistencialista do governo. Como veremos adiante, o PSD e o PTB se coligariam em várias eleições presidenciais ao longo dos anos 1945-1964, com uma trajetória diferente, pois, enquanto o PSD tendeu a declinar, o PTB ascendeu a cada eleição.

Naquele ano de 1945, o PSD lançou o general Eurico Gaspar Dutra como candidato às eleições presidenciais. Embora o general fosse um seguidor de Vargas desde os primeiros tempos da Revolução de 30, este engoliu sua candidatura sem o menor entusiasmo, provavelmente considerando que ainda tinha margem de manobra para continuar no poder ou escolher outro candidato.

O principal partido da oposição foi a União Democrática Nacional (UDN). Nos seus primeiros tempos, abrigava correntes heterogêneas: liberais conservadores, membros da diminuta esquerda democrática, correntes

oligárquicas destituídas em 1930 e antigos "tenentes" decepcionados com os rumos do governo Vargas. A UDN se definiu como um partido liberal antigetulista, defensor do regime democrático e dos bons costumes políticos. O candidato da UDN e de partidos menores, em contraposição ao general Dutra, foi o brigadeiro Eduardo Gomes, ex-"tenente" que adotara posições liberais. Dessa forma, para derrubar um ditador civil, é sugestivo que os dois maiores partidos fossem se abrigar em candidaturas militares.

Em maio de 1945, o governo decretou a nova Lei Eleitoral que fixou a data de 2 de dezembro para eleições à presidência da República e ao Congresso. Logo depois, surgiu um movimento favorável à permanência de Vargas no poder, até a eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte, com a possibilidade de ele se candidatar à presidência, depois de aprovada a nova Constituição. O movimento foi chamado de "queremista", pois seus partidários tinham um lema central: "Queremos Getúlio!". As manifestações de rua, principalmente, mas não somente, no Rio de Janeiro, organizadas pelo PTB e pelos comunistas, então aliados após a anistia e soltura de Prestes, tiveram o apoio discreto do presidente e alarmaram a cúpula militar. Os comunistas, no auge do prestígio da União Soviética e de seu líder nacional, passaram a apoiar o governo desde a entrada da União Soviética na guerra, sustentando uma política de unidade nacional que os levara a limitar as greves. Os tempos eram de alianças decretadas por Moscou em todo o mundo, contra o nazifascismo, pouco importando o regime político vigente em cada país. Tanto mais que, em maio de 1945, o PCB obteve registro provisório como partido político, saindo assim da clandestinidade.

Em meados de 1945, Vargas baixou um decreto, a Lei dos Atos Contrários à Economia Nacional, que visava impedir a formação de trustes e cartéis, assim como a manipulação especulativa dos preços. Essa medida, que não chegou a ter efeito prático, suscitou a oposição de uma parte do setor industrial e do embaixador dos Estados Unidos, Adolpho Berle Jr., temeroso de que ela tivesse como alvo os investimentos norte-americanos no país. Vargas, cujo nacionalismo não tinha os arroubos de um Perón, apressou-se a informá-lo de que não havia motivo de preocupação, porque a lei não tinha por objetivo limitar a entrada de capitais estrangeiros legítimos, buscando tão somente proteger a economia popular, como ocorria nos Estados Unidos e em outros países democráticos. Entretanto, mais lenha foi lançada à fogueira, de forma inesperada, dada a aproximação do Brasil com os Estados Unidos e sua participação no conflito mundial. Discursando na cidade de Petrópolis em 29 de setembro, numa homenagem que lhe era prestada pelo Sindicato dos Jornalistas, com a presença de líderes da UDN, Adolpho Berle Jr. defendeu a

 realização de eleições livres e não eximiu Vargas das suspeitas de continuísmo. Por sua vez, o presidente respondeu que "não precisava buscar exemplos ou lições no estrangeiro", mas não deu sequência ao episódio.

Um lance final desastroso precipitou o fim do Estado Novo, quando Vargas nomeou seu irmão Benjamin Vargas — "o Bejo" — para a chefia de polícia do Rio de Janeiro. Bejo era muito malvisto pela oposição, como frequentador assíduo de cassinos e, supostamente, dono de casas de prostituição, na capital da República. O último ato ocorreu em 29 de outubro de 1945, quando destacamentos do Exército cercaram o Palácio Guanabara, residência do presidente. Segundo sua filha Alzira, Vargas decidiu renunciar, proferindo uma frase: "Preferia que os senhores me atacassem e meu sacrifício ficaria como um protesto contra esta violência. Já que é um golpe branco, não serei elemento de perturbação." O golpe branco não cassou os direitos políticos do ex-ditador que iria eleger-se senador, com grande votação em vários estados, preferindo a investidura pelo Rio Grande do Sul.

Após a queda de Vargas, assumiu o poder, por um breve período, José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). Nas eleições realizadas em 2 de dezembro para a presidência da República e para congressistas que iriam discutir e aprovar uma nova Constituição, o general Eurico Gaspar Dutra, apoiado pela aliança PSD-PTB, alcançou uma ampla vitória sobre o brigadeiro Eduardo Gomes, com 56% dos votos válidos contra 30%. A máquina montada no Estado Novo não fora atingida, concorrendo, acentuadamente, para esse desfecho. Mas não se pode ignorar o peso da palavra de Vargas, que conservara imenso prestígio entre os trabalhadores. Depois de relutar muito, poucos dias antes das eleições, ele manifestou seu apoio a Dutra, alertando que apoiaria o candidato enquanto este atendesse aos interesses dos trabalhadores. Imediatamente, uma profusão de cartazes surgiu nas grandes cidades do país, com os dizeres: "Ele disse". Numa época em que não existiam pesquisas de opinião, é difícil avaliar qual o peso das declarações de Vargas no resultado das eleições. Mas, certamente, elas contribuíram para a vitória de Dutra.

A votação do PCB foi expressiva, tanto mais que Prestes preferiu não se candidatar à presidência, optando por uma candidatura a senador e sendo eleito. O candidato do partido, que obteve 10% dos votos no país e aproximadamente o dobro dessa votação em alguns centros industriais, foi o engenheiro Yedo Fiuza, um personagem totalmente desconhecido do grande público.

Nas eleições legislativas realizadas para a Câmara de Deputados e para o Senado, o PSD, seguido pela UDN, obteve maioria absoluta nas duas Casas. Câmara e Senado reuniram-se conjuntamente como Congresso

Constituinte até ser promulgada uma nova Constituição, na data de 18 de setembro de 1946.

A INSTITUIÇÃO DA DEMOCRACIA: ESTADO, PARTIDOS, SINDICATOS E ELEITORES

A Constituição de 1946, sem dúvida, afastava-se da Carta de 1937, ao optar pelo figurino liberal-democrático, mas, em alguns pontos, especialmente na área trabalhista, adotou um modelo corporativo, herdado do pós-30. O Brasil foi definido como uma República federativa, estabelecendo-se as atribuições do governo central, dos estados e dos municípios. Fixou-se também o campo de competência dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. O Poder Executivo seria exercido pelo presidente da República, eleito por voto direto e secreto para um período de cinco anos. No capítulo referente à cidadania, o direito e a obrigação de votar foram conferidos aos brasileiros alfabetizados, maiores de 18 anos, de ambos os sexos. A Constituição de 1934 determinava a obrigatoriedade do voto apenas para as mulheres que exercessem função pública remunerada. Na parte referente à organização dos trabalhadores, o imposto sindical continuou a ter vigência, assim como o princípio da unidade sindical. Uma fórmula genérica assegurando o direito de greve abriu caminho para a manutenção do Decreto-lei nº 9.070, baixado pelo governo Dutra, em março de 1946 que, na prática, tornava impossíveis as greves legais.

O PSD predominou amplamente no governo do general Dutra, marcado pelo conservadorismo e pela repressão aos comunistas. Esse quadro decorreu das convicções do presidente e de seus ministros, assim como da virada ocorrida no campo das relações internacionais, com o início da Guerra Fria. Em maio de 1947, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu colocar o Partido Comunista na ilegalidade. No mesmo dia dessa decisão, o Ministério do Trabalho ordenou a intervenção em quatorze sindicatos e fechou uma central sindical controlada pelos comunistas. A repressão ao PCB se completou com a cassação do mandato de senadores, deputados e vereadores eleitos pelo partido, enquanto o Brasil rompia relações diplomáticas com a União Soviética, em outubro de 1947.

Em meio a esse quadro, começou a tomar forma uma divisão nas Forças Armadas entre os liberal-conservadores, chamados de "entreguistas", e os nacionalistas. Os primeiros colocavam-se numa posição francamente favorável a uma aliança com os Estados Unidos, enquanto os nacionalistas adotavam uma posição de neutralidade, ou mesmo, em alguns casos, de simpatia pela



Fotógrafo não identificado

Comício da Vitória no Anhangabaú — eleições para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Partido Comunista do Brasil e Partido Social Progressista

GELATINA/PRATA, SÃO PAULO, MARÇO DE 1947

ACERVO ICONOGRAPHIA

União Soviética. No plano econômico, os nacionalistas defendiam o desenvolvimento baseado na industrialização, enfatizando a necessidade de se criar, tanto quanto possível, um sistema econômico autônomo menos dependente do sistema capitalista internacional. Isso significava dar ao Estado um papel central como regulador da economia e investidor em áreas estratégicas — petróleo, siderurgia, transportes, comunicações. Sem recusar o ingresso de capitais estrangeiros, os nacionalistas os encaravam com muitas restrições, seja por razões econômicas, seja porque acreditavam que o investimento de capital estrangeiro em áreas estratégicas poria em risco a soberania nacional. Por sua vez, os chamados entreguistas defendiam menos intervenção do Estado na economia, não davam tanta prioridade à industrialização e sustentavam que o progresso do país dependia do combate à inflação, do equilíbrio dos gastos governamentais e do ingresso de capitais estrangeiros.

Na medida em que se aproximavam as eleições marcadas para 3 de outubro de 1950, tornou-se claro que Getúlio Vargas seria candidato à presidência da República. Ao longo do mandato de Dutra, figuras políticas de diversas correntes foram beijar as mãos de Vargas, em sua fazenda de São Borja, no estado do Rio Grande do Sul, mesmo porque o senador raras vezes comparecia ao Congresso.

Num único exemplo de ruptura da aliança PSD-PTB, nas eleições presidenciais, ao longo dos anos 1945-1964, os dois partidos apresentaram candidatos próprios. Por influência do presidente Dutra e de alguns políticos principalmente de Minas Gerais, o PSD lançou a candidatura de Cristiano Machado, um advogado e político mineiro de reduzida expressão política. A UDN voltou a insistir no brigadeiro Eduardo Gomes, enquanto Getúlio Vargas foi lançado pelo PTB, ressaltando, assim, sua identificação com os trabalhadores. Mas ele tinha também a sustentação de caciques regionais e de uma burguesia industrial que muito se beneficiara com o impulso à industrialização nos anos 1940. Quanto à UDN, mantinha praticamente as mesmas bases sociais das eleições de 1945. No curso da campanha eleitoral, parte considerável do PSD pendeu para o apoio a Getúlio, a tal ponto que o abandono de um candidato, por seu próprio partido, levou à introdução de um verbo novo no léxico político brasileiro, aplicado a situações semelhantes: "cristianizar". Um lema sintético da campanha de Vargas juntou-se à lembrança de seu apoio ao general Dutra, em 1945. Uma ponte ligava o "Ele disse" daquele ano ao "Ele voltará", de 1950.

Getúlio realmente venceu as eleições, com cerca de 49% dos votos, um percentual abaixo do que alcançara o general Dutra, pelo fato de que PSD e PTB não se aliaram em 1950, formalmente. Mas sua votação foi

 muito expressiva nas grandes cidades, onde se concentravam as massas trabalhadoras. Cristiano Machado obteve apenas pouco mais de 21% dos votos. Pela primeira vez, Vargas ascendia à presidência da República pelo voto direto da população. Aparentemente, esse fato era um acréscimo à sua legitimidade, mas ele teria de governar num quadro complicado por vários fatores. Entre eles, a crescente divisão ideológica nas Forças Armadas entre "entreguistas" e nacionalistas, agravada pelo início da Guerra da Coreia, em junho de 1950; e a oposição implacável da UDN, que, por um artifício jurídico, tentara impugnar a validade do resultado das eleições. Acrescentem-se ainda, as dificuldades de Vargas em lidar com os conflitos característicos de um regime democrático.

Em regra, Getúlio compôs seu ministério com figuras moderadas, mas para o cargo muito sensível de ministro da Guerra escolheu o general Estillac Leal, presidente do Clube Militar e ardoroso nacionalista. Estillac Leal permaneceu no cargo até março de 1952, quando se demitiu, pressionado por seus adversários nas Forças Armadas. As eleições para a diretoria do Clube Militar — que se convertera numa expressão das rivalidades ideológicas no seio das Forças Armadas —, realizadas em maio daquele ano, marcaram a ascensão dos oficiais conservadores, os "entreguistas". Numa campanha violenta, a que não faltaram agressões físicas, a chapa encabeçada pelo general Cordeiro de Farias derrotou, por larga margem de votos, a encabeçada pelo general Estillac Leal.

Na esfera sindical, Vargas aboliu o chamado atestado de ideologia fornecido pelos órgãos policiais, criado no governo Dutra. Com este "*visto bueno*", abriu caminho para o retorno aos sindicatos dos comunistas e figuras ligadas ao PTB. A liberação concorreu para que o movimento operário ganhasse impulso, em uma conjuntura marcada pelo crescimento da inflação. Uma série de greves explodiu em 1953, entre as quais se destacaram a chamada greve dos 300 mil em São Paulo e a dos marítimos, abrangendo os portos do Rio de Janeiro, Santos (no estado de São Paulo) e Belém (capital do Pará). A greve dos 300 mil ficou assim conhecida em referência ao número de trabalhadores grevistas, entre outros, operários do setor de calçados, têxteis, marceneiros, gráficos e vidreiros, reivindicando 60% de aumento salarial e a revogação do Decreto-lei nº 9.070, que, como se mencionou, praticamente inviabilizava a legalidade dos movimentos grevistas. A paralisação durou 24 dias, entremeada de choques entre a polícia e os grevistas, e terminou com uma vitória parcial dos trabalhadores. Do ponto de vista político, o movimento representou uma derrota para o getulismo e os dirigentes sindicais fiéis a ele. Isso porque

os sindicalistas ligados ao PC, na ilegalidade, tiveram o papel principal na condução da greve, numa época em que o partido denunciava o governo Vargas como "lacaio do imperialismo".

A greve dos marítimos, que abrangeu cerca de 100 mil trabalhadores, facilitou uma reforma ministerial já pretendida pelo presidente. Na nova composição, destacou-se a substituição do ministro do Trabalho, Danton Coelho, por João Goulart, o Jango, um apelido comum no Rio Grande do Sul, onde nascera. Jango era um *protegé* do presidente, com quem estreitara relações desde o fim da ditadura, em frequentes visitas à fazenda de São Borja. O novo ministro atuou eficazmente para pôr fim à greve, ao atender as reivindicações dos grevistas que iam de aumentos salariais à renúncia da diretoria da Federação dos Marítimos, acusada de passividade.

Entretanto, a oposição civil, liderada pela UDN, e uma parte da cúpula das Forças Armadas concentraram fogo na figura de Goulart, a quem se atribuía o pedido de aumento de 100% do salário mínimo e, sobretudo, a tomada de medidas que levariam à formação de uma "república sindicalista" como a implantada na Argentina sob o comando do general Perón. Entre os militares inimigos do governo, encontravam-se generais como Cordeiro de Farias e Juarez Távora e o brigadeiro Eduardo Gomes, da Aeronáutica. Um dos sintomas mais graves das divisões no interior do Exército foi o chamado manifesto dos coronéis, lançado em fevereiro de 1954, em que os signatários denunciavam os "promotores de desordens" e o perigo do comunismo.

Em fevereiro de 1954, Vargas cedeu em parte às pressões e reformulou seu ministério, nomeando para a pasta da Guerra o general Zenóbio da Costa, homem de sua confiança e ferrenho adversário dos comunistas, ao mesmo tempo que aceitava a demissão de Jango. Mas, em 1º de maio, anunciou o aumento de 100% do salário mínimo que apenas compensava a perda do valor real do salário, após anos seguidos de inflação.

Numa situação de equilíbrio precário, o "círculo dos íntimos", numa ação criminosa desastrada, proporcionou um excelente pretexto para a deposição do presidente. A tentativa de assassinar o jornalista Carlos Lacerda, em 5 de agosto, na porta do prédio em que residia, resultou em um completo fracasso, tanto mais que a vítima não foi Lacerda e sim o major da Aeronáutica Rubens Vaz, seu acompanhante. O atentado fez com que a Aeronáutica entrasse em rebelião, aumentando as pressões pela renúncia, que vinham agora acompanhadas de denúncias de atos de corrupção praticados por membros do governo, transformado num "mar de lama", segundo as acusações.

Mas Vargas decidiu-se por outro desfecho. Na manhã de 24 de agosto de 1954, em seus aposentos no Palácio do Catete, suicidou-se desferindo

 um tiro certeiro no coração. O gesto era, antes de tudo, a expressão de seu desespero, mas tinha também um sentido político, logo percebido por seus adversários. Em suas memórias, Carlos Lacerda narra que ele e seus amigos tinham garrafas de champanhe na geladeira de seu apartamento para comemorar a renúncia de Getúlio. A festa ficou para outra ocasião porque o suicídio significava indefinição. O presidente deixou uma mensagem aos brasileiros, conhecida como carta-testamento, na qual, entre outros pontos, denunciou seus inimigos externos e internos como responsáveis por sua morte, por ele sempre defender a manutenção e extensão dos direitos sociais, o controle estatal das fontes de energia, assim como o corte dos lucros extraordinários das grandes empresas. A mensagem terminava com um parágrafo dramático: "Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. Os ódios, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente, dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História."

Morto Vargas, um anunciado movimento de "purificação da democracia", que conduziria à ruptura da legalidade constitucional, não se concretizou. De um lado, as manifestações de massa, realizadas nas maiores cidades, acompanhadas de atos violentos, tendo como alvos, entre outros, o jornal *O Globo*, que fazia uma campanha frontal contra Vargas; a sede da Standard Oil; e a embaixada dos Estados Unidos na capital da República demonstraram a violência da resistência popular ao golpe. De outro lado, não havia unanimidade nas Forças Armadas, especialmente no Exército, para que se seguisse um caminho extremo, pois os setores nacionalistas eram ainda bastante significativos.

Desse modo, tomou posse da presidência da República o vice-presidente Café Filho, um político do Nordeste do país, com um passado esquerdista, mas que se aproximara da oposição a Getúlio, no ano de 1954. Não obstante, ele garantiu a realização das eleições de outubro de 1955, que ocorreram normalmente. Para tanto, em 1954 foram lançadas candidaturas à presidência da República. Uma aliança do PSD com o PTB indicou o nome de Juscelino Kubitschek, filho de imigrantes tchecos, que fizera carreira no estado de Minas Gerais e chegara a governador daquele estado. A UDN, por sua vez, lançou o general Juarez Távora, escolhendo assim um candidato militar em três eleições seguidas. Ademar de Barros — um político do Partido Social Progressista (PSP), com grande prestígio no estado de São Paulo — também surgiu na disputa. Os antigos integralistas tiveram candidato próprio: o chefe nacional, Plínio Salgado. Não faltaram jogadas sujas na

campanha e a maior delas foi a divulgação de uma carta falsa, que teria sido enviada pelo deputado argentino Antonio Jesus Brandi ao ex-ministro João Goulart, em 1953, referindo-se a articulações entre este e o general Perón, para desfechar um movimento armado no Brasil, a fim de instalar a sempre citada "república sindicalista".

Nas eleições de 3 de outubro de 1955, Kubitschek venceu por margem relativamente escassa de votos (36%), vindo em seguida o general Juarez Távora (30%), Ademar de Barros (26%) e, finalmente, Plínio Salgado (8%). Na época, não havia segundo turno quando os candidatos não alcançavam a metade mais um dos votos válidos, e assim a vitória de Kubitschek era inquestionável. A fraca votação do eleito teve muito a ver com o prestígio de Ademar no estado de São Paulo e, surpreendentemente, na capital da República, onde figurou em primeiro lugar. João Goulart elegeu-se vice-presidente, com uma votação pouco superior à alcançada por Kubitschek.

Logo após a eleição, círculos militares começaram a promover um movimento destinado a impedir a posse do presidente eleito. A situação se complicou mais ainda quando Café Filho sofreu um ataque cardíaco que o obrigou a afastar-se provisoriamente do poder. Em 11 de novembro, o general Henrique Teixeira Lott, que se demitira do cargo de ministro da Guerra, desfechou uma intervenção militar, conhecida como o golpe preventivo do general Lott. Ele era um membro da cúpula do Exército, que se alinhava com os nacionalistas, sem prejuízo de sua postura anticomunista. Lott mobilizou tropas do Exército no Rio de Janeiro, as quais ocuparam edifícios governamentais, rádios e jornais. Os ministros da Marinha e da Aviação denunciaram a ação como "ilegal e subversiva", mas os comandos do Exército se colocaram ao lado de Lott. O presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, eleito deputado pelo PSD, assumiu a presidência, em obediência ao que determinava a Constituição Federal. Mas ele foi imediatamente deposto e substituído pelo senador Nereu Ramos, presidente do Senado. A pedido dos ministros militares, que queriam garantir a posse de Juscelino, o Congresso decretou estado de sítio por trinta dias, medida excepcional prorrogada por igual período. Por fim, Juscelino Kubitschek tomou posse na presidência da República, em 31 de janeiro de 1956.

Os anos JK, como se tornaram conhecidos, foram anos de otimismo. O presidente irradiava simpatia, a "bossa-nova" surgiu na música brasileira, tornando-se, pouco a pouco, conhecida em todo o mundo. Fato espetacular foi a construção de Brasília, a nova capital da República. Em meio a um clima de euforia, muitos e muitos se embalaram no slogan governamental "avançar cinquenta anos em cinco".



Fotógrafo não identificado
Manifestação popular pela morte de Getúlio Vargas
GELATINA/PRATA, RIO DE JANEIRO, 1954
ACERVO ICONOGRAPHIA

A implantação de uma nova capital, no planalto central do país, era um sonho acalentado há muito tempo. Tanto assim que a primeira Constituição da República (1891) atribuía ao Congresso competência para tomar essa iniciativa. A fim de construir Brasília, o governo JK valeu-se de dois personagens de prestígio nas áreas do urbanismo e da arquitetura: respectivamente, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. O projeto era muito arrojado, não só pelo estilo dos edifícios públicos, como por uma concepção de convivência social diversa de outros centros urbanos, que foram crescendo ao acaso, sem planejamento. Por exemplo, a cidade não teria — como não tem — esquinas, pressupondo, em cada bloco, a criação de centros de convivência para os moradores dos edifícios residenciais.

Uma forte oposição, principalmente advinda do setor majoritário da UDN, tendo à frente o deputado carioca Carlos Lacerda, surgiu no Congresso, quando foi apresentada a proposta de implantação da nova capital. Alegavam os adversários da obra que ela teria um custo incalculável, agravaria o problema da crescente inflação, além de relegar o Rio de Janeiro a uma condição inferior, a ponto de levar à decadência a antiga capital da República. O Congresso aprovou o projeto em setembro de 1956 e logo as obras começaram com celeridade, pois JK pretendia inaugurar a nova cidade antes do fim de seu mandato. A construção de Brasília atraiu duas faixas diferentes e distantes da pirâmide social. No topo, as empresas da construção civil se beneficiaram enormemente com as gigantescas obras encomendadas pelo governo, a ponto de várias delas se transformarem em grandes corporações. Na base da pirâmide, as grandes obras atraíram trabalhadores da região e do Nordeste — os chamados candangos, que constituíram a força de trabalho do empreendimento. A inauguração de Brasília ocorreu em 21 de abril de 1960, com uma série de solenidades, incluindo a presença central de um jubiloso presidente, cuja biografia ficou para sempre associada à cidade.

Passadas várias décadas, qual o balanço da criação de Brasília? Sem dúvida, apesar do pessimismo de muitos, a implantação de um polo urbano, para onde foram transferidas todas as instituições mais relevantes do país (entre elas, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário), dinamizou o mercado interno e possibilitou a ligação do Centro-Oeste com outras regiões, apesar da precariedade das estradas, como é o caso da que vai de Belém a Brasília. Mas, a médio prazo, como sustentavam os opositores do projeto, o vultoso investimento, associado, aliás, a denúncias de corrupção, concorreu para acelerar a inflação. Do ponto de vista político, Brasília isolou praticamente os poderes da República dos centros dinâmicos do Rio de Janeiro e de São Paulo, e concorreu para que a cidade se convertesse numa "ilha da fantasia". Sob outro aspecto, o sonho de Lúcio Costa e Niemeyer de integrar os habitantes de Brasília em edificações planejadas, proporcionando uma vida de padrão elevado, concretizou-se apenas em parte. É certo que a renda *per capita* do Distrito Federal — unidade federativa a que corresponde a cidade de Brasília — tornou-se a mais alta do país. Entretanto, a realidade de um Brasil profundamente desigual está presente em suas cidades periféricas (Ceilândia, Gama, Tabatinga etc.), onde a renda da população e os serviços públicos fornecidos pelo Estado são precários, dando à denominação "ilha da fantasia" uma conotação que é não só política, como também social.

Voltemos aos anos JK, lembrando, na área da economia, o Programa de Metas, cujo principal objetivo era promover um crescimento econômico

 a taxas anuais extraordinárias, sobretudo no setor industrial. O desenvolvimento nacional tomou outro rumo no governo Kubitschek, passando a incluir a ampla participação de capitais estrangeiros. Um dos grandes exemplos dessa nova política econômica foi o início da produção de automóveis e utilitários, produzidos no Brasil pela Volkswagen.

Essa inclinação não impediu um atrito entre o governo brasileiro e o FMI. Dado o contínuo crescimento da inflação e do déficit público, o ministro da Fazenda Lucas Lopes e o economista Roberto Campos, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em meados de 1958, elaboraram um plano de estabilização que não previa grandes sacrifícios. Na medida em que tinha a ver com as contas externas do Brasil, o plano dependia de um acordo com o FMI, que incluía um empréstimo de 300 milhões de dólares. O Fundo não se opunha ao plano, mas fazia restrições a seu gradualismo. A indecisão entre as duas partes perdurou por quase um ano e acabou resultando no fracasso do plano, visto no Brasil como uma ruptura com o FMI. O PTB e o PCB, que saía gradativamente da clandestinidade — Luiz Carlos Prestes, por exemplo, esteve presente em manifestações pró-Juscelino, nos jardins da residência presidencial —, apoiaram entusiasticamente a decisão de JK. Não faltaram também apoios da cúpula militar e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Em discurso proferido no Clube Militar, Juscelino acusou "o FMI e os inimigos do Brasil independente de tentarem uma capitulação nacional, a fim de que a indústria caísse em mãos forasteiras". A mudança de discurso do presidente, ao que tudo indica, representava antes de tudo uma forma retórica de agradar o PTB e os comunistas, com os olhos postos nas eleições de 3 de outubro de 1960.

Um dos pontos altos do governo Kubitschek foi a capacidade de controlar os impulsos golpistas de setores militares. Para o êxito, concorreram a provisória derrota dos adversários de Vargas, após o suicídio deste, e a percepção do presidente de que seu esforço desenvolvimentista dependia do entendimento entre os militares e de sua colaboração. Assim, tratou de atender reivindicações no tocante à compra de equipamentos, ao aumento de vencimentos, assim como colocou figuras militares em cargos importantes da área econômica, caso da Petrobras e do Conselho Nacional do Petróleo (CNP). Mesmo assim, ocorreram rebeliões no governo JK, como foi o caso de oficiais da Aeronáutica que, em janeiro de 1956, partiram do Rio de Janeiro para Jacareacanga, no interior do estado do Pará, numa ação liderada pelo major Haroldo Veloso. Após mais de duas semanas, o governo pôs fim ao movimento, sem que se produzisse nenhum choque



Fotógrafo não identificado

Brasília, o sonho de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer

GELATINA/PRATA, S.D.

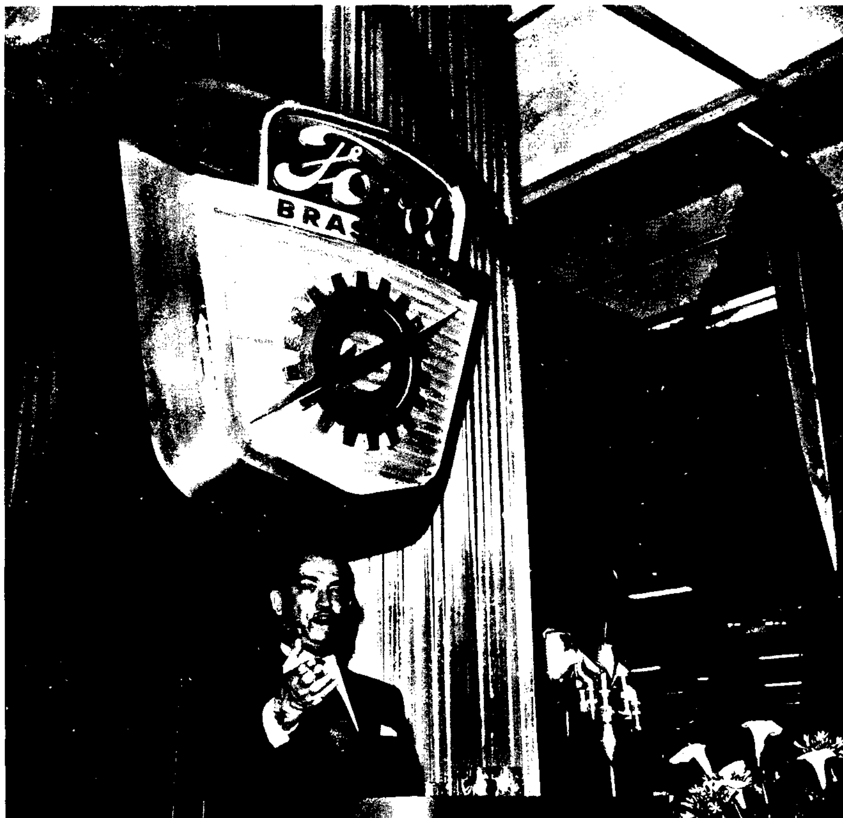
AGÊNCIA BRASIL/REPRODUÇÃO/ARQUIVO PÚBLICO

 armado. Os rebelados, que eram, ao mesmo tempo, ferrenhos inimigos do comunismo e nacionalistas, foram logo depois anistiados pelo Congresso, por iniciativa do próprio presidente.

Mas nem tudo foram flores no governo de Kubitschek. A mitologia que se criou posteriormente em torno dos tempos felizes dos anos JK, das grandes expectativas ao alcance da mão, não correspondeu ao modo como a grande massa viveu aquele período inflacionário, do qual foi a principal vítima.

No curso de 1959, foram surgindo os candidatos à presidência da República. O PSD e o PTB mantiveram sua aliança e resolveram lançar a candidatura do general Lott, cujos serviços em defesa da democracia eram inegáveis. Porém, Lott era um péssimo orador, sendo um homem que expressava com franqueza suas posições políticas, mesmo quando fossem inconvenientes do ponto de vista eleitoral. Seu nacionalismo se combinava com o horror ao comunismo e a condenação da Revolução Cubana, para desespero da esquerda do PTB e dos comunistas. Por outro lado, ao defender a concessão do direito de voto aos analfabetos, desagradava a maioria conservadora do PSD. Talvez a derrota de Lott fosse de qualquer modo inevitável diante da candidatura de Jânio Quadros, ex-prefeito e ex-governador de São Paulo, a princípio com o apoio de um pequeno partido — o Partido Trabalhista Nacional (PTN) — e da ala da UDN liderada por Carlos Lacerda. Jânio percebeu a importância de denunciar atos de corrupção, porém não no estilo bacharelesco da UDN, e sim associando ao tema recursos retóricos demagógicos. Desprezava os partidos políticos, não tinha um programa de governo definido, apontava um dedo crítico para a desordem financeira em que mergulhara o país e prometia, em discursos contundentes, restaurar a moralidade pública e castigar os beneficiários de negociatas. Quadros contou com uma assessoria eficaz de comunicação, que o transformou no "homem da vassoura" (sua imagem aparecia associada a uma vassoura, que limparia o país), com todas as condições de varrer políticos, funcionários públicos desonestos ou empresários cujas práticas fossem condenáveis. Os líderes da UDN, embora detestassem a demagogia janista, acabaram se convencendo de que o apoio a Jânio, após três derrotas seguidas nas eleições presidenciais, era a única via para que o partido, de algum modo, chegasse ao poder.

Nas quatro eleições presidenciais a partir de 1945, o eleitorado crescera consideravelmente, em consequência da urbanização e de alterações demográficas, de que resultou, principalmente, o crescimento do número de jovens adultos em condições de votar. De 5,9 milhões em 1945, o eleitorado passou a 7,9 milhões em 1950, 8,6 milhões em 1955 e 11,7 milhões em 1960, na última eleição direta para a presidência da República que o



Fotógrafo não identificado

Juscelino Kubitschek inaugura a fábrica da Ford, em São Paulo

GELATINA/PRATA, 1958

ACERVO ICONOGRAPHIA

 país conheceu até 1989. Esses números representavam, respectivamente, cerca de 7% da população do país em 1945 e 12% em 1960.

Jânio Quadros venceu as eleições de outubro de 1960, com 48% dos votos, enquanto Lott obteve 28% e Ademar de Barros, ferrenho adversário de Quadros, obteve 23% da votação. O êxito do "homem da vassoura" só não superou, em termos percentuais, o do general Dutra, em 1945. João Goulart elegeu-se vice-presidente, apesar da nítida derrota de seu cabeça de chapa, o general Lott. Isso foi possível porque, na época, o eleitor podia votar no candidato a presidente de uma chapa e no candidato a vice-presidente de outra. A votação na dupla "Jan-Jan" (Jânio-Jango) expressou não só o prestígio do presidente eleito, como o nítido avanço do PTB nos meios urbanos, mas também no interior do país.

Pela primeira vez, um presidente tomou posse em Brasília, cercado de muitas esperanças. Em menos de sete meses essas esperanças seriam desfeitas, com sua renúncia, atirando o país numa grave crise política. Quadros começou a governar de uma forma desconcertante. Ocupou-se de assuntos desproporcionais à importância do cargo que ocupava, como a proibição do lança-perfume (uma bisnaga carregada de éter e à base de ar comprimido, muito utilizada nos dias de Carnaval), das brigas de galo e do traje de banho sumário, conhecido como biquíni. No plano das medidas mais importantes, combinou iniciativas simpáticas à esquerda com medidas simpáticas aos conservadores. No clima político da época, que se radicalizava, acabou desagradando a ambos.

A política externa logo gerou atritos entre os líderes da UDN e o presidente, embora o Ministério do Exterior estivesse nas mãos de Afonso Arinos de Melo Franco, um nome moderado e de muito prestígio como jurista e professor. O ponto sensível foi a atitude do presidente diante da Revolução Cubana, que levara Fidel Castro ao poder, em 1959. Quadros estivera em Cuba em março de 1960 e expressara, na ocasião, uma vaga simpatia pelo regime castrista. Um ano após, já na presidência, fez um gesto simbólico que acentuou suspeitas nos meios conservadores quanto aos rumos da política externa do país. Na passagem de Che Guevara pelo Brasil, de regresso da Conferência Interamericana de Punta del Este (Uruguai), o presidente brasileiro decidiu condecorá-lo com a Ordem do Cruzeiro do Sul, a mais alta homenagem prestada a cidadãos estrangeiros. O gesto de Jânio não tinha o propósito de expressar um alinhamento do Brasil com Cuba e sim de simbolizar, de uma forma inadequada, sua opção por uma política externa independente.

Ao mesmo tempo, o pacote ortodoxo de estabilização, lançado por Quadros com o propósito de conter gastos públicos e a expansão monetária,



Fotógrafo não identificado
Comitê eleitoral de Jânio Quadros
GELATINA/PRATA, SÃO PAULO, 1960
ACERVO ICONOGRAPHIA

diante do déficit orçamentário e da escalada da inflação, foi bem recebido pelos credores do Brasil e pelo FMI. A dívida brasileira foi reescalonada e novos empréstimos obtidos nos Estados Unidos. Mesmo porque, o presidente Kennedy considerava que Jânio poderia exercer um papel importante para deter a expansão do comunismo nas Américas.

Do ponto de vista político, Quadros carecia de uma base de apoio e não tinha a necessária flexibilidade para construí-la. O PSD e o PTB dominavam o Congresso. Carlos Lacerda passara para a oposição e criticava o presidente com a mesma veemência com que o apoiara, acusando-o de abrir as portas para o comunismo, em consequência de uma política externa irresponsável. Outros nomes importantes da UDN também se afastaram pelas mesmas razões e pela proposta governamental de uma reforma agrária. Entretanto,

apesar da instabilidade política, ninguém poderia imaginar que o governo Quadros terminasse abruptamente, como terminou.

Na noite de 24 de agosto de 1961, Lacerda — que tinha sido eleito governador do estado da Guanabara (atual estado do Rio de Janeiro) — proferiu um discurso transmitido pelo rádio, denunciando uma tentativa de golpe, articulado pelo ministro da Justiça, Oscar Pedroso Horta, com o objetivo de reforçar o poder do presidente. O ministro negou peremptoriamente a acusação. No dia seguinte, muito cedo, Jânio chegou ao Palácio do Planalto e foi informado de que a Câmara dos Deputados discutia a convocação do ministro da Justiça ao Congresso, para prestar informações sobre a denúncia de Lacerda. Ficou ciente também de que oficiais superiores das Forças Armadas promoveriam uma devolução coletiva de suas condecorações, em protesto contra a honraria conferida a Che Guevara. Nesse dia 25 de agosto, Dia do Soldado, Quadros foi a contragosto assistir ao desfile militar. Voltou, confirmando o que já dissera a seus assessores mais próximos: decidira renunciar à presidência da República, em caráter irrevogável. Cabia apenas comunicar a decisão ao Congresso Nacional.

Logo após renunciar, Quadros partiu de Brasília — que mais tarde ele viria a chamar de "cidade maldita" — e desembarcou em São Paulo, numa base militar. Aí foi recebido por alguns governadores de estados — entre eles, Carvalho Pinto e Magalhães Pinto, respectivamente governadores de São Paulo e de Minas Gerais —, que lhe pediram que reconsiderasse seu gesto, sem obter êxito. Nesse ínterim, o Congresso resolveu rapidamente a questão. Reunidos em sessão conjunta, deputados e senadores decidiram que a renúncia era um ato unilateral de vontade e devia ser simplesmente acolhida. Desse modo, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu em caráter provisório a presidência da República, enquanto se aguardava a volta do presidente João Goulart que se encontrava em visita à China, um fato explorado pelos militares que queriam impedir sua posse.

OS ANOS 1960 E O COLAPSO DA DEMOCRACIA

A renúncia de Quadros rendeu toda sorte de especulações na imprensa e nos meios políticos. A hipótese explicativa mais provável combina os dados de uma personalidade instável com um cálculo político equivocado. O presidente demissionário esperava receber apelos de grande parte da elite política para que reconsiderasse seu gesto. Ele então voltaria atrás na renúncia, com a condição de que concentrasse maiores poderes em suas

mãos, diante de um Congresso dominado por seus opositores. A manobra já surtira efeito em outras condições, no curso da campanha presidencial, quando ele ameaçou desistir da candidatura se suas exigências não fossem aceitas. Agora, porém, a situação era outra. O presidente renunciante se desgastara com quase todas as forças políticas, por diferentes razões, e ainda que tivesse prestígio difuso na população, não contava com organizações dispostas a se colocar a seu lado. De sua parte, Jânio manteve em segredo, durante toda a sua vida, as razões de sua atitude extrema, aludindo sempre a misteriosas "forças terríveis" que o levaram a abandonar o poder.

Os ministros militares, filiados à corrente ultraconservadora das Forças Armadas, vetaram a volta de Goulart ao Brasil, alegando razões de segurança nacional. Mas, na cúpula militar, de que os ministros faziam parte, não havia unanimidade. No Rio Grande do Sul, o comandante do III Exército, general Machado Lopes, declarou-se favorável à posse de Goulart, iniciando o que se chamou na época de "batalha pela legalidade". A principal figura civil desse movimento foi o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, cunhado de João Goulart, que organizou manifestações populares em Porto Alegre, em apoio deste. A ameaça de um choque militar não se concretizou porque o Congresso adotou uma posição de compromisso, instituindo no país um regime parlamentarista. A 7 de setembro de 1961, aniversário da Independência do Brasil, Goulart tomou posse, com poderes restringidos.

A esta altura, é preciso considerar a conjuntura em que o novo presidente assumiu o poder, caracterizada por avanços na organização e na mobilização de trabalhadores urbanos, de camponeses e de trabalhadores rurais. Esse quadro já permeara o governo JK, mas ganhou maior significado no governo Goulart, quando se tornou aguda a confrontação social entre os movimentos populares e setores conservadores e da extrema direita.

No topo da organização sindical, uma série de entidades foi criada a partir dos últimos anos da década de 1950, à margem da estrutura oficial e sob a forma de pactos que abrangiam vários setores profissionais. Entre eles, o mais significativo foi o Pacto de Unidade e Ação (PUA), com sede no Rio de Janeiro, agregando ferroviários, marítimos e portuários. Tendencialmente, os sindicatos que reuniam trabalhadores do setor público ganharam preeminência, quando comparados aos do setor privado. Ocorreu também uma politização dos sindicatos, sobretudo os do setor público, pois seus dirigentes passaram a apoiar fortemente as correntes nacionalistas e as propostas de uma série de reformas sociais.

Ao mesmo tempo, os setores esquecidos do campo começaram a se mobilizar, tendo como marco a fundação das Ligas Camponesas, a partir



Fotógrafo não identificado

Jânio Quadros embarca para a Europa após a renúncia

GELATINA/PRATA, SÃO PAULO, AGOSTO DE 1961

ACERVO ICONOGRAPHIA

dos últimos meses de 1955. Dentre as Ligas, ganhou destaque a do estado de Pernambuco, fundada pelo advogado Francisco Julião. Originário da classe média, Julião não atuava nos sindicatos, tratando de focalizar sua atividade na organização de proprietários de pequenos lotes de terra ou possuidores precários da terra, como arrendatários, meeiros etc., tendo como principal bandeira a reforma agrária, que previa a expropriação dos latifúndios sem prévia indenização.

Os integrantes das Ligas e os comunistas seguiram caminhos quase sempre separados. Os comunistas, cuja base principal se encontrava entre trabalhadores rurais assalariados dos estados do Paraná e de São Paulo, tinham como principal objetivo promover a sindicalização rural e a extensão ao campo da legislação trabalhista. Os confrontos no campo se agravaram, em episódios como o da luta pela posse do Engenho Galileia, em Pernambuco, e o do assassinato de João Pedro Teixeira, na Paraíba. João Pedro, um camponês expulso das terras que ocupava, foi o fundador da primeira Liga no estado da Paraíba, à frente de arrendatários e posseiros. Ele foi assassinado em abril de 1962, a mando de fazendeiros, e sua história foi documentada em um belo filme, *Cabra marcado para morrer*, do cineasta Eduardo Coutinho.

Diante desse quadro de mobilizações populares, na presidência de Goulart, o tripé populista a que já fizemos referência foi perdendo rapidamente a presença da burguesia industrial, assustada com as propostas de reformas e as mobilizações de massa. Esse fato desfez as esperanças dos nacionalistas e dos comunistas que, mais do que nunca, acreditavam na possibilidade da aliança entre o Estado, a burguesia nacional e os trabalhadores para a realização de reformas substanciais — as chamadas reformas democrático-burguesas.

Outro dado da conjuntura dos primeiros anos da década de 1960 foi a radicalização ideológica das instituições, como ocorreu nos partidos e na Igreja católica. Esse processo vinha de anos anteriores, mas ganhou maior vulto no curso do governo Jango. A formação de tendências, no âmbito de cada partido, expressava a divisão de águas em torno do tema do nacionalismo, tanto no plano econômico como no político. No PTB — partido que mais cresceu no período 1945-1964, passando de 22 deputados federais eleitos em 1945 a 116 em 1962 — formou-se o Grupo Compacto, sustentando uma linha nacionalista agressiva, que envolvia a expropriação de grandes empresas estrangeiras, combinada com reformas sociais, entre as quais, a reforma agrária e a reforma urbana.

A divisão de águas no PSD emergiu mais cedo, com a formação da Ala Moça, durante a campanha presidencial de Juscelino Kubitschek. Na UDN, surgiu a "bossa-nova", lembrando um gênero, já citado, da música popular



Fotógrafo não identificado

Miguel Arraes (sentado à esquerda), o presidente João Goulart, Celso Furtado (de pé) e Darcy Ribeiro (sentado à direita), na Sudene

GELATINA/PRATA, RECIFE, JULHO DE 1962

ACERVO ICONOGRAPHIA

brasileira. Na convenção do partido, realizada em abril de 1963, o deputado José Aparecido apresentou o manifesto dessa tendência, favorável às reformas agrária, tributária, bancária e urbana; à política externa independente; à democratização do ensino; à consolidação de Brasília como capital do país; ao monopólio estatal do petróleo, assim como da energia elétrica; e ao plano financeiro do governo Goulart, o Plano Trienal. Em suas grandes linhas, esse plano procurava compatibilizar o crescimento econômico com o combate à inflação, melhorar a distribuição da renda e refinanciar a dívida externa.

A maioria udenista se aproximou da corrente militar inimiga de Jango e vários de seus membros integraram a ultraconservadora Ação Democrática Parlamentar (ADP), a que se opunha a Frente Popular Nacionalista (FPN). Fora do âmbito do Congresso, já no ano de 1959, fora criado o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), com o expresso propósito de combater o comunismo. Em 1962, o Ibad intensificou suas atividades através de uma espécie de subsidiária, a Ação Democrática Popular (Adep), que participou ativamente das eleições estaduais de 1962, patrocinando candidatos opostos ao governo Goulart. Essas organizações e outras menores foram financiadas por empresários nacionais e estrangeiros e atuaram informalmente até o golpe de 1964, não obstante seu fechamento, em dezembro de 1963.

Ocorreu também uma ruptura no âmbito da esquerda, decorrente, sobretudo, de fatos ocorridos na União Soviética, onde o stalinismo entrara em crise, a partir da divulgação do relatório Kruschev. Um setor do PCB opôs-se às medidas de liberdade de expressão promovidas no interior do partido, embora elas fossem bastante tímidas, bem como à linha da estrita colaboração com o governo Goulart. Dessa dissidência nasceu o Partido Comunista do Brasil (PC do B), que retomou o nome original do partido, pois a agremiação passara a chamar-se Partido Comunista Brasileiro a partir de 1962. O PC do B encontrou na China e mais tarde na Albânia seu suposto modelo de fidelidade ao marxismo-leninismo, até se transformar em um partido pouco expressivo, aberto a barganhas políticas, apesar de continuar a ostentar em suas insígnias a foice e o martelo.

Mais importantes do que os realinhamentos nos meios civis foram os rumos tomados no interior das Forças Armadas. A divisão entre nacionalistas e "entreguistas" se acirrara e se tornara inquietante a politização dos setores inferiores (cabos e sargentos, principalmente), pondo em risco o princípio da hierarquia. Ao mesmo tempo, o "entreguismo" tomou um novo sentido, corporificando-se na doutrina de segurança nacional. No Brasil, essa visão do mundo foi gerada no âmbito da Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em 1949, com a assistência de conselheiros franceses

 e americanos. A principal figura da ESG foi o general Golbery do Couto e Silva, um oficial sofisticado, com longo treinamento em serviços de inteligência. Os cursos da Escola tornaram-se conhecidos por seu elevado nível de ensino, a ponto de ela receber o apelido de Sorbonne, numa alusão à famosa instituição francesa. Frequentaram os cursos não só militares como civis, solidificando-se assim laços pessoais e uma ideologia comum.

O núcleo básico da doutrina de segurança nacional, no contexto da Guerra Fria e, em especial, da vitória da Revolução Cubana, consistia numa visão global em que, paralelamente à divisão do mundo em dois campos irredutíveis, estava em curso, nos então chamados países subdesenvolvidos, uma guerra revolucionária, cujo objetivo final seria a implantação do comunismo. A guerra revolucionária abrangia todos os níveis da sociedade e utilizava como instrumentos desde a doutrinação e a guerra psicológica até a luta armada. Por isso, era necessário opor a ela uma ação determinada e da mesma amplitude, em que as Forças Armadas deveriam ter um papel permanente, com o objetivo de derrotar o inimigo interno, apoiado externamente, e garantir a segurança e o desenvolvimento da nação.

Foi nesse complexo e radical contexto político que João Goulart começou a governar com poderes restringidos pelo sistema parlamentar. O primeiro gabinete foi chefiado por Tancredo Neves, político de Minas Gerais, que fora ministro de Vargas em 1954. Na presidência, Jango optou por uma linha moderada, sem abandonar os laços estreitos com os líderes sindicais. Em viagem aos Estados Unidos, falou ao Congresso norte-americano e obteve recursos para ajudar a região Nordeste do Brasil.

Logo se colocou a questão dos poderes presidenciais. O ato que estabelecera o parlamentarismo previa um plebiscito, a ser realizado em 1965, no qual a população deveria decidir em definitivo sobre o sistema de governo. Nos meios ligados a Goulart começou uma campanha pela antecipação da consulta popular, pois se tinha quase certeza do retorno do presidencialismo. Nas condições em que fora implantado, o parlamentarismo era um regime político artificial. Além disso, havia a convicção de que um presidente com maior soma de poderes poderia estabilizar o país e promover as reformas de base. Nessa altura, a cúpula militar, em sua maioria, inclinava-se também por um Poder Executivo fortalecido.

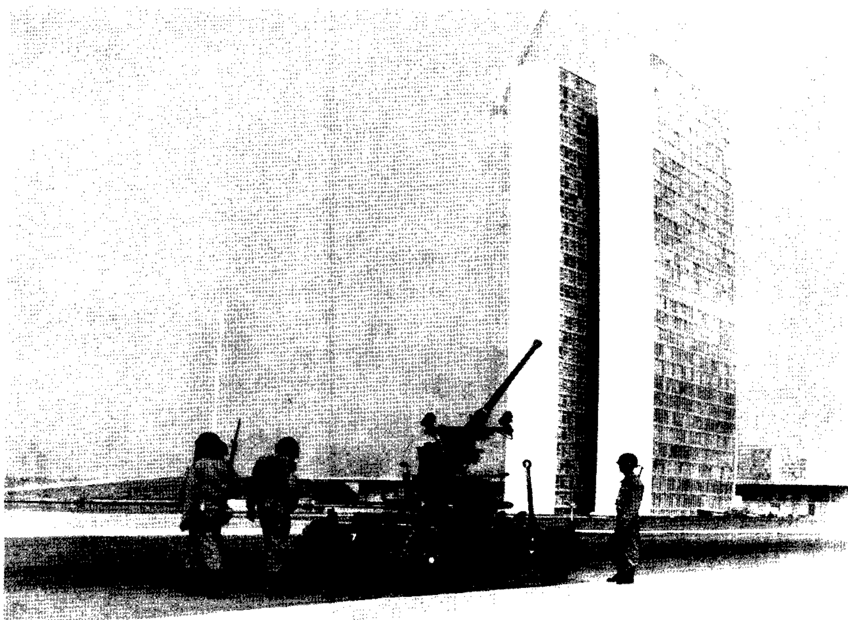
Enquanto os primeiros-ministros se sucediam, após a renúncia de Tancredo Neves, em outubro de 1962, realizaram-se eleições para o governo dos estados e para o Congresso. Elas resultaram num ganho considerável das forças do centro e da direita. Goulart tinha então contra si os quatro governadores dos estados mais importantes do país: Magalhães Pinto, governador

de Minas Gerais, e Carlos Lacerda, governador do estado da Guanabara (Rio de Janeiro), ambos eleitos em seus estados, em 1960; Ademar de Barros (São Paulo) e Ildo Meneghetti (Rio Grande do Sul), vitoriosos nas eleições de 1962. A esquerda teve de contentar-se com a eleição de Miguel Arraes em Pernambuco e com o extraordinário desempenho de Leonel Brizola como candidato a deputado federal no Rio de Janeiro, onde recebeu 269 mil votos, a maior votação obtida até aquela época por um candidato em eleições legislativas.

Em fins do ano de 1962, o Congresso aprovou a antecipação do plebiscito para 6 de janeiro de 1963. Nessa data, cerca de 9,5 milhões de um total de 12 milhões de votantes responderam "não" ao parlamentarismo. Retornava assim o sistema presidencialista, com Goulart como presidente. O ministério por ele escolhido expressava o equilíbrio de forças que pretendia estabelecer. Buscava enfrentar os gravíssimos problemas financeiros com seriedade, por meio de figuras da chamada "esquerda positiva", como era o caso de San Thiago Dantas, no Ministério da Fazenda, e do ministro do Planejamento, Celso Furtado.

Ao mesmo tempo, Jango propunha-se a reforçar o que na época se chamava de "dispositivo sindical" e de "dispositivo militar", como base de sustentação do governo. Para o Ministério do Trabalho, foi escolhido o deputado Almino Afonso, um nome com boa receptividade na esquerda do PTB e entre os comunistas. No Ministério da Guerra permaneceu o general Amaury Kruel, que vinha dos tempos do parlamentarismo, com posições de centro. Mas os oficiais nacionalistas Osvino Alves e Jair Dantas Ribeiro, respectivamente comandantes do I Exército, com sede no Rio de Janeiro, e do III Exército, com sede no Rio Grande do Sul, também reforçaram o "dispositivo militar".

Em meados de 1963, a instabilidade econômica e a radicalização social e política ganharam ímpeto. O Plano Trienal fracassou diante da oposição dos setores que tinham voz na sociedade. Os beneficiários da inflação não tinham interesse no êxito das medidas; os inimigos do governo desejavam sua ruína e conspiravam para desfechar um golpe; o movimento operário se recusava a aceitar restrições aos salários; a esquerda via o dedo do imperialismo por toda parte. Os credores externos se mostraram reticentes na viagem que San Thiago Dantas realizou a Washington, em março de 1963. Além disso, a economia dava sinais de declínio. O Produto Interno Bruto (PIB), que fora de 5,3% em 1962, cairia para 1,5%, em 1963. A inflação de 60%, no ano de 1963, continuava subindo. Nas cidades, as greves operárias tenderam a se concentrar no setor público e foram cada vez mais politizadas, em *favor do* apoio a Goulart e às reformas de base, enquanto incrementava-se a tendência



Fotógrafo não identificado
Revolta dos Sargentos — Edifício do Congresso
GELATINA/PRATA, BRASÍLIA, SETEMBRO DE 1963
ACERVO ICONOGRAPHIA

à formação de organizações de cúpula paralelas à estrutura oficial, com destaque para a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), em agosto de 1962. Apoiado pelo presidente Goulart, por Leonel Brizola e alguns setores do Exército, o CGT foi um órgão de cúpula que incluía sindicatos e federações sindicais, assim como outras organizações paralelas, criadas anteriormente.

No campo, os proprietários rurais, que consideravam a reforma agrária uma catástrofe, começaram a se armar. Ao mesmo tempo, ganhava cores mais radicais o movimento das ligas, a sindicalização rural e a invasão de terras, especialmente a partir de outubro de 1963, quando o Congresso

rejeitou uma emenda constitucional que autorizava a desapropriação de terras sem prévia indenização.

Na área política, a esquerda do PTB, com Leonel Brizola à frente, pressionava Goulart e queixava-se do que considerava suas vacilações no terreno das reformas sociais e no enfrentamento contra o imperialismo americano. Nos meios militares crescia a conspiração contra o governo, fortalecida pelos partidários de uma "intervenção defensiva" contra os excessos governamentais, contando agora com o chefe do Estado-Maior do Exército, general Humberto de Alencar Castelo Branco. Os setores de centro das Forças Armadas aderiram cada vez mais à conspiração, diante de iniciativas como a de cabos e sargentos da Aeronáutica e da Marinha, que se revoltaram em Brasília (setembro de 1963) contra uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que impedia os sargentos de se candidatarem a postos eletivos.

Goulart buscou um caminho que passava pela adoção de medidas excepcionais. Inspirado pelo "dispositivo militar", em outubro de 1963, propôs ao Congresso a decretação do estado de sítio por trinta dias, mas a proposta fracassou, bombardeada tanto pela direita quanto pela esquerda. A essa altura, Brizola tratou de criar bases próprias de ação. Assim, assumiu o controle da Rádio Mayrink Veiga, o que lhe dava maior poder de comunicação, lançou o semanário *Panfleto* e começou a organizar os "grupos de onze". Esses grupos deveriam se articular em todo o país para resistir às tentativas golpistas e pressionar para a aprovação de medidas, como a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e a moratória da dívida externa.

A tragédia dos últimos meses do governo Goulart residiu na tendência cada vez mais acentuada de se descartar a via democrática para a solução da crise. A direita ganhou os conservadores moderados, sobretudo amplos setores da classe média, para sua perspectiva de que só uma revolução promoveria a "purificação da democracia", pondo fim aos perigos do comunismo, à luta de classes, ao poder dos sindicatos e à corrupção. A grande imprensa e o rádio, que influenciavam a classe média e mesmo setores populares, empreenderam uma campanha sistemática de combate ao governo.

Na esquerda, a então chamada democracia formal era vista apenas como um instrumento que ia se tornando inútil, ao aproximar-se a tomada do poder. Exemplificando, um lema da época era o da "reforma agrária na lei ou na marra". Por sua vez, Luiz Carlos Prestes confidenciava a seus partidários mais próximos que "os comunistas já estavam no governo e agora só lhes faltava chegar ao poder".



Fotógrafo não identificado
Comício da Central

GELATINA/PRATA, RIO DE JANEIRO, 13 DE MARÇO DE 1964

ACERVO ICONOGRAPHIA

No início de 1964, o presidente optou por um rumo desastroso. Em termos aproximados, ele consistia no seguinte. Com apoio nos "dispositivos" militar e sindical, contornaria o Congresso, começando a realizar, por decreto, as reformas de base. Para mostrar a força do governo e o apoio dos trabalhadores, foi programada uma série de demonstrações públicas. A primeira delas foi marcada para 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, e ficou conhecida como o "comício da Central", por ter sido realizado na praça da República, em frente à estação da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB). Cerca de 150 mil pessoas aí se reuniram, sob a proteção das tropas do I Exército, para ouvir a palavra do presidente Goulart e de Leonel Brizola, juntos no mesmo palanque, apesar das divergências. As bandeiras vermelhas que pediam a legalização do PCB, as faixas que exigiam a reforma urbana, a reforma agrária etc. foram vistas pela televisão e provocaram arrepios nos meios conservadores.

Na ocasião, Goulart assinou dois decretos. O primeiro deles era sobretudo simbólico, e constituía na desapropriação das refinarias de petróleo, de pouca importância econômica, que ainda não estavam nas mãos da Petrobras, criada no segundo governo Vargas. O segundo, chamado decreto da Supra (Superintendência da Reforma Agrária), declarava sujeitas a desapropriação propriedades subutilizadas e especificava a localização e a dimensão das que estariam sujeitas à medida. O presidente anunciou, também, estar em preparo a reforma urbana — um espantalho para a classe média proprietária, temerosa de perder seus imóveis para os inquilinos. Outras propostas a serem encaminhadas ao Congresso previam mudanças na legislação tributária e a concessão de voto aos analfabetos e aos inferiores das Forças Armadas.

O primeiro ato das reformas de Goulart marcou o começo do fim de seu governo e o colapso da democracia no Brasil. Um sinal de tempestade veio com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, organizada em São Paulo, a partir de organizações ligadas à ala conservadora da Igreja católica, com destaque para a Campanha das Mulheres pela Democracia (Camde). Cerca de 500 mil pessoas desfilaram pelas ruas da cidade, a 19 de março de 1964, em uma demonstração de que os articuladores do golpe podiam contar com uma significativa base social de apoio.

Um grave acontecimento no âmbito militar favoreceu ainda mais a criação de um clima favorável ao golpe. A Associação dos Marinheiros, no Rio de Janeiro, vinha se destacando na luta pela garantia e ampliação dos direitos dos chamados "inferiores da Marinha", além do aumento de vencimentos. Seu líder ostensivo era o cabo Anselmo, sobre cuja atuação há muitas dúvidas. Existem indícios de que, já nessa época, ele era um



Fotógrafo não identificado

Marcha da Família com Deus pela Liberdade

GELATINA/PRATA, SÃO PAULO, 19 DE MARÇO DE 1964

ACERVO ICONOGRAPHIA

informante do Centro de Informações da Marinha (Cenimar) e, se não era, veio a assumir esse papel mais tarde, quando exilado no Chile.

O certo é que o ministro da Marinha, Silvio Mota, em 24 de março, ordenou a prisão dos dirigentes da entidade acusados de subverter a hierarquia militar. No dia seguinte, cerca de 2 mil marinheiros e fuzileiros navais reuniram-se no Sindicato dos Metalúrgicos, com a presença dos dirigentes contra os quais haviam sido expedidas ordens de prisão, para comemorar o aniversário da Associação dos Marinheiros e insistir nas reivindicações. O ministro Silvio Mota mandou cercar o local e solicitou ajuda do I Exército, mas tudo foi contornado, num primeiro momento, com a intervenção de líderes do CGT e de dirigentes políticos. Desprestigiado, o ministro pediu demissão. Para seu lugar, o presidente Goulart nomeou uma figura apagada, o almirante reformado Paulo Rodrigues, escolhido com o aval do CGT, que anunciou a não punição dos envolvidos nos acontecimentos.

Quando Jango realizou um último gesto arriscado, ao discursar em uma assembleia de sargentos do Exército, o golpe já estava em marcha. Ele foi precipitado pelo general Olympio Mourão Filho, envolvido no sombrio episódio do Plano Cohen, em 1937. Com apoio do governador do estado de Minas Gerais, Magalhães Pinto, o general Mourão, a 31 de março de 1964, mobilizou as tropas sob seu comando, sediadas naquele estado, deslocando-as em direção ao Rio de Janeiro. A situação se definiu com uma rapidez inesperada, pois um confronto entre facções militares opostas parecia inevitável. No Rio de Janeiro, o governador Lacerda entrincheirou-se no Palácio Guanabara, à espera de um ataque que não aconteceu.

Por sua vez, o presidente Goulart, que se encontrava em Porto Alegre, voou para Brasília e evitou expressamente assumir qualquer ação envolvendo derramamento de sangue. As tropas do II Exército, sob o comando do general Amaury Kruel, deslocaram-se pelo Vale do Paraíba, situado entre os estados de São Paulo e da Guanabara, em direção à antiga capital da República. O encontro entre as tropas do I e do II Exército resultou numa confraternização geral. No Rio Grande do Sul, Brizola tentou ainda mobilizar forças militares e a população para enfrentar os golpistas, tentando reproduzir, em outras circunstâncias, a façanha de 1961. Mas não teve êxito. Em fins de abril, optou por exilar-se no Uruguai, onde Jango já se encontrava.

Na noite de 10 de abril, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declarou vago o cargo de presidente da República. Assumiu a presidência, na linha constitucional, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. Mas o poder já não estava nas mãos dos civis e sim da cúpula militar, que governaria o país por quase duas décadas.

O episódio de março/abril de 1964 suscita algumas perguntas. A primeira delas, não necessariamente na ordem de importância, é a seguinte. Como se esfacelara de forma rápida e sem resistência um regime aparentemente assentado em forças poderosas, como os dispositivos militar e sindical, contando ainda, ao que se presumia, com o apoio das classes populares?

A resposta à pergunta nos permite ir além da história imediata, desvelando algumas ilusões ideológicas do nacionalismo e da esquerda brasileira. Em primeiro lugar, a noção de que a cúpula do Exército e os oficiais médios eram, acima de tudo, defensores do nacionalismo, carecia de fundamento. Na conjuntura de 1964, o presidente e as figuras que o cercavam, assim como os setores nacional-esquerdistas da sociedade, acreditavam que as Forças Armadas sustentariam o presidente Goulart, em qualquer circunstância, garantindo desse modo a continuidade do regime democrático e a realização das reformas de base. Essa convicção derivava da certeza de que o Exército, por sua história e pela origem de seus integrantes, era uma expressão da vontade popular. Existiam sim os golpistas, mas eles, supostamente, eram uma minoria, controlada pelo dispositivo militar e pela pressão dos quadros inferiores. A maioria da oficialidade preferira, ao longo dos anos, manter a ordem constitucional, mas havia outros princípios mais importantes para a instituição militar: a manutenção da ordem social, o respeito à hierarquia e o combate ao comunismo. Quebrados esses princípios, a ordem se transformava em desordem, e a desordem justificava uma intervenção purificadora, para impedir que a nação mergulhasse no caos.

Assim, a perda de legitimidade de Goulart, os seguidos atos que quebravam a disciplina, a aproximação entre inferiores das Forças Armadas e trabalhadores organizados tornaram-se insuportáveis para a grande maioria dos militares. De sua parte, o chamado dispositivo sindical tinha a capacidade de mobilizar setores da classe operária, especialmente os que trabalhavam nas empresas estatais, mas pouco além disso. A grande massa dos assalariados, fustigada pela inflação, praticamente ignorou a greve geral decretada pelo CGT. Desse modo, embora fosse expressivo o avanço dos movimentos sociais no país, politicamente o governo Jango ficou suspenso no ar. Ao lado do presidente ficaram apenas o ministro da Guerra, general Jair Dantas Ribeiro, então submetido a uma intervenção cirúrgica e já não mais no comando; líderes sindicais alvo da repressão e com escassos liderados; e integrantes do círculo dos íntimos, responsáveis por fomentar muitas ilusões.

CGT DECRETOU GREVE GERAL EM TODO O PAÍS

TROPAS DO GOVÊRNO NA DIVISA COM MINAS

Ordem de Jair é Rendição Total



IMPEDIDA DE CIRCULAR "UH" DE SÃO PAULO

ANO XIII — Rio de Janeiro, Quarta-Feira, 1 de Abril de 1964 — N.º 4.317

Ultima Hora 30 CRUZEIROS

JANGO: — O GOLPE ESTÁ CONDENADO

A Presidência da República distribuiu ontem à noite a seguinte nota:

"NA manhã de hoje, parte da guarnição Federal sediada em Minas Gerais rebelou-se sob o comando dos Generais Guedes e Mourão, inspirada no manifesto lançado pelo Governador do Estado contra a ordem constitucional e os podêres constituídos.

DIANTE dessa situação, o Presidente da República recomendou ao Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, que fôssem imediatamente tomadas as providências necessárias para debelar a rebelião, tendo sido deslocadas para Minas Gerais unidades do I Exército.

O movimento subversivo, que se filia às mesmas tentativas anteriores de golpe de Estado, sempre repudiadas pelo sentimento democrático do povo brasileiro e pelo espírito legalista das Fôrças Armadas, está condenado a igual malôgro, esperando o Govêrno Federal poder comunicar oficialmente, dentro em pouco, o restabelecimento total da ordem no Estado.

NÃO pode merecer senão o mais veemente repúdio da Nação a atitude dos que pretendem instaurar a desordem e ferir as instituições democráticas, no momento em que o Govêrno Federal, com o apoio do povo e das Fôrças Armadas, se acha empenhado em encaminhar pacificamente, através do Congresso Nacional, as reformas e medidas necessárias à recuperação econômica e social do País.

É lamentável que se tenha escolhido como palco para deflagrar a nova tentativa golpista o Estado de Minas Gerais, depositário das melhores tradições cívicas do povo brasileiro.

A Nação pode permanecer tranquila. O govêrno manterá intangíveis a unidade nacional, a ordem constitucional e os princípios democráticos e cristãos em que êle se inspira, pois conta com a fidelidade das Fôrças Armadas e com o patriotismo do povo brasileiro."

Contingentes Tomam Posição



Metralhada Sede da UNE



O Comandante



JAIR: — ENERGIA CONTRA REBELDES

O General Jair Dantas Ribeiro pelo seu gabinete fêz distribuir ontem à noite à imprensa, com o título de "PROCLAMAÇÃO À NAÇÃO", a seguinte nota:

CORTESIA

LADÁRIO CHEGA A PORTO ALEGRE E ASSUME III EXÉRCITO (P. 2)

Edição vespertina do jornal Última Hora *do dia 1º de abril de 1964*

ACERVO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, FUNDO ÚLTIMA HORA

Uma última questão diz respeito ao papel dos Estados Unidos no preparo e execução do golpe. Muita tinta foi gasta para se responder a essa questão. Evidentemente, após a Revolução Cubana e diante dos rumos que tomavam os acontecimentos no Brasil, o governo americano tinha todo interesse em apoiar os adversários de Goulart e um golpe militar, se a instabilidade no Brasil se acentuasse. O embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon, e Vernon Walters, adido militar da embaixada, orientaram o governo de Washington no sentido de financiar as entidades golpistas, assim como os candidatos anti-Goulart, nas eleições de 1962. Quando recebeu notícias de que o golpe ia ser desencadeado, o governo dos Estados Unidos, sob a recente presidência de Lyndon Johnson, articulou a chamada operação Brother Sam, que consistia no envio de um porta-aviões e navios-tanque, transportando combustíveis, que se postaram ao largo das costas brasileiras, com o objetivo de intervir no país, caso o golpe enfrentasse dificuldades.

Mas não foi necessário desfechar a operação Brother Sam ou qualquer outra, porque a liquidação da democracia resultou essencialmente de uma preparação interna, em que os militares tiveram papel relevante mas não exclusivo, pois os civis também conspiraram e setores da classe média legitimaram a ditadura em seus primeiros tempos.

O Brasil não era uma republiqueta qualquer, um quintal em que os norte-americanos pudessem passear à vontade. No contexto de 1964, essa relativa autonomia não foi um fato positivo. Com suas próprias mãos, a cúpula das Forças Armadas e setores civis implantaram no Brasil uma ditadura que iria perdurar por muitos anos.

BIBLIOGRAFIA

ARNT, Ricardo. *Jânio Quadros*: o Prometeu da Vila Maria. São Paulo: Ediouro, 2004.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek*: desenvolvimento econômico e estabilidade política. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

______. *A UDN e o udenismo*: ambiguidades do liberalismo brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CHILCOTE, Ronald H. *The Brazilian Communist Party:* Conflict and Integration, 1922-1972. Nova York: Oxford University Press, 1974.

D'ARAUJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas, 1951-1954*: democracia, partidos e crise política. São Paulo: Ática, 1992.

______. *Sindicato, carisma e poder*: O PTB de 1945-1965. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O PTB do getulismo ao reformismo*: 1945-1964. São Paulo: Marco Zero, 1989.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*: história e historiografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

______. *Getúlio Vargas*: o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *João Goulart*: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas?* Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GOMES, Angela de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

______. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

HIPOLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas*: o PSD na experiência democrática brasileira de 1946 a 1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O casulo do conflito*: estabilidade e crise na política brasileira. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. *Politics in Brazil, 1930-1964*: An Experiment in Democracy. Nova York: Oxford University Press, 1967.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1945-1964)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Alfa-Ômega, 1983.

TRINDADE, Hélgio. *Integralismo*: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difel, 1974.

WEFFORT, Francisco C. *O populismo na política brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.



ETALHE DA IMAG

PARTE **3**

LETÍCIA PINHEIRO*
O BRASIL NO MUNDO

O BRASIL E A AMÉRICA LATINA

Atualmente, a América do Sul se destaca como espaço geopolítico de importância na agenda diplomática do Brasil, mas nem sempre foi assim: se agora vivemos o tempo da América do Sul, durante certo período a América Latina foi o parâmetro. E mesmo para os países latino-americanos se tornarem objeto de tratamento específico pela diplomacia brasileira — seja individualmente, seja em seu conjunto —, foram necessários alguns anos de história. O interesse que a região adquiriu para os Estados Unidos sem dúvida ajuda a explicar esse processo. Por outro lado, a mesma centralidade dos Estados Unidos no desenho das políticas externas de cada país latino-americano foi grandemente responsável pela escassa visibilidade que as relações intrarregionais desfrutaram na literatura especializada, ainda que se possam registrar inúmeras iniciativas de aproximação e cooperação entre os países desse continente. Essa centralidade nos ajuda a entender uma tendência marcante nos estudos sobre a região, que é a de eleger os Estados Unidos como o terceiro vértice de um triângulo para explicar as relações bilaterais entre os países do continente (Ricupero, 1995).

Neste capítulo, o objetivo é escapar dessas duas chaves interpretativas: a compreensão do passado pelo presente e, sem descuidar da inegável importância dos Estados Unidos, procurar não considerá-lo o único vetor explicativo das decisões e políticas adotadas pelo conjunto de países da América do Sul ou da América Latina. Em outras palavras, oferecer uma reflexão sobre as

---

* A redação deste texto contou com a competente colaboração de Paula Elena Vedoveli na pesquisa bibliográfica sobre o tema.

 relações do Brasil com os demais países latino-americanos no contexto histórico em que foram estabelecidas e não, necessariamente, como projetos ou ensaios de uma política futura. A nosso ver, isso nos permitirá contemplar o conjunto de propostas desenvolvidas pelo Brasil com seus pares do continente, mesmo quando elas não se inseriram numa política externa específica para a América Latina, nem dela foram necessariamente origem ou modelo.

Poderemos igualmente nos reportar a iniciativas que, embora apoiadas pelos governos dos países envolvidos e, por esse motivo, passíveis de serem consideradas políticas oficiais, foram em grande parte originárias de instituições não pertencentes ao universo da diplomacia *stricto sensu*. Apesar da relevância da interpretação que afirma ser impossível analisar as relações do Brasil com a América Latina não considerando o papel dos Estados Unidos (Ricupero, 1995:325), acreditamos que essa escolha obscurece iniciativas e processos que envolveram os países da região e que, porventura, não determinaram ou foram determinados, direta e indiretamente, pelas relações com os Estados Unidos. Enfim, ainda que esse país estivesse presente tanto na construção do coletivo América Latina quanto nos projetos políticos dele decorrentes, procuramos dar destaque aos eventos que reuniram apenas o Brasil e um ou mais de seus pares continentais, mesmo quando a América Latina ainda não existia como corpo político e, como tal, passaria a definir a agenda diplomática de seus membros.

Por fim, uma última ressalva. Priorizamos as relações de natureza política entre os Estados da região latino-americana. Ainda que caibam referências a contextos econômicos e a iniciativas de caráter cultural, social, militar etc., estes foram interpretados sempre à luz das disposições políticas.

1930-1945: TEMPOS DE MEDIAÇÃO, CORDIALIDADE DIPLOMÁTICA E ORIENTAÇÃO COOPERATIVA

O fim do regime monárquico, em 1889, facilitou a aproximação do Brasil com seus vizinhos continentais — todos sob regimes republicanos —, rompendo o isolamento político em que o país se encontrava. Esse quadro não oculta, entretanto, o fato de que a Primeira República testemunhou altos e baixos na relação do Brasil com a Argentina, por exemplo. É sabido, porém, que tal tensão ficou mais visível particularmente durante a gestão do barão do Rio Branco no Itamaraty (1902-1912) e, em grande parte, devido à sua rivalidade pessoal com o ministro das Relações Exteriores argentino, Estanislau Zeballos. Nesse mesmo período, foi lançada a proposta de uma *entente*

cordiale entre os dois países e o Chile que, embora não tenha sido implementada, foi concebida como um meio de promover maior entendimento entre os três e elevar seu prestígio internacional (Silva, 1995:101). Mas não demorou muito para que um novo estranhamento nas relações entre Rio de Janeiro e Buenos Aires se instalasse, desta feita devido a desconfianças suscitadas pela superioridade militar argentina durante a década de 1920 e pela sua aproximação com o Paraguai e a Bolívia. Esse quadro levou o Brasil a aprofundar relações com o Chile, com quem a Argentina possuía dificuldades de relacionamento, como resultado de disputas fronteiriças. De todo modo, o período se caracterizou por relativo equilíbrio de poder entre os países do Cone Sul, garantindo uma situação de certa estabilidade política ao continente.

Apesar das frequentes querelas e flutuações no padrão de relacionamento, não há, para as primeiras décadas do século XX, registros de animosidades mais graves entre o Brasil e seus vizinhos. Ainda assim, havia quem, no interior da corporação diplomática, advogasse a necessidade de se promover uma maior aproximação do Brasil com seus pares continentais. Um exemplo dessa posição pode ser encontrado no informe reservado do Itamaraty de autoria de Ronald de Carvalho, datado de maio de 1927. Trabalhando, na ocasião, no gabinete do então chanceler Otávio Mangabeira (1926-1930), o diplomata propunha a adoção de uma política de reaproximação aos países da região de modo a reverter uma situação de isolamento por ele constatada (Garcia Vargas, 2005:138). No entanto, as duas décadas seguintes — anos 1930 e 1940 —, que seriam em tudo e por tudo verdadeiramente atípicas em função da crise econômica e do conflito bélico mundial, embora não tenham impedido totalmente a realização de iniciativas relevantes nessa direção, certamente limitaram as oportunidades de seu adensamento.

É comum dizer que os anos 1930 se iniciaram, de fato, em 1929 com a crise econômica e financeira internacional, que desarticulou o sistema capitalista mundial em consequência da queda generalizada nos preços internacionais dos produtos agrícolas, seguida da quebra da bolsa de Nova York. Como resultado, operou-se uma profunda retração do comércio internacional em função da posição hegemônica ocupada pelos Estados Unidos na economia mundial, provocando a adoção de políticas protecionistas por parte das economias centrais. Ao impacto político e social dessa crise econômica podemos somar a crise do Estado liberal que, iniciada em 1917 com a vitória bolchevique na Rússia, foi agravada pela ascensão do fascismo na Itália, em 1922, e do nazismo na Alemanha, em 1933. Não devemos, igualmente, esquecer a ascensão de outros regimes autoritários no cenário

 mundial, como no Japão, com o imperador Hiroito (1926); em Portugal, com Antonio Oliveira Salazar (1932); e, na Espanha, com Francisco Franco (1939), por meio da vitória dos monarquistas e da Falange Fascista sobre os republicanos na Guerra Civil espanhola (1936-1939).

Foram desastrosos os desdobramentos da crise política e econômica mundial sobre os países ao sul do rio Grande — ou rio Bravo del Norte —, que divide os Estados Unidos do México. Com economias agrário-exportadoras em sua totalidade, fortemente dependentes dos mercados internacionais para a exportação de seus produtos e do fornecimento de produtos industrializados dos Estados Unidos e da Europa, os países da América Latina viram seus mercados de exportação se retraírem e, por essa razão, testemunharam o encolhimento de suas reservas para financiamento das importações. Em parte como um desdobramento desse cenário de dificuldades sucederam-se golpes e revoluções em diversos países do continente: só no ano de 1930 caíram os governos da Bolívia, Peru, Argentina e Brasil.

No caso particular do Brasil, cujo principal produto de exportação e motor da economia era o café, responsável por aproximadamente 70% da receita de exportação nacional, o impacto da crise econômica mundial foi brutal. Agravando ainda mais a situação, a entrada de capital estrangeiro foi praticamente interrompida. Como resultado, o país se viu impedido de acumular divisas para equilibrar seu balanço de pagamentos. Descartada a aproximação com a União Soviética, cuja bandeira ideológica não exercia qualquer apelo para as elites políticas brasileiras, as opções que então se colocavam eram: negociar com os Estados Unidos, com a Alemanha ou, ainda, com os pares continentais para beneficiar-se das semelhanças político-ideológicas e buscar ativar o comércio intrarregional.

No primeiro caso, o Brasil procurou obter vantagens dos Estados Unidos (que buscavam garantir sua liderança na região por meio do livre comércio e do culto à liberal democracia) valendo-se de sua condição de maior país do continente e importante fornecedor de matérias-primas para a indústria estadunidense.

Com a Alemanha — que, assim como o Brasil, estava carente *de divisas* e buscava no comércio compensado (troca de mercadorias por mercadorias sem intermediação de moeda forte) e no culto ao autoritarismo parlamentar nacionalista conquistar espaços na região latino-americana —, o Brasil procurou se relacionar superando as animosidades das décadas anteriores. Ultrapassado o desconforto gerado pelo fato de os dois países estarem em lados opostos durante a Primeira Guerra Mundial, o relacionamento entre ambos dava fortes sinais de melhora. A reivindicação brasileira por

reparações pela perda de seus navios mercantes torpedeados pela Marinha germânica — nunca contemplada pela Alemanha — e a disputa por um assento permanente no Conselho da Liga das Nações (1926) ficaram diluídas no tempo. Assim, em 1935 o Brasil era visto por Berlim como o país da América do Sul que possuía o "futuro mais promissor" (Seitenfus, 1988). Carente de divisas para financiar suas importações, o Brasil viu na Alemanha um importante parceiro para a concretização de seus projetos, inclusive o de criação de uma usina siderúrgica.

Em vista desse quadro, o Brasil, que, em 1932, respondia por apenas 1,25% do comércio exterior alemão, passou a responder por 3,5% em 1938; na via oposta, a Alemanha aumentaria sua presença no comércio exterior do Brasil de 10%, em 1933, para 22%, em 1938 (Seitenfus, 1988:279). Esses números ilustram os resultados de acordos comerciais assinados entre os dois países. Estes foram tolerados pelos Estados Unidos, embora não sem resistência. Para defender interesses estratégicos de longo prazo, os norte-americanos punham em segundo plano seus interesses econômicos mais imediatos. Importante registrar que a forte presença imigrante de origem germânica no Brasil era vista pelo Terceiro Reich como um possível meio de aproximação entre os dois países tendo em vista suas ligações econômicas com o país de origem, ainda que a comunidade teuto-brasileira não fosse, em sua totalidade, simpatizante do nazismo.

A título de esclarecimento, devemos registrar que a expansão do relacionamento do Brasil em direção ao norte não chegou a alcançar outros países da Europa como a Itália, ou mesmo Portugal, com quem o Brasil possuía estreitos laços de amizade. Embora o regime autoritário e corporativista do Estado Novo tivesse fortes similaridades com o regime fascista italiano, as relações comerciais entre os dois eram bastante incipientes. Sabedor da presença hegemônica dos Estados Unidos na América Latina, a região não aparecia em primeiro lugar na pauta de interesses do governo de Mussolini (Bertonha, 1997:114). No entanto, assim como no caso alemão, a expressiva presença de imigrantes italianos levou a que, em alguns momentos, se pensasse na possibilidade de apoiar iniciativas de natureza separatista no sul do Brasil a fim de aumentar a influência do país na região (Bertonha, 1997:112).

Já com Portugal, que desempenhava um papel secundário nesse momento de forte desestabilização da ordem mundial, os fortíssimos laços econômicos, políticos e culturais, herança da condição colonial do passado, não tiveram peso significativo na definição da aliança brasileira, tema para ser desenvolvido em outra oportunidade.

Assim, a decisão brasileira recaiu simultaneamente sobre as duas primeiras opções — Estados Unidos e Alemanha —, já que, no que tange ao aspecto econômico, a terceira opção — países latino-americanos — era, na prática, inexistente. Nesse momento, a base econômica desses países era muito semelhante e, com exceção de alguns produtos primários, cuja oferta dependia das eventuais diferenças de clima — não muito expressivas, na realidade — e da distinção de suas respectivas formações geológicas, que permitia alguma diversificação da pauta de minérios, não havia muito a se intercambiar. Desse modo, as adversidades do período e as afinidades políticas entre os governos autoritários e nacionalistas da região, que poderiam ter estimulado a aproximação entre esses países, levaram, de fato, à busca de parcerias econômicas além-mar.

Enquanto foi possível, o Brasil optou por uma estratégia de aproximações alternadas e simultâneas com os Estados Unidos e a Alemanha, posição que recebeu do historiador Gerson Moura a sugestiva e apropriada denominação de "política de equidistância pragmática" (Moura:1980).

Já com seus pares regionais, o governo de Getúlio Vargas, que chegou ao poder com a Revolução de 1930, procurou tão somente aproveitar as oportunidades que surgiam em direção à construção de um relacionamento que, se não chegou a ser estreito, ao menos ajudou a criar uma imagem de país "conciliador e confiável" (Cervo, 2001:65). Esse foi, então, um período em que o Brasil desempenhou o importante papel de mediador na região. Considerada pela própria diplomacia brasileira uma de suas principais características, a prática da mediação com vistas ao apaziguamento das animosidades e busca de solução para eventuais disputas encontrou, na década de 1930, espaço e ocasião propícios para seu exercício. De fato, o período foi palco de algumas importantes performances do Brasil nesse campo, fosse entre os países que haviam rompido relações diplomáticas (Peru e Uruguai; e Venezuela e México); fosse, como veremos a seguir, entre os que ainda enfrentavam disputas de fronteiras: a Questão do Chaco, entre Bolívia e Paraguai (1932-1935), e a Questão de Letícia, entre Colômbia e Peru (1932-1934), para citarmos as mais importantes da década de 1930.

A disputa pela região do Chaco, oficialmente deflagrada em julho de 1932, e cuja principal motivação era a expectativa de exploração de petróleo, recebeu inicialmente do Brasil a declaração de completa neutralidade. Agravada a situação e frustradas as tentativas anteriores de mediação, inclusive no âmbito da Liga das Nações, o Brasil entrou em cena. Representado pelo chanceler José Carlos de Macedo Soares (1934-1937), juntamente com seu colega argentino, Saavedra Lamas, e com os chanceleres do Chile e do



Fotógrafo não identificado

Getúlio Vargas e presidente Justo, em visita ao Brasil

GELATINA/PRATA, RIO DE JANEIRO, 1933

ACERVO ICONOGRAPHIA

 Peru, o país desempenhou o papel de mediador dos interesses bolivianos e paraguaios. Em junho de 1935, sob o patrocínio desses países, foi assinado, na cidade de Buenos Aires, o Protocolo de Paz dando fim às hostilidades entre os beligerantes. Três anos depois, em julho de 1938 e com o Brasil já sob o Estado Novo, Bolívia e Paraguai assinaram o Tratado Definitivo de Paz, Amizade e Limites, assegurando ao Paraguai a soberania sobre a maior parte do território sob disputa, mas garantindo à Bolívia a livre navegação no rio Paraguai (Cunha, 1994:66).

Já a solução da disputa entre Colômbia e Peru pelo território de Letícia, próximo à fronteira brasileira, rendeu visibilidade mundial ao Brasil. Poucos meses depois da reação colombiana à invasão de civis peruanos ao seu porto fluvial, em Letícia, em fevereiro de 1933, o governo brasileiro patrocinou uma conferência diplomática para discutir a questão. Dessa feita, a resolução foi mais rápida e efetiva: em maio de 1934, Colômbia e Peru assinam o Protocolo de Amizade, pondo fim à disputa pela região (Garcia Vargas, 2005:146; Cunha, 1994:67). Em decorrência desse desfecho, o chanceler brasileiro, Afrânio de Melo Franco (1930-1934), mediador da negociação, foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz, em 1935.

Mas a agenda de relacionamento do Brasil com seus vizinhos não ganhava destaque apenas quando disputas por limites e enfrentamentos daí decorrentes o levavam a exercer o papel de mediador. Interesses políticos, econômicos e estratégicos também marcaram as relações do país com seus pares. É digno de nota, por exemplo, o traço de cordialidade no relacionamento com a Argentina. Em um período em que as viagens presidenciais ao exterior exigiam tempo e recursos consideráveis, destaca-se a vinda do presidente Augustín Pedro Justo (1932-1938) ao Rio de Janeiro, em 1933, e a retribuição de Vargas, dois anos depois, ocasião em que também esteve no Uruguai. Coroando a fase de bom relacionamento, além de iniciativas conjuntas, como a mediação de disputas na região do Chaco (1932-1935), Brasil e Argentina assinaram o Tratado Antibélico de Não Agressão e Conciliação (outubro de 1933), mais conhecido como Pacto Saavedra Lamas (Garcia Vargas, 2005:144), que, em seguida, teve a adesão do Chile, do México, do Paraguai e do Uruguai (Cervo, 2001:66). Oswaldo Aranha, quando à frente da chancelaria brasileira (1938-1945), deu continuidade a esse relacionamento. Convencido de que "qualquer ação conjunta de sucesso na América do Sul deveria necessariamente passar por um entendimento prévio entre as suas duas maiores potências [...] chegou a idealizar uma *entente* defensiva (não implementada) unindo os dois países, com vistas à coordenação de ações comuns", além de ter



Fotógrafo não identificado
Abertura da Conferência Pan-americana de Comércio. O ministro das Relações Exteriores da Argentina, Carlos Saavedra Lamas, discursa ao lado dos presidentes Getúlio Vargas e Augustín Pedro Justo
GELATINA/PRATA, BUENOS AIRES, ARGENTINA, 1935
ACERVO ICONOGRAPHIA

estimulado "a assinatura do primeiro acordo de comércio entre os dois países desde 1856" (Silva, 1995:107).

O Brasil também tentou aliviar as marcas deixadas pela guerra de 1864-1870, conhecida como Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança, o maior conflito armado da história da América do Sul. Por meio de gestos simbólicos, como a devolução de troféus nacionais sequestrados durante a guerra e de propostas concretas de ligações ferroviárias e cooperação militar (Cervo, 2001:68-69), o país buscou uma aproximação efetiva e até então inédita com o Paraguai, que saíra devastado do conflito e, desde então, tinha na relação de dependência econômica com o Brasil e a Argentina a saída para



Fotógrafo não identificado

O presidente americano Franklin D. Roosevelt, Oswaldo Aranha e Arthur de Sousa Costa, na assinatura do tratado comercial Brasil-Estados Unidos

GELATINA/PRATA, WASHINGTON, EUA, 1935

ARQUIVO OSWALDO ARANHA, FGV/CPDOC

sua subsistência. A Bolívia também se destacou na agenda exterior do Brasil. Foram recorrentes as tentativas de construção de ferrovias e exploração de petróleo que, além de viabilizarem a satisfação de interesses materiais concretos, ilustravam o esforço brasileiro em trazer a Bolívia para mais perto, ao mesmo tempo que a afastava da esfera de influência argentina (Cervo, 2001:68, 72).

Concomitantemente, as Américas foram alvo de uma forte campanha por parte dos Estados Unidos, preocupados que estavam em erguer a unidade do continente sob os pilares de sua liderança. Washington deixou para trás os anos de intervenção militar, principalmente nos países centro-americanos, em favor da colaboração política e diplomática da Política de Boa Vizinhança do governo Roosevelt (1933-1945). Foram organizadas inúmeras conferências interamericanas com esse objetivo e sua enumeração deixa evidente o

esforço sistemático e relevante então realizado. Inicialmente apenas para tratar da ameaça do conflito europeu e, em seguida, de sua concretização, realizaram-se as seguintes reuniões entre as repúblicas americanas: a de Buenos Aires (1936), que proclamou a unidade americana e reiterou o princípio de não intervenção; a de Lima (1938), que aprovou a declaração de princípios sobre a solidariedade continental; a do Panamá (1939), que declarou a neutralidade continental em face da guerra europeia; a de Havana (1940), que declarou que qualquer ataque extra-hemisférico a um país americano seria considerado um ataque ao conjunto dos países americanos; e a do Rio de Janeiro (1942), que recomendou o rompimento de relações diplomáticas das repúblicas americanas com os países do Eixo. Em que pese a resistência apresentada por parte de alguns países — como a Argentina, a Bolívia e o Chile, que mantiveram sua neutralidade por mais tempo que os demais —, passo a passo, o círculo se fechava em torno da hegemonia norte-americana.

Com o desenrolar do conflito mundial iniciado em 1939, que, após cobrir toda a Europa, estendeu-se pela África e pela Ásia, a guerra foi gradativamente envolvendo os países da América Latina. Deixando para trás sua política de "equidistância pragmática", chegou o momento de o governo Vargas definir suas alianças. Como decorrência do estreitamento de opções, o Brasil, assim como a maioria dos países do continente, rompeu relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo, conforme resolução aprovada durante a III Conferência de Consulta das Repúblicas Americanas, no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942.

As vicissitudes e prioridades do conflito bélico mundial secundariam o relacionamento do Brasil com os pares latino-americanos. A definição do Brasil pelos Estados Unidos e forças aliadas concedeu ao país, no âmbito continental, o status de aliado especial de Washington, ao menos na percepção das elites governantes brasileiras.

O rompimento de relações diplomáticas com os países do Eixo, no entanto, transformou o país em mais um alvo da guerra no Atlântico. O torpedeamento de 19 navios mercantes na costa brasileira por submarinos alemães acirraria os ânimos das elites e da população em favor da declaração de guerra, finalmente assinada em 22 de agosto de 1942.

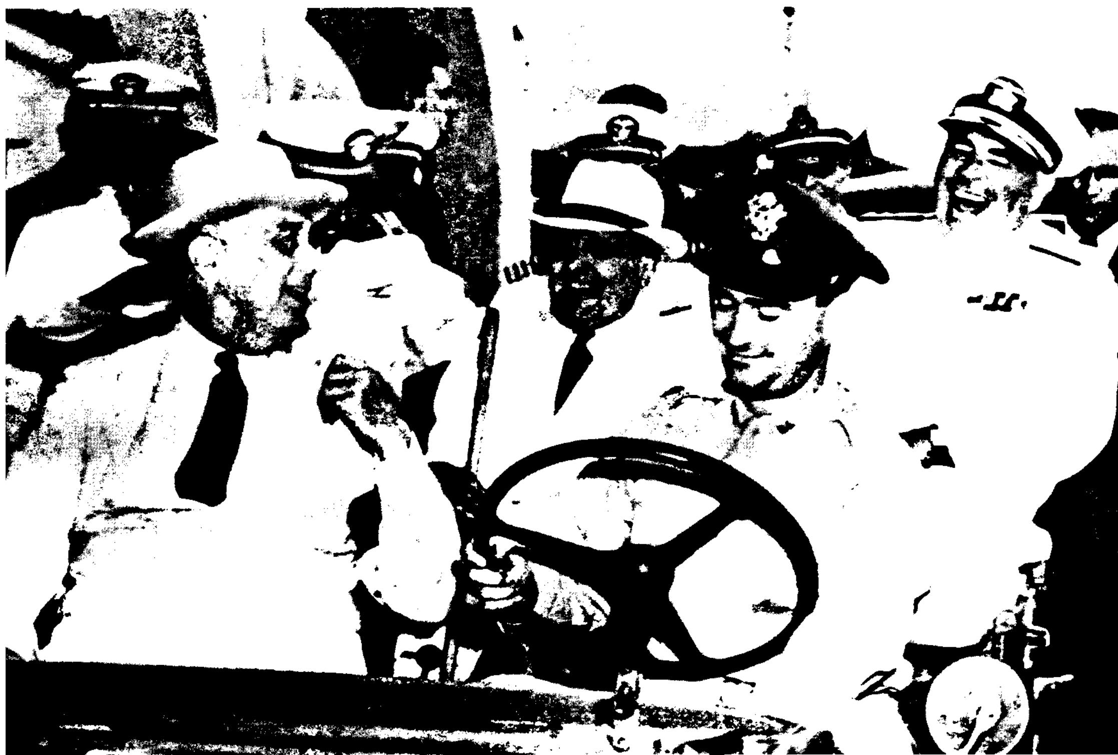
Com o alinhamento do Brasil, os Estados Unidos garantiram o apoio do maior país do continente por meio da exclusividade no fornecimento de materiais estratégicos para a indústria de guerra e da permissão para o estacionamento de tropas norte-americanas no território nacional, incluindo autorização para construção e utilização da base militar de Natal. Já o Brasil, além da promessa de reequipamento militar e do financiamento para



Fotógrafo não identificado
O ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha (à direita), Sumner Welles (ao centro) e o embaixador dos Estados Unidos, Jefferson Caffery (à esquerda), durante Conferência dos Chanceleres
GELATINA/PRATA, RIO DE JANEIRO, JANEIRO DE 1942
ACERVO ICONOGRAPHIA

a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) de Volta Redonda — que seria a primeira siderurgia brasileira — obteve apoio para o envio de tropas ao teatro de operações (Força Expedicionária Brasileira — FEB). A participação militar direta na guerra qualificaria o Brasil a participar das conferências de paz e reordenamento mundial.

Mas a resistência da Argentina em romper relações com o Eixo e sua conexão com o novo governo nacionalista boliviano também beneficiaram o Brasil. Preocupado com a possibilidade de a coalizão boliviano-argentina operar contra seus interesses, Washington respondeu de modo positivo às demandas brasileiras por material bélico para reforçar a defesa de sua fronteira sul (Moura, 1991c:34-35). A despeito desses benefícios indiretos, decorrentes



Fotógrafo não identificado
Os presidentes Getúlio Vargas e Roosevelt, em Natal
GELATINA/PRATA, RIO GRANDE DO NORTE, JANEIRO DE 1943
ACERVO ICONOGRAPHIA

da animosidade entre Buenos Aires e Washington, Vargas procurou não se indispor com o governo argentino em sua decisão de manter-se neutro (Cervo, 2001:77), e chegou mesmo a interceder junto aos Estados Unidos a seu favor, após Washington ter conseguido excluir o país da Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz, conhecida como Conferência de Chapultepec (ocorrida no México em 1945), devido à sua tardia decisão de romper com o Eixo (26 de janeiro de 1944). Graças aos bons ofícios da



Fotógrafo não identificado
Manifestação contra o afundamento de navios brasileiros
GELATINA/PRATA, RIO DE JANEIRO, AGOSTO DE 1942
ACERVO ICONOGRAPHIA

diplomacia brasileira, abriu-se a possibilidade de adesão da Argentina à Ata de Chapultepec, que reafirmava a solidariedade continental (Cervo, 2001:91).

Embora o Brasil estivesse sendo beneficiado pelos Estados Unidos em virtude das iniciativas políticas acordadas com o governo Roosevelt e do difícil relacionamento que alguns de seus vizinhos — Chile, Argentina e Bolívia — tinham com Washington, isso não levou o país a virar as costas para seus pares continentais. Paralelamente ao que seria considerado o *turning point* na negociação do alinhamento com os Estados Unidos, quando



Fotógrafo não identificado
Conferência Interamericana — o sr. Anze Matienzo, chanceler da Bolívia e relator do projeto de rompimento de relações diplomáticas com o "Eixo", lê o seu parecer que é aprovado unanimemente por todos os chanceleres
GELATINA/PRATA, RIO DE JANEIRO, 1942
ACERVO ICONOGRAPHIA

o Brasil rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo, a diplomacia brasileira se voltou para a solução de disputas intracontinentais, destacando-se no tratamento do conflito entre Peru e Equador, no ano de 1942.

Nessa ocasião, como país garantidor do Protocolo de Paz — juntamente com a Argentina, o Chile e os Estados Unidos —, o Brasil iniciou seu envolvimento na disputa. O documento foi negociado na mesma época em que se concluiu a Reunião de Consulta do Rio de Janeiro. Na realidade, a rapidez com que o Protocolo foi assinado — em janeiro de 1942 — pode



Fotógrafo não identificado

Abertura da Conferência Interamericana no México para discutir os problemas da paz e da guerra. O presidente mexicano, Manuel Ávila Camacho, profere discurso de boas-vindas aos delegados das repúblicas americanas na sala de sessões da Câmara dos Deputados

GELATINA/PRATA, MÉXICO, 1945

ACERVO ICONOGRAPHIA

ser em grande parte atribuída à pressão dos Estados Unidos e do Brasil para que a disputa chegasse ao fim, já que as Américas haviam se tornado um dos palcos da guerra que assolava toda a Europa desde o ataque japonês a Pearl Harbour, em dezembro do ano anterior (Herz e Nogueira, 2002). Neste sentido, a estabilidade e a paz na região tornavam-se ainda mais prementes. Foi por este documento que se estipularam as fronteiras entre o Peru e o Equador, na tentativa de solucionar um conflito que se estendia desde o século XIX, mas que só se encerraria de vez com a assinatura do Acordo Global e Definitivo de Paz, 56 anos depois e novamente com a mediação brasileira





Fotógrafo não identificado
Força Expedicionária Brasileira em Monte Castelo
GELATINA/PRATA, ITÁLIA, 1944 | ACERVO ICONOGRAPHIA

NO ALTO:
Fotógrafo não identificado
Enfermeiras da FEB fazem desfile antes de partir para a Itália
GELATINA/PRATA, RIO DE JANEIRO, 1944 | ACERVO ICONOGRAPHIA

(Garcia Vargas, 2005:156). Conforme o Acordo de Paz de Brasília, assinado em 26 de outubro de 1998, ficaria finalmente acertada a aceitação formal por parte do Equador da validade e vigência do Protocolo assinado em 1942.

Se fizermos um balanço do período que se encerra com o fim da Segunda Guerra Mundial e a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, o saldo brasileiro apresentará sinal positivo. Único país latino-americano a enviar tropas para a guerra — ao todo, 25 mil soldados lutaram nos campos de batalha da Itália —, o Brasil saiu do conflito mundial como beneficiário de mais de 70% dos recursos destinados à região pelo sistema de Empréstimo e Arrendamento do governo dos Estados Unidos, com armamentos mais modernos para seu Exército e com a percepção de que, graças à condição de aliado especial de Washington na região, saía como um vencedor entre seus pares continentais, ainda que não tivesse, de fato, estabelecido qualquer tipo de competição explícita com os mesmos. Mas esse diferencial de poder foi rapidamente contornado pelos Estados Unidos, interessados em não endossar qualquer desequilíbrio no continente que não fosse a favor de si mesmos.

Assim, os planejados mecanismos de concertação política e militar ajudariam a conformar, mesmo que de fora para dentro e sob liderança estadunidense, um novo coletivo político: o sistema interamericano. No entanto, como sublinhado pelo historiador Leslie Bethell (2009:308), "[n]os primeiros anos do pós-guerra e no início da Guerra Fria, a visão oficial dos Estados Unidos de que as vinte repúblicas ao sul do Rio Grande, incluindo o Brasil, formavam a América Latina influenciou outros governos, instituições multilaterais" e, paulatinamente, ajudou a desenvolver uma dinâmica própria de atuação desses países no plano internacional e, não necessariamente, alinhados com o líder no Norte.

1945-1960: A AMÉRICA LATINA DOS ESTADOS UNIDOS E A AMÉRICA LATINA DO BRASIL E DOS LATINO-AMERICANOS

Com a reversão da aliança entre Estados Unidos e União Soviética, a ordem internacional do pós-guerra se pautou pela lógica da Guerra Fria, expressão cunhada pela chamada Doutrina Truman (1947) para designar a relação entre as duas potências a partir do lançamento da política de contenção da União Soviética. A principal preocupação dos Estados Unidos no hemisfério ocidental foi com a construção de mecanismos de defesa que, simultaneamente, garantissem a segurança coletiva e consagrassem sua liderança (Moura 1991a: 28). Esse objetivo foi buscado por meio de duas iniciativas:



Fotógrafo não identificado

O presidente Eurico Gaspar Dutra entre Harry Truman e o general Canrobert Pereira da Costa

GELATINA/PRATA, RIO DE JANEIRO, 7 DE SETEMBRO 1947

ACERVO ICONOGRAPHIA

 a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar) e a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Reunida na cidade de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, em agosto de 1947, a Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente aprovaria o Tiar, instrumento jurídico cujo propósito era a promoção da defesa do hemisfério contra eventuais agressões externas. Em seu artigo principal afirmava que um ataque armado de qualquer Estado contra um Estado americano seria considerado um ataque contra todos os Estados americanos. Estava montado o sistema de defesa hemisférica contra a União Soviética, uma espécie de ator oculto ao longo da Conferência.

No âmbito político, foi ainda durante a Conferencia de São Francisco (1945) que se reconheceu a autonomia das futuras organizações regionais para resolver problemas sem interferência do Conselho de Segurança das Nações Unidas, exceto em caso de ação militar (Moura, 1996:164). Com essa aquiescência, saía vitoriosa a posição defendida pelos países da América Latina e pela chamada ala regionalista do governo norte-americano em favor de maior independência de ação para as organizações regionais. Finalmente, por ocasião da IX Conferência Interamericana, em Bogotá, no mês de abril de 1948, foi criada a Organização dos Estados Americanos, organização regional projetada para dar moldura institucional às relações interamericanas do pós-guerra. Ao fim e ao cabo, a nova organização ajudaria a formar o sistema interamericano, este, por sua vez, parte do sistema de poder norte-americano (Moura, 1991b:45).

A definição do Brasil pelos Estados Unidos e forças aliadas concedeu ao país, no âmbito continental, o status de aliado especial de Washington, ao menos na percepção das elites governantes brasileiras. Para tanto, muito contribuiu a criação da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), em 1948, no âmbito das Nações Unidas. Por meio de uma política coordenada de defesa do desenvolvimento econômico da região, em contraponto às relações hierárquicas entre centro e periferia, a Comissão foi fundamental para a formação de uma reflexão autóctone e para a construção de uma identidade latino-americana, estimulando a atuação coletiva. De fato, como a historiadora Alexandra de Mello e Silva (1995:111) ressalta, ao destacar as especificidades dos países latino-americanos, unificando-os e "simultaneamente, diferenciando-os dos países desenvolvidos", o pensamento cepalino conferia "racionalidade econômica à emergência dos países periféricos como atores coletivos no plano internacional". Entre seus principais expoentes, encabeçados pelo economista argentino Raul Prebisch, destacava-se um

jovem economista brasileiro, Celso Furtado, que se tornaria uma referência acadêmica no campo da economia no Brasil e na América Latina.

Mas antes que o ideário cepalino servisse de insumo para a formulação de propostas de capacitação autônoma e atuação independente desses países, já havia espaço para que o Brasil buscasse relacionamentos bilaterais sem as limitações impostas pelas prioridades estadunidenses. É digna de nota a intervenção do Brasil em favor de Buenos Aires, embora o presidente Eurico Dutra (1946-1950) não fosse propriamente um simpatizante do governo argentino. Na verdade, as diferenças entre os dois países eram bastante evidentes. Enquanto o Brasil se reconciliava com a democracia, mas o fazia com fortíssima preocupação e mesmo temor aos conflitos sociais, além de uma quase rejeição às tentativas de reforma social encabeçadas pelas classes trabalhadoras, a Argentina, de Juan Perón, eleito em outubro de 1946, promovia os direitos dos trabalhadores e nacionalizava serviços de transporte, comunicação e fornecimento de energia. Além disso, se a política externa brasileira era definida prioritariamente por um forte alinhamento aos Estados Unidos, a política externa argentina era, ao contrário, marcada por fortes críticas à hegemonia norte-americana na região. Apesar das diferenças, o Brasil não se furtou a, junto com outros países latino-americanos, cerrar fileiras em prol da participação da Argentina na planejada Conferência do Rio de Janeiro (Moura, 1996:166).

A atitude do Brasil em defesa dos direitos argentinos deve ser explicada como uma tentativa de garantir um relacionamento cordial e próximo no extremo sul. Isolar a república vizinha e perder a visibilidade sobre seus planos em nada atendia aos interesses do país, justamente porque as posições de Dutra e Perón eram em quase tudo antitéticas. A oposição ia do relacionamento que cada uma estabelecia com os Estados Unidos até os diferentes posicionamentos sobre a criação do Estado de Israel e a questão colonial no continente, principalmente no que se refere à disputa argentino-britânica sobre a soberania das ilhas Malvinas/Falklands, um tema de natural interesse para Buenos Aires. Nesse sentido, por algum tempo o governo Dutra tentou manter uma política de cordialidade diplomática com Buenos Aires, embora pouco a pouco tenha abandonado a "orientação cooperativa" que vigorara entre 1930 e 1945 (Cervo, 2001).

Findo o governo Dutra, com Juan Perón ainda à frente da Casa Rosada (1946-1955) e com Vargas novamente no Palácio do Catete (1951-1954), a semelhança que então marcaria os dois governos, ambos de corte nacionalista, buscando legitimidade em camadas sociais mais amplas e comprometidos com políticas sociais — trabalho e previdência, por exemplo

 —, sugeria a possibilidade de um estreitamento das relações e de formulação de projetos conjuntos. Vale notar que, além desses países, outros poderiam se somar a uma eventual frente comum, como o Chile (Carlos Ibañez, 1952-1958), a Bolívia (Paz Estenssoro, 1952-1956) e o Equador (Velasco Ibarra, 1952-1956). Isto para não mencionar partidos políticos de viés ideológico semelhante, que se fortaleciam em países como Cuba, Venezuela, Peru e Guatemala (Hirst, 1996:222).

Se no interior do governo Vargas havia os que acreditavam nas vantagens de uma aproximação mais estreita com o governo argentino, havia igualmente os que advogavam o oposto. Ilustram essa divisão as diferentes reações à proposta de Perón de formação do Pacto do ABC — Argentina, Brasil e Chile —, visto como um primeiro passo para a unificação da região e que, em grande parte, resgatava a proposta formulada pelo barão do Rio Branco no início do século. Ao final, saiu vitoriosa a posição que, sob a liderança do então ministro do Exterior, João Neves da Fontoura (1951-1953), se opunha fortemente a essa aproximação e a criação do pacto. Fontoura, aliás, tornou-se o pivô de uma crise entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, quando o Congresso e a imprensa brasileiros reagiram fortemente contra os termos de um discurso de Perón na Escola Superior de Guerra argentina, em novembro de 1953, em que acusava "o Itamaraty de obstruir a formação do bloco e manter, por sobre a diretriz do Estado, a política de zonas de influência na América Latina" (Cervo, 2001:197). A propósito, é possível inserir no quadro de divergências com a Argentina o estreitamento das relações do Brasil com outros países da região como o Peru, o Paraguai, a Bolívia, a Venezuela, a Colômbia e mesmo o Chile, este último reconhecidamente parceiro da Argentina. Para além de atender a interesses econômicos próprios, a aproximação do Brasil com esses países também se constituía numa forma de "arrefecer o impacto das iniciativas integracionistas de Perón" (Hirst, 1996:223-224), a essa altura percebidas como uma ameaça à estabilidade regional.

O fato é que, ao contrário do que se poderia esperar, durante o governo Vargas, o Brasil não chegou a abraçar um posicionamento muito convergente com seu principal vizinho continental. Por ocasião da X Conferência Interamericana realizada em Caracas (1954), por exemplo, o Brasil foi bem claro em suas prioridades. Não apenas se alinhou à política de segurança dos Estados Unidos — apoiando a Declaração de Caracas proposta por Washington e que, ao final, legitimaria a invasão da Guatemala e a deposição do governo de Jacobo Arbenz (1951-1954) —, como também se contrapôs ao pleito argentino de que o tema das colônias e territórios na América Latina fosse discutido neste fórum, apoiando, ao contrário, a tese

de que o fórum adequado para o debate era o das Nações Unidas. Afinal, o contraponto político da *barganha nacionalista* de Vargas era apoiar os Estados Unidos no plano político-estratégico da Guerra Fria, em troca de promessas de ajuda ao desenvolvimento econômico brasileiro.

Após o trágico suicídio de Vargas, em 24 de agosto de 1954, e passado o interregno político do governo Café Filho (1954/1955), chegaria ao poder Juscelino Kubitschek (1956-1960), um dos grandes nomes do PSD mineiro, ex-governador do estado de Minas Gerais e ex-prefeito de Belo Horizonte. Nos primeiros anos de seu governo, as orientações de destaque da política externa foram o alinhamento político-estratégico aos Estados Unidos — dentro da lógica da Guerra Fria — e o ativismo junto aos organismos econômicos internacionais e países industrializados. A partir de maio de 1958, uma combinação exitosa dessas duas orientações teria o conjunto das repúblicas americanas como sujeito e objeto, numa renovação da chamada *barganha nacionalista* de Vargas, agora mais convergente com os interesses regionais. Trata-se da política levada a termo a partir do lançamento da proposta de criação da Operação Pan-Americana (OPA). Após o desastre da visita de boa vontade do então vice-presidente norte-americano, Richard Nixon, a Lima e a Caracas, recebida com ruidosas manifestações populares antiamericanas, JK escreveu ao presidente Dwight Eisenhower (1953-1961). Em sua essência, a proposta da OPA, sugerida na carta, defendia a concessão de um aporte de recursos norte-americanos com vistas à viabilização do desenvolvimento da região. Para tanto, era necessária uma revisão da política externa norte-americana para o continente, que deveria se traduzir em investimentos públicos, assistência técnica, proteção aos preços de matérias-primas de exportação da América Latina, entre outras.

Na esteira do pensamento cepalino, tratava-se do reconhecimento das semelhanças e necessidades comuns da região e das possibilidades de ação coletiva para atendê-las. Além disso, a OPA era uma crítica à política de *negligência benigna* (Child apud Moura, 1991a:28) que Washington implementava para a América Latina sem, entretanto, chegar a questionar sua liderança política e ideológica do mundo ocidental. Ao contrário, o eixo da proposta de revisão das relações interamericanas mantinha o combate ao comunismo como meta. A diferença é que agora era o subdesenvolvimento a fonte de instabilidade política, o que, por sua vez, deixava a região vulnerável à ação comunista internacional. A fim de combater essa ameaça, era preciso captar recursos públicos em larga escala para o financiamento de projetos de desenvolvimento econômico, numa espécie de Plano Marshall para a América Latina.



Fotógrafo não identificado
O general Eisenhower, Juscelino Kubitschek (centro) e Vernon Walters
GELATINA/PRATA, RIO DE JANEIRO, FEVEREIRO DE 1960
ACERVO ICONOGRAPHIA

As resistências iniciais do governo de Washington a esta proposta arrefeceram diante do forte apoio com que foi recebida pelo conjunto das repúblicas americanas. No entanto, como uma estratégia para romper a unidade político-econômica que ela produziu, Washington conseguiu dividir as discussões em dois âmbitos — um de natureza econômica, outro de natureza político-diplomática. Com essa estratégia, levou o debate para o foro da OEA, afastando a Cepal, fonte de pensamento mais autônomo e de

defesa dos interesses regionais, do processo de decisão (Moura, 1991a:33).
Por fim, foi criado, em 1959, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), responsável pela concessão de empréstimos e financiamento de projetos de desenvolvimento e cooperação técnica na América Latina. Mesmo que, de fato, a criação desse banco não tenha sido *stricto sensu* uma vitória da OPA, sua existência terminou por estar associada a essa iniciativa (Hirst e Pinheiro, 2002:51). Ainda assim, a OPA tornou-se um divisor de águas na política externa dos países da região ao promover, pela primeira vez, sua ação coordenada. Para o Brasil, em particular, a OPA significou uma experiência estratégica para a adoção de uma identidade latino-americana e um investimento na formulação de uma política específica para a região, com dupla vantagem: a de ter promovido internacionalmente o país, e o colocado numa posição de destaque entre as demais nações latino-americanas.

Mas as ações coletivas regionais não se restringiram aos Estados Unidos e às políticas inspiradas pela ideologia da Guerra Fria. Uma agenda própria de negociações intrarregionais se desenhou, como as conversações para a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc), que finalmente ocorreu em fevereiro de 1960 com a assinatura do Tratado de Montevidéu reunindo Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai. De fato, essa proposta seguia a linha inaugurada por Perón — forte defensor de uma política integracionista —, que, no passado, fora recebida com desconfiança pelo Brasil.

A assinatura do tratado objetivava a constituição de um mercado comum regional a partir da conformação de uma zona de livre comércio, em um prazo de 12 anos. O fato de os mercados na região serem ainda em grande parte concorrentes entre si terminou por inviabilizar os planos da Alalc, apesar dos indiscutíveis méritos da iniciativa e da já transformada base industrial de diversos países graças ao aprofundamento do modelo de industrialização por substituição de importações. Ainda assim, a associação logrou um crescimento expressivo do comércio intrarregional em seus primeiros anos. O apoio brasileiro à proposta significou o retorno de ideias que, perdedoras durante o segundo governo Vargas, retornaram com força para materializar a política de integração regional. Acima de tudo, porém, a criação da Alalc representou a primeira iniciativa em direção à ideia do regionalismo econômico como uma estratégia coletiva de desenvolvimento (Hirst e Pinheiro, 2002:66).

Outro importante nicho de cooperação entre os países da região, ainda pouco explorado pela literatura especializada em relações internacionais, encontra-se no campo da saúde pública. Especialistas em história da saúde

 vêm demonstrando que a adesão dos governos latino-americanos às campanhas de erradicação de insetos (como o *Aedes aegypti*), ou de controle de doenças contagiosas (como a febre aftosa), teve um impacto expressivo na defesa dos interesses latino-americanos em organismos internacionais como a Organização Pan-Americana da Saúde, entre o final dos anos 1940 e início dos anos 1960 (Cueto, 2007). Embora a natureza dessas iniciativas não nos permita caracterizá-las como pertencentes ao terreno da diplomacia *strito sensu*, defendemos que devem ser pensadas como parte da agenda internacional dos países promotores. O potencial de aproximação e de construção de confiança que iniciativas como essas tiveram e ainda têm sobre os relacionamentos com outros países não deve ser menosprezado sob o argumento de que, por sua natureza, não integram o rol das políticas externas.

Para além dessas iniciativas multilaterais, as relações do Brasil com a região também se deram por meio de acordos bilaterais. Destacam-se nesse particular os chamados Acordos de Roboré, assinados com a Bolívia em 1958. Por terem sido firmados por notas reversais, normalmente utilizadas para firmar entendimentos de natureza meramente administrativa ou para alterar ou interpretar cláusulas de atos já concluídos e, desta forma, não sujeitas a ratificação posterior pelo sistema político doméstico de cada país, Brasília e La Paz conseguiram contornar a necessidade de aprovação legislativa e, portanto, uma eventual oposição, e acertaram iniciativas para a exploração do petróleo boliviano, a construção de conexões ferroviárias, além de trocas econômicas diversas.

É também digna de nota a presença do Paraguai na agenda diplomática de JK, principalmente se levarmos em conta a diferença entre os regimes de governo dos dois países. Enquanto no Brasil o regime democrático se consolidava, no país vizinho, medidas de repressão e exceção política se tornavam a cada dia mais frequentes e de maior alcance. Buscando atender interesses recíprocos com vistas ao desenvolvimento econômico e a segurança regional, os governos Stroessner (1954-1989) e JK assinaram inúmeros acordos econômicos, estabeleceram expressiva colaboração militar, além de projetos de ligações rodoviárias, ferroviárias e fluviais entre os dois países (Hirst e Pinheiro, 2002:49-50).

Mas foi sem dúvida a parceria estabelecida entre JK e o presidente argentino Arturo Frondizi (1958-1962) o maior destaque das relações bilaterais do Brasil na região latino-americana. Essa aproximação representou um divisor de águas e procurou ir além da "orientação cooperativa" de outrora. Em outras palavras, passado o período em que, apesar das semelhanças entre os governos Vargas e Perón, não fora possível criar laços mais fortes, em grande

parte devido a resistências internas no Brasil, abriu-se uma nova janela de oportunidades para a construção de uma parceria. Desta feita, porém, mais que sugerir possibilidades de cooperação, como na década de 1930, tratava-se de buscar uma aproximação calcada em compromissos mais fortes. Em 1959, os chanceleres dos dois países acertaram, na cidade de Buenos Aires, a realização de consultas recíprocas prévias sobre assuntos internacionais de interesse comum (Hirst e Pinheiro, 2002:46). Deve-se sublinhar que essa reaproximação entre Rio de Janeiro e Buenos Aires não só promoveu maior cooperação econômica entre ambos os lados, como também foi em grande parte responsável por abrir o caminho para o estabelecimento da Alalc. Entretanto, a queda do governo Frondizi, em 1962, interrompeu a crescente convergência de posições entre Brasil e Argentina que, como veremos, alcançou seu ápice em Punta del Este quando, junto a outros quatro países latino-americanos — Bolívia, Chile, Equador e México —, Brasil e Argentina se posicionaram a favor da manutenção de Cuba no sistema interamericano.

Um balanço desse período de quinze anos mostra que, pela primeira vez no século XX, a América Latina ganhara espaço de destaque na agenda da política externa brasileira, resultando numa atuação gerada pelo "interesse em criar uma dinâmica própria de entendimento com os países da área, de forma a aprofundar a identificação do Brasil com seus vizinhos a partir da agenda do desenvolvimento, que ao mesmo tempo melhorasse suas bases de projeção sobre a região" (Hirst e Pinheiro, 2002:45). Ainda que fosse inevitável — e, em alguns casos, desejável — a definição de posicionamentos bilaterais e multilaterais, foi crescente o alinhamento do Brasil junto a seus pares regionais a partir da demanda comum por desenvolvimento econômico. Nos anos seguintes — até que o golpe de 1964 interrompesse esse processo —, o Brasil se relacionaria com o coletivo latino-americano como uma de suas partes integrantes. Ao mesmo tempo, porém, a América Latina deixaria de ser vista apenas como um espaço geográfico singular em suas características políticas, econômicas e sociais e passaria a fazer parte do rol dos países em desenvolvimento.

1961-1964: O BRASIL NA AMÉRICA LATINA E A AMÉRICA LATINA NO TERCEIRO MUNDO

Com a vitória de Jânio Quadros (1961) nas eleições presidenciais de 1960, as críticas às supostas vantagens do a linhamento aos Estados Unidos, ainda dispersas e fragmentadas em distintos aspectos da agenda política

 externa, se reuniriam em torno de uma nova proposta de inserção internacional para o país. Dava-se início à chamada Política Externa Independente (PEI). Concebida como uma alternativa à linha política pretérita, a PEI contrapunha a tese de que a maior aproximação a Washington elevaria os recursos de poder do país junto àquela que elegia a diversificação das relações exteriores do Brasil como condição para o aumento do seu poder de barganha no mundo, inclusive junto aos Estados Unidos. Embora tenha vigorado por um breve intervalo de tempo, a PEI pode ser dividida em duas fases: na primeira, suas principais marcas foram a busca pela preservação da paz e a tentativa de aumentar o poder de barganha do Brasil por meio de uma postura de neutralidade no bojo do Movimento dos Não Alinhados; na segunda fase, procurou se dissociar da Guerra Fria e sublinhou a questão do desenvolvimento como eixo fundamental de definição da posição internacional do país. Em outras palavras, a disputa Leste-Oeste cedeu lugar ao conflito Norte-Sul como principal diretriz da política externa brasileira.

Nesse período, ainda que as diretrizes da diplomacia brasileira para a região tivessem como base a busca por desenvolvimento nos marcos do pensamento cepalino (e, deste modo, fosse tributária da identificação de problemas comuns e da possibilidade de ação coletiva), a pretensão brasileira de alargar seus contatos internacionais fez com que a América Latina se tornasse um entre outros elementos e não mais a plataforma por excelência a partir da qual se definia a atuação internacional do país. Com essa nova estratégia, os vínculos brasileiros com a região não se fortaleceram (embora também não tenham se enfraquecido). Em outras palavras, a condição latino-americana do Brasil passou a ser parte de outro conjunto — o Terceiro Mundo — e uma nova dicotomia — Norte-Sul — veio conformar as escolhas e estratégias diplomáticas.

Por outro lado, o estreitamento das relações do Brasil com os países da região não chegou a ser interrompido, em particular com a Argentina. Sob a chancelaria de Afonso Arinos de Melo Franco (1961), os dois deram mais um passo em direção à construção de uma forte parceria no chamado Encontro de Uruguaiana, em abril de 1961. Na ocasião, Quadros e Frondizi assinaram o Convênio de Amizade e Consulta que, aberto à adesão de outros países, visava à construção de confiança entre ambos, maior cooperação econômica, financeira, judiciária e cultural, além da possibilidade de empreenderem ações comuns na solução de problemas internacionais. Com a chegada do intelectual e político do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Francisco de San Thiago Dantas, ao posto de ministro do Exterior (1961/1962) na administração parlamentarista de João Goulart, esse relacionamento seria incentivado com



Fotógrafo não identificado
Jânio Quadros (centro) no dia de sua posse ao lado de Juscelino Kubitschek
GELATINA/PRATA, RIO DE JANEIRO, 31 DE JANEIRO DE 1960
ACERVO ICONOGRAPHIA

base na sua percepção de que as semelhanças entre os projetos políticos nacionais — "baseados no trinômio democracia, desenvolvimento, justiça social" — e internacionais dos dois governos favoreciam uma maior aproximação. E essa não deveria ser apenas de natureza econômica, mas também cultural e científica. Além disso, Dantas vislumbrava "um mercado comum entre Brasil e Argentina como o núcleo de um futuro mercado regional, ao qual se somariam os demais países latino-americanos" (Silva, 1995:112-113).

 Outro parceiro que ganhou relevância na agenda política brasileira nesse período foi o México. Afinidades políticas e econômicas e a busca por uma posição mais independente no sistema internacional — a cada dia mais difícil em vista do fechamento do cerco imposto pela chegada da Guerra Fria na América Latina com a Revolução Cubana (1959) —, estimularam visitas presidenciais e ações conjuntas como a participação de Brasil e México na qualidade de representantes da América Latina na Conferência sobre Desarmamento em Genebra, em 1962 (Vizentini, 1995:251-253).

Mas foram as reações do Brasil à Revolução Cubana e aos seus desdobramentos no sistema interamericano que melhor ilustram o modo brasileiro de agir como país latino-americano e em defesa desse coletivo. As duas conferências de Punta del Este (1961 e 1962) foram, na prática, tentativas por parte do governo norte-americano de oferecer uma resposta econômica e política à questão cubana. Na primeira, o projeto de Operação Pan-Americana transformou-se na Aliança para o Progresso, uma proposta estadunidense de reforma da estrutura social latino-americana com vistas à redução da desigualdade social e promoção da liberdade política, como um antídoto ao precedente cubano. Na segunda conferência (1962), com o resoluto apoio colombiano, Washington procurou retirar Cuba do sistema político interamericano representado pela OEA. Enquanto a primeira proposta recebeu do Brasil e demais integrantes da comunidade latino-americana calorosa acolhida, a segunda gerou forte divisão na comunidade. Quatorze países se alinharam aos Estados Unidos em seu projeto de isolar o regime de Fidel Castro. Entretanto, uma minoria constituída pelos três maiores países da região — Argentina, Brasil e México —, juntamente com outros três países menores, mas igualmente democráticos e, por isso, com forte legitimidade — Chile, Bolívia e Equador —, se oporiam fortemente ao que consideravam um grave precedente de violação do princípio de não intervenção.

O posicionamento do Brasil era coerente com duas atitudes já tomadas. A primeira, quando condenara os ataques de exilados anticastristas à baía dos Porcos (abril de 1961), vistos como uma tentativa de intervenção nos assuntos internos de Havana. E a segunda, quando o então presidente Jânio Quadros condecorara Ernesto Che Guevara, então ministro da Economia de Cuba, com a mais importante comenda do governo brasileiro, a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul, em sua passagem pelo país. Assim, em janeiro de 1962, por ocasião da VIII Reunião de Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, o Brasil juntou-se aos outros cinco países e absteve-se na votação final que declarou a incompatibilidade do



Fotógrafo não identificado

Jânio Quadros e Fidel Castro

GELATINA/PRATA, CUBA, 1961

ACERVO ICONOGRAPHIA



Fotógrafo não identificado
O presidente João Goulart e o embaixador Lincoln Gordon, no palácio das Laranjeiras

GELATINA/PRATA, RIO DE JANEIRO, 12 DE OUTUBRO DE 1961

ACERVO ICONOGRAPHIA

comunismo com os princípios americanos e suspendeu Cuba da Junta Interamericana de Defesa (JID) e da OEA.

Na ocasião, a tese defendida pelo Brasil era a da "finlandização" de Cuba, por meio de acordos de obrigações negativas. Ou seja, deviam-se negociar medidas que tanto evitassem a adesão de Havana ao bloco soviético quanto impedissem uma intervenção de Washington, transformando a ilha em Estado neutro, em moldes semelhantes à Finlândia que, situada exatamente entre o bloco comunista e capitalista, declarou-se um país neutro perante o

conflito Leste-Oeste. Poucos meses depois, entretanto, com a descoberta da instalação de mísseis soviéticos em território cubano, episódio conhecido como a Crise dos Mísseis (outubro de 1962), essa tese caiu por terra. Por ocasião da reunião da OEA para discutir a questão, embora o Brasil tenha votado favoravelmente à resolução que previa medidas de promoção da segurança interamericana, não assentiu a outro projeto que autorizava o emprego de forças militares em uma eventual intervenção em Cuba (Vizentini, 1995:258).

Antes que o golpe de 1964 derrubasse o governo de João Goulart (1961-1964) e mudasse o rumo da política externa brasileira, reduzindo a América Latina a uma questão de segurança na agenda diplomática do país, a busca por desenvolvimento autônomo novamente uniria o Brasil às chancelarias latino-americanas. Numa reunião da Cepal com vistas à preparação da Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad, na sigla em inglês) que seria realizada no ano seguinte em Genebra, o Brasil e a América Latina puderam "unir seu pensamento e franquear ao órgão multilateral universal suas concepções de uma ordem internacional que [se] pretendia desvinculada do conflito geopolítico e aberta ao diálogo e à cooperação para o desenvolvimento" (Cervo, 2001:108). Essa foi a marca característica da política latino-americana do Brasil no período da Política Externa Independente: a busca por manter e mesmo estreitar os vínculos políticos e econômicos com a região, apesar das crescentes restrições. Os anos que se seguiram contariam uma longa e tortuosa história de relacionamento com os países da região, permeada por rivalidades e desconfianças recíprocas até que novamente o Brasil se dispusesse, no início da década de 1980, a adotar uma política externa de reaproximação com a América Latina.

AMÉRICA LATINA, AMÉRICA DO SUL, SUL GLOBAL

Para concluir, é importante ressaltar a linha interpretativa que costura este ensaio sobre a relação do Brasil com os países latino-americanos entre 1930 e 1964. A geografia e, mais ainda, a geopolítica são, em grande parte, resultado de uma construção política. Nesse sentido, a América Latina nunca foi uma contingência, mas sim uma escolha. E uma escolha eminentemente política. Por essa razão, não compartilho da tese de que em algum momento teria havido uma espécie de reencontro ou um resgate da identidade latino-americana na política empreendida pelo Brasil. Ela foi, sim, construída. E mesmo que a construção da América Latina tenha

 sido em seus primórdios mais exógena que endógena, ela foi, posteriormente, reconfigurada por dentro. Foram a reflexão e a prática autóctone que transformaram em algo coletivo o que em seus primórdios se definia mais pela alteridade aos Estados Unidos do que pela semelhança entre seus constituintes, num processo de construção de identidade fundamentado nos aspectos comuns em detrimento das diferenças. Estas, mesmo reais, foram deixadas de lado em nome de um projeto comum de atuação mais independente e questionadora do *status quo* regional e internacional. Sua existência foi breve, mas deixou marcas indeléveis na política externa brasileira. Assim, apesar de ter ocorrido de fora para dentro, faltando-lhe, deste modo, uma legitimidade de origem, por assim dizer, questões comuns relacionadas ao desenvolvimento desses países permitiram e mesmo estimularam sua reconfiguração. Um processo, enfim, de legitimação *a posteriori* pelas semelhanças e pela demanda comum por desenvolvimento. Nos dias de hoje, essa demanda coletiva permanece, mas agora sob outras bandeiras: as noções de América Latina e Terceiro Mundo já não são suficientes.

As semelhanças e diferenças que promovem ou obstaculizam o desenvolvimento não encontram mais lugar na dicotomia América do Norte — leia-se Estados Unidos — e América Latina; nem na defasagem entre Primeiro e Terceiro Mundo; muito menos na divisão Leste e Oeste. Hoje, é a América do Sul que, no escopo regional, destaca-se na agenda da política externa brasileira como polo aglutinador de interesses e oportunidades, este por sua vez parte do chamado Sul Global que, reunindo países da África, Ásia, América do Sul, América Central e Caribe, permite distintas e variadas possibilidades de coalizões em busca do desenvolvimento econômico e sociocultural.

BIBLIOGRAFIA

BERTONHA, João Fábio. O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922-1943. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 40, n. 2, p. 106-130, 1997.

BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de "América Latina" em perspectiva histórica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Cpdoc/FGV, v. 22, n. 44, p. 289-321, jul./dez. 2009.

CERVO, Amado. *Relações internacionais da América Latina*: velhos e novos paradigmas. Brasília: Ibri, 2001.

CUETO, Marcos. *O valor da saúde*: história da Organização Pan-Americana da Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

CUNHA, Vasco Leitão. *Diplomacia em alto-mar*: depoimento ao Cpdoc. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

GARCIA VARGAS, Eugênio. *Cronología de las relaciones internacionales de Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

HERZ, Monica; NOGUEIRA, João Pontes. *Ecuador* vs. *Peru*: Peacemaking Amid Rivalry. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2002.

HIRST, Monica. A política externa do segundo governo Vargas. In: ALBUQUERQUE, José A. Guilhon (Org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*: crescimento, modernização e política externa. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1996. v. 1, p. 211-230.

______; PINHEIRO, Leticia. A política externa brasileira entre a Guerra Fria e o desenvolvimentismo: Horácio Lafer — 1959/1961. In: LAFER, Celso; CARDIM, Carlos Henrique (Org.). *Horácio Lafer*: democracia, desenvolvimento e política externa. Brasília: Funag/Ipri, 2002. p. 35-71.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência*: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

______. Avanços e recuos: a política exterior de JK. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV, 1991a.

______. *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo: Contexto, 1991b.

______. *Sucessos e ilusões*. Rio de Janeiro: FGV, 1991c.

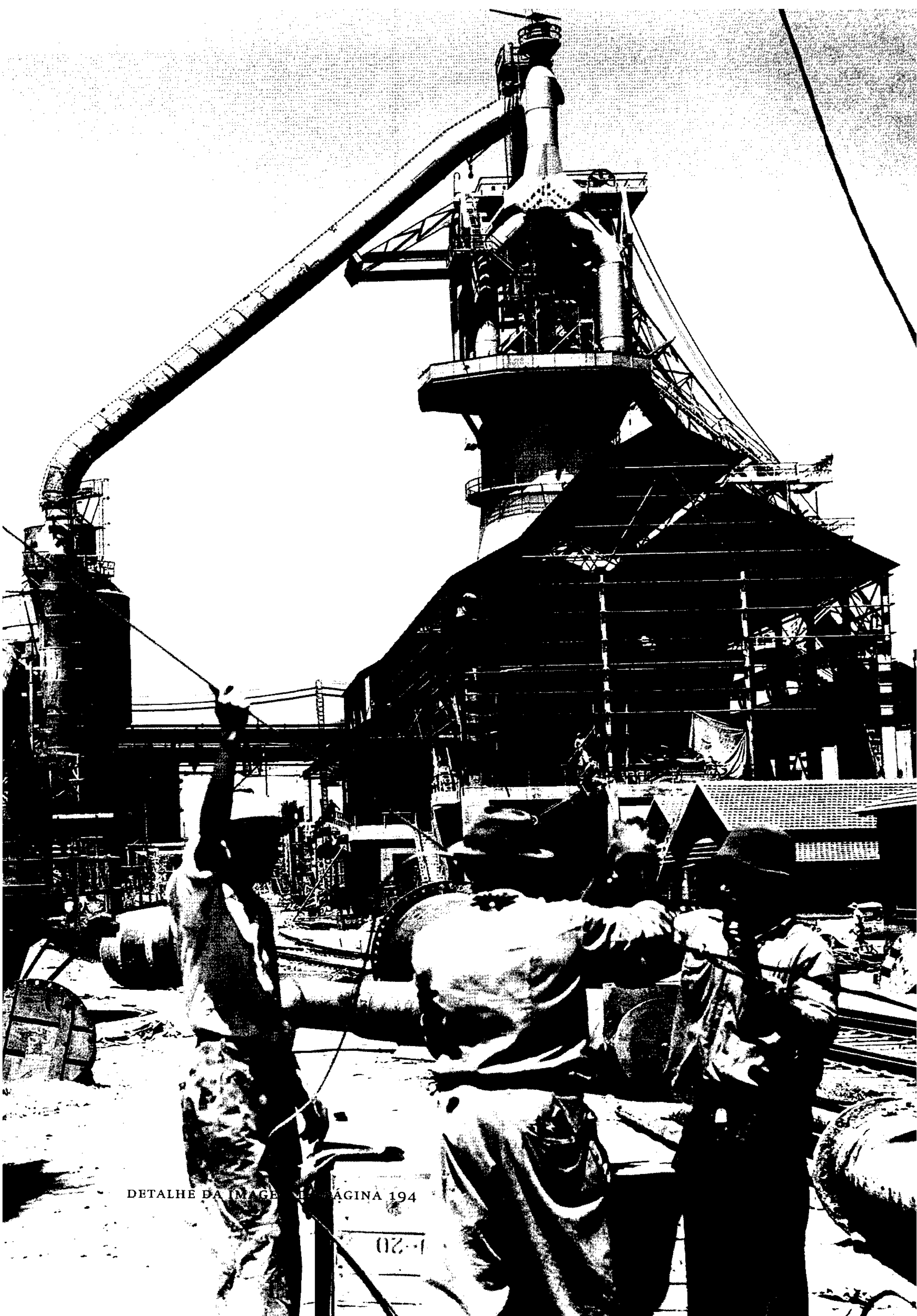
______. A segurança coletiva continental: o sistema interamericano, o Tiar e a Guerra Fria. In: ALBUQUERQUE, José A. Guilhon (Org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*: crescimento, modernização e política externa. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1996. v. 1, p. 161-172.

RICUPERO, Rubens. *Visões do Brasil*: ensaios sobre a história e a inserção internacional do Brasil. São Paulo: Record, 1995.

SEITENFUS, Ricardo A. Silva. O Brasil e III Reich, 1933-1939. In: KAHLE, Günter; PIETSCHMANN, Horst (Org.). *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*. Colônia: Böhlau Verlag, 1988. v. 25, p. 273-290.

SILVA, Alexandra de Mello. O Brasil no continente e no mundo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Cpdoc/FGV, v. 8, n. 15, p. 95-118, 1995.

VIZENTINI, Paulo. *Relações internacionais e desenvolvimento*: o nacionalismo e a política externa independente, 1951-1964. Petrópolis: Vozes, 1995.



DETALHE DA IMAGEM DA PÁGINA 194

PARTE **4**

MARCELO DE PAIVA ABREU
O PROCESSO ECONÔMICO

ESTADO, INDUSTRIALIZAÇÃO E NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO

Este texto abarca um longo período marcado por três golpes de Estado. O primeiro golpe, em 1930, determinou o fim da Primeira República e o início de um período de quinze anos de preeminência política de Getúlio Vargas, inicialmente como chefe do Governo Provisório, depois como presidente eleito indiretamente de acordo com as regras da Constituição de 1934 e, finalmente, a partir de novembro de 1937, como ditador, à frente do Estado Novo. Em 1945, por meio de outro golpe, Vargas foi deposto da chefia do Estado, tendo início a Terceira República. Esta se encerraria com novo golpe, em 1964, iniciando-se então um período de ditadura militar, que sobreviveria até meados da década de 1980.

O capítulo está dividido em duas grandes partes. A primeira, que se estende de 1930 até 1942, é marcada pelas dificuldades acarretadas pelo grande choque da depressão mundial, pela retomada após 1933, revertida com a crise norte-americana de 1937, e pelas dificuldades associadas ao início da Segunda Guerra Mundial. Na esteira da crise, aumentou consideravelmente o peso do Estado na economia: continuou a intervenção na política cafeeira — embora transferida do controle paulista para o controle do governo federal — e multiplicaram-se as iniciativas estatais no domínio da economia, inicialmente com ênfase no terreno normativo. Só a partir do final dos anos 1930 começou a ganhar corpo o Estado produtor de bens e serviços, em muitos casos, por meio de sociedades de economia mista, das quais o governo federal era acionista majoritário. A crise externa acarretou forte desvalorização cambial que, conjugada à modesta redução do nível de atividade econômica e ao controle de importações em muitos

momentos na década de 1930, gerou forte reorientação da demanda em benefício de produtores domésticos em concorrência com importações. A partir de 1930, ganhou raízes mais profundas um modelo que já se podia vislumbrar, em versão mais branda, durante a Primeira República, calcado em intervenção estatal e alta proteção à produção nacional. Optar pelo término desta parte no final de 1942, em discrepância com a cronologia política habitual, que escolheria 1945, é menos exótico do que poderia parecer à primeira vista. A partir de 1942, a economia brasileira se expandiu continuamente até 1962 a uma taxa anual da ordem de 7%, o melhor desempenho conseguido até então.

A segunda parte do capítulo tem início em 1943, com o *boom* de crescimento que caracterizou o período final da Segunda Guerra Mundial, acompanhado de pressões inflacionárias que se tornariam crônicas até o golpe militar e além. Na raiz do problema inflacionário, ao final da guerra, estavam as restrições às importações, combinadas ao bom desempenho das exportações e à deterioração das contas públicas, com o aumento de despesas dos ministérios militares associadas à guerra. A fragilidade das contas públicas permaneceria por todo o período entre 1943 e 1964, em um quadro em que o governo só podia endividar-se por meio de empréstimos compulsórios, pois estava impedido de oferecer rentabilidade de papéis públicos superior aos 12% anuais fixados pela legislação sobre a usura. Outra restrição econômica importante foi o medíocre desempenho das exportações brasileiras, especialmente depois que começaram a cair os altos preços do café alcançados no início da década de 1950. O pico das exportações ocorrido em 1951 — 1.771 milhões de dólares — só seria alcançado de novo em 1968. Embora o problema tenha sido parcialmente contornado, na segunda metade da década de 1950, pela atração de investimento direto estrangeiro, essa política não pôde ser sustentada no início da década seguinte, em vista da deterioração do quadro macroeconômico.

Em 1963, último ano do regime democrático sob a vigência plena da Constituição de 1946, a economia enfrentou forte crise, com estagnação do nível de atividade, acelerada deterioração das contas públicas e aceleração da inflação. Foi a primeira queda significativa da renda *per capita* — da ordem de 2,4% — desde o início da década de 1940.

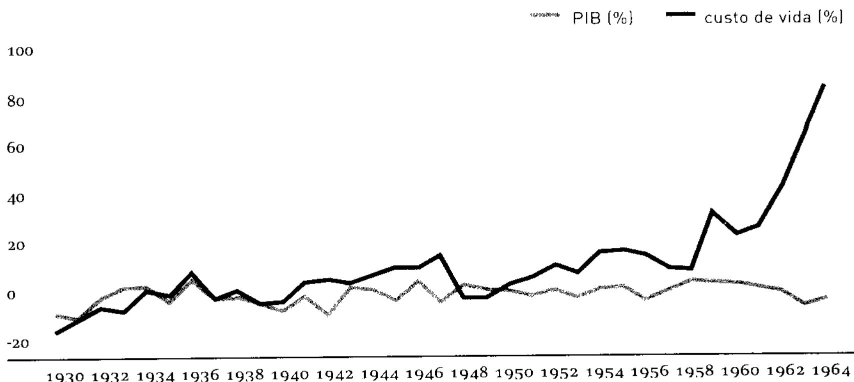
CRISE ECONÔMICA, INTERVENÇÃO DO ESTADO E PROTEÇÃO À ECONOMIA NACIONAL: DE 1930 A 1942

1930-1931: A CRISE ECONÔMICA CHEGA AO BRASIL

Em 1926, o Brasil voltou a adotar o padrão ouro, rebatizado de *gold exchange standard*, sendo criada uma Caixa de Estabilização que emitia notas integralmente lastreadas em divisas ou ouro e que conviviam com as notas inconversíveis, a exemplo do que havia ocorrido entre 1907 e 1914 durante a existência da Caixa de Conversão. A "valorização" do café era operada por instituições estaduais paulistas: o Instituto de Defesa do Café e o Banco do Estado de São Paulo. A partir de meados de 1928, o Brasil começou a sofrer expressivo choque externo. A política monetária restritiva dos Estados Unidos, justificada pela tentativa de controlar a bolha que se formava em Wall Street, acarretou a interrupção dos significativos fluxos de capital iniciados em 1926. As dificuldades de obtenção de recursos para a sustentação dos preços do café, somadas à queda do nível de atividade na economia mundial, levaram à queda espetacular dos preços do produto a partir do final de 1929: em 1932, estavam em nível da ordem de um terço do patamar de 1929. A queda das exportações foi brutal, pois, em 1929, o café respondia por mais de 70% das exportações totais brasileiras (Abreu, 1999). O gráfico a seguir registra as taxas anuais de variação do PIB e do custo de vida no Rio de Janeiro entre 1930 e 1964.

PIB E CUSTO DE VIDA NO RIO DE JANEIRO 1930-1964

TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO [%]



Fonte: IBGE, 1990.



A NOITE
Supplemento
SECÇÃO DE ROTOGRAVURA

ANNO I — RIO DE JANEIRO, 26 DE NOVEMBRO DE 1930 — NUMERO 34



O ex-presidente Washington Luis, ao deixar o forte de Copacabana a caminho do exilio

Fotógrafo não identificado

Revolução de 30 — Washington Luís a caminho do exílio

Foto publicada em suplemento de *A Noite* de 26 de novembro de 1930

ACERVO ICONOGRAPHIA



Fotógrafo não identificado
Queima de café em Santos
GELATINA/PRATA, SANTOS, SP, 1931
ACERVO ICONOGRAPHIA

A resposta do governo Washington Luís à crise foi "esperar para ver". Manteve em operação a Caixa de Conversão — ou seja, a conversibilidade do mil-réis à taxa cambial fixa — e as importações livres; continuou a pagar o serviço da dívida externa, não interferindo no colapso da valorização do café, administrada pelo estado de São Paulo. Em agosto de 1930, as reservas da Caixa de Estabilização haviam se esgotado e o governo começou a adotar expedientes protelatórios, tentando evitar a mudança explícita para um regime cambial baseado em intervenção estatal, mas a desvalorização cambial foi expressiva.

Depois da vitória da Revolução de 1930, durante o primeiro ano do Governo Provisório, na gestão de José Maria Whitaker no Ministério da

 Fazenda, insistiu-se na ênfase ao "esperar para ver", política que persistiu até a decisão britânica de abandonar o padrão ouro, em setembro de 1931. Durante a gestão Whitaker, continuou a ser pago o serviço da dívida externa, foram decretadas diversas moratórias — o que afetou compromissos comerciais internos e externos — e não houve decisão explícita quanto ao regime cambial que vigoraria em substituição ao padrão ouro. O governo promoveu diversas operações de escambo comercial, tanto com a Alemanha quanto com os Estados Unidos. Um último grande empréstimo externo, o Brazilian Coffee Realization Loan, foi lançado, em 1930, pelo governo de São Paulo e permitiu a consolidação de empréstimos de curto prazo, relacionados à valorização paulista. A principal decisão quanto à política cafeeira foi a de comprar o estoque existente de café sem se comprometer com a nova safra, que sofreria duramente com a queda de preços.

Ainda durante a gestão Whitaker, o Brasil foi visitado pela missão financeira chefiada por *sir* Otto Niemeyer, alto funcionário do Banco da Inglaterra. A visita havia sido aventada por Júlio Prestes com os banqueiros N. M. Rothschild & Sons em sua viagem como presidente eleito, após maio de 1930. O principal interesse brasileiro na vinda de Niemeyer era a obtenção de um empréstimo externo que aliviasse a aguda escassez de divisas enfrentada em 1930/1931. Niemeyer recomendou, em julho de 1931, que fosse criado um banco central independente e que o Brasil voltasse ao padrão ouro. Para que isso fosse possível, aconselhou o lançamento de um empréstimo de 16 milhões de libras esterlinas em Londres. As propostas eram irrealistas e, menos de dois meses após a publicação de seu relatório, a Grã-Bretanha abandonou o padrão ouro.

1931-1933: A NOVA POLÍTICA ECONÔMICA COM OSWALDO ARANHA NO MINISTÉRIO DA FAZENDA

Em novembro de 1931, o paulista Whitaker foi substituído pelo gaúcho Oswaldo Aranha na chefia do Ministério da Fazenda e a política econômica sofreu importante guinada, fruto do reconhecimento de que o endividamento externo não era a solução. Foi formalizado um regime de taxa cambial única, sobrevalorizada, combinada com o controle de importações operado pelo Banco do Brasil, que tinha a função de racionar divisas com base em critérios de essencialidade. A racionalização, para que se evitasse uma desvalorização ainda maior do que a ocorrida — de 55% (taxa mil-réis/libra) entre 1929 e 1931 —, envolvia temores fiscais, em vista do impacto



Fotógrafo não identificado
Oswaldo Aranha em sua mesa de trabalho quando ministro da Fazenda
GELATINA/PRATA, RIO DE JANEIRO, 1932
ACERVO CPDOC/FGV

produzido por tal desvalorização sobre os gastos do governo indexados ao câmbio. E também havia a percepção de que a maior desvalorização envolveria um incentivo adicional à desova dos estoques de café e o agravamento da queda dos preços mundiais do produto, dada a posição dominante do Brasil no mercado (Gudin, 1933).

O serviço da dívida externa federal foi objeto de um *funding-loan* que vigorou de 1931 a 1934, com diversas características similares às de seus predecessores, de 1898 e 1914. Durante três anos houve o refinanciamento automático de juros da maioria dos empréstimos por meio da emissão

 de novos títulos — valor total de 18,3 milhões de libras esterlinas — e as amortizações seriam suspensas. Apenas o serviço dos três *fundings* seria mantido de acordo com as condições contratuais. O serviço da dívida externa (incluindo as dívidas estaduais e municipais não cobertas pelo *funding*) foi reduzido de 24 milhões de libras esterlinas anuais para 12 milhões de libras esterlinas.

No final de 1931, a responsabilidade pela política cafeeira passou das instituições paulistas para um órgão federal que mudou de nome várias vezes até consolidar-se como Departamento Nacional do Café. Feito o diagnóstico de excesso de produção e de descompasso estrutural entre demanda mundial e produção, o governo passou a adquirir as sucessivas safras de café, destinando 30% à estocagem, 30% às exportações e 40% à chamada "quota de sacrifício", correspondente ao café a ser imediatamente destruído. Entre 1932 e 1943 foram destruídas mais de 75 milhões de sacas de café, quase o triplo do consumo mundial em um ano representativo. Para viabilizar as compras do produto, o governo utilizava a taxação sobre as exportações de café e também transferia recursos orçamentários.

A ocorrência de déficits do governo federal é que deu origem à interpretação de Celso Furtado (1959) de que o Governo Provisório teria adotado políticas macroeconômicas inconscientemente keynesianas. Houve intensa controvérsia na literatura sobre o alegado keynesianismo do Governo Provisório, com Carlos Manuel Peláez (1971) insistindo na interpretação de que a política macroeconômica teria sido, ao contrário, ortodoxa, pois os gastos com a política cafeeira haviam sido integralmente financiados pela taxação sobre o café, e que, a menos de circunstâncias excepcionais, o governo federal havia equilibrado o seu orçamento. Peláez ainda ressaltou que Vargas havia, repetidamente, externado apoio ao equilíbrio orçamentário, sendo a recuperação totalmente explicada pela própria recuperação da economia mundial. Simão Silber (1977) e Albert Fishlow (1972) mostraram que houve importantes transferências de recursos ao setor cafeeiro e que déficits públicos federais, bem significativos em alguns anos, decorreram de excesso de despesas efetivas sobre despesas *orçadas*, e não de erros quanto a estimativas de receita. Ficou claro também que o que Getúlio dizia não fazia: o discurso podia ser às vezes ortodoxo, mas a prática era heterodoxa. A política de controle de importações, somada à forte desvalorização cambial, foi importante para explicar o aumento do saldo da balança comercial e assegurou a reorientação da demanda para produtos domésticos, o que teve papel decisivo na retomada do nível de atividade após 1932.

Se isso, de fato, configurava um keynesianismo precoce, as láureas não cabem exclusivamente ao Governo Provisório, mas também a muitos outros governos, marcados pela geração sistemática de grandes déficits públicos. Um bom exemplo é o do governo de Epitácio Pessoa, que de 1919 a 1922 gerou déficits maciços, mas em vez de queimar o café, construiu numerosos açudes no Nordeste, embora não tenha se preocupado em regular a distribuição da água represada.

Em 1933, o governo federal, algo tardiamente e por certo com o intuito de apaziguar São Paulo após a derrota da Revolução Constitucionalista, procedeu ao resgate parcial das dívidas dos cafeicultores, por meio do programa de Reajustamento Econômico, que possibilitou a redução de 50% de seu endividamento e compensou os bancos com a entrega de títulos públicos. Estavam criadas as condições para a retomada do crescimento.

1933-1937: RECUPERAÇÃO ECONÔMICA EM MEIO ÀS RIVALIDADES ENTRE ESTADOS UNIDOS E ALEMANHA

A posse de Roosevelt na presidência dos Estados Unidos, em março de 1933, e as medidas econômicas que adotou, principalmente a quebra da paridade dólar-ouro, a instituição do seguro de depósitos bancários e, em menor medida, a política fiscal, permitiram a recuperação da economia mundial e a flexibilização das políticas intervencionistas adotadas pelo Brasil no auge da crise.

A política cambial brasileira gradualmente abandonou o controle cambial estrito e começou a tratar de forma diferenciada as exportações de produtos tradicionais — como o café — e de produtos não tradicionais. Depois de vários regimes envolvendo diversas modalidades de taxas múltiplas, foi adotado, a partir de 1935, um sistema que operava com base em duas taxas, a oficial e a "livre", sendo a taxa "livre" mais desvalorizada do que a oficial. Os importadores pagavam a taxa "livre" e os exportadores de café recebiam uma combinação linear de 35% da taxa "oficial" e 65% da taxa "livre". Os exportadores de produtos não tradicionais vendiam suas cambiais a taxas médias que correspondiam a uma ponderação menor da taxa "oficial", sendo portanto melhor remunerados do que os exportadores de produtos tradicionais. No caso extremo, os exportadores de produtos não tradicionais podiam, com a discrição do Banco do Brasil, ou seja, do agente do governo, ter suas receitas cambiais convertidas integralmente à taxa "livre". A ideia era extrair câmbio barato para pagamento das contas do governo, evitar pressões baixistas no

 mercado cafeeiro advindas de desvalorização cambial e, ao mesmo tempo, estimular as exportações não tradicionais.

Em diversas ocasiões, nos anos 1930, acumularam-se atrasados comerciais. Isto é, o valor das importações autorizadas pelo licenciamento do Banco do Brasil excedeu a disponibilidade de divisas geradas por exportações e outras fontes menos importantes, e a liquidação dos pagamentos devidos tornou-se impossível, dada a falta de cambiais à disposição do Banco do Brasil, a despeito do pagamento feito pelos importadores em moeda nacional. Na prática, isso correspondia a uma forma importante e recorrente de financiamento do déficit de balanço de pagamentos. Periodicamente, as autoridades brasileiras conduziram negociações com os países credores para permitir o pagamento de tais débitos, em geral contraindo empréstimos bancários de médio prazo.

Com a aproximação do término da vigência do terceiro *funding loan*, que ocorreria em 1934, tornou-se premente a decisão sobre o que fazer com a dívida externa. Havia insatisfação dos credores, que prefeririam receber mais *cash* e menos papel novo com liquidez duvidosa, e do devedor, que via o montante da dívida crescer rapidamente. Seguindo conselhos de *sir* Otto Niemeyer, que regressava de uma viagem à Argentina, onde havia feito recomendações para a criação de um banco central, o ministro Aranha propôs, em 1933, a classificação da dívida externa federal, estadual e municipal em oito categorias, de acordo com a qualidade de suas garantias. Os empréstimos mais bem classificados receberiam serviço integral; os classificados em seguida receberiam parte da amortização e dos juros contratuais; os menos bem classificados, nada de amortizações e pouco de juros. Os pagamentos parciais de juros faziam jus à quitação plena dos pagamentos devidos. Os pagamentos anuais previstos pelo "esquema Aranha", que teria vigência de quatro anos, eram da ordem de 8 milhões de libras esterlinas, cerca de um terço dos pagamentos que seriam requeridos pelo serviço integral da dívida externa, supondo cotações ao par.

Em 1934, o Congresso dos Estados Unidos aprovou o Reciprocal Trade Agreements Act, que abriu caminho para que o governo norte-americano pressionasse os parceiros comerciais com os quais tinha déficit comercial para que negociassem tratados comerciais que envolvessem redução recíproca de tarifas de importação. O Brasil negociou um tratado comercial em 1935 que implicou redução seletiva de tarifas. As tarifas brasileiras, entretanto, haviam sido aumentadas antes do início das negociações com os Estados Unidos, de modo que não houve liberalização expressiva no Brasil. A despeito disto, houve grande dificuldade no Congresso para

que o tratado fosse ratificado, em 1936, em meio à cerrada oposição dos interesses industriais paulistas que consideraram excessiva a abertura do mercado brasileiro.

A década de 1930 foi caracterizada por contrastes marcantes entre as políticas econômicas externas adotadas pelos principais parceiros econômicos do Brasil: Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha. Nos Estados Unidos, uma das respostas ao declínio do nível de atividade foi a aprovação da tarifa Smoot-Hawley, em 1930, que elevou a proteção medida pela tarifa *ad valorem* equivalente de 34,6% para 42,5%. Somada à retaliação dos parceiros, levou à contração do valor do comércio mundial de 3 bilhões de dólares para um bilhão de dólares entre janeiro de 1929 e março de 1933. Após considerar brevemente a adoção de políticas de cunho bilateral, o governo Roosevelt fez aprovar o Reciprocal Trade Agreements Act de 1934, que abria a possibilidade de redução tarifária de até 50%, através de negociações dos Estados Unidos com seus parceiros, visando a redução recíproca de tarifas. Além disso, os Estados Unidos comprometeram-se com o multilateralismo como pilar da sua política econômica externa e, consequentemente, ficaram impedidos de usar seu poder de barganha em países que tivessem déficit comercial estrutural.

John Williams, enviado pelo Federal Reserve de Nova York à América Latina em 1933-1934 para avaliar se os controles cambiais que proliferavam em todas as economias estavam prejudicando as exportações norte-americanas, fez recomendações para que os Estados Unidos se abstivessem de utilizar pressões bilaterais para tentar minorar os danos às suas exportações, que por serem em muitos casos de bens supérfluos, eram duramente atingidas por tais controles. A defesa norte-americana do multilateralismo pós-1934 protegeu o Brasil de pressões bilaterais por parte de Washington, baseadas no déficit comercial estrutural dos Estados Unidos com o Brasil.

A política comercial britânica abandonou claramente a adesão ao *laissez-faire* que datava de meados do século XIX. Aos aumentos tarifários depois de 1914 somou-se a decisão, na conferência de Ottawa em 1932, de retomar as preferências imperiais, em benefício das economias integrantes do Império. Embora o Brasil não fosse supridor importante do Reino Unido, outras economias latino-americanas que dependiam do mercado britânico, como a Argentina, fizeram concessões significativas para minimizar as consequências negativas de Ottawa. O contraste com a posição brasileira em relação aos Estados Unidos é marcante. A Argentina claramente perdeu graus de liberdade na condução de sua política econômica nos anos 1930, em decorrência do poder de barganha britânico, enquanto o Brasil,

 em grande medida, manteve margem de manobra, a despeito de, em tese, existir grande poder de barganha dos Estados Unidos.

A Alemanha teve pouca importância como parceiro financeiro do Brasil no período entreguerras, dada a sua condição de importadora de capitais nos anos 1920, na esteira das cláusulas referentes a reparações do Tratado de Versalhes. No terreno comercial, entretanto, o comércio teuto-brasileiro expandiu-se significativamente na década de 1930, especialmente após a adoção do Novo Plano de Hjalmar Schacht, em 1934, baseado na bilateralização do comércio alemão com a maioria das economias na América do Sul e no sul da Europa. O comércio bilateral, baseado em acordos de compensação — no caso brasileiro, entre o Banco do Brasil e o Reichsbank —, era conduzido tendo como meta o equilíbrio entre o valor das exportações brasileiras para a Alemanha e o valor das importações brasileiras da Alemanha. A receita gerada pelas exportações brasileiras era depositada no Reichsbank e todos os gastos brasileiros com importações eram liquidados com os fundos existentes nessa conta. O valor discricionariamente fixado da taxa cambial mil réis-marcos e a disponibilidade de marcos depositados em Berlim, contrastados à frequente acumulação de atrasados comerciais com os parceiros com os quais o Brasil negociava com base em moedas conversíveis, tornavam as importações provenientes da Alemanha especialmente atraentes.

Entre 1933 e 1939, a participação alemã nas exportações totais brasileiras aumentou de 8,1% para 19,1%, enquanto a dos Estados Unidos caiu de 46,7% para 34,3%, e a britânica manteve-se, *grosso modo*, em torno de 8%. As importações provenientes da Alemanha, levando-se em conta as distorções relativas aos marcos de compensação, aumentaram a sua participação de 12% para 20%, enquanto as importações norte-americanas mantinham-se em torno de 21-24% do total e as britânicas caíam de 19,4% para 10,9%. Enquanto as importações alemãs de bens de consumo durável substituíam as importações tradicionalmente oriundas dos Estados Unidos, os insumos industriais e os bens de capital norte-americanos substituíam produtos tradicionalmente importados do Reino Unido.

As exportações para a Alemanha que mais aumentaram sua participação no total — algodão, lã, couros e peles — beneficiavam interesses regionais importantes, tanto no Nordeste quanto no Sul, e granjearam apoio para a manutenção do comércio de compensação. Não tem fundamento, entretanto, a interpretação de que a expansão do comércio de compensação dependeu crucialmente do apoio dos militares, interessados em importantes compras de equipamento na Alemanha: o grande contrato para modernização da artilharia do Exército, com a Krupp, só foi assinado em 1938.

A Grande Depressão provocou significativa alteração na composição do produto, com aumento da participação da indústria e redução correspondente da agricultura. Estima-se que, em 1928, a participação da indústria no produto fosse de aproximadamente 16%, enquanto em 1947, primeiro ano para o qual existem estatísticas oficiais, era de 25,2%. Já a participação da agricultura reduziu-se de 30% para 20,7%. A estrutura do produto industrial não mudou espetacularmente entre 1919 e 1939 (não há registro para 1929, pois o censo foi uma das vítimas da revolução). A produção de bens salário, que correspondia em 1919 a cerca de 80% do total do valor adicionado industrial, caiu para cerca de 70% ao final de 1930. Embora a importância da produção de bens duráveis de consumo e de bens de capital tenha aumentado de forma significativa na década de 1930, ainda representava proporção pouco expressiva do valor adicionado industrial em 1939 (cerca de 7,4%, conjuntamente). A mudança de preços relativos de importações/preços domésticos, resultante do choque externo, no início da década de 1930, torna enganosa a simples comparação de índices de penetração das importações calculados com base em valores nominais. A preços de 1939, a penetração das importações reduziu-se de 45% para 20% da oferta global (importações mais produção doméstica). Houve, portanto, significativa mudança estrutural com a indústria ganhando espaço às expensas do setor agrícola.

1938-1942: A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, RECESSÃO E NOVAS FORMAS DE INTERVENÇÃO ESTATAL

O ano de 1937 foi caracterizado pela deterioração do saldo da balança comercial, um resultado do expressivo crescimento das importações — mais de 42% em relação a 1936 —, enquanto as exportações cresciam em torno de 8%. A crise nos Estados Unidos, que resultou em queda do PIB norte-americano de 4,3% em 1938, gerou uma perda de 15% do valor das exportações brasileiras e interrompeu a recuperação espetacular que vinha ocorrendo desde 1932 e, em especial, o *boom* de 1936, quando a economia cresceu mais de 12%. Em 1937 e 1938, o crescimento do PIB caiu para a casa dos 4% e, a partir de 1939, começou um período difícil que durou até 1942, com a economia crescendo em média 0,9% ao ano.

Embora o golpe que instaurou o Estado Novo, em novembro de 1937, tivesse explícitas raízes políticas, Vargas fez questão de marcar claramente a inflexão do ponto de vista da política econômica. Na esteira do golpe, foi interrompido o esquema Aranha e suspenso *sine die* o pagamento do serviço

 da dívida externa. Vargas defendeu explicitamente o *default*, alegando que preferia proceder ao reequipamento da economia e realizar compras militares. Paralelamente, foi reintroduzido um regime cambial similar ao de 1931-1933, com monopólio cambial, taxa unificada e controle das importações administrado pelo Banco do Brasil. Houve também alguma flexibilização da política cafeeira, mas os resultados são de difícil avaliação em face da conturbada situação política europeia.

Em março de 1939, Oswaldo Aranha visitou os Estados Unidos para negociar o descongelamento de atrasados comerciais em dólares que se haviam novamente acumulado, desde o final de 1937. De fato, concordou em considerar a retomada de negociações relativas à dívida externa — foi realizado um pagamento simbólico como sinal da boa vontade brasileira —, sendo novamente reformado o regime cambial que perduraria até 1945. Criou-se então um leque de três taxas cambiais: a "oficial", mais apreciada; a "livre", intermediária; e a "livre especial", mais depreciada. Todas as exportações seriam pagas com base em combinações das taxas oficial e livre, com uma ponderação 30%-70%, enquanto as importações seriam pagas à taxa livre. As entradas e saídas financeiras seriam realizadas com base na taxa livre especial. As respectivas taxas cambiais eram de 16$630/US$, 19$800/US$ e 20$770/US$ (médias de 1940, venda).

A eclosão da guerra impactou fortemente a economia brasileira, com a perda de diversos mercados e a mudança da estrutura das exportações, com o deslocamento de produtos não essenciais. Tornou-se difícil importar, não apenas por conta do bloqueio econômico britânico, da guerra submarina alemã e da escassez de divisas, mas porque o esforço de guerra, em diversas nações, afetou as possibilidades de manter o suprimento dos países na periferia da economia mundial. Assim, levou bastante tempo para que a estrutura das exportações brasileiras se adequasse às demandas de guerra.

Já em 1939, a crescente crise internacional levou à redução do comércio com a Alemanha. O Banco do Brasil temia manter saldos elevados em Berlim, que seriam certamente bloqueados em caso de guerra. O comércio com os Estados Unidos e a América Latina aumentou em importância, e o com a Europa concentrou-se no Reino Unido, especialmente após a derrota da França, em junho de 1940.

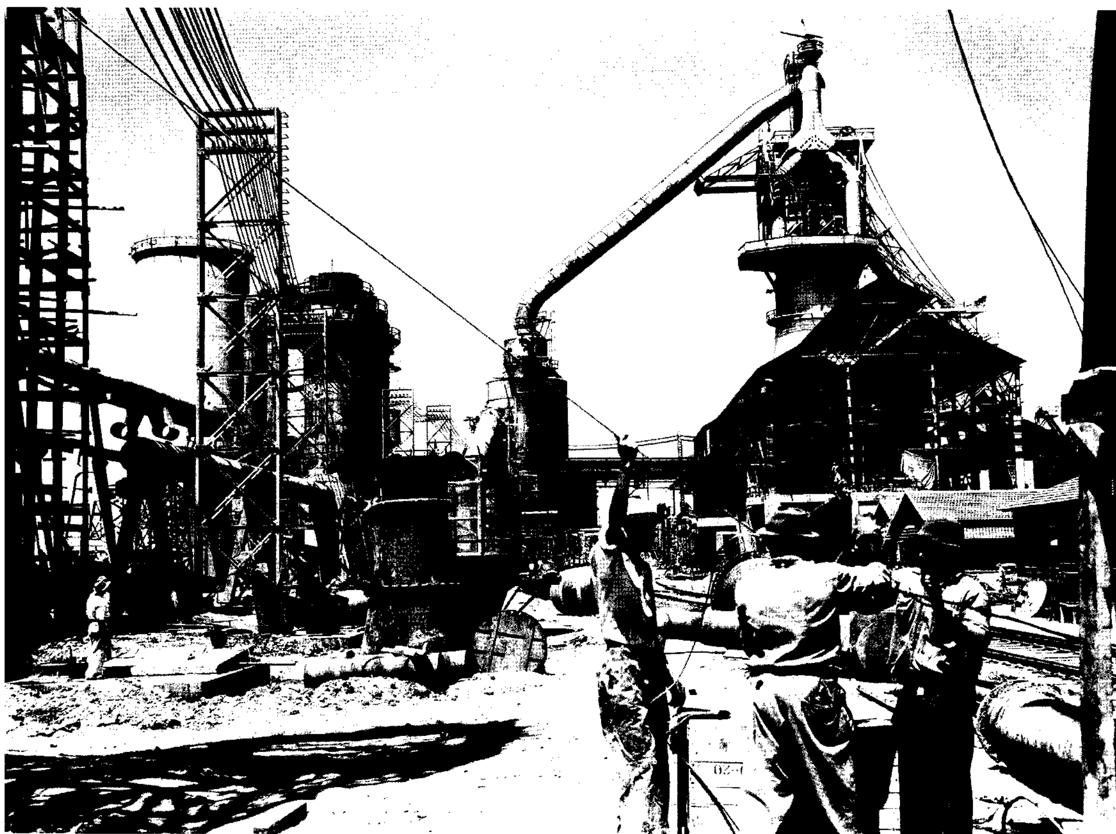
Após meados de 1940, o Reino Unido, tentando explorar o poder de barganha advindo de sua posição de importante mercado para certos produtos brasileiros, assinou um acordo bilateral de pagamentos com o Brasil. Embora no período inicial as compras britânicas tenham sido modestas, a partir de 1942 tornaram-se substanciais. Como as libras geradas pelas

exportações brasileiras para o Reino Unido só podiam ser utilizadas para pagamentos no Reino Unido, e fosse mantido um estrito controle de exportações em função do esforço de guerra britânico, a partir de 1942 começaram a ser acumulados significativos saldos em libras que compunham parte significativa das reservas brasileiras.

Em 1940, os Estados Unidos, temendo a desestabilização política em vários países latino-americanos, devido à queda dos preços do café decorrente da perda de mercados, estabeleceram o Acordo Interamericano do Café com o objetivo de sustentar os preços. O Brasil foi beneficiado por essa decisão que atenuou as consequências da guerra sobre as suas exportações de café. A partir do final de 1941, as compras estratégicas dos Estados Unidos começaram a aumentar, em especial as de produtos necessários ao esforço de guerra, como cristal de quartzo e óleo de mamona. Em 1942, foram celebrados os famosos acordos de Washington, que não eram mais do que acordos de suprimento de materiais estratégicos.

Enquanto na década de 1930 a maior parte das iniciativas governamentais foi de caráter normativo, no início da década de 1940, o governo federal passou a se envolver também na esfera produtiva. Dois exemplos são emblemáticos: a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

Depois de um longo período de gestação, a decisão quanto à instalação no país da chamada "grande siderurgia", isto é, siderurgia baseada em altos fornos que utilizavam carvão mineral, amadureceu no final da década de 1930. A United States Steel elaborou o estudo de viabilidade para uma usina integrada. O governo brasileiro tinha grande expectativa de que a US Steel se interessasse em investir e ficou bastante decepcionado com seu desinteresse. Interpretações que sugerem que os negaceios de Vargas, brandindo a possibilidade de que os alemães pudessem se interessar pelo empreendimento, foram importantes para convencer Washington a apoiar o projeto não procedem. De fato, há documentação norte-americana que comprova que tal alternativa foi descartada como pouco convincente. Enquanto o Reino Unido não fosse derrotado, o bloqueio econômico da Royal Navy impediria a chegada, ao Brasil, de equipamentos alemães para a usina. É sugestivo o episódio do navio *Siqueira Campos* que, em outubro de 1940, desafiou o bloqueio naval britânico, carregando armas compradas pelo Brasil na Alemanha antes da guerra. Foi interceptado pelos britânicos, só sendo liberado após intercessão diplomática norte-americana. Em qualquer caso, seria também improvável que a produção dos equipamentos necessários à usina brasileira tivesse prioridade em relação à produção de armamentos na Alemanha.

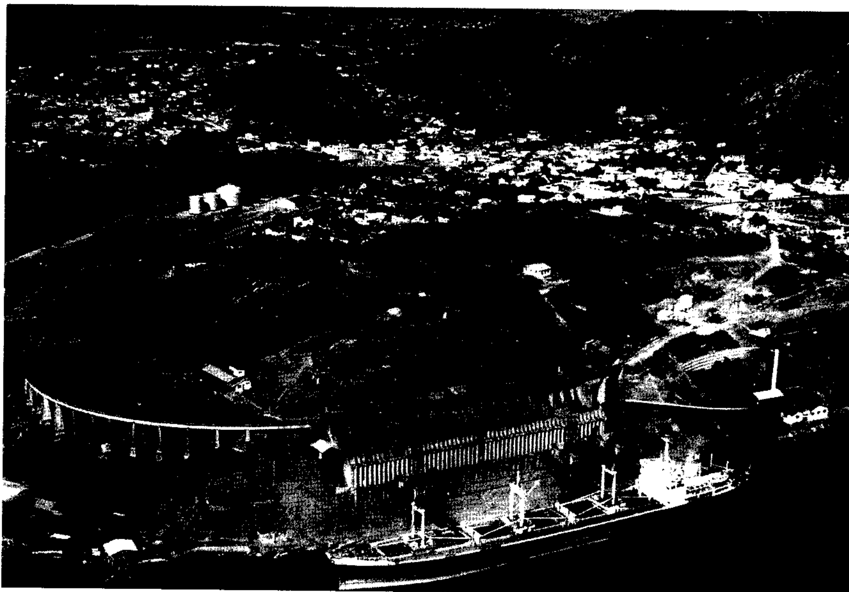


Fotógrafo não identificado
Construção da Companhia Siderúrgica Nacional
GELATINA/PRATA, VOLTA REDONDA, 1941
ACERVO ICONOGRAPHIA

Entre 1939 e 1942, Washington teve especial interesse em garantir a boa vontade brasileira como parte do esforço de contenção da influência alemã, de olho na implantação de bases aéreas de grande importância estratégica e que eventualmente permitiriam o abastecimento dos Aliados no teatro de operações na África do Norte. É nesse contexto que devem ser entendidas as decisões tomadas em 1940 sobre os preços do café e, também, a questão da instalação de uma usina siderúrgica a coque mineral, anseio de longa data de um amplo leque de grupos políticos, em certos casos com forte viés nacionalista. Há certa ironia no fato de que a Companhia Siderúrgica Nacional, que se tornaria emblemática da ação do Estado com a usina de Volta Redonda, tenha se tornado uma sociedade de economia mista como resposta ao desinteresse do capital estrangeiro no empreendimento.

Similarmente, a Companhia Vale do Rio Doce, outra sociedade de economia mista emblemática no campo da mineração de ferro, teve origem em decisões externas e não em consequência de qualquer visão estratégica do governo quanto ao papel das empresas controladas pelo Estado. Preocupações britânicas quanto à disponibilidade de minério de ferro de baixo teor de fósforo levaram a negociações que redundaram na solução do impasse com relação aos direitos de mineração detidos pela Itabira Iron, na obtenção de empréstimo norte-americano para a modernização da ferrovia Vitória-Minas e na criação da CVRD, em 1942.

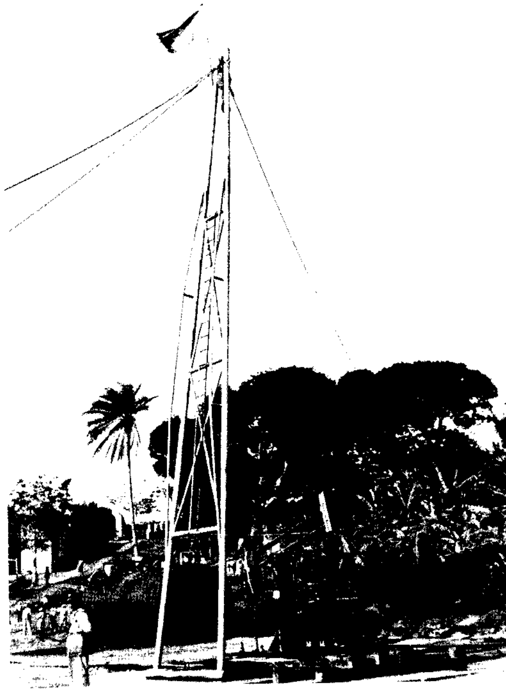
A partir de 1934, foi aprovada legislação de cunho nacionalista englobando diversos setores de atividade, em geral envolvendo restrições à participação de capitais externos: Código de Águas, Código de Minas, Constituição de 1934 e a Constituição dita "polaca", de 1937, no início do Estado Novo. Essa última mencionava como objetivos a nacionalização das minas, da exploração de recursos hídricos, bem como de bancos, companhias de seguros e indústrias essenciais à defesa econômica ou militar. Embora essas disposições tenham sido, em geral, flexibilizadas por decisões *ad hoc* posteriores, ou contornadas pela prática sistemática de usar brasileiros que ficticiamente detinham a propriedade de empresas que eram de fato estrangeiras, no caso dos seguros foi criado o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), em 1939. A constituição desse instituto, juntamente com legislação complementar de cunho nacionalista, restringiu significativamente a ação de empresas estrangeiras no mercado segurador brasileiro. O resseguro tornou-se um monopólio estatal exercido pelo IRB e restringiu a entrada de novas empresas estrangeiras no mercado brasileiro. Só na década de 1990 começaria um movimento de liberalização das regras estabelecidas durante o Estado Novo.



Carlos Botelho
Companhia Vale do Rio Doce
GELATINA/PRATA, VITÓRIA, ES, S.D.
ACERVO DO INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN)

A ação do Estado no terreno normativo foi intensa, especialmente no Estado Novo, com a criação de instituições com significância variável, desde os importantes Departamento Nacional do Café (que seria sucedido, no início dos anos 1950, pelo Instituto Brasileiro do Café) e Instituto do Açúcar e do Álcool, até os menos expressivos institutos nacionais do mate, do sal e do pinho. Em 1938, foi criado o Conselho Nacional do Petróleo, que recebeu a herança do Departamento Nacional da Produção Mineral no setor de petróleo. Em 1939, foram encontrados indícios de petróleo no poço DNPM-163, em Lobato, nos subúrbios de Salvador e, em 1942, foram perfurados os primeiros poços viáveis em Candeias, também na Bahia.

Em 1938, também foi criado o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), que era o órgão do governo central encarregado das questões



Fotógrafo não identificado
Campo petrolífero de Lobato
GELATINA/PRATA, BAHIA, 1939
ACERVO ICONOGRAPHIA

relacionadas ao funcionalismo público e das questões orçamentárias, não apenas do governo central, mas também dos orçamentos dos estados, através dos chamados "daspinhos", com base na intervenção federal que se seguiu à decretação do Estado Novo, no final de 1937.

Na década de 1930, dois conselhos foram especialmente importantes no âmbito do Ministério da Fazenda: o Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF) e o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE). O CTEF,

que teve como predecessor a Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios, resultou do interesse governamental — após a posse do Governo Provisório e na esteira da Grande Depressão — em dispor de informações confiáveis sobre as finanças de governos subnacionais e, em especial, da situação referente à dívida externa. A Constituição de 1891 concedia autonomia financeira aos estados e municípios, inclusive quanto ao acesso direto aos mercados financeiros internacionais, sem interveniência do governo central. O choque externo associado à Grande Depressão gerou escassez cambial, que teve impacto sobre as remessas dos governos subnacionais relativas à dívida externa. Dada a responsabilidade do governo federal quanto ao controle de câmbio, tornou-se inexorável a tendência à federalização da dívida externa.

O CFCE, inicialmente um foro especializado em questões relacionadas ao comércio exterior, tornou-se, sobretudo após a decretação do Estado Novo, o principal foro de discussão dos grandes temas econômicos. Vargas, algo cinicamente, referia-se ao CFCE como "meu senadinho", em vista do fechamento do Senado Federal decorrente do golpe de 1937. Nesse foro, foram discutidas questões relevantes, tais como a instalação da grande siderurgia no país. No âmbito do Banco do Brasil, novas carteiras foram criadas: a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (Creai), em 1937, e a Carteira de Importação e Exportação (Cexim), encarregada da implementação da política cambial, em 1941.

O estoque de investimentos diretos britânicos, fortemente concentrados na provisão de serviços públicos, começou a diminuir nos anos 1930. Em face da persistente desvalorização do mil-réis, as companhias estrangeiras provedoras de serviços públicos dependiam de reajustes periódicos de suas tarifas, cuja obtenção tornou-se cada vez mais difícil. Isso ocasionou a redução de lucratividade e o declínio de investimentos, gerando deterioração da qualidade dos serviços oferecidos.

Em 1940, foi renegociada a dívida externa, na esteira das promessas feitas por Oswaldo Aranha em Washington, no início de 1939. O novo esquema de pagamentos do serviço da dívida externa — vigente por quatro anos e que seria conhecido como esquema Sousa Costa, o então ministro da Fazenda — previa pagamento de serviço da ordem de metade dos negociados no esquema Aranha-Niemeyer de 1934, ou seja, algo como 4 milhões de libras esterlinas por ano, em vez dos 24 milhões contratuais.

Em 1941, começou a atuar a Justiça do Trabalho, ganhando consistência o Estado de bem-estar varguista, com a aprovação de legislação social que ampliou de forma significativa os direitos dos trabalhadores. Essa legislação



Fotógrafo não identificado

Getúlio Vargas assina cédulas do cruzeiro, com Arthur de Sousa Costa (ministro da Fazenda) à esquerda, Alexandre Marcondes Filho (ministro do Trabalho, Indústria e Comércio) e, à direita, Salgado Filho (ministro da Aeronáutica)

GELATINA/PRATA, RIO DE JANEIRO, 6 DE SETEMBRO DE 1943

ACERVO ICONOGRAPHIA

 instituiu o salário mínimo, regulamentou o descanso remunerado e as férias, além de manter normas que vinham dos anos 1930, disciplinando as condições de trabalho de mulheres e menores, entre outras. Em 1943, foi aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho (a CLT), assinada no estádio de futebol de São Januário, no Dia do Trabalho, bem no clima das festividades cívicas promovidas pelo Estado Novo. Já em meados da década de 1930 haviam sido criados diversos institutos de previdência segmentados em bases corporativas: dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos; dos Marítimos; dos Comerciários; dos Empregados em Transportes e Cargas; dos Bancários; dos Industriários; dos Servidores Estaduais. No longo prazo, a aceleração inflacionária redundaria na destruição dos ativos dos institutos de previdência e no benefício de mutuários com contratos imobiliários significativamente subsidiados.

Em 1942, em meio a uma "reforma monetária" bastante anódina, foi alterada a denominação da moeda brasileira: o mil-réis (1$000) foi rebatizado como cruzeiro (Cr$ 1,00), padrão monetário que persistira além dos anos 1960, mas sem os cortes de zeros que seriam frequentes no pós-1964. Em 1945, foi criada a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) com algumas das atribuições típicas de um banco central, especialmente quanto à política monetária e ao capital estrangeiro. Apenas em 1964, após o golpe militar, seria substituída pelo Banco Central do Brasil, que manteria, pelo menos até meados da década de 1980, relações bastante promíscuas com o Banco do Brasil, instituição pública que sustentou, durante todo o período entre 1930 e 1964, sua posição de maior banco comercial do país. Estava prestes a ter início um longo período de crescimento acelerado só interrompido em 1963.

O PÓS-GUERRA E O BOOM DE CRESCIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL: DE 1943 A 1964

1943-1956: DIFICULDADES DO PÓS-GUERRA E ESPERANÇAS FRUSTRADAS

O divisor de águas do período entre 1943 e 1964 é o ano de 1956, durante o qual a economia praticamente estagnou. Em seguida, houve o grande *boom* do governo Kubitschek, revertido na recessão do pós-1962, que acabou por culminar no golpe militar de 1964.

No Brasil, durante os três últimos anos da Segunda Guerra Mundial, a pauta de exportações brasileira ajustou-se às modificações de demanda

impostas pelo esforço de guerra aliado. No caso dos Estados Unidos, uma ampla gama de produtos — inclusive alguns que o Brasil não sonhava produzir — foi objeto dos acordos de Washington, de 1942, que cobriam desde a borracha até o arroz. As principais compras da Grã-Bretanha foram carne bovina e, principalmente, algodão em rama. Quanto à carne, em contraste com o café, o Brasil viu-se pela primeira vez em situação similar à da Argentina, que exportava produtos cujo consumo doméstico era significativo. Já as compras de algodão, muito além das exportações imediatas para o Reino Unido, refletiam as corretas previsões de Keynes quanto à importância das exportações britânicas de têxteis no pós-guerra e à significativa alta futura dos preços do algodão. Aumentaram também, consideravelmente, as exportações brasileiras, especialmente de manufaturas, tais como têxteis de algodão e pneumáticos, para mercados não tradicionais, especialmente na África do Sul e na América Latina, em vista da retração dos supridores tradicionais.

Em função do esforço de guerra, foram estabelecidos controles de importações nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha. No caso estadunidense, significativas exportações para o Brasil foram realizadas sob o amparo da legislação sobre Lend & Lease, programa que permitia o fornecimento de produtos norte-americanos aos aliados dos Estados Unidos, com pagamento a ser definido no pós-guerra. O Brasil recebeu mais de 330 milhões de dólares, sendo o quinto beneficiário de tal programa, depois da Grã-Bretanha, União Soviética, China e França.

Com a restrição às importações, foram gerados significativos saldos comerciais e aumento de reservas: eram de 84 milhões de dólares em 1940, crescendo para 270 milhões de dólares em 1942 e alcançando 680 milhões de dólares em 1945. Uma parte significativa dessas reservas não era necessariamente conversível, tendo sido acumulada em decorrência do acordo de pagamentos anglo-brasileiro de 1940.

A partir de 1942, houve expressivo aumento da inflação para níveis além dos 15% anuais, em função da aguda restrição da oferta — especialmente de importações —, da concorrência entre exportações e consumo doméstico de produtos — como a carne bovina — e do aumento de gastos decorrentes da declaração de guerra, de agosto de 1942. O PIB, depois das dificuldades do período inicial da guerra, cresceu à taxa média de 8% em 1943-1944, com o produto industrial aumentando mais de 12% ao ano. Mas, em 1945, a economia cresceria apenas 3,3%, em meio ao choque provocado pela interrupção das compras estratégicas e de dificuldades na agricultura.

O aumento de reservas provocou a antecipação das negociações tendo em vista um acordo permanente relativo à dívida externa. As negociações,

 que englobaram os empréstimos denominados em dólares e libras esterlinas, concluíram-se no final de 1943. Foram oferecidas duas opções aos detentores de títulos federais, estaduais, municipais e do café. Pela opção A, os valores de face dos títulos originais seriam mantidos e as taxas de juros seriam drasticamente reduzidas. Os empréstimos federais e, em particular, os *fundings* foram mais bem tratados e os demais foram classificados em ordem descendente, de acordo com as garantias originais e o desempenho prévio. Pela opção B, os detentores de títulos aceitariam trocar seus títulos originais por uma combinação de novos títulos federais, rendendo 3,75% ao ano, e pagamentos em dinheiro com pesados descontos. Se todos os credores tivessem aceitado a opção B — e quase todos o fizeram, dada a garantia federal —, um total de 80 milhões de libras esterlinas teria sido reduzido a 23 milhões. Levando em conta uma dívida total de 220 milhões de libras esterlinas, a negociação envolveu uma redução da ordem de 50%.

Ao apagar das luzes do Estado Novo, já em meio à agitação política que redundaria no fim da ditadura, em outubro de 1945, explicitou-se grande contraste de posições quanto ao que seria o modelo econômico desejável para o Brasil. Roberto Simonsen, industrial paulista, defendeu que seria desejável garantir a continuidade de um modelo que enfatizasse o papel do Estado como produtor de bens e serviços, e também mantivesse a significativa proteção à indústria doméstica, diante da competição de produtos importados. Em contraste, Eugênio Gudin, que tinha ligações com empresas estrangeiras provedoras de serviços públicos, em especial a Great Western e a Western Telegraph, defendeu a redução da presença do Estado na economia e a abertura do mercado brasileiro. Do ponto de vista técnico, Gudin foi vencedor, pois, embora também fosse autodidata, era melhor economista que Simonsen. Entretanto, com o benefício da visão retrospectiva, a vitória foi de Simonsen, que contribuiu para fazer prevalecer Estado e protecionismo como pilares do modelo de crescimento adotado no Brasil, pelo menos até o início da década de 1990.

No imediato pós-guerra, a decisão crucial da política econômica foi a fixação da paridade do cruzeiro — a nova unidade monetária adotada em 1942 e equivalente a um mil-réis — em relação ao dólar norte-americano, no marco de referência estabelecido pelo Fundo Monetário Internacional, baseado em paridades fixas. As autoridades brasileiras optaram, em 1946, por declarar uma taxa de Cr$ 18,50/US$, um equivalente da média ponderada das três taxas cambiais do regime implantado em 1939 — "oficial", livre" e "livre especial" —, a despeito de a inflação entre 1939 e 1945, no Brasil, ter sido de 121%, comparada a 37% nos Estados Unidos. A simples

aplicação da regra com base na paridade do poder de compra indicaria que a taxa declarada deveria ser da ordem de Cr$ 30/US$.

A decisão teria sido justificada pela infundada crença de alteração estrutural da capacidade competitiva brasileira, fundamentada na significativa expansão das exportações não tradicionais para mercados pouco usuais, inclusive de produtos manufaturados, na esteira da retração dos supridores tradicionais. Tal como no início da década de 1930, a taxa sobrevalorizada contribuiu para manter a pressão altista dos preços do café, que quase quadruplicariam entre 1945 e 1950, e aumentariam mais 50% até alcançar o pico em 1954. A taxa sobrevalorizada garantia o acesso do governo ao mercado cambial em condições favoráveis, quando comparadas ao cenário de desvalorização. Entretanto, foi a ênfase das autoridades econômicas na prioridade do controle da inflação, que beirava os 15-20% ao final da guerra, a justificativa principal para a sobrevalorização (Vianna, 1990a).

Em 1946, tornou-se claro que o balanço comercial com os Estados Unidos seria significativamente negativo, em contraste com o padrão histórico. Toda a economia mundial vivia intensa escassez de dólares e o Brasil não era exceção. Com as economias da Grã-Bretanha, do Japão, da Alemanha e da França duramente atingidas pela guerra, não existiam supridores alternativos às empresas norte-americanas, que se reconvertiam às linhas de produção típicas do período pré-guerra. Além disso, as reservas brasileiras conversíveis eram muito limitadas. Dos 730 milhões de dólares disponíveis ao final de 1946, apenas 92 milhões de dólares correspondiam a moedas conversíveis. As demais reservas, ou eram inconversíveis e mesmo de utilização impossível para a compra de bens, como era o caso das reservas em libras, ou correspondiam a reservas em ouro, que as autoridades brasileiras não pretendiam mobilizar para financiar os déficits com a área dólar. Assim, no início de 1947, o Brasil enfrentou uma crise cambial decorrente da adoção de taxa cambial sobrevalorizada em 1946.

Entre a alternativa de desvalorizar o cruzeiro e a de insistir com a taxa de Cr$ 18,50/US$ — complementada pela adoção de controle cambial para racionar a venda de divisas, em vista da demanda excessiva gerada por seu preço artificialmente reduzido —, o governo decidiu-se pela segunda. Voltou-se à política cambial adotada entre 1931 e 1933, no auge da Grande Depressão. As justificativas foram semelhantes às já utilizadas no ano anterior: acesso do governo a câmbio barato, sustentação do preço do café e, principalmente, política anti-inflacionária. Há alguma ironia no fato de que economistas de inclinação "liberal", que enfatizavam o *controle da inflação*, tenham dado continuidade à sobrevalorização, agora combinada

 ao controle de importações, criando condições para que prosperassem indústrias substitutivas de importação, praticando preços significativamente superiores aos vigentes nos mercados mundiais. De novo, deixou de ter significado a tarifa de importação como instrumento para assegurar a competitividade da produção doméstica, em vista da proteção absoluta. De qualquer forma, a tarifa brasileira, desde 1900, era baseada em valores específicos e havia perdido, em um ambiente de inflação alta, significado como instrumento de proteção.

A outra preocupação crucial das autoridades econômicas no pós-guerra foi em relação ao reequipamento da infraestrutura. A economia apresentava notórios pontos de estrangulamento, em especial em relação a transportes — rodoviário, ferroviário, marítimo — e energia elétrica. Os investimentos desde 1930 haviam sido modestos. A Grande Depressão agravou os clássicos problemas relacionados à remuneração de capitais estrangeiros investidos em provisão de serviços públicos, principalmente nas ferrovias, em um ambiente de desvalorização cambial. A guerra provocou significativo desgaste nos equipamentos, o que pode ser exemplificado pelas perdas sofridas com a guerra submarina.

Como corolário do grande acordo financeiro anglo-americano de 1945, tornou-se inviável para a Grã-Bretanha assegurar a conversibilidade dos saldos em esterlinas, acumulados por seus credores durante a guerra. Embora o Brasil não fosse dos credores mais importantes, em comparação à Índia (inacreditável 1,3 bilhão de libras esterlinas, o equivalente a 5,2 bilhões de dólares) ou mesmo à Argentina (150 milhões de libras esterlinas), detinha cerca de 65 milhões de libras esterlinas, cerca de um terço das reservas totais. Uma pequena parte dos saldos brasileiros em esterlinas foi liberada para pagar as importações provenientes do Reino Unido, mas a maior parte foi utilizada para comprar títulos referentes à dívida pública externa brasileira denominados em libras e empresas provedoras de serviços públicos no Brasil, especialmente ferrovias.

O governo brasileiro, no pós-guerra, cortejou os Estados Unidos, esperando que sua postura durante a Segunda Guerra Mundial, enviando tropas à Itália — em contraste com a posição de simpatia em relação ao Eixo de outros governos latino-americanos, em particular o da Argentina —, rendesse apoio financeiro ao reequipamento da economia. Nesse quadro, o governo Dutra moveu-se para a direita, em linha com o agravamento da Guerra Fria, com a ruptura de relações com a URSS e a decisão de tornar ilegal o Partido Comunista. Ainda em 1948, o relatório da missão econômica liderada por John Abbink refletia a relutância dos Estados Unidos em

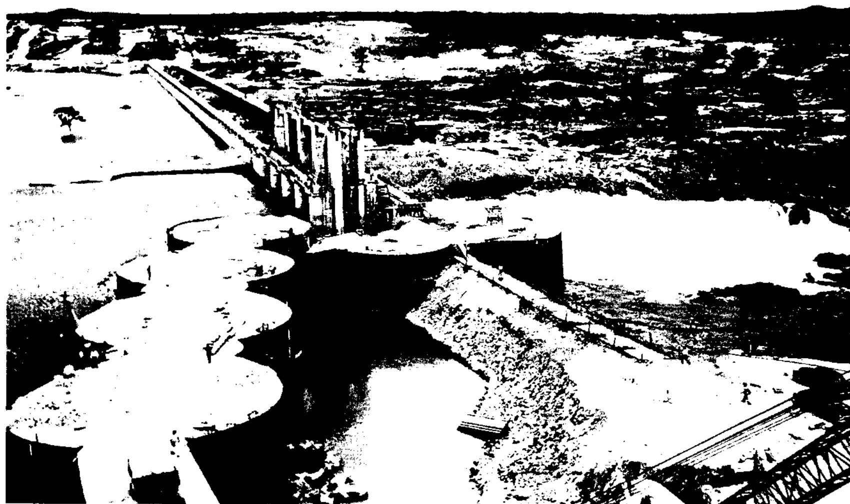
financiar a modernização da infraestrutura brasileira, mesmo diante de um diagnóstico que se revelaria equivocado quanto à possível queda dos preços das *commodities* de exportação. A indiferença dos Estados Unidos foi parte importante da explicação para as dificuldades que caracterizaram a tramitação do Plano Salte (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), primeira tentativa, embora extremamente primitiva, de planejamento estratégico no terreno econômico. Esse plano só seria aprovado pelo Congresso em 1950, no apagar das luzes do governo Dutra, sendo abandonado no governo seguinte. Dele resultaram algumas rodovias e o início da construção da usina hidrelétrica de Paulo Afonso, com capacidade de 180 megawatts, que começaria a operar em 1954.

O ponto IV do discurso inaugural do presidente Truman, em 1949 — "devemos nos envolver em um arrojado novo programa para tornar os frutos do nosso desenvolvimento científico e progresso industrial disponíveis para a melhoria e crescimento das áreas subdesenvolvidas" —, abriu caminho para a criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMB-EUA), ao final do período Dutra. Criada com o objetivo de elaborar um diagnóstico da economia brasileira e identificar projetos preponderantemente de desenvolvimento da infraestrutura, a lista da CMB-EUA serviria de base para os pleitos brasileiros de financiamento em Washington durante o segundo governo Vargas.

As políticas creditícia e fiscal adotadas durante o governo Dutra, especialmente durante a gestão do ministro da Fazenda Correa e Castro, entre 1946 e meados de 1949, foram coerentes com a busca da redução da inflação, principal argumento para a manutenção da taxa de câmbio sobrevalorizada. Os déficits nas contas públicas federais foram revertidos e a taxa de expansão de crédito foi reduzida. Em 1948, a variação do índice de custo de vida no Rio de Janeiro foi de 3,4%, seu menor valor desde 1940. Em 1949, na gestão do industrial carioca Guilherme da Silveira, essa postura foi drasticamente revertida no quadro do período pré-eleitoral, resultando em retomada da aceleração inflacionária, rumo aos 10% em 1950.

O desempenho da economia durante o governo Dutra, ao contrário do que sugerem interpretações algo folclóricas quanto às deficiências da política econômica, especialmente sobre o desperdício de divisas em importações não essenciais, foi extremamente satisfatório: o PIB cresceu à taxa anual média de 7,6%, com a indústria se expandindo a mais de 11,4%, em contraste com os 4,4% da agricultura.

Getúlio Vargas foi eleito, em 1950, com 48,7% dos votos, proporcionalmente, a maior votação para a presidência da República na vigência da Constituição de 1946. Sua campanha eleitoral baseou-se em dois pilares:



Fotógrafo não identificado
Usina de Paulo Afonso, primeiras unidades geradoras
GELATINA/PRATA, BAHIA, DEZEMBRO DE 1954
ACERVO ICONOGRAPHIA

"a questão nacional" — ou seja, a postura quanto ao papel do Estado e do investimento estrangeiro no quadro do reaparelhamento da infraestrutura — e as reformas sociais. Em termos de política econômica, *in pectore*, Vargas estava convencido a adotar uma estratégia que Horácio Lafer definiu, algo imprecisamente, de fórmula Campos Sales-Rodrigues Alves, referindo-se às políticas de dois presidentes da Primeira República. A ideia era de que, dada a aceleração inflacionária, no início do mandato fossem concentrados esforços na estabilização da economia; já a segunda parte seria dedicada a obras, repetindo o que teria ocorrido entre 1898 e 1906, nos sucessivos mandatos de Campos Sales e Rodrigues Alves. A fórmula, em 1950, certamente subestimou o compromisso de Rodrigues Alves com a estabilização econômica, embora no seu quadriênio tenha havido espaço para relaxar as restrições impostas durante o governo de Campos Sales (Vianna, 1990b).

Dados os objetivos da política econômica implícitos na fórmula Campos Sales-Rodrigues Alves, foi notável a heterogeneidade na composição da equipe de governo. No Ministério da Fazenda, Horácio Lafer representava uma *avis rara* na história da política econômica brasileira: uma liderança industrial paulista comprometida com políticas macroeconômicas prudentes. Entretanto, a indicação de Ricardo Jafet para a presidência do Banco do Brasil foi um contraponto notável à escolha de Lafer, pois ele era também uma liderança industrial paulista, porém favorável a uma política de expansão de crédito. Outros grupos na "coalizão" governista, que exigiam intensa administração de divergências, devem ser ainda mencionados, em especial, os jovens tecnocratas progressistas, que compunham a assessoria da presidência, como Jesus Soares Pereira e Rômulo de Almeida, além de lideranças políticas com influência na máquina sindical, como o deputado João Goulart.

Não é necessário o uso abusivo de visão retrospectiva para afirmar que as condições para o fracasso da implementação da estratégia Campos Sales-Rodrigues Alves estavam dadas desde o início do governo. Lafer promoveu, com razoável sucesso, o saneamento das finanças públicas, enquanto Jafet expandia significativamente o crédito provido pelo Banco do Brasil. Com a acumulação de depósitos relacionados a atrasados comerciais, o Banco do Brasil teve amplo acesso a recursos para praticar uma política de crédito expansionista, em contraste com a política fiscal contracionista adotada pelo Ministério da Fazenda.

Além de sanear as finanças do governo federal, Lafer adotou um instrumento pouco usual para tentar conter as pressões inflacionárias. Com base no diagnóstico de que o controle de importações restringia significativamente a oferta de bens, optou por expandir a emissão de licenças de importação, provavelmente baseando-se no otimismo relacionado ao comportamento das exportações, que alcançaram um pico de 1.771 milhões de dólares em 1951, o que só seria novamente repetido em 1968. Isso acarretou um aumento de mais de 82% no valor das importações, em relação a 1950, sustentando-se o mesmo nível em 1952.

Esse *boom* de importações trouxe, como havia ocorrido recorrentemente na década de 1930, a acumulação de atrasados comerciais. Ou seja, embora os importadores brasileiros tivessem liquidado seus compromissos em cruzeiros, o Banco do Brasil não dispunha de cobertura cambial para liquidar os débitos. Em suma, a política anti-inflacionária resultou em aguda crise cambial, cuja solução dependeria da obtenção de significativos empréstimos externos para financiamento da liberação de atrasados. O

 descongelamento desses atrasados requeria empréstimos externos substanciais, em uma situação em que eram definidos os projetos de infraestrutura prioritários pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e estabelecidas as bases institucionais para que tais projetos fossem implementados, com a criação, em 1952, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Além do BNDE, outras iniciativas, em geral originárias da Assessoria Econômica do presidente, resultaram em desdobramentos que tiveram relevância a prazo mais longo. Entre eles estava a criação da Eletrobras, incluindo o Plano Nacional de Eletrificação, a ser financiado pelo Fundo Federal de Eletrificação, e que só ganharia consistência, como empresa *holding* do setor elétrico estatal, após o golpe militar. Outras iniciativas, como a Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional, tiveram menor sucesso. A criação da Petrobras, em 1953, teve impacto mais imediato, com a empresa incumbida de implementar o monopólio estatal do petróleo desde a prospecção até o refino, bem além do que pretendia o próprio Vargas.

As atividades da CMBEU contaram com o apoio do Eximbank, banco estatal dos Estados Unidos, criado nos anos 1930 primordialmente para financiar exportações. Essa postura do Eximbank contrastava com a posição do Banco Mundial, alinhado com o FMI e bastante crítico das posições brasileiras quanto à política macroeconômica, inclusive quanto à política cambial. A posição do Banco Mundial era de que o Eximbank, ao financiar o Brasil, tendia a enfraquecer a influência do FMI e do próprio Banco Mundial na formulação e implementação da política econômica brasileira. Essa situação foi alterada no final de 1952 quando, pela primeira vez desde 1932 , foi eleito um presidente republicano nos Estados Unidos. O ponto IV do discurso de Truman foi abandonado e a posição do Eximbank ficou enfraquecida em relação à do Banco Mundial. Em 1953, coroando o *crowding out* do financiamento dos projetos da CMB-EUA, o Eximbank, pressionado por interesses empresariais norte-americanos, estendeu ao Brasil um empréstimo de 300 milhões de dólares por três anos, a 3,5% de juros. O objetivo era descongelar atrasados comerciais, enquanto menos da metade dos quase 400 milhões de dólares de projetos definidos pela CMBEU era financiada.

No primeiro semestre de 1953, havia indícios de que a política de estabilização tinha fracassado, com a inflação retomando os níveis herdados do governo Dutra, em mais de 10% anuais e acelerando (IPC-RJ). Além da expansão de crédito promovida por Jafet no Banco do Brasil, houve pressões por gastos extraordinários, oriundos do estado de São Paulo e, também em razão da grande seca que atingiu o Nordeste, especialmente em 1953.

No final de 1951, Getúlio Vargas fez um discurso bastante radical, questionando a política da Sumoc de adicionar reinvestimentos, gerados por lucros obtidos em exercícios anteriores, ao registro de estoque de capital estrangeiro. Como o estoque era relevante para fins de remessas de lucros, a base para tais remessas era assim expandida. O ano de 1952 foi marcado por intensa controvérsia sobre esse assunto, só interrompida pela reforma cambial de início de 1953 (Lei nº 1.807). Essa reforma, que teve vigência bastante curta, determinava que as receitas de exportações de café, algodão e cacau — mais de 85% das exportações totais — fossem convertidas à taxa oficial, ainda de Cr$ 18,50/US$. No caso das demais exportações, não tradicionais, as receitas seriam convertidas em proporções crescentes (de 15% a 50%) à taxa livre, aplicável às transações financeiras e mais desvalorizadas do que a taxa oficial.

Ricardo Jafet, em meio a denúncias sobre operações cambiais irregulares, saiu do governo em março de 1953 e Horácio Lafer, com o fracasso da estabilização, no meio do mesmo ano. Oswaldo Aranha assumiu então a pasta da Fazenda com o propósito de persistir na tentativa de estabilizar a inflação. Após uma primeira flexibilização do regime cambial, houve radical reforma, com a aprovação da Instrução nº 70 da Sumoc. O governo manteve a ficção de que a taxa cambial continuava a ser Cr$ 18,50/US$, mas foram criadas cinco categorias de importações, dependendo de sua essencialidade. Para obter uma licença de importação, o importador deveria efetuar um lance nos leilões periódicos organizados pela Cexim, substituída, em 1953, pela Carteira de Comércio Exterior (Cacex) do Banco do Brasil. Como o governo reservava mais cambiais para as categorias de exportações essenciais, o ágio relativo a essas categorias era menor do que o ágio referente à obtenção de licenças de importação de bens de luxo. As exportações de café recebiam uma "bonificação" de Cr$ 5/US$, e as exportações não tradicionais, de Cr$ 10/US$.

Importações de produtos essenciais, como petróleo, trigo e papel de imprensa, eram realizadas ou à taxa oficial ou com o pagamento de sobretaxas fixas. Uma taxa de câmbio dita "livre", mais desvalorizada, era aplicada às transações financeiras. Havia uma "cunha cambial" que separava a taxa média recebida dos demandantes de cambiais da taxa média paga aos geradores de receitas cambiais. Assim, o regime cambial gerava recursos fiscais para o governo. Mais uma vez, era tentada a conciliação dos interesses dos exportadores de café — cujo preço era sustentado pela taxa cambial relativamente apreciada —, com os dos exportadores de produtos não tradicionais — melhor remunerados por unidade de moeda



Fotógrafo não identificado
Seca no Nordeste, cacimba
GELATINA/PRATA, 1951
ACERVO ICONOGRAPHIA

estrangeira do que os exportadores de café — e do governo, que promovia extração fiscal com base na administração do regime cambial. O leque de ágios incidentes sobre diferentes tipos de importações fazia, também, a vez das tarifas de importação que, sendo específicas, haviam sido quase que completamente erodidas pela inflação.

Oswaldo Aranha teve grandes dificuldades para implementar políticas de estabilização que pudessem compensar o impacto da flexibilização cambial sobre os preços decorrente da Instrução nº 70 da Sumoc. Além disso, sua posição foi muito enfraquecida pela política salarial adotada pelo governo, ao decidir-se por um aumento do salário mínimo de 100%, em 10 de maio de 1954. Em 1952, o salário mínimo — que em bases reais havia caído 55% desde a sua criação, em 1941 — foi corrigido, alcançando nível 21% acima do seu pico anterior, no início da década de 1940. Em 1953, não foi corrigido, mas, em 1954, João Goulart, ministro do Trabalho, propôs que o salário mínimo, a ser anunciado no Dia do Trabalho em 1954, fosse aumentado em 100%. Isso redundaria, *a posteriori*, em um salário mínimo real médio cerca de 7% superior ao de 1952. A proposta enfrentou críticas de outros membros do governo, da oposição e dos militares, que à época tinham bastante liberdade para emitir juízos sobre assuntos fora de sua alçada. Tipicamente, Vargas manteve o reajuste, mas afastou Jango.

No terreno externo, acumularam-se atritos com os Estados Unidos devido ao aumento dos preços do café, com membros do Congresso americano propondo boicote ao produto brasileiro. Em meados de 1954, as fricções redundaram em verdadeiro cabo de guerra, com o estabelecimento de preços mínimos de exportação pelo Brasil. Pouco antes do final do governo Vargas, Aranha decidiu conceder modesto aumento de remuneração aos exportadores de café, ao permitir a conversão de 20% das exportações à taxa "livre". A concessão, que correspondia a uma desvalorização equivalente a 27%, redundou em queda quase imediata dos preços mundiais do café, já afetados pelo boicote dos Estados Unidos.

Com o suicídio de Getúlio e a posse de Café Filho, a nova equipe econômica passou a ser constituída de liberais que haviam sido afastados com a volta de Vargas, com Eugênio Gudin à frente do Ministério da Fazenda. Gudin marcou sua passagem pelo ministério, por quase oito meses, com a negociação de empréstimos privados externos nos Estados Unidos e com a aprovação da Instrução nº 113 da Sumoc, que adquiriu importância no governo Juscelino Kubitschek (Pinho Neto, 1990). Para enfrentar as sérias restrições cambiais, Gudin pretendia obter financiamentos oficiais nos

 Estados Unidos, mas não teve sucesso integral em seus esforços, obtendo apenas um novo empréstimo do Federal Reserve, de 80 milhões de dólares, além do refinanciamento de velhas dívidas no mesmo montante. Dada a insuficiência dos empréstimos oficiais, obteve de um consórcio de bancos, liderado pelo City Bank e pelo Chase Manhattan, um empréstimo de 200 milhões de dólares por cinco anos, a 2,5% ao ano, garantido pelas reservas brasileiras em ouro.

A Instrução nº 113 da Sumoc permitiu a entrada de capitais estrangeiros "sem cobertura cambial" para transações relativas a bens de capital. Isto é, em vez de o investimento direto ingressar no país à taxa "livre", aplicável de acordo com a Instrução nº 70 para transações financeiras, e depois disputar o leilão relevante para que fossem obtidas as cambiais necessárias às importações de bens de capital, tornou-se possível o ingresso direto, com o valor declarado da importação sendo acrescido ao estoque de capital estrangeiro, já lançado no registro relevante da Sumoc. Como à época de Eugênio Gudin não havia diferença significativa entre o custo de divisas na categoria 3 (taxa oficial mais ágio) e a taxa "livre", não havia subsídio implícito na entrada de divisas pela Instrução nº 113, comparada aos custos implícitos na entrada pela Instrução nº 70. Mas essa situação não persistiria no governo Kubitschek.

Gudin enfrentou críticas dos militares, dada sua ênfase no controle de gastos, e, também, dos cafeicultores, em vista da queda dos preços do café, sem que o governo alterasse o valor das bonificações pagas aos exportadores. Nesse contexto, Jânio Quadros, o novo governador de São Paulo, negociou com o presidente Café Filho a substituição de Gudin pelo paulista José Maria Whitaker, que voltava quase um quarto de século depois de sua substituição por Oswaldo Aranha, em 1931, ao fim do primeiro ano do Governo Provisório. A demanda paulista era por aumento das bonificações para as exportações de café, e isso foi feito. Nos seus seis meses no Ministério da Fazenda, Whitaker começou também a preparar, em sintonia com Edward Bernstein do Fundo Monetário Internacional, uma reforma cambial, que levaria à unificação de taxas e ao desmantelamento do sistema de "ágios e bonificações". Tal reforma foi, entretanto, abortada em face da grande oposição encontrada em pleno ano de eleições presidenciais.

A economia cresceu 6,2% ao ano entre 1951 e 1954, portanto, mais lentamente do que no governo Dutra. Mas, em 1955, o PIB cresceu quase inverossímeis 8,8% e a inflação, medida pelo IPC-RJ, manteve-se em torno de 22% a 23%, em 1954/1955.

1956-1964: ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO, INSTABILIDADE MACROECONÔMICA E CRISE

Juscelino Kubitschek foi eleito com apenas 36% dos votos na eleição presidencial de 1955, e sua posse foi contestada pela oposição golpista, reunindo setores militares e civis, basicamente ligados à União Democrática Nacional (UDN). Seu mandato caracterizou-se pela temporária pacificação política da oposição e dos militares e, no terreno econômico, pela ênfase no crescimento acelerado, sem grandes preocupações com possíveis consequências macroeconômicas indesejáveis.

Sua enorme popularidade decorria — e, passado meio século, ainda decorre — da conjunção de seu grande magnetismo pessoal, da pacificação política que marcou seu mandato, do sucesso em acelerar o ritmo de crescimento da economia, da popularidade de seu projeto de "interiorização" do país — no qual Brasília tinha importância crucial — e da aura nacionalista que marcou seu governo, pelo menos na versão oficial. Sua carreira política em Minas Gerais, como prefeito e governador de Belo Horizonte, havia sido caracterizada pela grande ênfase em obras públicas. Sua postura em relação às restrições impostas pela realidade fiscal era explicitada pelo famoso mote, que acompanhou seu ambicioso Plano de Metas (1957-1961): "Cinquenta anos em cinco." A ideia era transmitir o sentimento de que quase tudo era possível naquele momento da história do país.

Com a decisão de transferir a capital para Brasília, uma nova cidade planejada e localizada de acordo com os planos da Constituição de 1891, JK comprometeu-se com uma estratégia de interiorização das atividades econômicas em detrimento do litoral. As metas do seu programa de investimentos refletiram similarmente essa ênfase no interior, na conquista do Brasil ainda mal desbravado. A rodovia Belém-Brasília foi emblemática de tal tendência (Orenstein e Sochaczewski, 1990; Abreu, 1994; Leopoldi, 1991 e Malan, 1984).

Talentoso político, teve sucesso em consolidar a mensagem de que era nacionalista, a despeito de ter adotado uma política econômica que claramente beneficiou as empresas multinacionais. Há quem veja na Operação Pan-americana de 1959 mostra de que a postura do governo JK tenha sido progressista ou até mesmo nacionalista, mas a evidência está longe de ser conclusiva. O nacionalismo de JK dependeria muito de uma avaliação de suas relações com o FMI. Mas, também nesse caso, há certa confusão analítica que deve ser qualificada. JK usou o fracasso do seu programa de

 estabilização de 1958-1959 como pretexto para o que foi indevidamente intitulado "ruptura com o FMI", quando de fato houve simplesmente o fracasso de um programa que contava com o apoio do FMI. "Romper" com o FMI dá a ideia de que o Brasil abandonou aquela instituição em 1959, o que é equivocado.

Depois de um ano de gestação, com a mobilização de novas instituições como o Conselho de Desenvolvimento, e tomando como ponto de partida os relatórios da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e do Grupo Misto Cepal-BNDE, o governo apresentou o Plano de Metas. As principais metas se referiam à infraestrutura, nas áreas de energia e de transportes, à produção de insumos básicos e à indústria automobilística. As empresas estatais tiveram papel crucial nos novos investimentos. Com as dificuldades do modelo baseado na predominância de empresas estrangeiras provedoras de serviços públicos, tornou-se inevitável a presença do governo em grandes projetos de geração de energia elétrica, envolvendo longos prazos de gestação. JK sabia como mobilizar capacidade técnica e empresarial nessa área, dada a experiência bem-sucedida da Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig). Tomava corpo o modelo em que o Estado gerava e transmitia energia elétrica, e as empresas privadas a distribuíam. No Plano de Metas, a capacidade geradora seria expandida em 2 mil megawatts (82% executado).

Planejou-se, também, a expansão da produção de petróleo para 96 mil barris por dia (76% executado); a capacidade de refino de petróleo, agora um monopólio da Petrobras, para 200 mil barris por dia (26% executado); e a produção de um milhão de toneladas de carvão (23% executado). Mas a meta do carvão claramente conflitava com o programa de conversão de locomotivas para tração diesel-elétrica. Na área de transportes, enfatizou-se a expansão (13 mil quilômetros) e a pavimentação de rodovias (5 mil quilômetros), em ambos os casos significativamente excedidas. A meta de construção ferroviária era menos ambiciosa (3.110 quilômetros), e mesmo assim apenas 32% foi executado.

No setor de produção de insumos, decidiu-se ampliar a capacidade em 1,12 milhão de toneladas de aço e 1,4 milhão de toneladas de cimento, sendo a execução de ambas as metas da ordem de 60%. A expansão da produção siderúrgica dependia da implantação de novas plantas na Baixada Santista (Cosipa) e em Ipatinga, Minas Gerais (Usiminas), ambas estatais. Esse é um exemplo de livro-texto de como a multiplicidade de objetivos pode arruinar a taxa de retorno planejada de investimentos industriais. No caso da Cosipa, a situação foi agravada pela escolha equivocada de sua



Fotógrafo não identificado
O plano de Brasília (da esquerda para a direita, em primeiro plano: Henrique Teixeira Lott, Israel Pinheiro, Juscelino Kubitschek e Antonio Balbino)
GELATINA/PRATA, 12 X 18 CM, BRASÍLIA, 2 DE OUTUBRO DE 1956
ARQUIVO HENRIQUE TEIXEIRA LOTT/CPDOC-FGV

localização, que requereu despesas com fundações muito além do que havia sido inicialmente orçado. O principal investimento na área química revelou-se também problemático, em vista das debilidades do projeto de outra estatal, a Cia. Nacional de Álcalis, produzindo barrilha em Arraial do Cabo, no litoral fluminense.

O Plano de Metas previa que fosse alcançada a produção de 170 mil veículos anualmente (automóveis, utilitários, caminhões e ônibus), porém, ao final do plano, só 78% da meta foi cumprida. As metas quantitativas eram acompanhadas de metas referentes a índices de nacionalização: 95% para automóveis e 90% para os demais. Outra manifestação de protecionismo extremado foi a aplicação generosa da legislação quanto à similaridade de importados com a produção doméstica, o que acabava redundando em proteção absoluta. A estratégia do governo para o setor automobilístico

 baseou-se na garantia de reserva de mercado às firmas entrantes: tornou-se impossível importar autoveículos em face de restrições de toda a sorte. Além disso, as montadoras foram beneficiadas pela generosa distribuição de incentivos creditícios, fiscais e cambiais. A combinação da lei da usura com a inflação relativamente alta redundava em taxas de juros reais negativas, associadas aos créditos oficiais, especialmente pelo BNDE. O banco estatal também concedeu avais a financiamentos externos relacionados ao Plano de Metas.

A gerência da implementação do Plano de Metas ficou por conta de grupos executivos setoriais, criados paralelamente à ineficiente máquina pública, sendo o mais conhecido o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (Geia), que coordenava a distribuição de incentivos e a implementação de índices de nacionalização. Muitas importações de bens de capital foram realizadas por meio da Instrução no 113 da Sumoc, que permitia importações diretas "sem cobertura" cambial, sendo seu valor simplesmente adicionado ao estoque de capital estrangeiro registrado na Sumoc. Como durante o governo JK o custo cambial de importações de bens de capital era muito maior do que aquele que resultava da utilização da taxa do mercado "livre", aplicável à entrada de capitais estrangeiros, havia um "subsídio" que beneficiava os usuários da Instrução nº 113, quando comparado aos custos dos agentes que não podiam realizar importações "sem cobertura cambial". Por isso, no quinquênio desse governo foram realizados investimentos de cerca de 500 milhões de dólares com o uso da Instrução nº 113 (Gordon e Grommers, 1962).

Outras metas muito menos importantes em termos de recursos alocados referiam-se a temas sociais e à agricultura. Neste último caso, havia o objetivo de substituir as importações de trigo com o aumento da produção no Sul. Entretanto, algumas das metas industriais — como fertilizantes e tratores — tinham implicações importantes para a agricultura. A percepção de que o problema dos desequilíbrios regionais não havia sido abordado pela estratégia inicial do governo levou à criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e, em 1959, à criação da Sudene, sob a direção de Celso Furtado.

Além disso, em paralelo ao Plano de Metas, houve a formalização do objetivo adicional da construção de Brasília, sendo estabelecida a data de 21 de abril de 1960 para a inauguração da nova capital. Estimativas grosseiras sugerem que o custo de Brasília foi da ordem de 2-3% do PIB no quinquênio. Calcula-se que os investimentos anuais relacionados ao Plano de Metas, exclusive Brasília, tenham correspondido a 5% do PIB, cerca de



Anúncio de caminhão da Fábrica Nacional de Motores (FNM)

REVISTA SENHOR, OUTUBRO DE 1960

ACERVO ICONOGRAPHIA

um terço da formação bruta de capital fixa, que se elevou de cerca de 13% para cerca de 18% do PIB, durante o período JK.

Depois do mau ano de 1956 — quando o PIB cresceu apenas 2,9%, com a consequente estagnação do PIB *per capita* —, a economia se expandiu, estimulada pelo programa de obras, ao ritmo inédito de 9% ao ano entre 1957 e 1961. Em termos estruturais, já em 1959 a indústria refletia, parcialmente, as consequências das políticas públicas com um aumento significativo das participações no valor adicionado de várias indústrias: de bens de capital (de 5,2%, em 1949, para 11,1%, em 1959); de bens de consumo durável (de 2,5% para 5%, respectivamente); e de bens intermediários (de 30,4% para



Anúncio do Fusca, da Volkswagen

S.D.

ACERVO ICONOGRAPHIA

37,3%, respectivamente), mas em detrimento das indústrias de bens de consumo não duráveis.

A inflação acelerou-se da casa dos 20% anuais para 30-35% no final do governo. A continuada convivência da lei de usura com a inflação alta tornava inviável a colocação de títulos públicos em bases voluntárias e fazia com que o governo equilibrasse suas contas por meio de uma combinação de expedientes que incluía, em posição proeminente, a emissão de moeda. O caminho era tortuoso. O mecanismo envolvia o desconto, pela Carteira de Redescontos (Cared) do Banco do Brasil, de papéis comerciais apresentados pelo próprio banco. A Cared, por sua vez, solicitava

ao Tesouro um empréstimo em papel-moeda. Havia um limite legal para o endividamento da Cared com o Tesouro, mas quando esse limite era atingido, o Congresso Nacional aprovava a "encampação" da emissão realizada pelo Tesouro, cancelando os débitos da Cared, do Banco do Brasil e do Tesouro. A posição híbrida do Banco do Brasil permitia também o uso de outros expedientes, entre os quais o uso das reservas voluntárias dos bancos comerciais, além dos adiantamentos relacionados à emissão de promessas de venda de câmbio.

O governo preocupou-se com os efeitos da inflação sobre as camadas populares e adotou um conjunto de políticas que tinham como objetivo atenuar as consequências distributivas da aceleração inflacionária através de controle de preços. Isso justificou o congelamento de tarifas públicas, tais como as relativas ao transporte ferroviário suburbano; a tentativa de controle de preços de itens da cesta de consumo básico, tais como carne, e também aluguéis, por meio da Lei do Inquilinato. Muitas dessas medidas foram simplesmente ineficazes e todas geraram distorções. O salário mínimo real médio, nos anos de reajuste, alcançou picos históricos: mais de 80% acima do nível de 1941.

Além dos gastos com o Plano de Metas, outras importantes fontes de despesas decorreram dos crescentes déficits operacionais das empresas estatais provedoras de serviços públicos, especialmente no setor de transportes: ferrovias e empresas de navegação de longo curso e de cabotagem. A política cafeeira, igualmente, absorveu um expressivo montante de recursos, talvez equivalente aos enormes gastos relativos à construção de Brasília. Seu objetivo era restringir a oferta, dado o excesso da produção de café, decorrente do plantio durante o *boom* que se esgotou a partir de 1954.

JK, como regra, não dava muita importância às restrições macroeconômicas, mas, em meados de 1958, pareceu reavaliar sua postura básica. Deu apoio político para que Lucas Lopes, que havia substituído José Maria Whitaker no Ministério da Fazenda, patrocinasse a implementação do Programa de Estabilização Monetária (1958-1959). O plano elaborado pelo novo ministro tinha como alvo a contenção da inflação e contou com o apoio do FMI. Era baseado no controle do crédito e dos gastos públicos, mas fracassou rapidamente, pois não continuou tendo o apoio de JK. Lucas Lopes, velho companheiro do presidente, evocou, muitos anos depois, os tempos do Plano de Metas: "Juscelino [...] era um desenvolvimentista *à outrance*, que pouco se incomodava com [...] problemas macroeconômicos [...]. Os políticos brasileiros não acreditavam em inflação, acreditavam em

 obras bem-feitas. Pouco se incomodavam se essas obras resultavam ou não em um processo inflacionário [...]" (Lopes, 1992).

Como se mencionou, devido ao fracasso do programa de estabilização de Lucas Lopes e a consequente suspensão dos acordos com o FMI, surgiu a interpretação que consagraria o nacionalismo de JK: o Brasil havia "rompido" com o FMI. Na verdade, não houve "ruptura", pois o Brasil simplesmente deixou de cumprir o programa acordado com o FMI.

Do ponto de vista externo, a política econômica sob JK, embora tenha mantido a Instrução nº 113, ajustou-se à reforma tarifária promovida em 1957 que, finalmente, estabeleceu que a tarifa brasileira seria *ad valorem* e não mais específica, como havia sido desde 1900. O regime cambial foi simplificado, com a criação de uma categoria geral e outra especial, em substituição às cinco categorias da Instrução nº 70. A restrição externa continuou a ser relevante: nos anos finais da administração JK, recorreu-se a operações de *swaps* de curto prazo, que geravam moeda estrangeira e eram garantidas pelas reservas brasileiras. O fato é que cerca de 70% da dívida externa brasileira, ao final de 1960, venceria no triênio 1961-1963. No terreno comercial, o Brasil tornou-se, em 1960, membro da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc), cujo ambicioso programa de integração regional acabou rapidamente esgotado.

Jânio Quadros sublinhou, ao assumir a presidência em 1961, com boa razão, a precariedade da herança que lhe entregavam do ponto de vista da inflação e do balanço de pagamentos. Planejou adotar um programa de contenção de gastos que permitisse a reversão da aceleração inflacionária. Mas, antes, pretendeu alinhar os preços relativos — com o objetivo de unificação da taxa cambial — e reduzir o impacto fiscal dos subsídios referentes às importações de bens essenciais. Isso foi feito por meio da Instrução nº 204 da Sumoc, que eliminou os leilões de cambiais para a categoria geral de importações e permitiu que fossem realizadas à taxa livre, embora as submetesse a quotas semanais, por firma importadora, e à obrigatoriedade de compra de letras do Banco do Brasil (com prazo de 150 dias e juros nominais de 6% de valor igual ao das importações). As importações da categoria especial continuariam a ser objeto de licenciamento prévio da Cacex e também de leilões de Promessas de Licenças de Importação. As importações preferenciais (como trigo e petróleo) seriam feitas a uma taxa de câmbio que sofreu um ajuste de 100% em relação à taxa cambial anterior. As taxas cambiais aplicáveis às exportações de café, cacau e derivados seriam mantidas, mas as diferenças em relação à taxa livre seriam recolhidas a um fundo de sustentação de preços destas

commodities. As demais exportações teriam de ser em parte liquidadas por meio de letras do Banco do Brasil. Decisões posteriores alteraram detalhes do complexo regime cambial, muito distante de qualquer coisa parecida com unificação da taxa cambial, embora marginalmente menos distorcido do que o que o precedeu. Embora autores como Celso Furtado (1975) tenham atribuído a essa reforma o ônus da aceleração inflacionária, a análise global do regime cambial sugere que o impacto já era negativo desde 1959 e que o governo recuperou parte de suas perdas fiscais, através da colocação de letras a taxas de juros negativas (Mesquita, 2010). O governo, contando com a simpatia do FMI, obteve sucesso nas tratativas sobre a dívida externa, renegociando os pagamentos de 1961 a 1965, afetando cerca de 1,1 bilhão de dólares de dívida, dos quais 80% nos Estados Unidos e Canadá e o restante na Europa.

A renúncia de Jânio Quadros significou o fracasso de seu programa de estabilização e o agravamento da crise fiscal que acometia o governo. O gabinete de "união nacional" presidido pelo político mineiro do Partido Social Democrático (PSD), Tancredo Neves — que incluía Moreira Salles (Fazenda), Gabriel Passos (Minas e Energia), Ulysses Guimarães (Indústria e Comércio), Franco Montoro (Trabalho e Previdência), San Thiago Dantas (Relações Exteriores) e Hermes Lima (Gabinete Civil) —, chegou a apresentar um programa de governo com objetivos "não todos plenamente compatíveis". Em contraste com o mote "governar é escolher", celebrizado por Pierre Mendès-France, o plano não passava de um longo rol de boas intenções: crescer a 7,5% ao ano; reduzir o desemprego, as desigualdades sociais e regionais; estabilizar preços; atenuar o desequilíbrio externo; aumentar a produtividade agrícola e a capacidade de absorção de mão de obra da indústria. Propunha uma reforma tributária, com a introdução de bases *ad valorem* na tributação indireta, a eliminação de ganhos fictícios gerados pela inflação e a criação de um banco central. Em termos mais práticos, tentou implementar, sem sucesso, programas de contenção de gastos em setembro de 1961 e no início de 1962. O detalhe curioso é que, nessa última tentativa, havia a previsão de colocação de significativo montante de títulos públicos indexados à inflação. Mas os planos fracassaram em meio à oposição de vários tipos, inclusive a do presidente. Com a aproximação dos prazos de desincompatibilização relativos à eleição de outubro de 1962, o gabinete Tancredo renunciou em junho.

O segundo semestre de 1962 foi marcado por aguda crise política. Inicialmente, o nome de San Thiago Dantas foi rejeitado pelo Congresso Nacional para suceder Tancredo Neves como presidente do Conselho de Ministros.

 Presumivelmente isso se deu por conta da oposição à gestão de Dantas no Itamaraty, durante o gabinete Neves, quando o Brasil aprofundou a política externa independente, lançada por Jânio Quadros. Foram reatadas as relações com a União Soviética, rompidas durante o governo Dutra, em 1947, em um dos mais lamentáveis episódios da política externa subserviente aos Estados Unidos. Mais importante, na reunião da Organização dos Estados Americanos, em janeiro de 1962, em Punta del Este, o Brasil absteve-se de apoiar a expulsão de Cuba da organização, patrocinada pelos Estados Unidos. Por fim, durante a crise dos mísseis soviéticos em Cuba, em novembro de 1962, o alinhamento com os Estados Unidos foi apenas parcial.

As relações com os Estados Unidos deterioraram-se, também, com o apoio federal à desapropriação de empresas norte-americanas de serviços públicos que operavam no Rio Grande do Sul. O governador Leonel Brizola, que já havia encampado a Amforp e parte da International Telephone and Telegraph (ITT), em 1959, desapropriou a Cia. Telefônica Nacional, outra subsidiária da ITT. O Congresso aprovou a Lei nº 4.131, que incluía a possibilidade da limitação de remessa de lucros de empresas estrangeiras, tomando como base seu reinvestimento de lucros passados. O assunto ficou pendente por muito tempo, esperando uma regulamentação, que só veio em 1963, com a radicalização do governo Goulart. Em abril de 1962, Goulart visitou os Estados Unidos para tratar de assuntos relacionados à dívida externa e aos investimentos diretos estrangeiros no Brasil, o que desanuviou parte dos problemas suscitados pelas desapropriações promovidas por Brizola.

Embora objeções à política externa independente conduzida por San Thiago Dantas certamente tenham tido papel dominante para explicar a resistência dos congressistas à sua indicação, há evidências de outras dificuldades. Antes da rejeição de seu nome, Dantas, em magnífico discurso ao Congresso, defendeu a necessidade de se estabelecerem claras prioridades entre objetivos a atingir, à luz dos recursos disponíveis, sublinhando a importância da contenção de preços.

A aprovação de Auro de Moura Andrade como sucessor de Tancredo Neves não foi homologada pelo presidente, sob pressão de seus aliados à esquerda. O *tertius* foi Brochado da Rocha, ainda com um gabinete de compromisso, como indica a manutenção de Walter Moreira Salles na pasta da Fazenda. Para implementar seu programa, Brochado da Rocha solicitou poderes especiais ao Congresso, que lhe foram negados e levaram à sua renúncia. A partir daí, tornou-se claro que o experimento parlamentarista havia fracassado, sendo dominante a ideia de que o impasse político só seria removido com a realização de um plebiscito. Hermes Lima esteve à

frente do gabinete pré-plebiscitário, cuja composição já não refletia grandes esforços de conciliação com os setores mais conservadores, como indicava a exclusão de Moreira Salles. Ao apagar das luzes de 1962, foi aprovada a legislação que definia o pagamento de um salário mensal adicional, ao final do ano, para todos os trabalhadores do setor privado.

A deterioração adicional dos termos de troca, em 1962, levou ao aumento do déficit em conta-corrente. A posição do balanço de pagamentos foi ainda agravada pelo início de significativa retração da entrada de investimento direto estrangeiro, em parte pela deterioração do clima político, em parte pelo esgotamento do ciclo de investimentos, associado ao Plano de Metas. O déficit foi financiado com a captação de recursos de curto prazo, atrasados comerciais e uso de reservas. A despeito disso, o governo ainda foi capaz de manter a extração de significativos recursos, com base em uma "cunha cambial", entre o que era pago aos geradores de divisas e o que era cobrado dos que demandavam divisas. Foi negociado o primeiro Acordo Internacional do Café (1963-1968), com o propósito de estabilizar preços. Pela primeira vez em sua história, o país abandonava a política unilateral em relação aos preços do café, adotada desde a primeira "valorização", realizada nos inícios da Primeira República, em 1907.

O ritmo de crescimento da economia em 1962 começou a arrefecer — 6,6% comparados aos 8,6% no ano anterior —, enquanto a inflação acelerava muito. Medida pelo deflator implícito do PIB, a inflação alcançou mais de 50% em 1962, comparada aos 35% de 1961 e aos 25% de 1960. Em bases mensais, medida pelos preços por atacado, excedia 5%, o que equivalia a uma inflação anual de 80%.

Após a vitória do presidencialismo, em janeiro de 1963, a estratégia do governo dependia da implementação de um novo Plano Trienal correspondente ao final do mandato de Goulart. A equipe econômica era constituída por San Thiago Dantas, na pasta da Fazenda, e pelo economista Celso Furtado, com experiência na Cepal e na Sudene, como ministro extraordinário do Planejamento e seu principal formulador. O Plano Trienal objetivava manter as altas taxas de crescimento alcançadas desde 1943 (cerca de 7% ao ano); conter gradualmente a inflação, reduzindo-a para 25% em 1963 e para 10% em 1965; além de realizar amplas reformas estruturais. Embora as chamadas reformas de base ocupassem lugar proeminente no discurso político da época, os planos concretos para sua realização eram bastante nebulosos, com a possível exceção da reforma agrária e, mesmo assim, em grande medida, circunscrita à *deflagrada* região da Zona da Mata, em Pernambuco.

O diagnóstico inflacionário era convencional, atribuindo a inflação alta à expansão de gastos públicos. Seu controle seria baseado na redução de subsídios relacionados a tarifas públicas e importações. Eram previstas, também, metas para a expansão monetária e de crédito. Em janeiro de 1963, o governo aumentou as tarifas públicas e anunciou o fim dos subsídios cambiais ao trigo e ao petróleo. A partir de março, os gastos públicos foram contidos, o crédito público e privado foi limitado e os depósitos compulsórios bancários foram aumentados. A inflação mensal foi reduzida temporariamente (0,5% em abril), mas o plano enfrentou uma barragem de críticas tanto do setor empresarial como dos sindicatos. Seu fracasso ficou explícito quando o Congresso votou, em abril, um aumento de 70% para o funcionalismo, em vez dos 40% propostos pelo governo. Era a derrota evidente da, na famosa frase de Dantas, "esquerda positiva", referindo-se aos setores de esquerda que atribuíam importância à estabilização econômica.

No quadro externo, embora a redução do ritmo de atividade tenha diminuído as importações, o fato marcante foi o fracasso das negociações de Dantas, em 1963, para de novo reescalonar a dívida externa. A despeito das concessões brasileiras quanto à indenização a ser paga à Amforp, apenas 84 milhões de dólares foram obtidos para desembolso imediato. Assim, a missão do FMI, que havia visitado o Brasil no início daquele ano, recomendou que o empréstimo inicialmente fixado em 100 milhões de dólares fosse reduzido para 60 milhões de dólares.

Em junho de 1963, Dantas e Furtado acabaram sendo substituídos. Depois disto, o país foi ladeira abaixo, tanto do ponto de vista político como econômico. O embaixador do Brasil em Washington, Roberto Campos, figura importante na intermediação com os norte-americanos, pediu remoção. Não havia mais qualquer esboço de estratégia econômica. Em meio à deterioração do quadro político — rebelião de sargentos em 1963, comício de 13 de março, revolta de marinheiros em 1964 —, os indicadores econômicos pioraram: o descontrole fiscal agravou-se e a economia cresceu apenas 0,6% em 1963, com uma inflação anual beirando os 100%. O palco estava armado para o golpe. Não há consenso quanto às causas para a recessão brasileira a partir de 1962. Provavelmente, esteve relacionada com uma combinação de fatores adversos que incluem a estabilização fracassada de 1963, a deterioração do quadro político, a aceleração inflacionária e o fim do ciclo de investimentos iniciados com o Plano de Metas (Tavares, 1964).

Embora o PIB *per capita* brasileiro tenha-se expandido a uma taxa bastante alta entre 1930 e 1964 (da ordem de 2,5% ao ano), seu desempenho foi superado por outras economias latino-americanas, tais como as do Peru

e da Venezuela, e também por economias maduras, como as do Japão, Finlândia, Alemanha Ocidental e Itália, e até mesmo por algumas economias socialistas, como a União Soviética e a Bulgária. Como a economia brasileira partiu de uma base muito modesta em 1930, sendo, de longe, a mais pobre entre as maiores economias latino-americanas, permaneceu nessa posição em 1964. Só o *boom* de 1967-1974 traria uma melhora significativa em sua posição relativa.

Mas esse período foi marcado por uma grande mudança estrutural. Basta registrar que, em 1928, a agricultura representava 30% do produto, contrastado com cerca de 16% para a indústria. Já em 1964, as posições haviam sido invertidas: a indústria respondia pelo dobro da participação da agricultura, ou seja, 32% e 16%, respectivamente. Apesar dessa mudança estrutural, o Brasil ainda era essencialmente um exportador de *commodities*, com as manufaturas respondendo por algo da ordem de 3% das exportações totais. A necessidade premente de reformas econômicas estruturais havia sido explicitada pelas dificuldades crescentes enfrentadas, em particular, a partir de 1961. O regime militar iria empreender algumas delas, embora no processo de modernização implementado tivesse criado novas distorções, cuja remoção permaneceria, por décadas, na pauta prioritária de sucessivos governos.

Não há dúvida de que no primeiro período Vargas (1930 e 1945) e na Terceira República (1946-1964) foram lançadas as bases da moderna economia brasileira. A herança da Terceira República em termos de criação de capacidade produtiva e de infraestrutura, somada às reformas estruturais de 1964-1967, permitiria que fosse retomado o crescimento acelerado a partir de 1967 até 1980. Mas os desequilíbrios macroeconômicos e de balanço de pagamentos que afloraram a partir do início da década de 1950, bem como as dificuldades para definir adequadamente as esferas de atuação do Estado e do setor privado, persistiriam sem solução estável e se agravariam, espetacularmente, com a crise econômica mundial de 1979 e o início do desgaste político do regime militar na década de 1980.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso*: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

______. 1944-1973: crescimento rápido e limites do modelo autárquico. In: ______; LAMOUNIER, Bolívar; CARNEIRO, Dionísio D. *50 anos de Brasil. 50 anos de Fundação Getulio Vargas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

______. *O Brasil e a economia mundial, 1930-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

FISHLOW, A. Origins and Consequences of Import Substitution in Brazil. In: DI MARCO, Luis Eugenio (Org.). *International Economics and Development*: Essays in honor of Raúl Prebisch. Nova York: Academic Press, 1972.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 1959.

______. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GUDIN, Eugênio. *Café e câmbio*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1933.

GORDON, Lincoln; GROMMERS, Engelbert. *Manufacturing Investment in Brazil*: The impact of Brazilian Government policies 1946-1960. Cambridge (Mass.): Harvard University, 1962.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956-1960). In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

LOPES, Lucas. *Memórias do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 1992.

MALAN, Pedro Sampaio. Relações econômicas internacionais no Brasil (1945-1964). In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1984. T. III, v. 11.

MESQUITA, Mário M. C. Brasil 1961-1964: inflação, estagnação e ruptura. *Texto para Discussão* 569, Departamento de Economia, PUC-Rio, mar. 2010. Disponível em: <www.econ.puc-rio.br/PDF/td569.pdf>.

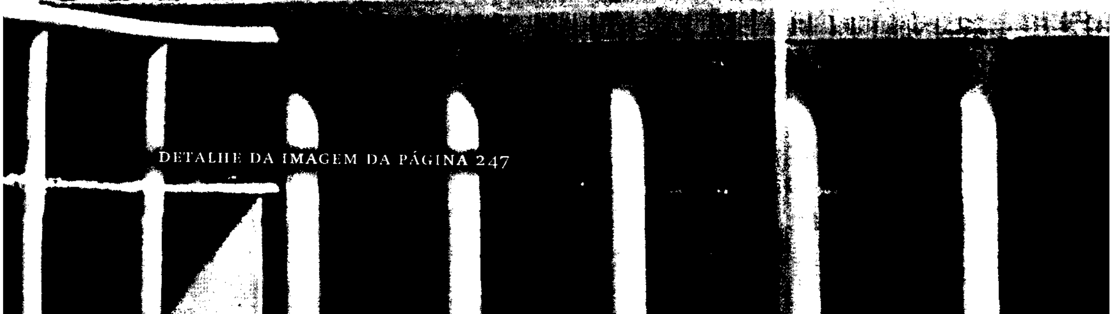
ORENSTEIN, Luiz; SOCHACZEWSKI, Antonio Cláudio. Democracia com desenvolvimento: 1956-1961. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

PELÁEZ, Carlos Manuel. As consequências da ortodoxia monetária, cambial e fiscal no Brasil entre 1889 e 1945. *Revista Brasileira de Economia*, v. 25, n. 3, p. 5-82, set. 1971.

PINHO NETO, Demosthenes M. de. O interregno Café Filho: 1954/1955. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SILBER, Simão Davi. Análise da política econômica e do comportamento da economia brasileira durante o período 1929-1939. In: VERSIANI, Flávio R.; BARROS, José Roberto M. de (Org.). *Formação econômica do Brasil*: a experiência da industrialização. São Paulo: Saraiva, 1977.

TAVARES, Maria da Conceição. Auge y declinación del proceso de substitución de importaciones en el Brasil. *Boletín Económico de América Latina*, v. 9, n. 1, mar. 1964.
VIANNA, Sérgio B. Política econômica externa e industrialização: 1946-1951. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro: Campus, 1990a.
______. Duas tentativas de estabilização: 1951-1954. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro: Campus, 1990b.



DETALHE DA IMAGEM DA PÁGINA 247

PARTE **5**

ELIANA DE FREITAS DUTRA
CULTURA

"SEREMOS UNIVERSAIS, PORQUE NACIONAIS"*

E NO COMEÇO ERA O LIVRO...

O desafio de pensar a cultura brasileira entre a primeira e a segunda metade do século XX será inútil se desconsiderarmos a existência e a convivência entre as muitas culturas do país — a escrita, a impressa, a oral, a de origem erudita, a de tradição popular —, bem como os diferentes entendimentos, naquele momento, sobre o que deveria ser considerado e definido como cultura brasileira.

A reivindicação de uma identidade nacional, ou de uma "orientação brasileira", como dizia o escritor Mario de Andrade, foi a forma organizadora, por excelência, dos discursos sobre a cultura, bem como dos diagnósticos e estratégias de escritores, intelectuais e homens públicos à época, ciosos, não sem divergências, de afirmar a existência de uma cultura brasileira.

Formar uma consciência nacional, abrasileirar o Brasil, ser inteiramente brasileiro, estudar o Brasil sob todos os seus aspectos e em todos os seus problemas, tornar o Brasil mais conhecido para ser mais amado, são alguns dos vários pontos da pauta cultural que pretendia afirmar a civilização e a cultura nacionais. Estes dois termos, entendidos como complementares, foram ligados por um dos mais importantes artefatos do mundo moderno: o livro. Reconhecido como instrumento fundamental da cultura, seu

* Frase de Mario de Andrade em carta escrita a Carlos Drummond de Andrade em 1924.

 destino se identificaria com o da civilização brasileira, como índice, produto e objeto de cultura.

Sob essa condição, nos debates intelectuais o livro se tornou importante ponto de partida para novas e fecundas iniciativas oriundas de interesses privados do mundo editorial e da criação das artes e letras. Passou a ocupar o centro das formulações de políticas públicas que desaguaram na institucionalização de uma política cultural que, no Brasil, se consolidou a partir do Estado Novo. Esta, como se verá, ao escolher como seu substrato uma pedagogia da nacionalidade dedicou atenção especial à formação do leitor, mas não se descuidou da utilização e do diálogo dos vários gêneros de impressos (livro, revistas, cartazes, cartilhas) com outras mídias, como o rádio e o cinema, e práticas culturais como o teatro e as radionovelas. Para ter sua eficácia assegurada, a política cultural estado-novista conviveu, e por vezes compôs, com outras manifestações mais populares, cujo letramento era ainda bastante incipiente.

Lugar de expressão das culturas literárias e das tradições do saber, peça-chave da fortuna cultural da língua brasileira, espaço de expressão das ideias, o livro foi considerado o grande repositório da cultura nacional e indicador do grau de civilização do Brasil.

Não por acaso, o escritor Afrânio Peixoto, em 1938, em uma discussão sobre o problema do livro nacional, manifestou grande pessimismo diante do número de brasileiros incapazes de ler e escrever, que estimava ser da ordem de 75% da população, e os alfabetizados sem hábito de leitura — e que não liam nem mesmo os jornais —, em torno de 20% a 25%. Frente a esses dados relembrou um provérbio alemão que dizia que quando se bate com o livro na cabeça se ouve um som oco. Ao que ele ironicamente acrescenta: “Será sempre o do livro?”. Sua resposta é que no Brasil o som oco não seria do livro. Alarmado com os dados estatísticos publicados na ocasião pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que indicavam um forte crescimento demográfico para o Brasil, cuja população estaria totalizando 47 milhões, rebelava-se contra tais dados numéricos considerando que “aumentando a população e não aumentando o número de leitores e o número das outras coisas que fazem a cultura, *ipso facto* diminuem, difamam o Brasil” (apud Carneiro, 1938:44).

O escritor se indignava com o fato de “um país imenso saber ler tão pouco”, o que se confirmaria pelas tiragens modestas nas edições de livros consagrados e da aceitação do público, informada pelos editores. Segundo ele, tiragens tão módicas depunham contra a cultura. As únicas exceções seriam, a seu juízo, os livros editados pelo escritor e editor Monteiro Lobato,



Fotógrafo não identificado
Monteiro Lobato

GELATINA/PRATA, S.L., ANOS 1940

ACERVO ICONOGRAPHIA

 em particular os livros infantis, uma vez que as crianças eram os leitores mais assíduos do Brasil, por força da escola, das mães e dos padrinhos, que costumavam presenteá-las com livros.

O escasso patrimônio nacional, no seu entender, também estaria sendo agredido pelas editoras de fundo de quintal que publicavam, por vaidade dos autores, livros caseiros, má literatura, para o que sugere, em tom de galhofa, um receituário: "Um curador literário para o Brasil." Em tom dramático, demanda medidas do governo para "a criação do leitor brasileiro, do homem que sabe ler". Afinal, dispondo-se a contestar, se necessário, os historiadores, argumentava que o livro era, de fato, o autor da Idade Contemporânea, pondo fim à Idade Média, e a única esperança de cultura e de conhecimento.

Marcadas por uma ênfase a um só tempo nacionalista e salvacionista, as considerações de Afrânio Peixoto referem-se a uma conferência proferida pelo escritor e advogado Levi Carneiro, membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB. Nela, um interessante debate é suscitado, permitindo uma melhor compreensão da equação leitura/cultura/civilização, e dando a medida das controvérsias e engajamentos em torno desse tripé, do qual não ficaram ausentes as relações do livro com o rádio e o cinema. Uma série de deficiências foi apontada pelo conferencista, entre elas a falta de bibliotecas públicas no país, sobretudo municipais, resultante da ausência de uma política governamental, em contraste com os bem-sucedidos investimentos feitos na Argentina, desde 1870, em bibliotecas populares; a importância de criação de bibliotecas circulantes, tal como as existentes no México por iniciativa do intelectual e político José de Vasconcelos; a necessidade de promoção do livro nacional no país e no estrangeiro, com a participação do Brasil em exposições internacionais do livro, de forma a beneficiar livreiros, editores, escritores e leitores; o insuficiente número de livrarias, livreiros e alfarrabistas com boa formação; a multiplicação de traduções de clássicos realizada por amadores, com deturpações ao seu conteúdo e valor, sem maior controle da qualidade das mesmas.

A tais questões vieram se acrescentar outras, tais como a urgência da organização de uma bibliografia brasileira, escassamente produzida pela Biblioteca Nacional e prejudicada pelo não cumprimento, por parte dos editores, da obrigação de depósito legal na instituição de dois exemplares dos livros editados. Havia ainda a reclamação quanto ao pagamento dos direitos autorais, da persistente má qualidade dos livros produzidos no Brasil e do alto preço do papel, assunto candente nos anos 30 do século XX. Tudo isso considerado uma "vergonha patriótica".

Nesse debate, o educador e editor Lourenço Filho, embora não desconhecesse a pertinência e a veracidade dos aspectos levantados, é exemplo de quem conservou uma visão mais otimista sobre o chamado problema do livro nacional. Rebateu o diagnóstico feito por Levi Carneiro, que julgava sombrio, dizendo: "Nunca se produziu tanto como agora, nem se leu tanto como agora" (apud Carneiro, 1936:53). Membro do grupo dos escola-novistas, que lutaram para renovar o universo da educação nos anos 1920/1930, via na escola, nos livros infantis e na melhoria das bibliotecas em curso no Brasil, um futuro mais promissor para o livro, ao contrário de uma crise do livro. A educação ativa era, no seu entender, a chave para a ampliação das bibliotecas, da produção de livros e do número de leitores, o que já estaria em marcha nas grandes capitais e em várias cidades do Brasil. Para ele, a educação intuitiva bania os livros da escola, enquanto a ativa bania o *livro único* e demandava mais livros para diferentes assuntos.

Defensor de investimentos para a organização de coletâneas da bibliografia brasileira, Lourenço Filho, ao contrário de Levi Carneiro, também sustentava o incentivo às traduções para o português, mesmo com o risco de as mesmas serem um pouco "infelizes" no início, por acreditar que "é assim que todo país aumenta sua cultura". As traduções permitiriam que nossa língua se transformasse em uma língua de cultura, ou seja, que se tornasse um instrumento de projeção universal do país. Com esse argumento ele rebatia outras posições, que viam no francês, por exemplo, a fonte autêntica da cultura e da civilização mundial. O ato de traduzir, portanto, não representaria perigo para a cultura brasileira, perda em termos de erudição ou relaxamento no estudo da cultura humanística. Na realidade, a seu ver, as publicações em francês eram apenas a ponta do iceberg no mar do mercado editorial brasileiro, dominado pela presença majoritária de livros estrangeiros e de livros nacionais produzidos no exterior. Foi com essa preocupação que, desde os anos 1910/1920, Monteiro Lobato se esforçava para "inundar" o país de livros nacionais.

Em 1927, Lourenço Filho dirigiu para a *Revista Educação* um inquérito que denominou "O que os moços leem", em que apontava a presença decisiva do fator econômico na escolha dos autores lidos pelos jovens. O preço do livro estaria, assim, à frente de qualquer outro critério, como o da qualidade do autor ou o conteúdo da obra. Os anos 1930 vão encontrá-lo como um ardoroso defensor de maiores investimentos em fábricas de papel e de um melhor preço para os livros, considerando irrelevantes as críticas daqueles que diziam que se produziam maus livros no Brasil, pois, segundo ele, em debate com Levi Carneiro, "os maus livros se combatem

com livros bons". A respeito de sua visão sobre o livro e a leitura, Lourenço Filho, parafraseando Machado de Assis, indagava: "Mudou o livro ou mudei eu?" O apelo a Machado tem sua razão de ser quando se examina o quadro geral do movimento editorial no Brasil, que vinha sofrendo importantes modificações desde a década de 1920, as quais se aprofundaram ao longo dos anos 1930, quando Lourenço Filho teve atuação destacada como editor de literatura infantil. Ele dirigiu, a partir de 1926, a Biblioteca Infantil daquela que viria a ser uma das grandes editoras de livros para crianças no Brasil, a Companhia Melhoramentos. Como educador, foi um formador de opinião na área de livros para crianças, sobretudo durante o Estado Novo.

Entretanto, uma figura se impõe, precedendo a intervenção do Estado na cena da política cultural, quando o tema são as mudanças no mundo dos livros e da edição nos anos 1920/1930: a do escritor, editor e tradutor Monteiro Lobato. Com uma carreira marcada por ousadias e insucessos, Lobato fez sua entrada no mundo das edições quando comprou, em 1918, a *Revista do Brasil*, criada dois anos antes por Júlio de Mesquita, proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*. Logo em seguida, criou a Companhia Editora Monteiro Lobato, que se expandiu em 1924 com o acréscimo de oficinas gráficas. Em 1926, com seu sócio Octales Marcondes, criou a Companhia Editora Nacional (CEN) que, ao longo dos anos 1930/1950, foi uma espécie de modelo matricial para as editoras brasileiras.

Monteiro Lobato exerceu atuação decisiva, não somente na modernização do parque editorial do país, mas, sobretudo, na difusão de uma mentalidade empresarial no mercado dos livros e de periódicos, principalmente visando a formação de uma nova cultura de leitura no Brasil, um país em que, segundo ele dizia em 1915, "a cultura do jornal mata a do livro" (Lobato, 1951:7). Na *Revista do Brasil*, Lobato, tal como outros homens do chamado "mercado de inteligência" nos anos 1930 — inquietos com a sorte da cultura nacional frente aos percalços dos livros e de escritores, editores e leitores —, disseminou as comparações com a Argentina, o que acabou por se tornar referência habitual nas críticas à situação do Brasil nessa área. Assim, em convocações ao leitor por meio de campanhas de assinatura da *Revista do Brasil* inseridas nas páginas da mesma, o público era informado que, no campo dos periódicos, a superioridade da Argentina sobre o Brasil era inquestionável. O texto endereçado ao público lembrava que o país tinha finalmente "uma" revista (a do Brasil!) a caminho, capaz de agitar o marasmo em que até então se vivia, pois seria uma publicação que marcaria época.

De fato, a experiência de Lobato na *Revista do Brasil* e sua inserção numa rede de sociabilidade intelectual em que se debatiam e implementavam

ideias prementes para a vida cultural da nação, abriu perspectivas transformadoras na cultura impressa vigente. Sua ação foi um ponto de inflexão importante em meio aos vários diagnósticos e possíveis soluções, no que se refere ao problema dos livros e leitores no Brasil. Ainda que numa escala longe de ser satisfatória, mesmo para a realidade incipiente da expansão urbana de algumas capitais brasileiras como Rio de Janeiro e São Paulo, a indústria editorial, com Monteiro Lobato, se incrementou e se reorganizou em novos padrões gráficos, estéticos, industriais, comerciais e publicitários, considerados universais. Nesse sentido, observa-se a profissionalização de pessoal especializado; o investimento em tecnologias de ponta no campo da impressão; o respeito aos direitos autorais; a introdução da novidade da publicação de coleções e a atenção com a revisão das obras. Ao lado disso, vê-se a qualidade e o cuidado estético das publicações, com a inserção de cores e motivos, criados por artistas modernistas, como Tarsila do Amaral, Anita Malfatti, Di Cavalcanti, e ilustradores e desenhistas, como José Wasth e Lemmo Lemmi. Inovou-se na organização das redes de distribuição comercial das obras editadas, que passaram a ser distribuídas em bazares, açougues, farmácias, armarinhos, lojas de ferramenta e bancas de jornal, ampliando os circuitos já utilizados por outras casas editoriais e livrarias. O uso de estratégias de propaganda, no rádio, nos jornais, nas revistas, e de diferentes táticas para divulgar novos autores ganhou maior atenção. Iniciou-se a prática de vendas a prazo, junto ao aumento das tiragens e redução dos preços, o que fez crescer a competitividade dos livros. Enfim, com Lobato, a concepção do livro como mercadoria que deveria atrair consumidores, fortaleceu uma nova metodologia de trabalho editorial que, exitosa, abriu novas perspectivas para a promoção, o acesso e a produção do livro nacional. A Companhia Editora Nacional, de forma exemplar, daria continuidade a essa política, mesmo após o afastamento de Lobato da sua direção, ganhando o entusiasmo do poeta Manuel Bandeira que, em 1934, em uma crônica intitulada "O Brasil começa a ler", escreveu: "A Editora Nacional vem mostrar que o Brasil quer ler. Não lia porque o livro era caro. Aí por esse interior adentro o custo de um livro representava mais de dia de trabalho. Agora as modas mudaram. A verdadeira avalanche que há um mês vem abarrotando a minha mesa de edições nacionais me está persuadindo que desta vez a coisa vai" (Bandeira, 2009:159).

Não nos esqueçamos, porém, da entrada em cena nos anos 1920/1930, ainda que tímida, da cultura de massas no Brasil, com seu cortejo de novidades tecnológicas e de linguagens de vanguarda, através dos aportes da fotografia, do cinema, do rádio e da indústria fonográfica. No conjunto, toda



Fotógrafo não identificado
Tarsila do Amaral e o Morro da Favela

GELATINA/PRATA, S.D., S.L.

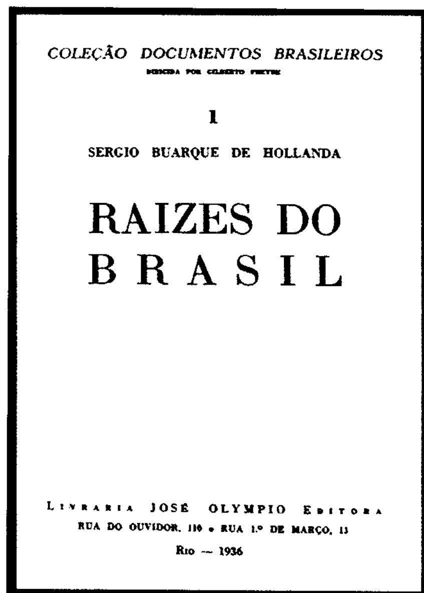
ACERVO ICONOGRAPHIA

essa movimentação não ficou alheia à circulação internacional das elites intelectuais brasileiras, o que fortaleceu a possibilidade de um contraste entre o nacional — em suas versões regionais — e o universal. Este é o caso de artistas como Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Di Cavalcanti, Victor Brecheret, dos escritores Graça Aranha, Oswald de Andrade, do músico Villa-Lobos, entre vários outros que fizeram de Paris o ponto privilegiado para se olhar o Brasil. Dessa forma, a pesquisa de uma linguagem nacional para a expressão da produção cultural do Brasil entra na ordem do dia. O resultado foi uma convergência de práticas e ações que se inseriram em um movimento pendular de criação/renovação, bem como de nacionalização/universalização da cultura brasileira, que se servia de diferentes mídias, não se restringindo à indústria editorial, embora tenham estabelecido com ela um fértil diálogo, que vai resultar em ricas interações nos anos subsequentes.

Assim, Lobato buscou atrair novos leitores, editando obras de autores nacionais com temáticas brasileiras, tentando pôr um fim ao que chamou, em carta ao amigo e escritor Godofredo Rangel, de "crise dos vocábulos e graça"; criando histórias e tipos relacionados com a tradição rural do Brasil; buscando alternativas para uma política de tradução de livros, com a inclusão da literatura de viajantes e a adaptação dos clássicos de literatura infantil, dos quais nunca se descuidou. Sua atuação também vai ao encontro de sugestões como a que foi feita por Levi Carneiro, nos anos iniciais da prestigiosa Associação Brasileira de Educação (ABE), criada em 1924. Reduto importante das mais vivas discussões sobre os projetos de reformulação da educação nacional, a ABE acolheu a proposta de organização de um indicador de leituras para os brasileiros, um amplo roteiro pelo qual se pudesse percorrer as grandes obras "que cada homem de cultura tem necessidade conhecer" (Carneiro, 1938:29).

Embora muitos dos problemas do livro nacional persistissem ainda nos anos 1930, o educador Lourenço Filho — que trabalhou ao lado de Lobato na *Revista do Brasil* —, colocou em prática, na Biblioteca Infantil, os cuidados com a materialidade dos livros, com as ilustrações e, sobretudo, com a compatibilidade das obras traduzidas com as referências culturais das crianças brasileiras. Afinal, já eram visíveis as mudanças na estrutura e dinâmica do mercado editorial brasileiro e os sinais de uma tomada de consciência cultural como instrumento de afirmação da nacionalidade, que vai seguir sendo objeto de debates entre autores, editores e homens públicos em anos posteriores.

Convém lembrar que, no caso de Lobato, sua ação de editor/escritor não se deu de forma isolada e num terreno onde tudo ainda estava por



COLEÇÃO DOCUMENTOS BRASILEIROS

1

SERGIO BUARQUE DE HOLLANDA

RAIZES DO BRASIL

LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA

RUA DO OUVIDOR, 110 • RUA 1.º DE MARÇO, 11

RIO — 1936

Capa da primeira edição de Raízes do Brasil,
de Sérgio Buarque de Hollanda

IMPRESSO, 1936

ACERVO ICONOGRAPHIA

construir. Longe disso. Ela ocorreu em meio às inquietações compartilhadas por setores da elite intelectual e de agentes do mundo dos livros, e foi ao encontro de iniciativas e experiências já em curso no Brasil, embora por vezes localizadas, esparsas e sem solução de continuidade. Mesmo assim, elas iam criando tradições em um público leitor, a exemplo dos livros didáticos e infantis e, sobretudo, dos almanaques, dos folhetins, das revistas ilustradas, de variedades e de humor, com circulação assegurada nos centros urbanos, no início do século XX, de que são exemplos as revista *O Malho*, *Fon-Fon*, *O Pirralho*, *O Cruzeiro*, *A Cigarra*, *Para Todos* — que teve os artistas Di Cavalcanti, Anita Malfatti e Victor Brecheret entre seus ilustradores — e *Cinearte*, dedicada à crítica cinematográfica. *A Cigarra* contou, inclusive, com a colaboração de Monteiro Lobato, bem como com a de Oswald de



Péricles (Péricles de Andrade Maranhão, 1924-1961)
O Amigo da Onça

O famoso personagem apareceu pela primeira vez na revista *O Cruzeiro* em 23 de outubro de 1943

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO/ACERVO ÚLTIMA HORA

 Andrade, um dos líderes da antropofagia modernista. No conjunto, essas revistas, com desenhos, caricaturas e traços bem-humorados de Belmonte (criador do Juca Pato), Lemmo Lemmi (com seu personagem Voltolino), José Wasth Rodrigues, Ângelo Agostini e J. Carlos, entre outros, foram sucesso de público, ainda que suas inovações estéticas e gráficas fossem experimentadas dentro dos limites técnicos daquela realidade, à qual não faltou o concurso da experiência acumulada de livreiros, ilustradores e artistas gráficos nacionais e estrangeiros, que fizeram escola no Brasil.

Voltadas para a sátira política ou para os fatos mundanos e cotidianos, as revistas de variedades retratavam os costumes ao mesmo tempo em que também veiculavam os novos hábitos citadinos e as novidades da modernidade. Produzidas no eixo Rio/São Paulo as revistas ilustradas e de variedades acolheram as inovações técnicas e a cultura gráfica da *belle époque*, explorando as imagens através de fotografias, fotogravuras e clichês coloridos, valorizando seu charme. Essa exploração de novas técnicas e imagens gráficas preservou a necessária abertura para a convivência complementar entre as edições e as artes plásticas naqueles anos de exploração de novas perspectivas culturais e estéticas. E esse diálogo se consolidou, pois vamos encontrar, por exemplo, o artista e gravador Osvaldo Goeldi ilustrando, em 1937, com suas xilogravuras coloridas, a segunda edição de *Cobra Norato*, do modernista Raul Bopp. Goeldi criou também, em 1928, ilustração para a célebre obra do escritor Graça Aranha, *Canaã*. Outro artista e ilustrador, Vicente do Rego Monteiro, trouxe ao Brasil, em 1930, a exposição da École de Paris, da qual participaram vários artistas brasileiros, entre eles a pintora Tarsila do Amaral. Outro nome importante, Lívio Abramo, responsável pela ilustração do livro *Sertão*, de Afonso Arinos, ganharia o prêmio do Salão de Belas Artes de 1946, no Rio de Janeiro. Em 1951, o ilustrador Tomás Santa Rosa, da livraria José Olympio, integrou o júri de seleção da primeira Bienal do Museu de Arte Moderna de São Paulo — um evento histórico no campo das artes plásticas, com artistas de 21 países integrando a mostra —, na qual o artista plástico e ilustrador de livros de Jorge Amado, Clóvis Graciano, foi um dos que recebeu maiores indicações. Nessa Bienal, o ilustrador Lívio Abramo foi detentor do primeiro prêmio, dividido com outros três artistas das áreas do desenho, escultura e cartaz. Tudo isso em meio a vários outros importantes eventos no campo das artes plásticas, tais como a Exposição de Pintura Contemporânea Norte-Americana no Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, em 1942, e a criação, em 1947, do Museu de Arte Moderna de São Paulo, seguida, em 1948, pela do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.



Fotógrafo não identificado
Sergio Milliet entre Pietro Maria Bardi (em primeiro plano) e Assis Chateaubriand, em visita ao Masp
GELATINA/PRATA, SÃO PAULO, 1947
ACERVO ICONOGRAPHIA



Fotógrafo não identificado
As obras de Maria Martins na 3ª Bienal do Museu de Arte Moderna de São Paulo (1955)
ARQUIVO HISTÓRICO WANDA SVEVO/FUNDAÇÃO BIENAL DE SÃO PAULO

É fato, no entanto, que as sistemáticas inovações e a concepção mercadológica dos livros e demais impressos introduzidas no mercado editorial estimularam expectativas que se concretizariam, a exemplo do interesse pela abertura de novas gráficas e editoras com modernos padrões tecnológicos, fruto, em boa medida, das reformas educacionais em curso e da adoção de novas pedagogias de ensino, com sua maior demanda por livros didáticos e de literatura infantil. Nos anos 1930/1940, cresceu o interesse pela expansão do público leitor e aumentaram os espaços para as novas sociabilidades intelectuais, tal como as revistas culturais de grupos modernistas no circuito Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, de que são exemplos *Klaxon*, *Estética*, *Verde*, *Novíssima*, *Leite Criôlo*, *A Revista*, *A Revista de Antropofagia*, *Revista do Globo*, entre outras, incluindo-se aí a própria *Revista do Brasil* em suas fases posteriores a 1925.

Paralelamente à atuação das editoras, nos anos 1930/1940 proliferaram as revistas culturais e literárias, no rastro das tendências de maior ou menor afinidade com o modernismo, na sua variante mais vanguardista e, ou, na sua versão mais conservadora; ou na trilha de crítica ao modernismo, na sua ênfase à dimensão nacional da cultura e no seu engajamento na construção de uma cultura nacional. Neste panorama circularam, entre outras, com variada duração: *A Revista Nova*, *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, *Boletim de Ariel*, *Dom Casmurro*, *Rumo*, *Revista do Brasil*, na sua terceira fase, e *Lanterna Verde*. No início da década de 1930, a ideia dos roteiros de leitura proposta na ABE materializou-se, embora de forma distinta, através das coleções da Companhia Editora Nacional. A essas coleções, emprestaram seus nomes importantes intelectuais, como o educador Anísio Teixeira, no caso da Coleção Biblioteca do Espírito Moderno, e o jurista e catedrático Hermes Lima, à frente da Biblioteca de Cultura Jurídica e Social. Nesse caso, vale destacar a Biblioteca Pedagógica Brasileira, concebida pelo educador Fernando de Azevedo, com cinco séries: Literatura Infantil, Livros Didáticos, Atualidades Pedagógicas, Iniciação Científica e a Brasiliana. Esta última, a mais ambiciosa em termos de complexidade intelectual entre as cinco séries, tinha a particularidade de contemplar, exclusivamente, a edição de obras sobre o Brasil, que deveriam proporcionar a seus leitores, segundo seu editor, "a mais vasta sistematização de estudos brasileiros". A coleção Brasiliana assumiu a dianteira do processo que serviria de modelo para outras coleções do gênero, criadas nos anos seguintes por casas editoriais concorrentes e que também foram entregues a intelectuais de renome que pudessem carregar seu prestígio a tais iniciativas. Todas elas nasceram movidas pelo objetivo de buscar conhecer o Brasil "real", entender as bases da

sua "formação social", diagnosticar seus problemas e resolver seus dilemas, promovendo sua cultura. Nessa linha, a Brasiliana definiu um sólido plano editorial em que, dentro dos diferentes campos do conhecimento, buscou disponibilizar reedições de obras raras, clássicos esgotados, traduções de obras estrangeiras sobre assuntos brasileiros, novos trabalhos sobre o Brasil na forma de ensaios sobre a sua formação histórica e social, estudos de vultos da história brasileira e de problemas nacionais — geográficos, etnológicos, políticos, econômicos, militares etc. Na sequência, a editora Schmidt, de 1932, criou a Coleção Azul e a editora José Olympio inaugurou, em 1936, a Coleção Documentos Brasileiros, cuja direção foi entregue ao sociólogo e antropólogo Gilberto Freyre e, posteriormente, ao historiador Octávio Tarquínio (1938) e ao jurista Afonso Arinos de Melo Franco (1959). Nos anos 1940, surgiu a Biblioteca Histórica Brasileira da editora Martins Fontes e, nos anos 1960, a coleção Retratos do Brasil, da Civilização Brasileira, seguida de várias outras, intituladas, não por acaso, Corpo e Alma do Brasil, Reconquista do Brasil, Memória Brasileira e Dimensões do Brasil.

Os tempos eram de nacionalismo e de cultura, e todo esse afã de buscar um conhecimento sobre o Brasil e de pesquisar sua história coincidiu com a elaboração de ensaios de interpretação do país, que se tornariam clássicos de nosso pensamento social, pois assumiram o desafio de compreender as especificidades da "formação social brasileira" e os dilemas e entraves para o acesso do país à modernidade, na chave das dicotomias tradição × civilização, particular × universal. Esse é o caso, entre outros, do livro de Gilberto Freyre, *Casa-grande & senzala*, de 1933, publicado pela editora Shmidt e ilustrado pelo artista plástico Cícero Dias; de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Hollanda, que em 1936 inaugurou a Coleção Documentos Brasileiros da José Olympio; e de *Sobrados e mocambos*, também de Gilberto Freyre e do mesmo ano, mas integrando a Coleção Brasiliana, da Companhia Editora Nacional. Os livros de Gilberto Freyre mergulham no universo escravocrata, na vida nos engenhos, e mostram a força do legado dos negros na formação da cultura brasileira. Por seu lado, Sérgio Buarque se debruça sobre a difícil herança da experiência histórica colonial e o destino da modernidade brasileira. Ambos, de posse de instrumentos analíticos da moderna sociologia e da antropologia, acabaram por traçar, em seus ensaios, verdadeiros mapas da arqueologia da cultura brasileira.

Esses ensaios e a repercussão que alcançaram são uma demonstração não só das inquietações intelectuais e da efervescência das ideias no período, mas também da vivacidade editorial existente, expressa na consolidação de algumas editoras que se tornaram referência no cenário cultural do

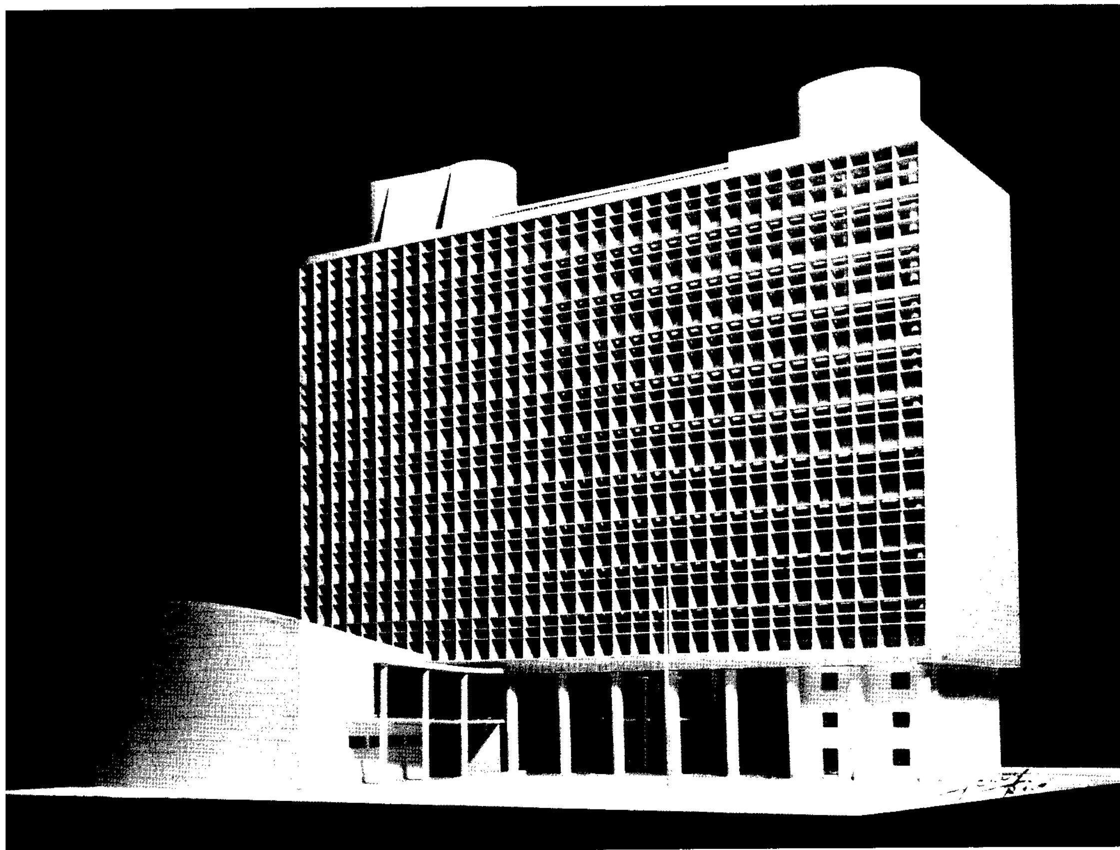


Capa do catálogo comemorativo do 200º título da coleção Brasiliana, da Companhia Editora Nacional

ACERVO ICONOGRAPHIA

Brasil. Nas décadas seguintes, foram elas as responsáveis pelo lançamento de novos romancistas, que exploraram diferentes ângulos de temáticas regionais do país. Assim se passou com a editora José Olympio, que lançou nomes como José Lins do Rego, Jorge Amado, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, cujos livros contaram com ilustradores de peso, a exemplo dos capistas Tomás Santa Rosa e Luís Jardim, e do artista plástico Cândido Portinari. O mesmo se deu com a Editora Globo, com os livros dos literatos gaúchos Erico Verissimo, Mario Quintana e Augusto Meyer. Sob outra perspectiva, temos a Livraria Martins Editora, responsável pela edição da Biblioteca Histórica Brasileira, sob a direção de Rubens Borba de Moraes, e as editoras Melhoramentos e Francisco Alves, com seus livros didáticos e de literatura infantil.

Os anos 1930/1940 foram também palco para a entrada em cena das primeiras companhias cinematográficas brasileiras: a Cinédia, de Adhemar Gonzaga; a Brasil Vox Filmes, depois chamada de Brasil Vita Filmes, de Carmem Santos; e a famosa Atlântida Cinematográfica, de 1941. Até os anos 1920, o cinema nacional era fruto de iniciativas individuais, isoladas e apaixonadas, de homens como Humberto Mauro, e feito com precários recursos. Nos anos 1930, como se passou com os livros, já se encontravam mobilizados aqueles que pretendiam combater com bons filmes os maus filmes (ou seja, alguns filmes comerciais estrangeiros), demonstrando a importância do cinema nacional para a educação e a necessidade de proteção do Estado a tais iniciativas. Nesse debate, havia aqueles que, invocando o escritor francês George Duhamel, viam no cinema e no rádio os "meios técnicos" que corresponderiam a uma cultura diferente do livro, por não permitirem, como esse último, uma escolha prévia. O cinema e o rádio, nessa linha de argumentação, supostamente conspirariam contra o livro, por serem impositivos e não propiciarem uma reflexão aprofundada ao ritmo de compreensão de cada um, seguindo sempre em frente e sem abrir a possibilidade de repetição. Esse tipo de posição encontrou críticos ferrenhos como Lourenço Filho que, defendendo o cinema educativo, acreditava que seria pelo cinema e também pelo rádio que as crianças entenderiam melhor o livro, compreendendo coisas que seriam impossíveis sem o auxílio deles. Ambos traziam técnicas novas para se aprender e ensinar, daí a necessidade de uma obra de adaptação, fazendo do livro, tido como "instrumento maleável", um elemento que dialogasse com os outros dois. Aliás, em consonância com os defensores da linha dos bons livros e das modernas mídias, especialmente do cinema educativo, a Associação Brasileira de Educação, em 1931, propôs ao Estado o incremento da produção do filme



Maquete do edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde

ARQUIVO GUSTAVO CAPANEMA/CPDOC-FGV



Fotógrafo não identificado
O descobrimento do Brasil, de Humberto Mauro
GELATINA/PRATA, 1937
ACERVO ICONOGRAPHIA

educativo e a criação de um Conselho Federal de Censura, no âmbito do Ministério da Educação e da Saúde, que teria plenos poderes para regular a distribuição de filmes, peças de teatros e livros.

Em meio às disputas e articulação dos diversos interesses existentes no meio dos praticantes da chamada sétima arte, foi fundada, em 1931, a Associação Brasileira Cinematográfica, que passou a reunir os importadores e exibidores de filmes. Em 1932 foi realizada a I Convenção Nacional do Cinema, que gerou a formalização de um documento com demandas ao Estado pela afirmação do cinema educativo, sendo, no mesmo ano, criada a Associação Cinematográfica de Produtores Brasileiros. Ela passou a congregar e representar os realizadores do cinema nacional que buscavam sensibilizar o Estado para a sua arte, demonstrando que todos os filmes teriam um objetivo honesto, qual seja, o de "civilizar, instruir e educar", dando lições de bom gosto, de conhecimento da geografia, dos costumes dos povos, da vida nas grandes cidades, da vitória da virtude sobre o vício, entre outras. O filme, em especial o educativo, é comparado a uma "lição que fica gravada sem esforço" (Almeida, 1999:65).

As mobilizações e os argumentos apresentados no começo dos anos 1930 tiveram boa acolhida do presidente Getúlio Vargas e, em 1932, um decreto-lei atenderia várias das reivindicações dos educadores, produtores e distribuidores de cinema brasileiro. Entre elas, a determinação da exibição obrigatória de filmes e documentários nacionais; a redução de tarifas alfandegárias; a instituição da censura válida para todo o país; e a criação da *Revista Nacional de Educação*, com financiamento da Taxa Cinematográfica para a Educação Popular. A medida acabou por alinhar antigos e novos adeptos da perspectiva educativa para o cinema nacional, como Jonathas Serrano, Francisco Venâncio Filho, Roquette-Pinto, Humberto Mauro, Adhemar Gonzaga e Carmem Santos. Em 1934, Vargas, sinalizando sua disposição de intervenção nos domínios da cultura, criou o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), que elegeu o cinema e o rádio como seus principais alvos. Ao lado dos livros, o rádio e o cinema encabeçaram a potente onda cultural que, como queria Lobato, inundaria o país.

Em meio a tantas mudanças e novas demandas, Gustavo Capanema, então ministro da Saúde e Educação, comandou uma política de Estado voltada para o livro e para o cinema, com a instalação, em 1936, da Comissão Nacional de Literatura Infantil, seguida pela criação, em 1937, do Instituto Nacional do Livro, o INL, e do Instituto Nacional do Cinema Educativo, o Ince. Não deve, portanto, causar espécie, que Vargas, em discurso de 1938, já em pleno Estado Novo, tenha associado o cinema a um "livro de imagens

 luminosas". Vargas entendia que pelo cinema educava-se "sem exigir o esforço e as reservas de erudição que o livro requer e os mestres nas suas aulas reclamam" (Almeida, 1999:77-78).

PEDAGOGIAS PARA A NACIONALIZAÇÃO E A POLITIZAÇÃO DA CULTURA

Em 1938, Lourenço Filho, então diretor do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde e também diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), passou a integrar a Comissão Nacional de Literatura Infantil, a qual contou com nomes importantes da intelectualidade da época, a exemplo dos escritores e poetas Murilo Mendes, Manuel Bandeira, Jorge de Lima e José Lins do Rego. Essa comissão, além de tentar definir um estatuto para a literatura infantil no Brasil, se empenhou na definição de estratégias para sua promoção, criando bibliotecas e estimulando a produção de livros a partir de suas potencialidades pedagógicas e artísticas, além da compatibilidade com a política cultural promovida pelo Estado.

Nessa ampla política, o Instituto Nacional do Livro, cuja tarefa de organização e direção foi entregue ao escritor gaúcho Augusto Meyer, ocupou lugar de destaque, pois cabia a ele nuclear o planejamento de uma nova cultura impressa no Brasil através de numerosas ações que compreendiam desde a criação de bibliotecas, a subvenção à produção e consumo de livros, o incentivo à leitura nas escolas, até a execução de políticas de doação de livros a bibliotecas e instituições no Brasil e no exterior. O INL buscava colocar em prática medidas para nacionalizar a cultura por meio de empreendimentos como a elaboração de um boletim bibliográfico, publicado entre 1938 e 1955, intitulado *A Bibliografia Brasileira*, sob o zelo do próprio Augusto Meyer; um *Dicionário da língua nacional*; e uma *Enciclopédia brasileira*, delegada à coordenação do intelectual modernista Mario de Andrade, mas jamais concluída. Essas iniciativas foram consideradas prioritárias pelo ministro Gustavo Capanema, e mais urgentes do que a proposta de publicação de uma *Revista do Livro*, dedicada à reflexão da "complexidade e vitalidade dos estudos brasileiros", em que estiveram envolvidos, a chamado de Meyer, nomes como Sérgio Buarque de Hollanda, Mario de Andrade e Américo Facó. Em função dessa hierarquia, a revista só foi concretizada em 1956, sob outro feitio e já no período de governo de Juscelino Kubitschek. A publicação periódica priorizada por Capanema foi o *Boletim Bibliográfico*, até então atribuição da Biblioteca Nacional, que deveria, segundo o ministro, ser destinada "não só aos mais variados assuntos no terreno da bibliografia, mas ainda aos assuntos de biblioteconomia".

Nesses exemplos, é possível notar várias consonâncias expressivas entre a política adotada pelo INL e as dificuldades apontadas durante os anos 1930/1940 por autores, editores, livreiros e homens públicos, sobre o que se chamava "o problema do livro no Brasil". Uma delas é a crença comum sobre as utilidades e vantagem dos inquéritos e estatísticas sobre leituras e leitores, que o INL decidiu adotar de modo a orientar sua política de edições e de divulgação, de maneira a se colocar mais próximo das preferências do público leitor, facilitando, assim, a possível instrumentalização das leituras por determinados segmentos sociais. Outra consonância pode ser observada por meio de um documento do INL intitulado *Orientação nacional dos livros*, que define o livro como um instrumento de educação e cultura que precisa se submeter às normas pedagógicas, assegurando assim o hábito e o prazer da leitura, o gosto e o discernimento do que seriam as boas obras. Daí a importância de um órgão oficial e centralizador, como o INL, para assegurar o que Alberto Torres, político e intelectual do início do século XX, chamou de "direção prática" do Estado, fruto da "atuação dos grandes pensadores sobre os ideais e ações populares".

Aos intelectuais caberia, portanto, a última palavra sobre o que se devia editar e dar a ler, sempre sobre o crivo e controle das instituições públicas. O país chegaria espontaneamente a uma verdadeira "fase da cultura", uma vez estimulados e constituídos os hábitos de leitura. Primeiro, viria a educação para o gosto da leitura e dos livros, depois, o prazer pela boa cultura. Esta orientação é clara em documentos internos do INL, que afirmam: "Feito isso, toda música clássica, todo livro superior, toda expressão de arte mais apurada serão recebidos naturalmente, sem espantos ou incompreensões" pelo povo. Essa política de Estado para o livro, no entanto, não descartou e nem se descuidou das fórmulas da cultura de massas. Os Estados Unidos serviram de exemplo ao INL no tocante ao êxito alcançado pela publicação de adaptações de obras clássicas para leituras rápidas e leves em viagens de bonde e trem. Embora tenha constatado que a adaptação tirava boa parte da beleza das obras clássicas, o documento do INL reconhecia seu valor, pois, "obriga o povo a conhecê-las, apreciá-las e lhe desperta o desejo de ler a obra completa".

Muitos dos homens preocupados com o problema do livro advogavam a formação de leitores — facilitando o acesso aos livros e assegurando a diversidade das leituras disponíveis — como meio de aceder à civilização. Como desejado por Capanema, o INL criou uma seção de publicações de temas nacionais, que foi também nomeada de Brasiliana. Mas, à diferença da Brasiliana da CEN, a do INL privilegiava instrumentos voltados para

 consultas bibliográficas, tal como as bibliografias de autores, as instruções para organização de bibliotecas municipais, os guias de livrarias e de bibliotecas brasileiras e os catálogos de exposições e de obras raras de bibliotecas. Além disso, também se valorizaria muito as biografias de vultos nacionais, as memórias históricas, os diários de viagens e os livros sobre cultura popular, como um de canções do gênero modinha de viola, por exemplo. O ministro, como um editor, acompanhava de perto as ações do INL e ele próprio tomava algumas decisões, como a de mandar traduzir obras estrangeiras consideradas clássicas, como a de Gaspar Barleus, *O Brasil holandês sob o conde Maurício de Nassau*, e a de Guilherme Pisa, *História natural e médica da Índia ocidental*. Também foi Capanema quem escolheu os tradutores para tais livros, respectivamente, Cláudio Brandão e o latinista Mário Lobo Leal, recomendando-os pessoalmente ao diretor do INL. No caso do livro de Barleus, foi ele quem decidiu as condições do contrato de tradução do inglês e definiu o pagamento dos direitos de edição pelo ministério. Fez exigências bem precisas quanto às notas críticas e aos destinatários do livro, que deveria ser dirigido também a uma classe média de leitores com, de um lado, "o cuidado com a tradução, a limpeza tipográfica e, por outro lado, a sugestão de gravuras e a multiplicação das notas que animam e dão vivacidade ao texto". Em sua política de estímulo às leituras e organização de bibliotecas nas escolas, o INL vai se valer mais da compra de livros em casas editoriais especializadas, do que propriamente de suas edições, ainda incipientes e de pouco volume.

Cuidado todo especial seria dedicado à difusão da cultura brasileira no exterior, de maneira a cimentar, por meio de combinações seletivas, filiações universais com identidades nacionais. No exercício de uma verdadeira diplomacia cultural, o INL organizou uma política de doações, cujas listas de livros enviados contemplavam temas de sociologia, economia, etnologia, história, em sua maioria publicados pela coleção Brasiliana, da Companhia Editora Nacional, particularmente na sua série de ensaios. Tais listas se ampliaram, incluindo obras de literatura e história do Brasil, que abarcavam títulos do INL e de outras editoras, como a José Olympio, e, em particular, da coleção Documentos Brasileiros e do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), outra importante instituição criada em 1937 pelo governo Vargas. Nesse caso, destacaram-se os livros sobre a arte barroca, definida como a arte autenticamente nacional, monumentalizada pela arquitetura, pintura e escultura encontradas principalmente, embora não somente, em Minas Gerais. No bojo dessa política, foram enviados para fora do Brasil um conjunto dos mais importantes ensaios do pensamento social da época,

tendo como temática, entre outras, reflexões sobre formação histórica e o conceito de civilização brasileira, além de questões sobre as origens raciais do povo e suas características culturais. Entre as obras clássicas do campo da história, figuram livros como os de frei Vicente Salvador (século XVII) e Gabriel Soares de Souza (século XVI), ao lado de trabalhos de historiadores renomados da ainda jovem ciência histórica brasileira, do final do século XIX e início do século XX, como Capistrano de Abreu, João Ribeiro e Pedro Calmon, bem como algumas obras biográficas. Também estudos de ciências naturais, de geografia, textos de literatura, poesia, além de coletâneas de lendas, tradições e folclore dos maiores autores brasileiros. No que diz respeito à literatura, os títulos doados divulgam, sobretudo, as obras-primas da literatura brasileira, confirmando o panteão das letras nacionais que estava sendo construído e divulgado. Os escolhidos eram autores consagrados, como Machado de Assis, Euclides da Cunha, Joaquim Nabuco, Raul Pompéia, Gonçalves Dias, Castro Alves, Olavo Bilac e outros. Na verdade, os títulos selecionados podiam dar aos leitores um sólido conhecimento do Brasil, de suas letras e cultura, de seu passado e presente, anunciando o futuro prometido pelo Estado Novo nos anos 1940.

O destino dessas publicações eram as embaixadas e institutos culturais de países europeus, como Portugal, França, Inglaterra e da União Pan-americana. Os livros eram enviados a bibliotecas como a da Associação dos Artistas e Escritores Americanos e, principalmente, a do Congresso dos Estados Unidos e a várias universidades, como Columbia, Yale, Stanford, Princeton, Chicago, Harvard, Califórnia, entre outras. Para a realização dessa diplomacia cultural do livro, o INL contou com a ajuda da Biblioteca Nacional, do Ministério da Educação e Saúde, do Ministério das Relações Exteriores e, é claro, das embaixadas brasileiras no exterior.

A política do Estado Novo, no tocante às doações de livros, visava superar os problemas que mantinham o Brasil em uma situação de isolamento cultural, o que vinha sendo apontado e reivindicado por muitos homens de letras, inquietos com a posição de pouco relevo ocupada pela cultura nacional. Assim, vislumbrou-se a importância diplomática e cultural do Brasil ser incluído em uma obra intitulada *Bibliography of Latin American Bibliographies*, muito valorizada pelos estrategistas norte-americanos, determinados a fazer dos Estados Unidos a referência mais importante junto aos países latino-americanos, que eles queriam conhecer melhor. Afinal, figurar nos repertórios bibliográficos, assim como prepará-los, tornou-se, para as autoridades brasileiras, um indicativo de existência de vida cultural inteligente no país, isto é, um sinal de que já estávamos na rota de uma cultura letrada.

Também as exposições internacionais de livros passaram a fazer parte do cardápio cultural de divulgação do Brasil, evidenciando a utilização e importância do livro nas políticas de diplomacia cultural e boa vizinhança durante os anos 1940. Bons exemplos foram as exposições do livro brasileiro — realizada em 1939, por iniciativa do embaixador brasileiro no Uruguai, Batista Luzardo — e do livro argentino — acolhida pelo Brasil no Rio de Janeiro, em 1940. Outra iniciativa foi registrada pelo poeta Manuel Bandeira, em uma de suas crônicas de 1937, quando narrou que, por iniciativa do ministro Capanema, acabara de surgir uma coleção de poemas modernos brasileiros traduzidos para o francês, intitulada *Poésie Brésilienne*, a qual, a seu juízo, refletia com bastante fidelidade as feições características da nossa moderna poesia.

Esse conjunto de iniciativas deveria ocorrer em mão dupla, atuando simultaneamente no campo nacional e no campo internacional. A demonstração da existência de uma tradição intelectual brasileira e de produtos da cultura nacional, não só era entendida como um meio de fortalecer o sentimento de nacionalidade, mas como uma forma de ultrapassar barreiras até então existentes às "coisas e gentes" do Brasil, permitindo a ligação do país com as práticas e valores consagrados no plano mundial. Daí a ideia-força que dá título a este capítulo, de que seríamos universais, porque nacionais.

Esse movimento simultâneo em dois sentidos é justamente o que caracterizava a postura do escritor Mario de Andrade e seu engajamento cultural dentro e fora do INL e do Ministério da Educação e da Saúde, nos anos 1930/1940. Poeta modernista e também músico, Mario de Andrade exerceu uma verdadeira militância cultural com seus escritos, suas viagens de pesquisa pelo interior do Brasil para conhecer o povo e registrar as artes populares e a cultura material, ou por meio de sua atuação em órgãos públicos responsáveis por políticas culturais. Esteve à frente da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo entre 1935 e 1938; e se engajou no Ministério da Educação e da Saúde, onde participou da elaboração do projeto de instituição do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN, criado em 1937, e de outras iniciativas em defesa do patrimônio cultural brasileiro num sentido amplo: as músicas e o cancioneiro popular, as festas, os saberes e os ofícios, a língua.

Mario de Andrade se movia e defendia a atuação cultural do Estado, em uma área de não oposição entre o erudito e o popular, na qual "ser nacional" significava combinar esses dois pares: nacional/universal e popular/erudito. Seu projeto para a *Enciclopédia brasileira* era a demonstração mais acabada dessa disposição. Ele se recusou energicamente a atribuir uma vocação

culta/erudita à enciclopédia, como se fosse destinada a uma determinada "classe intelectualizada", da mesma maneira que negou à mesma uma identidade "popular", ou, como dizia, voltada à mediania cultural ou ao proletariado, embora desejasse que ela, por conter certas facilidades, pudesse estar presente nos lares operários. A seu ver, a exclusividade dos dois feitios continha o risco de uma "diminuição antinacional". Afinal, o ponto em questão, para ele, era o peso nacional a ser dado à enciclopédia, isto é, seu vínculo com o nacional, e não sua inscrição numa tradição intelectual considerada como culta. Dessa forma, o que poderia dar à *Enciclopédia brasileira*, em suas palavras, "uma validade incomparável", seria seu *quantum* de "conhecimentos a respeito da coisa brasileira".

Essa ideia vai percorrer o projeto político montado pelo Estado do pós-30 para o desenvolvimento da cultura nacional, com as diferentes ênfases a ela atribuídas pelos grupos integrantes da intelectualidade nele engajada. Assim, tal projeto, que se aprofundou no Estado Novo, ganhou versão mais cosmopolita ou mais conservadora, mais "brasileira" ou mais regionalista (paulista, gaúcha etc), porém todas não menos nacionais. O realce pedagógico do conjunto tinha o objetivo de formar o povo e direcionar sua experiência cultural e estética, socializando-o e unificando-o na atitude de respeito ao considerado genuinamente nacional. De tal orientação resultou uma politização da cultura, agora a serviço do regime, e uma aculturação da política, no sentido de que esta passou a ser traduzida e difundida por meio de uma linguagem cultural específica, ou seja, nacionalista, com ênfase em aspectos, temáticas e elaborações estéticas que afirmassem a unidade e a identidade nacionais. Assim, os princípios da unidade nacional e harmonia social de valores, pontos nucleares do ideário do regime, vão chegar até amplas parcelas da população, sendo difundidos pelas letras e ritmos das canções do rádio, pelas imagens do cinema, pelos livros, que se associavam aos rituais cívicos das comemorações que se praticavam nas escolas e numerosas festas oficiais, como o Dia do Trabalho, o Dia da Independência e até o Dia da Raça, entre outros. As práticas e produções culturais são assim investidas de uma prioridade política que as transforma, pela primeira vez, em objeto e preocupação de relevo na agenda de políticas públicas do Estado brasileiro.

Na engenharia política montada sobre as confluências entre cultura e política, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), liderado por Lourival Fontes, seria um de seus alicerces mais importantes, ao lado do Ministério da Educação e da Saúde. Criado em 1939, o DIP substituiu o Departamento Nacional de Propaganda (DNP), que, por sua vez, ocupou o lugar do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), existente

desde 1934, portanto bem antes do Estado Novo. Essa estrutura, composta pelo Ministério da Educação e da Saúde e pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, seria responsável por colocar em marcha uma máquina poderosa de controle na área da cultura e da informação, que se ocuparia de diferentes funções, tal como as de subsidiar, produzir, autorizar, censurar e divulgar as várias formas de produção cultural e comunicação na sociedade brasileira. A fronteira entre os espaços de atuação desses dois órgãos, embora tênue e bastante complementar, evidencia o poder policial do DIP e a maior flexibilidade e abertura intelectual da parte do Ministério da Educação e da Saúde. Mas a ambos caberia a definição de políticas e estratégias de cultura e a criação de órgãos implementadores de políticas públicas, com projetos educativos direcionados aos âmbitos erudito e popular que, a despeito de sua maior ou menor sofisticação, realizavam o discurso de glorificação do nacional.

Do oral ao escrito; do visual ao sonoro; das grandes cerimônias públicas às restritas às hostes do interior do poder; das festas cívicas às populares; do trabalho ao lazer, o intuito desse aparato de poder seria o de nada deixar escapar à coordenação e ao controle do Estado. Com a ajuda de quadros de formação cultivada, que deram forma a um projeto, com um corpo de funcionários especializados, principalmente de censores, e com uma rede de colaboradores dispersa em várias instâncias do Estado e da sociedade, o DIP concentrou mecanismos de gestão, subordinação e vigilância nos vários campos da produção cultural, artística e de informação, tornando-se uma presença e força constante até o fim do Estado Novo.

Entre seus empreendimentos destacam-se as festas cívicas que foram momentos planejados em todos os detalhes de uma encenação teatral: o lugar, o cerimonial, a música, os movimentos, o vestuário, o registro fotográfico. Assim se passou com o Desfile da Juventude, a Hora da Independência, o Desfile da Mocidade e da Raça. Instituídas a partir de 1936, essas cerimônias foram exemplo da "espetacularização" na política. Reunindo dezenas de milhares de jovens estudantes, elas mobilizavam grande número de pessoas nas ruas, um público composto pela elite e pelas massas. Os jovens participantes demonstravam o zelo do regime com a prática da educação física — e, consequentemente, com a saúde, a disciplina e o controle dos corpos — e da educação musical, exibida através dos orfeões escolares e dos hinos patrióticos entoados nas cerimônias. Realizadas nas principais avenidas da cidade do Rio de Janeiro, aos domingos, e não em dias de feriado nacional, estas festas de multidões contaram com grande aparato logístico e publicitário, sem descuidar da transmissão pelo rádio e do registro fotográfico, feito por

fotógrafos como o francês Jean Manzon, que se celebrizou por introduzir no Brasil a foto-documentação através das páginas da revista *O Cruzeiro*. Nos anos 1940, havia as filmagens para exibição obrigatória nos cinemas: o *Cinejornal brasileiro*, criado em 1938 pelo DNP. O Dia do Trabalho foi outra festa concebida como apoteótica e um grande momento de contato do presidente Vargas com o operariado. Instituída em 1939, era comemorada no dia 10 de maio, mas em um espaço fechado, o estádio do Vasco da Gama, em São Januário, que, depois de 1938, passou a acolher também, por decisão governamental, o desfile da Hora da Independência.

FRENTE E VERSO DAS PRÁTICAS E PRODUÇÕES CULTURAIS

A forte presença do Estado na vida cultural brasileira dos anos 1930 e 1940 moldou, em boa medida, as feições do panorama da cultura nacional, o qual se prolongou ao longo dos anos 1950, dada a forte estruturação e permanência de instituições como o INL, o Instituto Nacional do Cinema Educativo, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, entre outras, que consolidaram suas políticas e sua orientação nacionalista e continuarão tendo atuação expressiva na vida cultural nacional nos anos subsequentes. Afinal, mesmo com o fim do Estado Novo, os anos 1950 conheceram um segundo governo Vargas e, ainda que sob nova roupagem, o nacionalismo cultural persistiria com força. Um exemplo foi o projeto do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o Iseb, de 1955, cuja atuação, voltada para as questões do nacional-desenvolvimentismo, não deixou a cultura ao desabrigo, haja vista suas relações com o chamado Centro Popular de Cultura (CPC), de orientação de esquerda, responsável por várias iniciativas culturais produzidas por uma vanguarda política e endereçadas aos meios populares.

Mas a presença do Estado não significou que espaços de independência e de liberdade não tenham sobrevivido ou mesmo se imposto por grupos sociais ligados à cultura por pressão da cultura de massas, pela dinâmica das circulações e apropriações culturais e pelos ditames do mercado e da indústria cultural. Ainda que com restrições, tais espaços de mediação existiram e nutriram muitas das experiências culturais vanguardistas dos anos 1960 e 1970. Mesmo no interior do Estado, durante o Estado Novo, havia grupos que defendiam posições divergentes sobre o sentido da cultura. Uns entendiam-na como a afinidade essencial entre homem e natureza, algo latente em raízes originais, primitivas, de uma autenticidade sem divergências e capaz de suportar uma experiência social unificadora. Estes são os casos do escritor

 Cassiano Ricardo e do cineasta Humberto Mauro. Outros, como o vanguardista Mario de Andrade, propunham que a "cultura" seria um conjunto de manifestações lastreadas em tradições populares a serem recuperadas como patrimônio da nação. Também havia grupos que eram filiados a distintas orientações político-ideológicas, num grande arco que incluía a esquerda, como o arquiteto Oscar Niemeyer; a extrema direita, caso de Lourival Fontes e Menotti Del Picchia; os católicos, como Jonathas Serrano; os liberais, como Rodrigo Melo Franco de Andrade, entre outros. Assim, muitas foram as ações culturais empreendidas e as ambiguidades detectadas nas mesmas e em seus agentes. No campo da edição, do rádio ou do cinema, várias rotas políticas confirmam a convivência de estratégias diferentes para diversos destinatários, como o povo, as elites ou a classe média instruída, ainda que todas sob o princípio da unidade nacional pregado pelo regime.

No Estado Novo, o DIP aprofundou as ações executadas pelo antigo Departamento Nacional de Propaganda, o DNP, e se encarregou da publicação de cartilhas, catecismos, cartazes, biografias e livretos destinados à formação cívica dos estudantes, exaltando o Brasil, o presidente Vargas e o regime. Em 1941, o DIP passou a editar sua revista oficial — *Cultura Política* —, dirigida por um dos mais importantes ideólogos do Estado Novo, Almir de Andrade, e concebida com o intuito de politizar a cultura e aculturar a política, congregando como articulistas poetas, escritores, sociólogos, educadores, historiadores, juristas, enfim, nomes importantes da intelectualidade da época. A revista abriu um espaço importante aos intelectuais afinados com a perspectiva de redescobrir um "certo" Brasil e valorizar seu passado, suas particularidades históricas e tradições, preservadas pela ação do Estado Novo, especialmente por meio de seus quadros intelectuais. A decisão de vender a publicação nas bancas de jornal indicava a expectativa de uma difusão mais ampliada, dada a diversidade temática de *Cultura Política*, em que pese sua destinação prioritária às elites.

Esse mesmo espírito de apreciação de um certo passado histórico e de determinadas tradições também estava presente na *Revista Atlântico*, publicada em função de um acordo cultural assinado em 1941 pelo DIP com um órgão similar do governo de Oliveira Salazar: o Secretariado de Propaganda Nacional de Portugal, o SPN. Como o DIP, o SPN, dirigido pelo intelectual Antonio Ferro — que concebeu a *Revista Atlântico* —, era o órgão responsável pela estruturação da política cultural do Estado Novo português, definindo as diretrizes para o folclore, o cinema, a literatura e as artes plásticas. No primeiro número da *Revista Atlântico*, Lourival Fontes, diretor do DIP, saudou a aproximação luso-brasileira, enfatizando a positividade

para a consciência nacional brasileira dos "ideais colonizadores", lastro da cultura comum entre Brasil e Portugal. A *Revista Atlântico*, cuja publicação se estendeu até 1950, não obstante suas diferentes fases, contou com a participação de vários e reconhecidos intelectuais brasileiros, como Afrânio Peixoto, Carlos Drummond de Andrade, Mario de Andrade, Manuel Bandeira, Cecília Meirelles, Tristão de Athayde (pseudônimo de Alceu Amoroso Lima), Adalgisa Nery, Graciliano Ramos, Vinicius de Moraes, José Lins do Rego e Augusto Frederico Schmidt.

Capitaneada pelo Ministério da Educação e Saúde, sem ingerências do DIP e sob a batuta do escritor e jornalista Rodrigo Melo Franco de Andrade, foi lançada a *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. O SPHAN, criação do ministro Gustavo Capanema, deu o seu quinhão no tocante a uma política de memória e de identidade nacionais, com a preservação dos monumentos históricos brasileiros, em particular os arquitetônicos e artísticos do período colonial, tornando-se o responsável por um padrão de gestão da cultura e uma visão do patrimônio, vigentes até os anos 1980. Entre os anos 1930 e 1940, foram realizados vários tombamentos, sobretudo em Minas Gerais, a exemplo das cidades de Ouro Preto, Tiradentes e Diamantina, tombadas como "conjuntos arquitetônicos". O mesmo se passou com o conjunto do Pelourinho, em Salvador, na Bahia. A *Revista do SPHAN*, nesse formato, se notabilizou pela publicação de textos concernentes à arquitetura e arte do passado colonial brasileiro e sua conservação. A revista foi um local importante de discussão, tendo mobilizado opiniões de escritores, historiadores, antropólogos e arquitetos, como Mario de Andrade, Gilberto Freyre, Afonso Arinos de Melo Franco, Sérgio Buarque de Hollanda, Roquette-Pinto e Lúcio Costa. Este último, enquanto defendia o patrimônio arquitetônico colonial, implantava, junto com Oscar Niemeyer, na cidade do Rio de Janeiro, um monumento de modernidade arquitetônica: o prédio do Ministério da Educação e Saúde, que contou também com murais realizados pelo artista plástico Cândido Portinari.

Ainda no campo editorial, retornando ao DIP, outra linha de atuação privilegiada foi a imprensa, que teve dois porta-vozes oficiais nos jornais *A Noite*, entregue à direção do poeta Menotti Del Picchia, e *A Manhã*, dirigido pelo também poeta Cassiano Ricardo, ambos oriundos dos grupos modernistas paulistas "verde-amarelo" e "anta", e fortes adeptos de um nacionalismo de tradição ufanista. Expoentes das hostes culturais modernistas de extração conservadora e interlocutores, nos anos 1920 e 1930, do chefe integralista Plínio Salgado, estes homens advogavam a fidelidade a uma cultura ancestral, primitiva e localizada no "interior", ou seja, numa

 nação profunda, única. A linha que imprimiram às matérias políticas e culturais dos jornais que controlavam defendia as ideias que professavam, em sintonia com a política do Estado com o qual colaboravam. Assim, a política deveria se subordinar aos fatores tradicionais, étnicos e culturais do povo brasileiro, de maneira a assegurar a harmonia nacional e o ideal de brasilidade. Não por acaso, o livro *Marcha para o Oeste*, do poeta modernista Cassiano Ricardo, publicado em 1940, foi um dos instrumentos conceituais da política de interiorização levada a efeito pelo governo Vargas. Este intelectual, de convicções fortemente nacionalistas, dirigiu também o Departamento Cultural da Rádio Nacional, incorporado pelo Estado em 1940 e que se tornaria a ponta de lança da política de rádio-difusão do regime, bem como um espaço-chave para manifestações artísticas da música popular brasileira. A Rádio Nacional sobreviveu ao Estado Novo, sendo líder de audiência e entrando na intimidade dos lares brasileiros ao longo da década de 1950 até os anos 1960.

O rádio como veículo de cultura, de educação e de entretenimento foi objeto de investimentos bastante diversificados. Sua capacidade de comunicação com as massas e o raio de penetração de suas emissões, do Oiapoque ao Chuí, pontos extremos do país, como a propaganda governamental salientava, o tornarão um importante agente da política cultural do Estado. Uma de suas linhas de atuação, definida como estratégica, seria a das informações oficiais. Para isso, foi criado, em 1935, um programa informativo, que em 1938 foi chamado de *Hora do Brasil*, com transmissão diária e obrigatória por todas as emissoras do sistema radiofônico existente, estatal ou privado, e para todo o território nacional. Para se ter uma ideia da extensão do aparato desse sistema, é suficiente lembrar que os Diários Associados, o grande conglomerado de comunicações que dominaria o Brasil até os anos 1970, possuía, nos anos 1930, um total de 35 emissoras de rádio, entre elas as famosa Rádio Tupi e Tamoio que, ao lado da Rádio Globo e das estatais Rádio Nacional e Rádio do Ministério da Educação, difundiam programas destinados a um público de gosto e interesses variados e também produções de diferentes agentes oriundos do meio artístico e cultural. A Rádio do Ministério da Educação teve uma trajetória especial. Fundada em 1923 pelo médico, antropólogo e ex-diretor do Museu Nacional, Roquette-Pinto, um dos pioneiros do rádio e do cinema educativos no Brasil, foi por ele doada ao Estado em 1936, em acordo com o ministro Capanema, para que a mesma não ficasse submetida ao DIP — com seu sistema de propaganda oficial — e mantivesse sua feição pedagógica original, ou seja, os programas culturais e educativos.



Fotógrafo não identificado

TV Tupi (à esquerda, Walter Tasca, o primeiro cameraman da América Latina)

GELATINA/PRATA, SÃO PAULO, ANOS 1950

ACERVO ICONOGRAPHIA



Fotógrafo não identificado

Isaurinha Garcia (ao centro), rainha do Rádio de 1953

GELATINA/PRATA

ACERVO ICONOGRAPHIA

No campo musical, os programas de auditório da Rádio Nacional, animados por artistas de grande popularidade como Ary Barroso, Emilinha Borba, Lamartine Babo, Sílvio Caldas, Vicente Celestino, entre outros, com seus sambas, boleros e marchas de Carnaval, respondiam pela estratégia de carrear simpatia popular ao regime. O DIP adotou uma programação diversificada no rádio, que se distribuía entre as emissoras e entre a programação das mesmas, a qual incluía até leituras de resenhas e fragmentos de livros. Este foi o caso dos livros da coleção Brasiliana, cujos contratos com seus autores previam emissões de dois minutos por dia. Quando a coleção completou seu décimo aniversário, o plano publicitário da comemoração incluiu, com destaque, sua divulgação radiofônica, em particular no programa *Hora do Brasil*. Assim, as programações da Rádio Nacional abrangeriam desde noticiários e novelas — como *Em busca da felicidade*, de 1941, a primeira do rádio brasileiro —, até programas educativos para diferentes segmentos sociais e adaptações de romances, como *Mar Morto*, de Jorge Amado. O radioteatro com dramas históricos foi uma alternativa às novelas, explorando episódios como a Inconfidência Mineira, com o drama das prisões e exílio dos conjurados, bem como eventos como a Abolição da escravatura e a Retirada da Laguna, ocorrida durante a guerra entre Brasil e Paraguai. Havia igualmente os popularíssimos programas e concursos musicais, os seriados infantis e juvenis e os programas humorísticos. Outras rádios, como a Mayrink Veiga — local de estreia da famosa cantora Carmen Miranda, mas que contou também com vozes como as de Noel Rosa e Francisco Alves — e a Rádio Tamoio, fundada em 1927 com o nome de Rádio Educadora do Brasil, também abrigariam vários programas de grande audiência popular.

Durante o Estado Novo, o samba — embora causasse algumas inquietações ao regime devido à sua irreverência, origem boêmia e ao elogio que fazia à malandragem com sua suposta vocação para a indisciplina e insubmissão — acabou sendo eleito o gênero musical brasileiro por excelência. Mesmo assim, se viu às voltas com a censura e o padrão ético buscado pelo regime para formar o cidadão trabalhador. Seus compositores tiveram que se submeter e fazer adaptações nas letras de suas composições para que ficassem conforme as exigências do DIP, tal como ocorreu com Wilson Batista e Ataulfo Alves em seu samba de 1941, *O bonde São Januário*, em que um elogio ao ócio se transformou em elogio ao trabalho. As palavras de ordem no samba deviam ser as de moral, trabalho e exaltação da natureza e das tradições cívico-patrióticas brasileiras. O mesmo se passou com as marchinhas e músicas de Carnaval, compostas para aquela que se tornaria

a festa mais popular do país, oficializada e regulada pelo DIP, através do seu serviço de turismo.

Portanto, nem os ranchos e as escolas de samba, nem os sambistas e os foliões, escaparam da sanha pedagógica e moralista do varguismo. Ainda assim, o carnaval popular seguiu sua trilha de riso, deboche e alegria na animada capital da República. Tributário de outras festas populares, como a Festa da Penha, o Carnaval conservou a herança dos ritmos trazidos da África pelos escravos, levados para essa festa popular religiosa. Os sambas de roda vindos da Bahia, tendo sobrevivido nos terreiros de samba, também migraram para o Carnaval, que ocupava locais como a Praça Onze, onde se divertiam as gentes dos subúrbios e desfilavam os blocos de sujos, os mascarados e os zé-pereiras, com seus tambores e bombos. Já na avenida Rio Branco havia as batalhas de confete, o desfile dos ranchos — que deram origem ao gênero musical da marcha-rancho — e as escolas de samba, cujo sucesso ajudou a fazer desse gênero musical não só o símbolo da música nacional, mas a representá-la como a preferida pelos brasileiros.

Outro espaço em que, malgrado o olho do DIP, prevaleceu a irreverência, o humor, a sátira política e dos costumes, e onde prosperou o samba e o cancioneiro nacional, foi o dos famosos teatros de revista. Espetáculos musicais com cantores de sucesso e célebres vedetes, nos anos 1930/1940, tiveram como palco privilegiado os cassinos, como o da Urca, e os teatros, como o Recreio, no Rio de Janeiro. Muito frequentados até pelo presidente Vargas, os teatros de revista celebrizaram atores e atrizes, como Dercy Gonçalves; produtores, como Walter Pinto e Carlos Machado; e cantoras, como Carmen Miranda, em espetáculos como *Brasil pandeiro*, *O Bento levou*, *Momo na fila*, entre outros. Apesar da marca irreverente, em seus espetáculos não faltava uma *mise-en-scène* do nacional, com a glorificação dos tipos e do típico brasileiro, com o concurso das músicas, especialmente do samba exaltação. No caso, a exaltação da natureza cumpria, no campo da música, o que a política do INL, no território dos livros, recomendava; ou seja, o conhecimento do belo e do artístico por meio da experiência sensorial da visão e da audição.

Nesta linha é que Ary Barroso compôs, em 1939, aquela que seria uma espécie de hino nacionalista ou música ícone do país no exterior, talvez só superada por *Garota de Ipanema*, composta nos anos 1960 por Antonio Carlos Jobim e Vinicius de Moraes. *Aquarela do Brasil* foi gravada pela primeira vez pelo cantor Francisco Alves. Grande sucesso da Rádio Nacional, contém vários ingredientes simbólicos que foram capazes de definir e consagrar



Fotógrafo não identificado

Dercy Gonçalves em Uma certa Lucrécia, *filme de Fernando Barros*

GELATINA/PRATA, 1957

ACERVO ICONOGRAPHIA

 um estereótipo nacionalista para o Brasil: a exuberante natureza, a fusão racial, a presença de um ritmo original, a religiosidade, certo exotismo e uma poética da unidade na diversidade. Tal como na estrofe:

Brasil, terra boa e gostosa,
da moreninha sestrosa,
de olhar indiferente.
O Brasil, verde que dá,
para o mundo admirar.
O Brasil, do meu amor,
terra de Nosso Senhor.
Brasil... Brasil!
Pra mim... pra mim!

No mesmo diapasão, Lamartine Babo compôs, também em 1939, a marcha intitulada *Hino do Carnaval brasileiro*; Assis Valente lançou *Brasil pandeiro* e Dorival Caymmi, *Samba da minha terra*, ambos em 1940. A seguir, David Nasser fez *Canta Brasil*, em 1941, e Herivelto Martins, no ano seguinte, a célebre *Ave Maria no morro*; e, finalmente, em 1951, Vicente Paiva e Jayme Redondo, compuseram *Ave Maria*. Nesta trilha, uma terra abençoada, de natureza pródiga e mestiçagem feliz é cantada em ritmos contagiantes, que afirmam uma linguagem musical nacional, imprescindível à existência do Brasil como "ser" cultural.

Se *Aquarela do Brasil* tornou-se a música símbolo do Brasil no exterior, a cantora que melhor encarnou o país foi a "pequena notável" Carmen Miranda. Numa conjuntura de guerra, que trouxe o alinhamento político do Brasil com os Estados Unidos e a penetração da indústria cultural americana, a pequena notável, de um lado, e a figura hollywoodiana do papagaio Zé Carioca, de outro, pareciam assegurar o sucesso de uma fórmula nacionalista, cortejando o brio dos brasileiros. Afinal nada melhor do que fazer o "tio Sam conhecer a nossa batucada...".

A definição do samba como gênero musical por excelência do projeto político nacionalista da Era Vargas, não impediu uma especial atenção às produções do folclore musical e aos ritmos regionais, como o maracatu, o frevo, o maxixe, o caboclinho, o bumba meu boi, oriundos do Nordeste e do Norte. Assim, Ary Barroso, que dirigia o programa *Vira e mexe* na Rádio Nacional, contratou, em 1944, Luiz Gonzaga, o sanfoneiro e compositor de ritmos nordestinos que se tornaria célebre. Esses gêneros foram bastante popularizados e ganharam grande reforço através do

trabalho do musicólogo Renato de Almeida, que sugeriu a criação de uma Comissão Nacional do Folclore, que se efetivaria em 1947, como forma de assegurar o conhecimento e a preservação das tradições folclóricas e populares brasileiras.

Sambas e sambistas à parte, era preciso fortalecer o projeto da "boa música" brasileira, "resultante da aliança da tradição erudita nacionalista com o folclore" (Wisnik, 1983:133-134). Seu representante exemplar foi o compositor Villa-Lobos, autor das famosas *Bachianas* e responsável pela condução das políticas musicais do Estado Novo. Dos choros das rodas boêmias do Rio de Janeiro, das músicas caipiras e da obra de Bach, Villa-Lobos extraiu os elementos de suas composições e projetos musicais a serviço dos objetivos cívicos do Estado, na linha de uma correspondência estreita entre arte, sociedade e política. Sua defesa da função social da música nacional era vista com simpatia por educadores liberais escola-novistas como Anísio Teixeira e Lourenço Filho. Data dos anos 1930 seu projeto de educação musical, responsável pela introdução do ensino obrigatório de canto orfeônico, o coral popular, nas escolas de todo o país, acolhido com júbilo pelo governo Vargas, que via na música um instrumento para a formação da consciência nacional e para a disciplina dos corpos.

O prestígio de Villa-Lobos no Brasil e no exterior não o livrou de polêmicas com seus contemporâneos oriundos do ambiente intelectual do Ministério da Educação e Saúde ou de meios musicais mais amplos. O escritor Mario de Andrade, por exemplo, foi um de seus críticos mais atilados, embora firmemente engajado num trabalho etnográfico de registro e recuperação das expressões artísticas e culturais populares, enquanto patrimônio histórico nacional. A identidade musical brasileira, segundo ele, só seria capaz de alcançar o universal com base nas fontes e matrizes da cultura popular, que, tal como entendia, não teriam o devido relevo na obra de Villa-Lobos. Isto se devia ao que chamou de retrocesso da música desse compositor que, por sua opção academicista — na vertente erudita sob a influência de Bach, com a ênfase em coros e hinos —, abandonou o gênero choro, cultivado anteriormente por ele e verdadeiramente nacional.

As polêmicas no campo musical, que tiveram como divisor de águas a música nacionalista, não se esgotaram nessas questões. O rádio, no caso, acabou envolvido na querela através do programa *Música viva*, transmitido pela Rádio do Ministério da Educação, em que compositores como o alemão Koellreutter e seus discípulos brasileiros — Guerra-Peixe, Cláudio Santoro e Eunice Katunda — posicionaram-se, nos anos 1930, contra a então considerada música nacionalista. Assumiram tal posição em nome

 de uma renovação da linguagem musical brasileira, que se faria através do dodecafonismo ou teoria dos doze sons, inspirada na obra do compositor austríaco Arnold Shöenberg, criador dessa corrente musical.

O grupo Música Viva foi criado em 1939 e duramente combatido por outros compositores, como Camargo Guarnieri, que lançou em 1950 uma *Carta aberta aos músicos e críticos do Brasil* contra o dodecafonismo e, em particular, contra o compositor Koellreutter. Membros desse grupo renovador também tiveram contratos com a Rádio Tupi e a Rádio Globo e o programa *Música viva*, segundo consta, acolhia "vários estilos musicais de épocas e tendências estéticas diferentes" (Assis, 2007), sendo que Guarnieri e Villa-Lobos tiveram músicas suas contempladas no programa. Até 1948, data de sua entrada para a Rádio Nacional, Guerra-Peixe foi um dos integrantes mais ativos do grupo Música Viva. Este compositor, que teve contato com a música popular nos anos de sua formação, criou composições na linha do dodecafonismo, interpretadas em primeira edição, em algumas rádios europeias, a exemplo da Rádio Zurique, da BBC de Londres e da Rádio de Bruxelas. Na América Latina, a divulgação de sua música contou com o apoio do musicólogo alemão Curt Lang, naturalizado no Uruguai e depois radicado na Argentina. No Brasil, entre 1948 e 1949, o compositor se afastou do dodecafonismo, sem negá-lo, sobretudo após sua passagem pela Rádio do Jornal do Comércio de Pernambuco e seu diálogo com o musicólogo e pesquisador da música regional, Mozart de Araújo, passando então a se dedicar totalmente à música nacionalista nos anos 1950.

Se a adesão do maestro Guerra-Peixe ao nacionalismo foi tardia, também foi preciso esperar o final dos anos 1950 para se assistir ao ocaso da estética musical nacionalista, que encontrara em Villa-Lobos seu grande regente. Os anos 1960 mudariam o panorama musical no Brasil, trazendo a bossa-nova, com sua abertura a ritmos estrangeiros, como o jazz. Uma nova música ícone se imporia, com *O desafinado*, de 1958 que, na voz de João Gilberto, encantou e surpreendeu os meios culturais brasileiros. Composto por Newton Mendonça e pelo maestro Antonio Carlos Jobim, que teve como professor de harmonia ninguém menos que o tão atacado Koellreutter do movimento Música Viva, essa canção inaugurou um novo som e uma nova maneira de compor e cantar no país.

Os anos 1950, considerados anos do auge do rádio, foram dominados por programas de grande audiência como *Calouros em desfile*, na Rádio Tupi; *Hora da saudade*, na Rádio Tamoio; *Melhoral dos cracks* e *César de Alencar*, na Rádio Nacional. A força do rádio e sua utilização na integração cultural do país foi tal que contagiou a literatura e alguns dos maiores literatos

brasileiros. Não por acaso, o escritor Guimarães Rosa, grande apreciador dessa mídia e cujos livros guardam forte relação com a oralidade, deu espaço ao rádio e às novelas na vida de seus personagens do sertão, em seus escritos dos anos 1950, ocasião em que foi um dos carros-chefes da editora José Olympio.

O rádio também manteve diálogos com o cinema. Para isso, não foi preciso esperar os anos 1950, pois as vantagens dessa interação já estavam no horizonte dos responsáveis pelo Instituto Nacional do Cinema Educativo, o Ince, desde sua criação, em 1936. Edgard Roquette-Pinto, além de antropólogo do Museu Nacional, era um homem do rádio e do cinema, sendo autor do projeto do Ince e homem de confiança do ministro Gustavo Capanema. Diretor dessa instituição, quando de sua fundação, em colaboração com o cineasta Humberto Mauro — ativo combatente pelo cinema nacional desde os anos 1920 — direcionou-a para a "edição de discos ou filmes sonoros", bem como para "publicar uma revista consagrada à educação pelos modernos processos técnicos: cinema, fonógrafo e rádio" (Almeida, 1999:93). Em busca da educação do povo brasileiro, o Ince produziu filmes históricos como *O bandeirante*, em 1940, de Humberto Mauro, que também dirigiu *Descobrimento do Brasil*, em 1936. O Ince apoiou outras produções educativas e nacionalistas em parceria com companhias de produtores cinematográficos brasileiros, como Cinédia e Brasil Vita Film. Assim, realizaram-se películas como *Inconfidência mineira*, de Carmem Costa — grande épico sobre a história de Tiradentes, então herói e figura sagrada e exemplar para inspirar devoções à pátria — e também *Aves sem ninho* (1939), *Caminho do céu* (1943) e *Romance proibido* (1944), dirigidos por Adhemar Gonzaga. Estes últimos se caracterizavam pela perspectiva pedagógica nacionalista, com a afirmação e a vitória final dos interesses sociais coletivos e da solidariedade, mesmo que com o sacrifício pessoal. Humberto Mauro, na mesma linha, dirigiu *Argila* (1940), pela Vita Film, com roteiro e argumento em coautoria com Roquette-Pinto. Todos alinhados tematicamente com os princípios e ideais do Estado Novo.

A Cinédia, companhia de Adhemar Gonzaga, atuou na realização de mais de uma centena de filmes para o *Cinejornal brasileiro*, encarregado da propaganda oficial do Estado Novo, tornando-se um produtor de peso de curtas-metragens. As dificuldades de ordem técnica e financeira vividas pela classe cinematográfica, às voltas com o fascínio do público pelas películas de Hollywood, favoreceram os investimentos em filmes musicais, carnavalescos e nas chamadas chanchadas que, sobretudo nos anos 1950, fariam a alegria de amplas e diversificadas parcelas da população brasileira.

 Entre os grandes sucessos dessa filmografia, produzida entre os anos 1930 e 1960, deve ser lembrado o filme *Alô, alô Brasil*, de 1935, que selaria definitivamente a parceria entre o rádio e o cinema, contando com a presença, em seu elenco, de grandes cantores do rádio. A ele se seguiriam *Alô, alô Carnaval* (1936) e *Berlim na batucada* (1944), produções da Cinédia, e *Banana da terra* (1938) e *Laranja da China* (1939), realizados pela Sonofilmes. Nos cenários de *Alô, alô Brasil* há quem veja "uma mistura de charge e pintura abstrata, os grandes painéis do palco são indicadores da influência da arte moderna nos artistas que os conceberam, somada à tradição carioca e brasileira de charge e caricaturas desde revistas como *Careta, Fon-Fon, O Malho [...], O Cruzeiro*" (Ferreira, 2003:85).

Muitos outros filmes nacionais da Atlântida Cinematográfica foram sucesso de público pela primeira vez, como *Este mundo é um pandeiro* (1947), *Carnaval no fogo* (1949), *Aí vem o barão* (1951), *Nem Sansão nem Dalila* (1954) e *Matar ou correr* (1954), que vão imortalizar a dupla humorística Oscarito e Grande Otelo. Além deles, artistas como Anselmo Duarte e Eliana Macedo — cantora e estrela maior das chanchadas da Atlântida nos anos 1940 e do filme *Carnaval de fogo* — se celebrizariam como par romântico do cinema brasileiro. Nomes como José Lewgoy e Wilson Grey despontariam como os vilões prediletos das películas nacionais e Anselmo Duarte, o grande galã das chanchadas, se tornaria célebre como cineasta ao ganhar, para ao Brasil, a Palma de Ouro, o maior prêmio do Festival de Cannes de 1962 com o filme *O pagador de promessas*. Se o rádio contagiou o cinema, não o fez unicamente por meio do samba ou das músicas de Carnaval. Afinal, o "filme musical vivia de samba-canção, *fox*, baladas, xaxado, baião e tantos e outros ritmos presentes na música popular" (Ferreira, 2003:97). Assim, as estrelas maiores do rádio emprestaram sua fama aos filmes nacionais entre os anos 1930 e 1950: as cantoras Emilinha Borba, Dircinha Batista, Isaurinha Garcia e Nora Nei; os cantores Nélson Gonçalves, Luiz Gonzaga, Ivon Cury, Dick Farney e Jorge Goulart; o compositor Herivelto Martins; e o instrumentista Bebé Nunes. As chanchadas, já mencionadas, tiveram uma longevidade que ultrapassou os anos 1950: irreverentes, alegres e adeptas de paródias com as quais ridicularizam o cinema de Hollywood, fazendo o elogio da malandragem e do jeitinho brasileiro, exploravam as músicas de sucesso do rádio e do Carnaval, chegando aos anos 1960, quando principiaram os sinais de sua decadência.

Enquanto as chanchadas atraíam milhares aos cinemas, a Companhia Cinematográfica Vera Cruz — inaugurada em 1949 pelo empresário paulista, mecenas das artes, fundador do Museu de Arte Moderna



Fotógrafo não identificado
Oscarito e Grande Otelo em Três vagabundos, *Atlântida*
GELATINA/PRATA, 1952
ACERVO ICONOGRAPHIA



Fotógrafo não identificado
Companhia Cinematográfica Vera Cruz

PB NITRATO, 6 X 6 CM, SÃO PAULO, 19 DE MAIO DE 1953 | ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO/MEMÓRIA PÚBLICA/ACERVO JORNAL ÚLTIMA HORA

de São Paulo e da Bienal Internacional de Arte de São Paulo, Francisco Matarazzo Sobrinho — realizava produções endereçadas a um público intelectualizado, contratando produtores sofisticados e de renome internacional, como Alberto Cavalcanti. Este escolheu Guerra-Peixe para realizar as trilhas sonoras de seus filmes, como *Terra é sempre Terra*, de 1950. A Vera Cruz conquistaria o prêmio do Festival de Cannes de 1953 com o filme *O cangaceiro*, dirigido pelo cineasta Victor Lima Barreto. A temática nordestina se consagraria nas telas durante os anos 1960, que

viu nascer o Cinema Novo e uma nova linguagem estética, encarnada no cinema de Glauber Rocha.

Nesse sentido, o Brasil continuou a ser grande fonte de inspiração em vários domínios culturais e artísticos. Mas a realidade de um Brasil urbano e moderno edificada no governo JK, e o processo de radicalização da política tiveram impactos nas formas de produção cultural, produzindo claras alterações em inícios dos anos 1960. Surgiu o Cinema Novo, com uma linguagem experimental e contestatória. Os sons "desafinados" da bossa-nova ganharam o rádio e os discos, demarcando uma inflexão de profundidade reconhecível pelos próprios contemporâneos. Na literatura histórico-sociológica foi lançada uma nova coleção pela editora Difel, intitulada História Geral da Civilização Brasileira, dirigida pelo historiador paulista Sérgio Buarque de Hollanda, em sintonia com um projeto cultural da Unesco. Por fim, como cenário de todas essas mudanças, a nova capital, Brasília, com a arrojada arquitetura de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, demarcava para o mundo as linhas, letras e sons com os quais o Brasil queria ser simbolizado em sua nova modernidade, monumental e original. Nesses meandros da vida cultural dos anos 1960, embora o país ainda continuasse à procura de si mesmo, certamente, a essa altura, não eram poucos os brasileiros que se julgavam universais porque nacionais.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Cláudio Aguiar. *O cinema como "agitador de almas": Argila*, uma cena do Estado Novo. São Paulo: Annablume, 1999.

ASSIS, Ana Cláudia de. Compondo a cor nacional: conciliações estéticas e culturais na música dodecafônica de César Guerra-Peixe. *Per Musi*, v. 16, p. 33, 2007.

CAPELATO, M. H.; MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos; SALIBA, Elias. *História e cinema*. São Paulo: Alameda, 2007.

CARNEIRO, Levi. O problema do livro nacional. *Estudos Brasileiros*, ano 1, n. 1, jul.-ago. 1938. Versão digital de 2001.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República*: história e identidade nacional no *Almanaque Brasileiro Garnier*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

______. A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção Brasiliana. In: ______; MOLLIER, Jean-Yves. *Política, nação e edição*: o lugar dos impressos na construção da vida política. São Paulo: Annablume, 2006.

FERREIRA, Suzana. *Cinema carioca nos anos 30 e 40*: os filmes musicais nas telas da cidade. São Paulo: Annablume, 2003.

GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio... modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: T. A. Queiróz/Edusp, 1985.

LENHARO, Alcir. *Cantores do rádio*: a trajetória de Nora Ney e Jorge Goulart e o meio artístico de seu tempo. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*: quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel. São Paulo: Brasiliense, 1951.

LUCA, Tânia Regina de. *A* Revista do Brasil — um diagnóstico para a (n)ação. São Paulo: Unesp, 1999.

MICELLI, Sérgio. *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

NAPOLITANO, Marcos. *"Seguindo a canção"* — engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969). São Paulo: Annablume, 2001.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*: artistas da revolução. Do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SQUEFF, Enio; WISNIK, José Miguel. *O nacional e o popular na cultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SOARES, Astréia. *Outras conversas sobre os jeitos do Brasil*: o nacionalismo na música popular. São Paulo: Annablume, 2002.

SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso*: estudos sobre o Carnaval carioca da *belle-époque* ao tempo de Vargas. Rio de Janeiro: FGV, 1998

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (Org.). *O Brasil republicano*: o tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 2.

WISNIK, José Miguel. *O coro dos contrários*: a música em torno da Semana de 22. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

CONCLUSÃO

ANGELA DE CASTRO GOMES
O BRASIL É UMA TERRA DE AMORES...

O Brasil é uma terra de amores,
Alcatifada de flores,
Onde a brisa fala amores,
Nas lindas tardes de abril.
Correi pras bandas do Sul.
Debaixo de um céu de anil,
Encontrareis um gigante deitado:
Santa Cruz, hoje o Brasil.

Mas um dia o gigante despertou (ooaahhh!).
Deixou de ser gigante adormecido.
E dele um anão se levantou.
Era um país subdesenvolvido,
subdesenvolvido, subdesenvolvido...

Carlos Lyra e Francisco de Assis, *Canção do subdesenvolvido*, 1962

Os livros, como os filmes, já se disse, deveriam ter trilha sonora. Por isso, já se sugeriu que o clássico hino da bossa-nova, *Garota de Ipanema*, poderia ser um bom som para fechar o volume. Contudo, outra possibilidade muito menos conhecida, porém não menos emblemática, é a *Canção do subdesenvolvido*, cujas primeiras estrofes são a epígrafe desse texto. "Subdesenvolvido" é também uma palavra-chave para o período aqui analisado, caracterizando bem um deslocamento de vocabulário, impregnado de sentidos semânticos e, assim, político-culturais, que decorre das décadas de 1930 a 1960. Vale observar que, no caso do Brasil — cujo principal produto da economia

 no início do século XX era o café, respondendo por nada menos que 70% da receita de exportação nacional —, os anos 1930 começaram em 1929, pois o impacto da crise mundial sobre o país foi muito grande. De fato, desde o início dos anos 1920, as dificuldades porque passava a economia cafeeira evidenciavam a falência das políticas de valorização mantidas por um Estado liberal heterodoxo, que as implementava a pedido dos próprios cafeicultores. As complexas questões trazidas pela dependência da economia a esse produto estratégico e ao mercado internacional eram então conhecidas e debatidas, produzindo conflitos acirrados, já que nem tudo que se plantava nessa terra benfazeja brotava com facilidade ou era café. Havia outros produtos agrícolas, havia uma já significativa indústria, e também havia diversos atores a disputar o poder de gerir políticas públicas capazes de alterar uma situação, vista como a grande responsável pelo "atraso" do país. A Aliança Liberal que lançou o gaúcho Getúlio Vargas contra o paulista Júlio Prestes, em 1930, enunciava esse problema de fundo, entre vários outros que se propunha a enfrentar: fraudes eleitorais, falta de educação, saúde e proteção legal aos trabalhadores urbanos.

O que desejamos ressaltar aqui é que esse período foi inaugurado com um evento dramático e simbólico, traduzido no enfrentamento do país contra seu grande mal, chamado de "atraso", que não era apenas econômico, mas também social e cultural. Do mesmo modo, esse período se conclui em condições inteiramente diversas, com um hino que identificava as causas mais profundas dos descaminhos do Brasil nas palavras "subdesenvolvimento" e "dependência", esta uma nova teoria capaz de explicar melhor os problemas que assolavam os países da América Latina. "Subdesenvolvida, subdesenvolvida/ Essa é que a vida nacional" são os últimos versos da canção interpretada por jovens do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes, ou simplesmente, o CPC da UNE.

Se o ano de 1930 foi de grande agitação política, com comícios gigantescos da Aliança Liberal para os padrões da época, em algumas cidades; se às eleições onde essa oposição foi derrotada seguiu-se um acontecimento surpreendente, que foi o assassinato do candidato a vice-presidente, João Pessoa, não importando se ele ocorrera por motivos passionais ou políticos; se setores militares tenentistas se mobilizaram e se aliaram às oligarquias estaduais dissidentes, deslocando tropas pelo país; a população, especialmente a urbana, sem deixar de acompanhar o que se passava, participou discretamente do clima "revolucionário", que se encerrou com a queda do presidente da República, Washington Luís, e o início do Governo Provisório de Getúlio Vargas.

Um quadro bem distinto do que se passou nos anos 1960, quando a ação dos meios de comunicação de massa, a maior extensão da rede educacional e do corpo eleitoral, alimentadas pelo processo de radicalização política e partidária, incentivaram a mobilização de setores da população, quer à "esquerda", quer à "direita", o que se tornou visível nas ruas e em outros locais, como teatros, universidades, sindicatos etc., em especial um pouco antes e depois de 1964. O exemplo do CPC é paradigmático, pois, reunindo intelectuais e estudantes de tendências esquerdistas, lutando pelas chamadas reformas de base, transformou-se em polo de agitação cultural, encenando peças de teatro, produzindo filmes, editando livros e lançando discos, como *O povo canta*, no qual foi gravada a *Canção do subdesenvolvido*. Debochada, engraçada, arriscada, ela denunciava a situação de "dependência geral" do Brasil, com destaque "aos amigos desenvolvidos do norte", que tomavam o lugar do "polvo" inglês e canadense, já que estes eram tempos de anti-imperialismo. O disco, gravado em 1962, fez estrondoso sucesso, sendo rapidamente censurado após a autodesignada Revolução de 1964, que tirou João Goulart da presidência da República.

As décadas que decorrem entre 1930 e o início de 1960 são de profundas mudanças sociais no Brasil, outra categoria central no vocabulário da política e também das ciências sociais, que floresceram justamente nesse período, o que teve tudo a ver com outra área identificada como crucial para o desenvolvimento do país: a da educação.

Nos anos 1920 inúmeros intelectuais e políticos já se dedicavam a diagnosticar os "males" do Brasil e eles eram muitos e tinham "raízes" profundas. Politicamente, vivia-se sob o domínio de oligarquias organizadas em partidos políticos de notáveis, praticamente únicos em seus estados, o que deixava pouco espaço às oposições e opiniões. As críticas ao sistema eleitoral, às suas fraudes e violência aberta, foram assim se adensando e justificando uma agenda de mudanças que incluía o voto secreto e a Justiça Eleitoral. De fato, elas vieram, com o Código Eleitoral de 1932, que reconheceu o voto da mulher, uma grande conquista da luta feminista. Durou pouco essa experiência republicana: apenas de 1934 a 1937. Retomada em 1945, dessa feita no marco de uma liberal-democracia, as mudanças políticas e sociais se aprofundaram, com a industrialização e uma nova legislação partidária e eleitoral. Assim, o eleitorado cresceu, criou-se um sistema partidário nacional, as campanhas ganharam em incerteza e as eleições em lisura. Nada celestial, mas sem dúvida houve avanços, cujos desdobramentos são impossíveis de sondar, uma vez que a chamada Revolução de 1964 se constituiu em interrupção abrupta e radical a esse processo.

 Economicamente, o Brasil deixou de plantar "só café", como dizia a canção, tornando-se um moderno país urbano-industrial, mesmo considerando-se os limites de seu processo de industrialização por substituição de importação. Enquanto nos anos 1930 era grande o peso das indústrias que produziam bens de consumo, como a têxtil, de vestuário e de produtos alimentícios, nos anos 1950 assistiu-se à instalação das indústrias automobilística e de eletrodomésticos, que revolucionaram a maneira de viver de boa parte dos brasileiros. Indústrias de bens de consumo durável e de capital, como as siderúrgicas e a recém-criada Petrobras, que davam orgulho ao Brasil e empregavam, com postos que aumentavam em número e eram formalizados, chefes de muitas famílias de brasileiros. Não por acaso, esse foi o período em que ocorreu a "transição demográfica" no país, ocorrendo um aumento no ritmo de crescimento da população, expresso em taxas registradas pelos censos, agora confiáveis e orientando decisões governamentais. Um crescimento que quase duplica o número de habitantes do país e que se explica pela estabilidade das taxas de natalidade, ao que se agregava uma significativa queda nas taxas de mortalidade. A esses fatos se combinou uma série de deslocamentos de pessoas e produtos pelo território, entre os quais um movimento de êxodo rural, em busca de melhores condições de trabalho, saúde, educação e lazer, que as cidades ofereciam. Fenômenos interligados, que ressaltam, de um lado, uma melhoria no oferecimento de serviços à população e, de outro lado, sua concentração nos centros urbanos, com o abandono dos trabalhadores rurais, sem qualquer acesso à proteção social do Estado.

Entre tais direitos vale destacar o que se refere à educação. Ela foi detectada como um tema e um problema político capital desde a proclamação da República, sendo considerada a pedra de toque para se vencer o atraso e, depois, o subdesenvolvimento, para não se falar no fato de o acesso à cidadania política passar, em todas as constituições brasileiras, até a de 1988, pelo saber ler e escrever, como era prática internacional. Os anos 1920 registraram uma grande mobilização dos intelectuais da educação, assinalada pela criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, e pela realização de reformas de ensino em importantes estados, lembrando-se que a educação das crianças era de sua responsabilidade, pois o Brasil era uma República federativa. Os anos 1930 assistiram, ainda sob o Governo Provisório, à criação do Ministério da Educação e Saúde, apresentado como uma das iniciativas que evidenciava os projetos dos novos ocupantes do poder, e sendo por isso chamado, ao lado do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de o "ministério da revolução". Esses dois

órgãos públicos indicavam a nova e moderna orientação intervencionista do Estado em assuntos econômico-sociais. Entre as iniciativas inovadoras levadas a cabo no campo da educação, duas reformas tiveram destaque especial. A primeira, bem no início da década, que criou as universidades no Brasil, algo bastante demandado e que era apresentado como um dos sinais mais evidentes de nosso retardo ante a América Latina e o mundo. A segunda foi a da educação secundária e teve como objetivo tornar esse nível de ensino uma etapa da formação escolar e não apenas um "preparatório" para o ensino superior, restrito somente às elites e inalcançável para a população em geral.

Tais transformações não agradaram muito os educadores ligados ao movimento da Escola Nova, defensores de uma escola "única", gratuita e laica, e orientada pelos princípios pedagógicos da educação ativa ou, no jargão da época, do "aprender a fazer fazendo". Isso porque a reforma do ensino secundário acabou por consagrar um modelo dualista de acesso, havendo um curso profissionalizante para os que não iriam chegar à universidade e outro, forte em conteúdos humanistas e científicos, para aqueles que o fariam; vale dizer, um curso de formação de elites e outro para o "povo". Além disso, a Igreja católica, que praticamente monopolizava a oferta de educação secundária, reagiu fortemente aos princípios de laicidade e gratuidade defendidos pelos educadores escola-novistas, acusando-os de ameaçar valores religiosos e o poder da família na sociedade brasileira e, no limite, de comunistas ateus. Os anos 1930/1940 são tempos de duros enfretamentos entre posições político-pedagógicas no campo educacional. Nesse sentido, mesmo que em muitas iniciativas fossem adotados vários princípios escola-novistas, o que se demarcou foi uma preeminência da orientação católica, sinalizando a influência política e social da hierarquia católica, traduzida em múltiplas formas de associativismo e mobilização de leigos, como a Ação Católica e a Liga Eleitoral Católica, entre outros.

Quando o Estado Novo chegou ao fim, o Brasil possuía um sistema nacional de ensino altamente centralizado e burocratizado e sob forte controle ministerial. Por essa razão, uma das demandas mais importantes do movimento da Escola Nova no pós-45 no que se refere à elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), foi a de que ela apenas desse os parâmetros gerais da educação, descentralizando os procedimentos para sua implementação segundo as realidades estaduais e municipais do país. Uma demanda que se mostraria de difícil realização. A República que se inaugurou sob o governo Dutra assistiu à apresentação de um projeto de LDB para cuja elaboração concorreu um conjunto de nomes

de seletos renovadores à época. Contudo, a trajetória desse projeto de lei, que defendia a escola única, gratuita e laica, é paradigmática. Apresentado em 1949 ao Congresso Nacional, ele só seria votado e aprovado após muitas idas e vindas e com inúmeras alterações, em 1962, já no governo de João Goulart. Os rumos da educação no Brasil, que eram acreditados e propagados como condição *sine qua non* para seu desenvolvimento, ficaram em compasso de espera por mais de uma década, pela força de lideranças da Igreja católica e de outros credos confessionais, além de empresários privados da educação, que exerceram um autêntico poder de veto à matéria, determinando que ela não teria uma decisão rápida.

Os anos 1950 são, portanto, de intensos enfrentamentos sobre essa questão que, muito politizada, articulava-se ao acesso da população ao voto, ao mercado de trabalho e até mesmo à posse da terra, outro dos mais sensíveis e explosivos problemas do Brasil. Quando a LDB foi aprovada, a situação política do país era extremamente tensa, e ela acabaria sendo utilizada pelos governantes militares com intentos inversos aos seus objetivos originais. O processo de privatização do ensino era justamente o que os educadores escola-novistas desejavam impedir, em nome da democratização que começaria passando por bancos escolares de qualidade e gratuitos.

Essas observações sobre o percurso da questão educacional entre 1930 e 1960 têm o intuito de apontar para um dos campos de ação no qual o Brasil teve graves prejuízos, a despeito dos muitos ganhos que podem ser assinalados no período. Não por acaso, muitos estudantes universitários e secundários, cantando contra o subdesenvolvimento, foram às ruas no pós-64 para lutar contra o autoritarismo. Não por acaso também, a Terceira República do pós-45 ainda é pouco estudada e valorada como um período em que se tentara, e vinha se conseguindo, construir uma democracia no Brasil.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

ABBINK, John 18, 204
ABRAMO, Lívio 240
ABREU, Capistrano de 253
AFONSO, Almino 131
AGOSTINI, Ângelo 240
ALMEIDA, José Américo de 100, 106
ALMEIDA, Renato de 267
ALMEIDA, Rômulo de 207
ALVES, Castro 253
ALVES, Ataulfo 263
ALVES, Francisco 39, 246, 263, 264
ALVES, Osvino 131
ALVES, Rodrigues 206, 207
ALZIRA Vargas 108
AMADO, Jorge 78, 240, 246, 263
AMARAL, Azevedo 65, 103
AMARAL, Tarsila do 235, 236, 237, 240
ANDERSEN, Benedict 30
ANDRADE, Auro de Moura 137, 222
ANDRADE, Almir de 65, 103, 258
ANDRADE, Carlos Drummond de 229, 259
ANDRADE, Mario de 229, 250, 254, 258, 259, 267
ANDRADE, Oswald de 237, 238, 239
ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de 258, 259
ANITA [Anita Leocádia Prestes] 100
ANSELMO, cabo [José Anselmo dos Santos] 135
APARECIDO, José 129
ARANHA, [José Pereira da] Graça 237, 240
ARANHA, Oswaldo 91, 101, 105, 150, 152, 154, 184, 185, 188, 191, 192, 198, 209, 211, 212
ARAÚJO, Mozart de 268
ARBENZ, Jacobo 164
ARRAES, Miguel 128, 131
ASSIS, Francisco de 275
ASSIS, [Joaquim Maria] Machado de 234, 253
ATHAYDE, Tristão de 259
AZEVEDO, Fernando de 243, 297

BABO, Lamartine 263, 266
BACKHEUSER, Everardo 64
BANDEIRA, Manuel 235, 250, 254, 259
BARBOSA LEITE, [Francisco] 68, 69
BARDI, Pietro Maria 241
BARLEUS, Gaspar 252
BARRETO, Victor Lima 19, 272
BARROS, Ademar de 79, 114, 115, 122, 131
BARROS, João Alberto Lins de 74, 95
BARROSO, Ary 17, 23, 263, 264, 266
BARROSO, Gustavo 98
BATISTA, Dircinha 270
BATISTA, Wilson 263
BELMONTE, [Benedito Bastos Barreto] 240
BENÁRIO, Olga 99, 100
BEJO *veja-se* VARGAS, Benjamin
BERLE JR., Adolpho 107
BERNSTEIN, Edward 212
BETHELL, Leslie 160
BILAC, Olavo 253
BOPP, Raul 240

BORBA, Emilinha 263, 270
BRANCO, Humberto de Alencar Castelo 133
BRANDÃO, Cláudio 252
BRANDI, Antonio Jesus 115
BRECHERET, Victor 237, 238
BRIZOLA, Leonel 125, 131, 132, 133, 135, 137, 222
BULHÕES, Otávio Gouveia de 18

CAFÉ FILHO 114, 115, 165, 211, 212
CAFFERY, Jefferson 154
CALDAS, Sílvio 263
CALMON, Pedro 253
CAMACHO, Manuel Ávila 158
CÂMARA, [dom] Hélder 19
CAMINHA, Pero Vaz de 43
CAMPOS, Francisco 101, 103
CAMPOS, Roberto 118, 224
CAPANEMA, Gustavo 249, 250, 251, 252, 254, 259, 260, 269
CARDOSO, Elizete 86
CARDOSO, Fernando Henrique 34
CARNEIRO, Levi 232, 233, 237
CARVALHO PINTO *veja-se* PINTO, Carlos Alberto Alves de Carvalho
CARVALHO, Ronald de 147
CASTELO BRANCO *veja-se* BRANCO, Humberto de Alencar Castelo
CASTRO, Correa e 205
CASTRO, Fidel 122, 172, 173
CAVALCANTI, Alberto 272
CAVALCANTI, Di 235, 237, 238
CAYMMI, Dorival 266
CELESTINO, Vicente 263
CHABLOZ, Jean-Pierre 77
CHATEAUBRIAND, Assis 241
CHE GUEVARA [Ernesto Rafael Guevara de La Serna] 122, 124, 172
COELHO, Danton 113
COLLOR, Lindolfo 93
COSTA, Arthur de Sousa 101, 152, 198, 199
COSTA, Canrobert Pereira da 161
COSTA, Carmem 269
COSTA, Lúcio 15, 20, 82, 85, 116, 117, 119, 259, 273
COSTA, Zenóbio da 113
COSTA, Miguel 98
COUTINHO, Eduardo 127
CUNHA, Euclides da 253
CURY, Ivon 270

DANTAS, [Francisco de] San Thiago 131, 170, 171, 221, 222, 223, 224
DIAS, [Antônio] Gonçalves 253
DIAS, Cícero 244
DISNEY, Walt 17
DUARTE, Anselmo 270
DUHAMEL, George 246
DULLES, John Foster 20
DUTRA, Eurico Gaspar 18, 26, 83, 98, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 122, 161, 163, 204, 205, 208, 212, 222, 279

EISENHOWER, Dwight 165, 166
ELLIS JÚNIOR, Alfredo 60
EWERT, Arthur Ernst 99, 100

FACÓ, Américo 250
FARIAS, Cordeiro de 112, 113
FARNEY, Dick 270
FERRO, Antonio 258
FISHLOW, Albert 186
FIUZA, Yedo 108
FLEMING, Thiers 63, 64, 65

FONTES, Lourival 103, 255, 258
FONTOURA, João Neves da 164
FRANCO, Afonso Arinos de Melo 122, 170, 240, 244, 259
FRANCO, Afrânio de Melo 150
FRANCO, Francisco 146
FREITAS, Mário Augusto Teixeira de 45, 63, 66, 83
FREYRE, Gilberto 103, 244, 259
FRONDIZI, Arturo 168, 169, 170
FURTADO, Celso 128, 131, 163, 186, 216, 221, 223, 224

GARCIA, Isaurinha 262, 270
GAUTHEROT, Marcel 8
GHIOLDI, Rodolpho 99
GILBERTO, João 20, 268
GOELDI, Osvaldo 240
GOMES, Eduardo [brigadeiro] 107, 108, 111, 113
GONÇALVES, Dercy 264, 265
GONÇALVES, Nélson 270
GONZAGA, Adhemar 246, 249, 269
GORDON, Lincoln 140, 174
GOULART, João 20, 21, 22, 32, 34, 113, 115, 122, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 137, 138, 140, 170, 174, 175, 207, 211, 222, 223, 277, 280
GOULART, Jorge 270
GRACIANO, Clóvis 240
GRANDE OTELO [Sebastião Bernardes de Souza Prata] 270, 271
GREY, Wilson 270
GUARNIERI, Camargo 268
GUDIN, Eugênio 202, 211, 212
GUERRA-PEIXE, César 267, 268, 272
GUIMARÃES, Ulysses 221

HIROITO, imperador 146
HOLLANDA, Sérgio Buarque de 238, 244, 250, 259, 273
HORTA, Oscar Pedroso 124

J. CARLOS [José Carlos de Brito e Cunha] 240
JAFET, Ricardo 207, 208, 209
JANGO *veja-se* GOULART, João
JARDIM, Luís 246
JK *veja-se* KUBITSCHEK, Juscelino
JOÃO ALBERTO [tenente] 95
JOBIM, Antonio Carlos 20, 25, 86, 264, 268
JOHNSON, Lyndon 140
JULIÃO, Francisco 127
JUSTO, Augustín Pedro 149, 150, 151

KATUNDA, Eunice 267
KENNEDY, John 123
KOELLREUTTER, Hans Joachim 267, 268
KRUEL, Amaury 131, 137
KUBITSCHEK, Juscelino 20, 21, 25, 34, 71, 72, 74, 82, 84, 85, 86, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 125, 127, 129, 165, 166, 168, 171, 200, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 220, 250, 273

LACERDA, Carlos 19, 113, 114, 117, 120, 123, 124, 131, 137
LAFER, Horácio 206, 207, 209
LAMAS, Carlos Saavedra 148, 150, 151
LANG, Curt 268
LAU, Percy 69
LEAL, Estillac 112

LEAL, Mário Lobo 252
LEME, Sebastião 94
LEMMI, Lemmo 235, 240
LEWGOY, José 270
LIMA, Alceu Amoroso *veja-se* ATHAYDE, Tristão de
LIMA, Hermes 221, 222, 243
LIMA, Jorge de 250
LINHARES, José 108
LOBATO, Monteiro 230, 231, 233, 234, 235, 237, 238, 249
LOPES, [José] Machado 125
LOPES, Lucas 118, 219, 220
LOTT, Henrique Teixeira 115, 120, 122, 215
LOURENÇO FILHO 233, 234, 237, 246, 250, 267
LULA [Luis Inácio Lula da Silva] 34
LUZ, Carlos 115
LUZARDO, Batista 254
LYRA, Carlos 275

MACEDO, Eliana 270
MACHADO, Carlos 264
MACHADO, Cristiano 111, 112
MACIEL, Olegário 92
MAGALHÃES PINTO *veja-se* PINTO, [José de] Magalhães
MAGALHÃES, Agamenon 106
MALFATTI, Anita 235, 237, 238
MANGABEIRA, Otávio 145
MANZON, Jean 257
MARCONDES FILHO, Alexandre 106, 199
MARCONDES, Octales 234
MARTINS, Herivelto 266, 270
MATARAZZO SOBRINHO, Francisco 272
MATIENZO, Anze 157
MAURO, Humberto 246, 248, 249, 258, 269
MAZZILLI, [Paschoal] Ranieri 124, 137
MEDEIROS, [Antônio Augusto] Borges de 92
MEIRELLES, Cecília 259
MENDES, Murilo 250
MENDONÇA, Newton 268
MENEGHETTI, Ildo 131
MESQUITA, Júlio de 234
MEYER, Augusto 246, 250
MILLIET, Sergio 241
MIRANDA, Carmen 17, 26, 39, 263, 264, 266
MONTEIRO, Góes 98, 104, 105
MONTEIRO, Vicente do Rego 240
MONTORO, Franco 221
MORAES, Rubens Borba de 246
MORAES, Vinicius de 20, 25, 86, 259, 264
MOTA, Silvio 137
MOURA, Gerson 148
MOURÃO FILHO, Olympio 100, 137
MUSSOLINI, Benito 103, 147

NABUCO, Joaquim 253
NASSER, David 266
NEI, Nora 270
NERY, Adalgisa 259
NEVES, Tancredo 130, 221, 222
NIEMEYER, Oscar 20, 116, 117, 119, 258, 259, 273
NIEMEYER, Otto 184, 188, 198
NIXON, Richard 165
NUNES, Bebé 270

OLIVEIRA, Armando de Salles 79, 97, 100

OSCARITO [Oscar Lorenzo Jacinto de La Imaculada Concepción Teresa Diaz] 270, 271

PAIVA, Vicente 266
PASSOS, Gabriel 221
PEIXOTO, Afrânio 230, 232, 259
PELÁEZ, Carlos Manuel 186
PEREIRA, Jesus Soares 207
PÉRICLES [Péricles de Andrade Maranhão] 239
PERÓN, Juan [Domingo] 103, 107, 113, 115, 163, 164, 167, 168
PESSOA, Epitácio 187
PESSOA, João 276
PICCHIA, [Paulo] Menotti Del 258, 259
PILSUDSKI, Josef 101
PINTO, [Carlos Alberto Alves de] Carvalho 124
PINTO, [José de] Magalhães 124, 130, 137
PINTO, Maria Magdalena Vieira 68
PINTO, Walter 264
PISA, Guilherme 252
POMPÉIA, Raul 253
PORTINARI, Cândido 8, 20, 246, 259
PREBISCH, Raul 162
PRESTES, Júlio 184, 276
PRESTES, Luiz Carlos 98, 99, 100, 107, 108, 118, 133

QUADROS, Jânio [da Silva] 21, 34, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 169, 170, 171, 172, 173, 212, 220, 221, 222
QUEIROZ, Rachel de 78, 246
QUINTANA, Mario 246

RABELO, Manuel 105
RAMOS, Graciliano 78, 103, 246, 259
RAMOS, Nereu 115
RANGEL, Godofredo 237
REDONDO, Jayme 266
REGO, José Lins do 78, 246, 250, 259
RIBEIRO, Darcy 128
RIBEIRO, Jair Dantas 131, 138
RIBEIRO, João 253
RICARDO [LEITE], Cassiano 60, 61, 103, 258, 259, 260
RIO BRANCO, barão do 144, 164
ROCHA, Brochado da 222
ROCHA, Glauber 273
RODRIGUES, Paulo 137
ROOSEVELT, Franklin Delano 17, 152, 155, 156, 187, 189
ROQUETTE-PINTO, Edgard 249, 259, 260, 269
ROSA, Guimarães 246, 269
ROSA, Noel 263
ROSA, Tomás Santa 240, 246

SALAZAR, Antonio Oliveira 146, 258
SALES, Campos 206, 207
SALGADO, Plínio 98, 100, 114, 115, 259
SALGADO FILHO, [Joaquim Pedro] 199
SALLES, Walter Moreira 221, 222, 223
SALVADOR, Vicente 253
SANTORO, Cláudio 267
SANTOS, Carmem 246, 249
SCHACHT, Hjalmar 190
SCHMIDT, Augusto Frederico 259
SERRANO, Jonathas 249, 258
SHÖENBERG, Arnold 268
SILBER, Simão 186

SILVA, Alexandra de Mello e 162
SILVA, Golbery do Couto e 130
SILVEIRA, Guilherme da 205
SIMONSEN, Roberto 202
SOARES, José Carlos de Macedo 45, 148
SODRÉ, Nelson Werneck 103
SOUZA, Gabriel Soares de 253

TARQUÍNIO, Octávio 244
TÁVORA, Juarez 64, 91, 113, 114, 115
TEIXEIRA, Anísio 243, 267
TEIXEIRA, João Pedro 127
TIRADENTES [Joaquim José da Silva Xavier] 21, 269
TORRES, Alberto 251
TRUMAN, Harry S. 161, 205, 208

VALENTE, Assis 266
VARGAS, Benjamin 108
VARGAS, Getúlio 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 42, 45, 48, 62, 66, 67, 71, 72, 73, 74, 76, 82, 83, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 114, 113, 114, 116, 118, 130, 135, 148, 149, 150, 151, 153, 155, 163, 164, 165, 167, 168, 179, 186, 191, 192, 193, 198, 199, 205, 206, 208, 209, 211, 225, 249, 250, 252, 257, 258, 260, 264, 266, 267, 276
VASCONCELOS, José de 232
VAZ, Rubens [major] 113
VELOSO, Haroldo 118
VENÂNCIO FILHO, Francisco 249
VERISSIMO, Erico 246
VIANA, Segadas 63
VIANNA, [Francisco José de] Oliveira 53, 103
VILLA-LOBOS, Heitor 237, 267, 268

WALTERS, Vernon 140, 166
WASHINGTON LUÍS [Pereira de Sousa] 13, 182, 183, 276
WASTH RODRIGUES, José 235, 240
WELLES, Sumner 154
WHITAKER, José Maria 91, 183, 184, 212, 219
WILLIAMS, John 189

ZEBALLOS, Estanislau 144

OS AUTORES

ANGELA DE CASTRO GOMES é mestra e doutora em ciência política pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (Iuperj) e pesquisadora A1 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É professora titular de história do Brasil do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Foi professora e pesquisadora sênior do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getulio Vargas do Rio de Janeiro. É organizadora e autora de livros, entre os quais *Burguesia e trabalho* (1979), *A invenção do trabalhismo* (2005), *História e historiadores* (1996), *Essa gente do Rio...* (1998), *Cidadania e direitos do trabalho* (2002), *Leituras críticas sobre Boris Fausto* (2008) e *A República, a história e o IHGB* (2009), e também de diversos capítulos de livros e artigos em periódicos científicos.

BORIS FAUSTO formou-se em direito pela Universidade de São Paulo (USP) em 1953 e concluiu o mestrado em história pela mesma universidade, em 1967. Em 1989 passou a lecionar no Departamento de Ciência Política da USP, onde permaneceu até a aposentadoria. Membro da Academia Brasileira de Ciências. Foi professor visitante, entre outros, do Instituto Ortega y Gasset (Madri), da Brown University (EUA) e do St. Antony's College (Oxford, Reino Unido). Publicou muitos artigos, ensaios e livros, entre os quais se destacam *A Revolução de 1930* (1970), *História do Brasil* (1994), *Negócios e ócios* (1997), *Fazer a América* (1999), *O crime do restaurante chinês* (2009) e *Memórias de um historiador de domingo* (2010). Foi o coordenador dos volumes referentes à República da prestigiosa coleção *História Geral da Civilização Brasileira.*

LETÍCIA PINHEIRO é doutora em relações internacionais pela London School of Economics and Political Science, professora-assistente do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, coordenadora da rede de pesquisa Agendas e Atores de Política Externa, e pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Foi pesquisadora da Fundação Getulio Vargas (FGV) entre 1985 e 1997, secretária-executiva da Associação Brasileira de Ciência Política entre 2006 e 2008, e coeditora do periódico *Brazilian Political Science Review* entre 2006 e 2012. Publicou diversos artigos, capítulos e livros, entre eles *Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria*

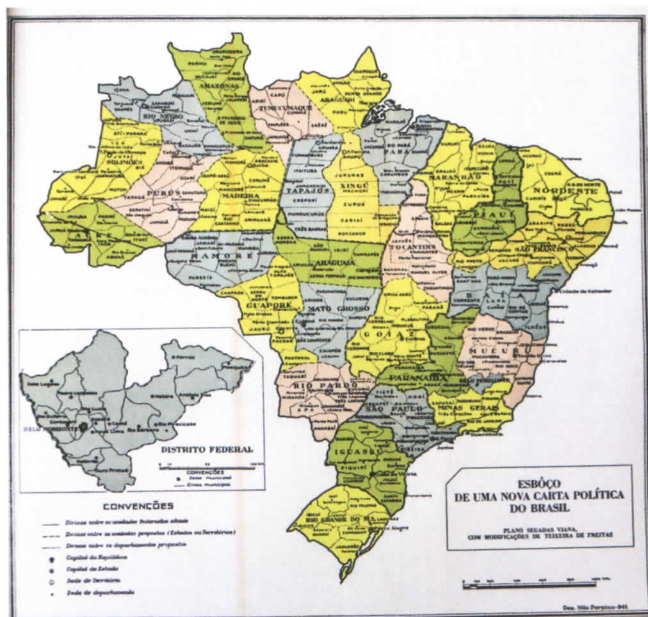
e a prática da política externa brasileira contemporânea (2000), *Autores y actores de la política exterior brasileña* (2009), *Os véus da transparência: política externa e democracia no Brasil* (2003), *Política externa brasileira* (2004), e organizou, em parceria com Carlos R. S. Milani, *Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas* (2012).

MARCELO DE PAIVA ABREU, Ph.D. em economia pela Universidade de Cambridge, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio e pesquisador I-A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Foi professor ou pesquisador visitante nas universidades de Cambridge, Columbia, Illinois, Modena, Oxford e Veneza. Entre suas publicações destacam-se: diversos capítulos publicados em *The Cambridge History of Latin America* (2008, org. L. Bethell) e *The Cambridge Economic History of Latin America* (orgs. V. Bulmer-Thomas, J. H. Coatsworth e R. Cortés Conde, 2006); "Brazil as a debtor, 1824-1931" (*Economic History Review*, 2006); *Comércio exterior: interesses do Brasil* (2006); "Brazil as a Creditor: Sterling Balances, 1940-1952" (*Economic History Review*, 1990); e *A ordem do progresso* (org., 1990).

ELIANA DE FREITAS DUTRA é professora titular do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em história social pela Universidade de São Paulo (USP) e pesquisadora sênior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Publicou diversos artigos e livros, entre eles *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30* (1997) e *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no* Almanaque Brasileiro Garnier (2005). Organizou com Jean-Yves Mollier *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política* (2006).

A ÉPOCA EM IMAGENS





Esboço de uma carta política do Brasil — plano de Segadas Viana com modificações de Teixeira Freitas

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, ANO III, N. 29, JAN./MAR. 1947

ACERVO IBGE

Durante a década de 1930, houve inúmeros projetos visando uma nova divisão político-administrativa do país que, a exemplo dos Estados Unidos, diminuísse a desproporção de tamanho entre os estados federados. Eles não se concretizaram, mas em 1943, além do Acre, o Brasil ganhou novos territórios, todos em zonas de fronteira: Amapá, Rio Branco (atual Roraima), Guaporé (atual Rondônia), Ponta Porã (retirado do Mato Grosso do Sul) e Iguaçu (retirado do Paraná e Santa Catarina), sendo que os dois últimos não sobreviveram. Além disso, em 1942, foi aprovada a Divisão Oficial Regional do Brasil, que levava em consideração tanto os aspectos físicos — como clima, relevo, hidrografia — quanto os aspectos humanos — como produção econômica, festas, hábitos alimentares, artes, crenças etc.

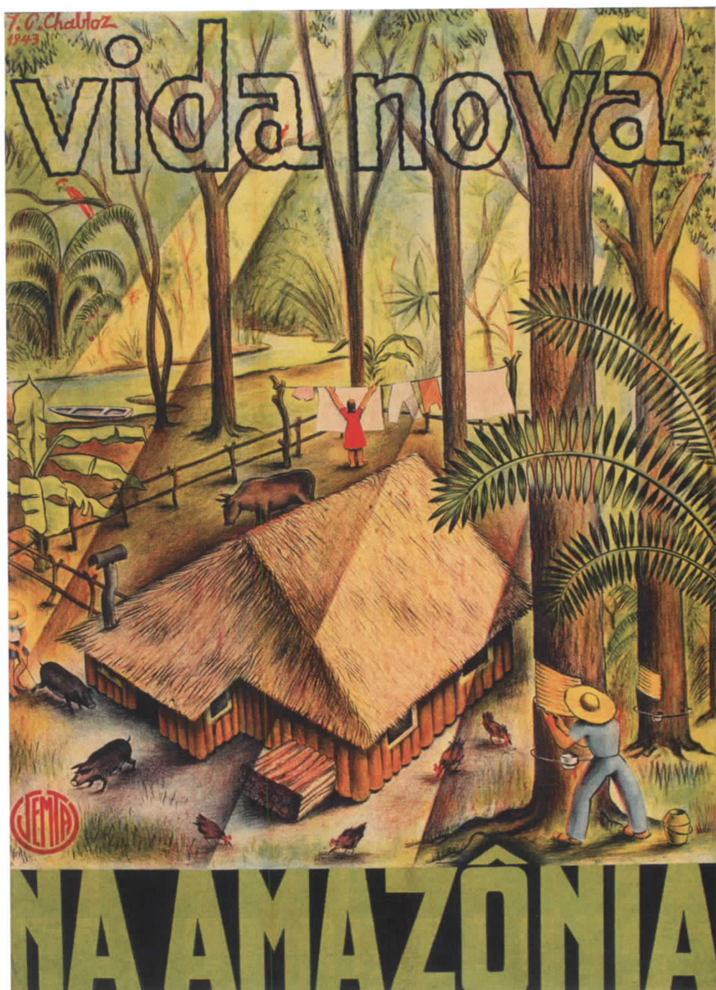


Getúlio Vargas em capa de publicação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)

IMPRESSO, S.D.

ACERVO S. BALADY

Com o Estado Novo (1937–1945) organizou-se um amplo programa governamental, que abarcava políticas econômicas, demográficas, de transportes, comunicações etc., visando a ocupação e integração do território nacional. A "marcha para Oeste", como se chamou, recorria a uma imagem de movimento, força e coragem, fundada na tradição bandeirante de conquista de nosso espaço geográfico. Ela possuía muitas faces, desde a construção da cidade de Goiânia, passando por tentativas de fixação da população no interior, até a planificação de um sistema de comunicações, que recorria às estradas, mas também de forma mais efetiva, à telefonia e ao rádio. O Brasil, finalmente, devia abandonar o litoral e se embrenhar pelos "sertões".



Jean-Pierre Chabloz

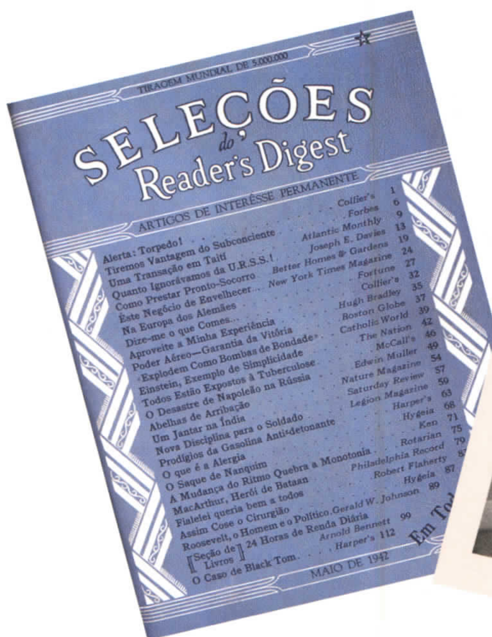
Cartazes de Chabloz para a campanha dos "soldados da borracha"

IMPRESSO, S.D.

ACERVO JEAN-PIERRE CHABLOZ/MUSEU DE ARTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ



Para atrair trabalhadores dispostos a se deslocar para a Amazônia, no contexto da Segunda Guerra Mundial, quando a borracha ganhou importância e valor estratégico, o governo Vargas empreendeu uma grande campanha, visando especialmente a população da região nordestina. Nesse contexto, pintou-se a Amazônia como um Novo Eldorado e se prometeu a esses homens boas condições de trabalho nos seringais. Eram chamados de "soldados da borracha", em um claro apelo a seu espírito patriótico. Para se encarregar do material publicitário, foi contratado o artista plástico suíço Jean-Pierre Chabloz, que chegou a se fixar no estado do Ceará. Contudo, as promessas governamentais não se cumpriram e tais trabalhadores acabaram explorados e abandonados, muitos deles morrendo em locais distantes e deixando suas famílias completamente desamparadas.


TIRAGEM MUNDIAL DE 5.000.000

SELEÇÕES do Reader's Digest

ARTIGOS DE INTERÊSSE PERMANENTE

Alerta: Torpedo!	Collier's	1
Tiremos Vantagem do Subconciente	Forbes	6
Uma Transação em Taití	Atlantic Monthly	9
Quanto Ignorávamos da U.R.S.S.!	Joseph E. Davies	13
Como Prestar Pronto-Socorro	Better Homes & Gardens	19
Êste Negócio de Envelhecer...	New York Times Magazine	24
Na Europa dos Alemães	Fortune	27
Dize-me o que Comes...	Collier's	32
Aproveite a Minha Experiência	Hugh Bradley	35
Poder Aéreo—Garantia da Vitória	Boston Globe	37
«Explodem Como Bombas de Bondade»	Catholic World	39
Einstein, Exemplo de Simplicidade	The Nation	42
Todos Estão Expostos à Tuberculose	McCall's	46
O Desastre de Napoleão na Rússia	Edwin Muller	49
Abelhas de Arribação	Nature Magazine	54
Um Jantar na Índia	Saturday Review	57
Nova Disciplina para o Soldado	Legion Magazine	59
Prodígios da Gasolina Anti-detonante	Harper's	63
O que é a Alergia	Hygeia	68
O Saque de Nanquim	Ken	71
A Mudança do Ritmo Quebra a Monotonia	Rotarian	75
MacArthur, Herói de Bataan	Philadelphia Record	79
Fialelei queria bem a todos	Robert Flaherty	83
Assim Cose o Cirurgião	Hygeia	87
Roosevelt, o Homem e o Político	Gerald W. Johnson	89
[Seção de Livros] 24 Horas de Renda Diária	Arnold Bennett	99
O Caso de Black Tom	Harper's	112

MAIO DE 1942



A Política da Boa Vizinhança, que selava o alinhamento entre Brasil e Estados Unidos, em capa e anúncio da Seleções

REVISTA *SELEÇÕES*, N. 4, MAIO 1942

ACERVO ICONOGRAPHIA/READER'S DIGEST BRASIL

A Política da Boa Vizinhança, que selou o alinhamento entre Brasil e Estados Unidos, foi uma iniciativa do governo Roosevelt, que se caracterizou pelo abandono da prática intervencionista que até então prevalecera nas relações daquele país com a América Latina. No contexto da Segunda Guerra Mundial, era fundamental apelar para a negociação diplomática, buscando maior colaboração política, econômica e militar, neutralizando a influência europeia no continente. O Brasil era então absolutamente estratégico e, entre as diversas frentes dessa política, ganhou destaque a que investia em iniciativas culturais de vários tipos. Assim, foi a partir dos anos 1940 que Tio Sam chegou ao Brasil com muita força, através de impressos de grande circulação, da programação do rádio, dos atores de cinema e também de novos hábitos de consumo e comportamento, como vestir "calças americanas", tomar Coca-Cola etc.



Capa da revista Movimento, *a publicação oficial da* UNE

IMPRESSO, AGO. 1947

ACERVO ICONOGRAPHIA

A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi criada em 1937 por estudantes universitários da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal. Nos anos 1940, organizou manifestações contra o nazifascismo e pelo alinhamento do Brasil com os Estados Unidos, na Segunda Guerra Mundial. Também combateu a ditadura do Estado Novo, tornando-se, com o passar das décadas de 1950/60, a mais importante entidade estudantil do Brasil. No início da década de 1960, a UNE foi um lugar de intensa participação política e cultural. Ela atuou na Campanha da Legalidade, que defendeu a posse do vice-presidente João Goulart, e reuniu muitos estudantes em torno dos Centros Populares de Cultura (os CPCs da UNE), o que foi decisivo para seu reconhecimento e visibilidade. Não foi por acaso que um dos primeiros atos da chamada Revolução de 1964 tenha sido invadir e incendiar a sede da UNE, na Praia do Flamengo, 132, no Rio de Janeiro.

BIBLIOTECA PEDAGOGICA BRASILEIRA

1ª SERIE — 1º VOLUME

MONTEIRO LOBATO

AS REINAÇÕES DE NARIZINHO



COMPANHIA EDITORA NACIONAL
RUA DOS GUSMÕES 26-28 — SÃO PAULO.

Capa da primeira edição de As reinações de Narizinho, *de Monteiro Lobato*

COMPANHIA EDITORA NACIONAL, SÃO PAULO, 1931

ACERVO ICONOGRAPHIA

Nos anos 1930 e 1940 o Brasil viveu um momento de especial crescimento do mercado editorial, com a entrada de novos autores e editoras, como a Companhia Editora Nacional, com sede em São Paulo e também no Rio de Janeiro. Mas desde as primeiras décadas do século XX, o país vivenciava o desenvolvimento e a consolidação de uma literatura infantil, alimentada pelo mercado escolar e pelo aumento do público leitor infantil. Seu grande inovador foi Monteiro Lobato, que escreveu *Narizinho arrebitado,* lançado nos anos 1920 por sua própria editora, Revista do Brasil. Porém foi em 1931, em edição revista pelo autor e inaugurando uma das mais importantes coleções dedicadas ao público infantojuvenil, que Narizinho se consagrou de vez. Sob a direção do educador escola-novista, Fernando de Azevedo, a CEN lançou a Biblioteca Pedagógica Brasileira, com a qual Lobato se tornaria o mais importante e bem-sucedido autor de literatura infantil, alcançando inclusive o mercado de outros países, como a Argentina e Portugal. Por esse livro, gerações de crianças foram apresentadas aos personagens do sítio do Pica-Pau Amarelo: Dona Benta, Tia Nastácia, Pedrinho e, é claro, a espevitada e muito falante boneca Emília. Com vida longa, o sítio chegou à televisão em várias séries, alimentando a imaginação das crianças brasileiras.



Fotógrafo não identificado

Povo em festa na cidade de São Paulo após o Brasil vencer a Suécia e levar seu primeiro título mundial

GELATINA/PRATA, SÃO PAULO, 1958

ARQUIVO AGÊNCIA ESTADO

O Brasil, no dito popular e no mito acreditado, é o país do futebol. Mas nem sempre o futebol foi um esporte nacional e popular, muito ao contrário. Nesse sentido, os anos 1930/1940 são fundamentais para a história desse esporte, hoje símbolo da nacionalidade brasileira e grande paixão do povo. Pode-se dizer, tomando o exemplo dos clubes cariocas, que foi na década de 1930 que o futebol começou a derrubar as barreiras elitistas que barravam a participação de jogadores negros e de origem pobre nos times e, mais ainda, nas dependências dos clubes. Foi também nesse momento, e não por acaso, que se inventaram as torcidas tal como as conhecemos: participantes, barulhentas, enfim, o 13º jogador em campo. Torcidas que, ao irem aos jogos, traziam renda aos clubes, independentemente de seus integrantes serem ou não associados. Jogos que eram acompanhados pelo rádio e por jornais, como o célebre *Jornal dos Sports*, dirigido por Mário Filho. Mas, principalmente, porque nessas décadas assistiu-se ao processo de institucionalização da prática desse esporte, com a profissionalização de seus jogadores. O coroamento desse movimento de amplo e crescente reconhecimento do futebol é alcançado com a inauguração do estádio do Maracanã, em 1950, e a conquista da primeira Copa do Mundo, em 1958. Pelé, Garrincha, Bellini (o capitão), Newton Santos, Didi, Vavá e outros craques se tornam ídolos de todas as torcidas de todos os times do país. Nesse ano e com essa seleção de camisa azul, o povo foi às ruas afirmar que o Brasil, campeão do mundo, era, sim, o país do futebol.


REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
SE PAGARÁ AO PORTADOR
TESOURO NACIONAL
DESTA A QUANTIA DE
SÉRIE 1184A
011988
1
MARQUES DE TAMANDARÉ
DIRETOR CAIXA DE AMORTIZAÇÃO
MINISTRO DA FAZENDA
UM CRUZEIRO
VALOR RECEBIDO


REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
TESOURO NACIONAL
ESTAMPA 1A
SÉRIE 333A
068769
10
GETULIO VARGAS
DIRETOR CAIXA DE AMORTIZAÇÃO
MINISTRO DA FAZENDA
DEZ CRUZEIROS
VALOR LEGAL
AMERICAN BANK NOTE COMPANY.


REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
TESOURO NACIONAL
ESTAMPA 1A
SÉRIE 1327A
021471
100
D. PEDRO II
DIRETOR CAIXA DE AMORTIZAÇÃO
MINISTRO DA FAZENDA
CEM CRUZEIROS
VALOR LEGAL
AMERICAN BANK NOTE COMPANY.







Cédulas do período

ACERVO SONIA BALADY

Em 1942, sob o Estado Novo e com o Brasil entrando na Segunda Guerra Mundial, realiza-se uma reforma monetária, que extingue o mil-réis e cria uma nova moeda. O cruzeiro existiu até 1967, quando o país entrou em um período de forte inflação e instabilidade monetária, encerrado apenas em 1994, com a adoção do real. Vale notar que, em 1943, é lançada a cédula de 10 cruzeiros com a efígie de Getúlio Vargas (anverso) e a alegoria à República (reverso), compondo uma família de grandes personagens da história do Brasil.



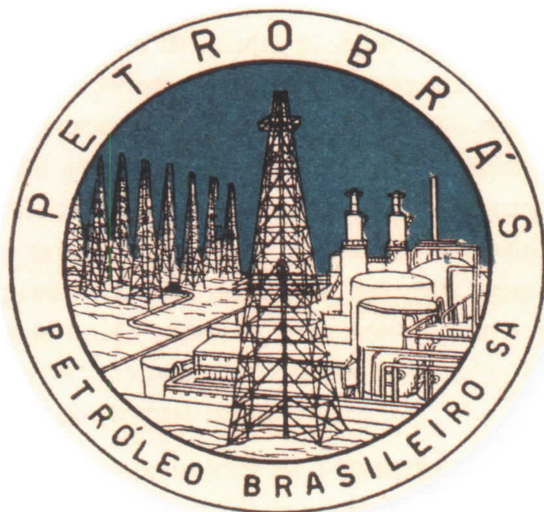
Fotógrafo não identificado

Almerinda Farias Gama depositando seu volto na urna

GELATINA/PRATA, JULHO DE 1933

ACERVO ALMERINDA FARIAS GAMA/CPDOC-FGV

Almerinda Farias Gama nasceu em Alagoas, em 1899. Em 1929, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde foi trabalhar como datilógrafa. Era jovem e militava na Federação para o Progresso Feminino, com Berta Lutz, lutando, entre outras demandas, pelo direito de voto das mulheres brasileiras. Situação que seria mudada com o Código Eleitoral de 1932, crucial para uma das mais importantes transformações no quadro político-institucional do país. Com ele passam a votar os maiores de 21 anos, alfabetizados e sem distinção de sexo. O código também criou a Justiça Eleitoral, estabelecendo o voto secreto e a representação proporcional, além de aprovar outra grande inovação: a representação classista, que permitia a presença de representantes de "empregados e empregadores", devidamente sindicalizados, como deputados nas assembleias e câmaras "políticas". Diante disso, houve mobilização entre os trabalhadores e Almerinda, por exemplo, participou diretamente da criação do Sindicato de Datilógrafos, Taquígrafos e Secretários, tornando-se delegada eleitora sindical para votar nos deputados classistas dos empregados. Ela, que nunca havia votado, no ano de 1933 o faz duas vezes: nas eleições gerais de maio e nas eleições classistas de julho. A importância das eleições de 1933 e 1934, que podem ser consideradas as primeiras eleições competitivas no Brasil, ainda está por ser mais bem estudada, e a experiência eleitoral desses anos mais valorizada.



Selo comemorativo da Petrobras

IMPRESSO, 1954

ACERVO ICONOGRAPHIA

No segundo governo Vargas (1951–1954), a campanha "O petróleo é nosso" mobilizou a população, por meio de passeatas e comícios, em várias cidades do país. Patrocinada pelo Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, fundado por nacionalistas em 1948, tal campanha, que lutava pelo monopólio estatal do petróleo, envolveu estudantes universitários, profissionais liberais, militares e amplos setores da sociedade brasileira. Ela culminou com a criação da Petrobras, no dia 3 de outubro de 1953 — não por acaso, aniversário da Revolução de 1930. Nesse dia, Vargas assinou o decreto que garantia à Petrobras o monopólio estatal da exploração, do refino e do transporte do petróleo, considerando-o um verdadeiro marco para a independência econômica do Brasil. A Petrobras se tornou, de fato, mais que uma empresa pública, ganhando uma dimensão simbólica importante e passando a ser representada como "pertencente aos brasileiros", conforme o lema gritado nas ruas nos anos 1950.

HORIZONTE

«PRESTES ENTROU VIVO NO PANTEON DA HISTORIA. ELE PERTENCE A TODA A HUMANIDADE.»
ROMAIN ROLLAND

HOMENAGEM

O aniversário de Luiz Carlos Prestes, que transcorreu a 3 do corrente, marcou uma data de lutas do nosso povo e os intelectuais de vanguarda não poderiam deixar de homenageá-lo, já que o Cavaleiro da Esperança, campeão da luta pela paz nas Américas, é o defensor incontestavel da cultura popular, da nova cultura do realismo socialista.

Chefe da revolução brasileira, condutor das lutas do nosso povo, Luiz Carlos Prestes tem uma vida magnífica, plena de ações patrióticas e profundamente humanas que tem inspirado os melhores artistas de nossa Pátria, hoje empenhados nas grandes lutas populares pela paz e a independência nacional.

Os intelectuais riograndenses, filhos da terra de Prestes, sentem profundamente suas responsabilidades nêste momento em que vivem e não pouparão esforços no sentido de fazer frente, dando combate sistemático e sem trégua, à propaganda ideológica do imperialismo, a sua literatura de corrupção e incitamento aos mais baixos instintos e que tem por objetivo bestializar as massas e conduzí-las à fogueira da guerra em defesa dos grandes lucros dos banqueiros norte-americanos.

Participando ativa e concretamente das lutas de nosso povo pela paz e a independência nacional, os intelectuais riograndenses não poderiam deixar de lado a grande data que transcorreu a 3 de janeiro, sem prestar sua homenagem ao querido lider do povo, defensor da causa da paz e da cultura, o Cavaleiro da Esperança, Luiz Carlos Prestes.

PELAS LIBERDADES DEMOCRATICAS PARA O POVO — GRAVURA DE VASCO PRADO

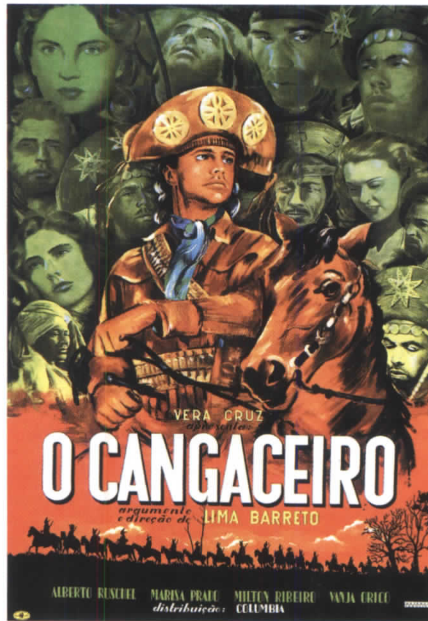


Gravura de Vasco Prado na revista Horizonte

IMPRESSO, PORTO ALEGRE, ANO I, N. 5, 20 JAN. 1951

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP

O PCB, nos anos 1930 e 1940, viveu situações que foram da mais dura repressão — quando do fechamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e do combate à chamada Intentona Comunista —, até seu reconhecimento como partido legal, em 1945, tendo candidatos eleitos para o Senado, para a Câmara dos Deputados e para assembleias legislativas estaduais. Porém, em 1947, tem seu registro cassado, e os anos 1950 se iniciam com o partido, mais uma vez, perseguido e na ilegalidade. Nesse momento, o PCB abandona uma política moderada e se mantém em um isolamento só alterado após o suicídio de Vargas, em 1954. Contudo, qualquer malha repressiva deixa algumas brechas, que foram muito bem utilizadas, em especial quando envolveram uma ação política por meios culturais. Editoras, revistas e jornais, além de associações de diversos tipos, formam-se em várias partes do Brasil. São exemplos os Clubes de Gravura que, ao mesmo tempo, eram usados para a propaganda comunista e se constituíam em importantes espaços de sociabilidade para a difusão do trabalho de vários artistas plásticos que se tornaram muito reconhecidos, como Carlos Scliar e Glauco Rodrigues, também colaboradores de *Horizonte*. Vale lembrar que foi nos anos 1950 que a figura de Prestes, o Cavaleiro da Esperança, ganhou renovados investimentos, com seu nome e sua imagem circulando pelo país. Comunismo e anticomunismo se tornam, cada vez mais, tradições importantes de uma cultura política do Brasil do pós-1930.



Cartaz do filme O cangaceiro

IMPRESSO, 1953

ACERVO ICONOGRAPHIA

O cangaceiro foi um filme que marcou a cinematografia brasileira, e não só a dos anos 1950. Lançado em 1953, foi escrito e dirigido por Lima Barreto, com diálogos de Rachel de Queiroz. Inspirando-se na figura de Lampião e explorando o sertão como cenário e referência da identidade brasileira, o filme alcançou sucesso nacional e internacional. Produzido pela *Companhia* Cinematográfica Vera Cruz, foi contemplado no Festival de Cannes com os prêmios de melhor filme de aventura e melhor trilha sonora, destacando-se a música *Mulher rendeira*, interpretada por Vanja Orico. Pela primeira vez um filme brasileiro foi exibido em mais de oitenta países, sendo comprado pela Columbia Pictures. A despeito de tudo isso, Lima Barreto não produziu outras películas, e *O cangaceiro* foi restaurado apenas em 2012, podendo, assim, voltar a ser assistido e admirado.

A GRANDE DIFERENÇA

do TV *Standard Electric*

...e possuir o melhor não custa mais!

Viva a diferença da imagem em alta-fidelidade do TV Standard Electric, com cinescópio aluminizado de 90°, e feixe eletrônico de 18.000 volts, que permite projetar a imagem com maior velocidade e fidelidade. **Viva a diferença** do som em alta-fidelidade do TV Standard Electric, que emprega um amplificador Hi-Fi com alto-falante frontal de grande fluxo, para máxima sonoridade.



E viva tranqüilo porque...



a grande diferença é que não dá enguiços!

Além da alta precisão de fabricação e da excelência do material empregado, o TV Standard Electric é submetido aos mais rigorosos testes durante 12 horas consecutivas, antes de deixar a fábrica.



Eis a diferença da alta-fidelidade Standard Electric. Tru-Fidelity, o mais procurado ràdiofonógrafo do Brasil. Rádio de 7 faixas, amplificador e 2 alto-falantes Hi-Fi. Troca-discos VM automático, de 3 velocidades.

Centauro - Modêlo 7350

Tru-Fidelity - Modêlo 9010

Um produto ***Standard Electrica S.A.***



-a marca que garante a diferença!

ST - 1

Anúncio da televisão Standard Electric

REVISTA *MANCHETE*, 6 SET. 1958

ACERVO ICONOGRAPHIA

A televisão foi a grande novidade no consumo de bens duráveis das famílias brasileiras dos anos 1950. Nessa década ela começou a entrar nos lares e a competir com os rádios e as rádios-vitrolas, em torno dos quais as pessoas se reuniam para momentos de lazer. Pelas ondas do rádio chegava ao público ouvinte de todo o Brasil uma série de atrações como as radionovelas, os programas de calouros, os espetáculos musicais e também os noticiários, como o famoso *Repórter Esso*. Os discos, primeiro de acetato e depois de vinil, eram produzidos por grandes gravadoras como a Continental e a RCA Victor. De fato, só nos anos 1970 a TV se tornaria mais acessível, popularizando-se rapidamente nas décadas seguintes.

Fotógrafo não identificado

Comício em Santos quando da chegada de Jânio Quadros da Europa

GELATINA/PRATA, SANTOS, SP, SET. 1959

ACERVO ICONOGRAPHIA



Jânio Quadros iniciou sua carreira política em 1947, no Partido Democrata Cristão (PDC) de São Paulo, assumindo uma cadeira de vereador em função da cassação dos mandatos dos parlamentares do Partido Comunista do Brasil. Foi deputado estadual e prefeito de São Paulo, em 1953, desenvolvendo campanha que ficou conhecida como "o tostão contra o milhão", devido à força e ao poder econômico da coligação que enfrentou. A seguir, elegeu-se governador de São Paulo (1955), vencendo Ademar de Barros e consolidando a imagem de um político preocupado com a moralização da administração pública e com iniciativas arrojadas que lhe dessem projeção. Em 1959, estava no auge de sua popularidade e, como deputado federal, preparava sua candidatura à presidência da República. A vassoura era o símbolo de sua campanha, lançada com apoio da União Democrática Nacional (UDN). Vitorioso, tomaria posse e renunciaria no mesmo ano de 1961, surpreendendo o país e lançando-o em uma gravíssima crise política.



Anúncio da Fábrica Nacional de Motores

IMPRESSO

ACERVO ICONOGRAPHIA

Os anos JK são exemplares no que diz respeito a uma nova investida para a integração territorial do país, com políticas de impacto, como a transferência da capital para Brasília, e a construção de rodovias, como a Belém-Brasília. Por isso, o Plano de Metas do presidente contemplava, com grande destaque, a fabricação de automóveis, verdadeiros ícones da modernidade que se almejava econômica e socialmente. Fábricas, como a Willys e a Ford, estabeleceram-se no Brasil, dividindo espaço com a Fábrica Nacional de Motores (FNM), que não só fazia os caminhões que transportavam as riquezas do país, como também se dedicava ao lançamento de automóveis, como o que levava o nome do próprio presidente: "o modelo JK".

Este livro foi impresso em 2013, na cidade de São Paulo, nas oficinas da Geográfica.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

O34

Olhando para dentro : 1930–1964 / coordenação Angela de Castro Gomes. – Rio de Janeiro : Objetiva, 2013. (História do Brasil Nação: 1808–2010 ; 4)

312p.
ISBN 978-85-390-0472-0
ISBN 978-84-9844-433-9 (Fundación Mapfre)

1. Brasil – História – 1930–1945. 2. Brasil – História – 1945–1964. 3. Brasil - Política e governo – 1930–1964. 4. Populismo. I. Gomes, Angela Maria de Castro. II. Série.

13-1148.   CDD: 981.061
CDU: 94(81).082/.083





HISTÓRIA DO BRASIL NAÇÃO: 1808–2010

Historiadores e cientistas sociais analisam diferentes aspectos da realidade brasileira na coleção HISTÓRIA DO BRASIL NAÇÃO. Os ensaios aqui reunidos são resultado de um rigoroso trabalho e, a cada volume, abordam o país sob a perspectiva econômica, política, social e cultural, utilizando linguagem acessível sem descuidar, porém, do rigor histórico. A coleção conta ainda com rico material iconográfico e é parte de um projeto mais amplo idealizado pela FUNDACIÓN MAPFRE — chamado América Latina na História Contemporânea — que prevê uma gama variada de publicações em todo o continente americano e em vários países da Europa. Esta iniciativa pioneira é leitura obrigatória para todos aqueles que têm interesse e curiosidade pela História do Brasil.

De 1930 a 1964 o Brasil mudou profundamente. Como marco inicial, a Revolução de 1930. Como desfecho, o golpe de 1964. Nesses 34 anos passamos por uma guerra civil, governos constitucionais e a experiência autoritária do Estado Novo; pela Segunda Guerra Mundial; pelo dramático suicídio de Vargas; pelo desenvolvimentismo de JK e a inauguração de Brasília; pela tentativa de se fazer reformas de base com João Goulart. Em todos os campos — político, social, econômico e cultural — levantou-se a bandeira da modernização. O país ganhou uma nova face. Tornou-se mais urbano e industrial, assistiu à organização de movimentos sociais, à criação e consolidação de partidos políticos, ao crescimento do eleitorado. Nacionalismo, autoritarismo, democracia, industrialização, urbanização, transição demográfica são algumas das palavras-chaves que traduzem esses tempos, ainda tão presentes na cultura política republicana brasileira.

Para investigar esse momento tão diverso e fundamental, quatro renomados pesquisadores — Boris Fausto, Letícia Pinheiro, Marcelo de Paiva Abreu e Eliana de Freitas Dutra —, reunidos sob a coordenação de Angela de Castro Gomes, se debruçaram sobre os eventos mais marcantes da trajetória político-social e econômica brasileira revendo e debatendo fatos, conceitos e interpretações.



FUNDACIÓN MAPFRE


ISBN 978-85-390-0472-0